



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

THAYS REGINA RODRIGUES PINHO

MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDAS PELO TURISMO LITORÂNEO
EM COMUNIDADES QUE DÃO ACESSO A PARQUES NACIONAIS

FORTALEZA
2019

THAYS REGINA RODRIGUES PINHO

MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDAS PELO TURISMO LITORÂNEO
EM COMUNIDADES QUE DÃO ACESSO A PARQUES NACIONAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Doutor. Área de concentração: Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

Co-orientador: Prof. Dr. Jader de Oliveira Santos

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P724m Pinho, Thays Regina Rodrigues.

Mudanças socioambientais promovidas pelo turismo litorâneo em comunidades que dão acesso a parques nacionais / Thays Regina Rodrigues Pinho. – 2019.
289 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

Coorientação: Prof. Dr. Jader de Oliveira Santos.

1. Turismo Litorâneo. 2. Comunidades Costeiras. 3. Turistificação. 4. Parques Nacionais.
5. Rota das Emoções. I. Título.

CDD 333.7

THAYS REGINA RODRIGUES PINHO

MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDAS PELO TURISMO LITORÂNEO
EM COMUNIDADES QUE DÃO ACESSO A PARQUES NACIONAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Doutor. Área de concentração: Ciências Ambientais.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. David Leonardo Bouças Silva
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Fábio de Oliveira Matos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa da Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Tiago Vieira Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À essência de minha vida: minha querida família... Em especial, ao meu companheiro pesquisador Harlan e aos meus pesquisadores auxiliares mirins, Érico e Lis.

AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese doutoral é marcada por percalços inimagináveis por aqueles que ainda não trilharam esse caminho. Por outro lado, o aprendizado resultante deste processo, muitas vezes solitário, é infinitamente prazeroso. Muito embora seja um processo, em grande parte, solitário, diversas pessoas contribuíram para sua concretização. Aqui se faz o momento de agradecer e louvar àqueles que ajudaram e apoiaram nesta árdua missão, de forma direta e indireta.

Primeiramente, agradeço aos professores Eustógio Wanderley Correia Dantas e Jader de Oliveira Santos pelas experientes palavras proferidas durante a orientação e co-orientação. Agradeço ao dedicado professor Dominic Lapointe, quem me recebeu de braços abertos, durante minha estada em Montreal/Canadá e me ofereceu novos horizontes para o estudo do turismo.

Agradeço, ainda, ao Davy Rabelo por compartilhar seus conhecimentos geográficos e ao Prof. Márcio Vaz por compartilhar suas fotografias.

Agradecimentos especiais aos representantes dos órgãos pesquisados pela confiança no fornecimento de dados e pelo acolhimento durante as pesquisas de campo, a saber: Sebrae CE e MA; ICMBio; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente de Jijoca de Jericoacoara; e Superintendência de Turismo Lençóis e Delta.

RESUMO

A prática do turismo enquanto atividade socioeconômica considerada indutora do desenvolvimento local possibilita o surgimento de novas dinâmicas socioambientais em comunidades costeiras no nordeste brasileiro. A zona costeira tornou-se o principal alvo para os investimentos associados ao turismo e a sua supervalorização econômica pode acarretar efeitos adversos, especialmente ao se tratar da massificação turística e intensa turistificação dos espaços. No intuito de inibir tais efeitos, buscam-se viabilizar ações no contexto da sustentabilidade turística em comunidades costeiras receptoras. A construção da presente tese seguiu o escopo teórico da produção do espaço turístico e objetiva analisar as mudanças socioambientais advindas com o desenvolvimento do turismo litorâneo em duas comunidades costeiras adjacentes aos Parques Nacionais de Jericoacoara e dos Lençóis Maranhenses. Os objetivos específicos incluem: apresentar as reconfigurações socioambientais imputadas pelo turismo litorâneo, identificar os fatores que geram impactos na gestão sustentável e analisar a gestão dos espaços protegidos e das comunidades sob a perspectiva da intensificação turística. Para sua concretização, estabeleceram-se práticas metodológicas descritivas e analíticas, fundamentadas na abordagem quali-quantitativa, com aplicação de pesquisas bibliográficas e/ou documental, produção de dados primários e observações de campo. A coleta de dados primários baseou-se em observações sistemáticas *in loco* e em entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas junto aos gestores do turismo e dos espaços protegidos. Para análise dos dados fez-se uso, primordialmente, da análise de conteúdo. Os resultados apontam que as principais transformações socioambientais experimentadas nas duas localidades, Jericoacoara/CE e Barreirinhas/MA, dizem respeito à reconfiguração socioespacial em prol da exploração da atividade turística, representada pela turistificação com indícios de massificação, e transformações significativas no modo de vida da população nativa. O processo de gestão do turismo e das áreas protegidas, muitas vezes, respaldam a supervalorização da atividade e reforçam a turistificação.

Palavras-chave: Turismo Litorâneo. Comunidades Costeiras. Turistificação. Parques Nacionais. Rota das Emoções.

ABSTRACT

Tourism is a socioeconomic activity which provides local development and creates new socioenvironmental dynamics in Brazilians northeast coastal communities. Nowadays, the coastal area has become the main focus of touristic investments. In other hand, the economic overvaluation of tourism can involve negative effects such as mass tourism and touristification of spaces. Sustainable actions have been suggested and tested to restrain these adverse impacts in touristic communities on the coast. The construction of this thesis followed the theory of production of space applied on tourism and the touristification of spaces in natural areas. The main purpose of this study is to analyze the socioenvironmental changes provoked by the development of coastal tourism on two coastal communities nearby of the National Park of Jericoacoara and the National Park of Lençóis Maranhenses. The specific objectives are to present the new configurations due to coastal tourism, to identify the factors which impacts on local sustainability and to analyze the management of protected spaces and these communities under the perspective of the growth of tourism. In order to accomplish this task, descriptive and analytical methodological practices were established, based on quali-quantitative approach with application of bibliographical and documentary research, production of primary data and fields observations. The primary data collect was based on systematic observations and semi-structured interviews with opened questions applied to tourism managers and protected areas managers. The data analysis was done by content analysis. The results show that the main socioenvironmental transformations in both communities, Jericoacoara/CE and Barreirinhas/MA, are related with new socio-spaces configurations because of tourism exploration, represented by touristification and massification, and significative changes on community life. The management process of tourism and protected areas often reinforces the overvaluation of the activity and the touristification.

Keywords: Coastal Tourism. Coastal Communities. Touristification. National Parks. Route of Emotions.

RÉSUMÉ

La pratique du tourisme en tant qu'une activité socio-économique considérée inducteur de développement local permet l'émergence de nouvelles dynamiques socio-environnementales dans les communautés côtières du nord-est du Brésil. La zone côtière est devenue la principale cible des investissements liés au tourisme. Par contre, la surévaluation de cette activité peut provoquer des effets négatifs, surtout en ce qui concerne la massification et la intense appropriation des espaces pour le tourisme. Afin d'empêcher de tels effets, il faut mettre en place des actions dans le contexte de la durabilité du tourisme dans les communautés côtières d'accueil des touristes. La construction de la présente thèse a suivi le cadre théorique de la production de l'espace touristique et vise à analyser les changements sociaux et environnementaux à cause du tourisme côtier en deux communautés côtières près aux Parc National de Jericoacoara et Parc National des Lençóis Maranhenses. Les objectifs spécifiques sont: présenter les reconfigurations sociales et environnementales, identifier les facteurs qui génèrent des impacts en la gestion durable et analyser la gestion des espaces protégés et de les communautés sur le perspective du développement touristique. Des pratiques méthodologiques descriptive et analytiques ont été établies, basées sur le approche quali-quantitative avec l'application des recherches bibliographiques et documentaires, la production de données primaires et des observations de terrain. La collecte de données primaires reposait sur des observations systématiques et des entretiens semi-structurés avec des questions ouvertes posées aux gestionnaires du tourisme et des espaces protégés. Pour l'analyse des données, il a été utilisé l'analyse de contenu. Les résultats indiquent que les principales transformations socioenvironnementales dans les deux localités, Jericoacoara/CE et Barreirinhas/MA, concernent la reconfiguration sociospatiale en faveur de l'exploration de l'activité touristique, représentée par la touristification et présentant des signes de massification et des transformations significatives de la vie communautaire. Le processus de gestion du tourisme et des zones protégées favorise souvent la surévaluation de l'activité et renforce la touristification.

Mots-clés: Tourisme Côtier. Communautés Côtières. Touristification. Parcs Nationaux. Route des Émotions.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	SUSTENTABILIDADE, TURISMO E PARQUES NACIONAIS	25
2.1	Aspectos da sustentabilidade no contexto do turismo e dos parques nacionais	28
2.2	Contexto (em contesto) da rede de áreas naturais protegidas no mundo e no Brasil	36
2.2.1	<i>Parques nacionais da zona costeira do nordeste brasileiro</i>	45
2.3	Modelos e práticas de gestão dos parques nacionais e interfaces com o seu entorno	50
2.4	Conflitos socioambientais relativos ao desenvolvimento do turismo em áreas de acesso aos parques nacionais	55
3	O TURISMO LITÔRANEO E NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	62
3.1	Crise ambiental contemporânea, zonas costeiras e o turismo	62
3.2	A produção do espaço e sua apropriação pelo turismo	68
3.3	Turistificação de parques nacionais e de suas comunidades de acesso	76
3.4	O turismo litorâneo no nordeste brasileiro	81
4	CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS PESQUISADAS	91
4.1	O turismo como um dos fatores indutores do desenvolvimento socioeconômico das localidades	94
4.2	Interfaces socioambientais existentes entre o PNLN, o PNJ e as comunidades de acesso	108
4.3	Barreirinhas e Jericoacoara enquanto destinos-âncoras da Rota das Emoções	122
5	MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDAS PELO TURISMO LITÔRANEO: produção do espaço e gestão do turismo em Barreirinhas/MA e Jericoacoara/CE	130
5.1	Reconfigurações socioambientais promovidas pelo turismo litorâneo em Barreirinhas/MA	134
5.2	Fatores que geram impactos à sustentabilidade local	156

5.3	Ações para o turismo sustentável	172
5.4	Reconfigurações socioambientais promovidas pelo turismo litorâneo em Jericoacoara (CE)	176
5.5	Fatores que geram impactos à sustentabilidade local	210
5.6	Ações para o turismo sustentável	230
5.7	Outros aspectos elencados pelos gestores	233
5.8	Apontamentos sobre aspectos convergentes e divergentes nas localidades estudadas	234
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
	REFERÊNCIAS	246
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	263
	APÊNDICE B - RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS, PERGUNTAS FORMULADAS, VARIÁVEIS OBSERVADAS E PRECEITOS TEÓRICOS	266
	ANEXO A - SITE DO ICMBIO COM INCENTIVO À VISITAÇÃO PÚBLICA AOS PARNAS	267
	ANEXO B – MAPA DA ROTA DAS EMOÇÕES	269

1 INTRODUÇÃO

É fato que o turismo se configura na sociedade contemporânea e globalizada como uma relevante atividade socioeconômica responsável por mudanças em arranjos territoriais e espaciais de destinos receptores. Autores como, Ouriques (2005), Siqueira (2005), Sampaio (2007) e Paiva (2012), pontuam que a expansão do turismo, enquanto atividade inserida na lógica produtivista¹ e economicista, foi possível em decorrência de vários fatores. Para elencar os principais, ocorridos à época da Revolução Industrial, tem-se a evolução tecnológica, essencialmente, dos meios de transportes, facilitando a mobilidade das pessoas pelo globo e a conquista trabalhista de férias anuais remuneradas, permitindo ao trabalhador desfrutar das viagens como uma opção de lazer.

Na atualidade, o crescimento do turismo é motivado, sobretudo pelo trade turístico e poder público, devido à sua condição de promotor da interação sociocultural entre os povos do mundo, associado à condição de indutor do desenvolvimento local, com destaque para o último. A supervalorização do turismo, em tempos modernos, tem suas raízes aí e associado, nas palavras de Hiernaux-Nicolas (2002), aos ideários que compõem o imaginário turístico ocidental. São eles: a busca pela felicidade, o conhecimento do outro, o desejo de evasão e o retorno à natureza.

Ao analisar esses ideários, são perceptíveis as motivações intrínsecas dos turistas ao buscar áreas naturais para suas práticas de lazer, como o são as zonas litorâneas e, mais além, as áreas de conservação nas zonas costeiras, como os Parques Nacionais (Parnas). É neste âmbito espaço-territorial que se insere o debate acerca da gestão sustentável destas Unidades de Conservação (UCs), diante da turistificação destes ambientes e de suas comunidades de acesso.

Denominam-se, no contexto deste trabalho, comunidades de acesso aquelas localidades que recebem os turistas que visitam diferentes UCs. Nelas, como apontam Souza et al. (2017), as contribuições geradas pela visita são

¹ Paiva (2012) faz uma análise histórica do mercado produtivo (produção de mercadorias e consumo), relacionando-o ao turismo e as viagens. Contextualiza o mercado turístico em 03 períodos. Início das civilizações até o final do séc. XIX (viagens de conquistas, culturais e de peregrinação, mas não turismo); final do séc. XIX até a década de 1970 (consumo induzido pela produção industrial e o turismo passa a ser desenvolvido e teorizado pelo viés produtivista), e a partir daí até os dias atuais, período da pós-modernidade (turismo inserido no modo de produção flexível com segmentação, experiências intangíveis e serviços diferenciados).

significativas em termos econômicos e sociais, uma vez que, os gastos dos visitantes incluem diferentes categorias, como: acomodação, alimentação, combustível, transporte local, atividades, compras e outros, que somados representam os efeitos diretos da visitação.

Em contrapartida, as dinâmicas socioambientais produzidas, a partir da turistificação, nas comunidades de acesso são irreversíveis e constantes. Merecem especial atenção no sentido de alertar para os possíveis rumos que as comunidades irão trilhar, se direcionam seus esforços no âmbito da sustentabilidade em todas as suas dimensões, especialmente a turística, ou ainda, se amplificam a atividade turística com cunho economicista e de modo massificador (KOENS; POSTMA; PAPP, 2018; PEETERS et al., 2018).

Será avaliada, portanto, a percepção que alguns gestores locais, no caso presente, os gestores dos Parnas e gestores do turismo, possuem quanto às seguintes questões: mudanças socioambientais instauradas devido ao turismo, sustentabilidade socioambiental nas comunidades de acesso, gestão do turismo e de áreas protegidas.

Contextualizando a **problemática do tema**, de início, enfatiza-se a relevância socioeconômica que o turismo possui, no cenário global, e que é expressa quantitativamente por sua contribuição para a melhoria do Produto Interno Bruto (PIB) e na geração de empregos e renda de várias nações (UNWTO, 2018).

Os números do World Travel & Tourism Council² (WTTC), por exemplo, assinalam um crescimento global do setor de 3,9%, em 2018, ultrapassando os 3,2% referentes ao PIB mundial. No seu Relatório Econômico Anual (WTTC, 2018a), que investigou 185 países e 25 regiões do mundo, a instituição reforça que a cadeia produtiva das viagens e turismo tem se apresentado como essencial para a economia global e tem crescido acima do PIB mundial nos últimos oito anos.

Os dados mais recentes da World Tourism Organization³ (UNWTO, 2018) apontam que as receitas obtidas nos destinos provenientes do turismo internacional, em 2017, alcançaram a cifra de US\$ 1,34 bilhão, em todo o mundo, representando um crescimento de 4,9% em termos reais⁴ em relação a 2016. Somam-se às receitas obtidas nos destinos, o valor de US\$ 240 milhões provenientes de serviços

² Em português, Conselho Mundial de Viagens e Turismo.

³ Em português, Organização Mundial do Turismo.

⁴ Cifra ajustada pela flutuação do tipo de câmbio e inflação.

de transporte de passageiros prestados a não residentes, totalizando o valor de US\$ 1,6 bilhão. Este número (receitas + transportes de passageiros) representa o total de exportações mundiais pelo turismo internacional. O setor foi responsável por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, somados os efeitos econômicos diretos, indiretos e induzidos.

No Brasil, a receita gerada pelos gastos de estrangeiros foi de US\$ 6,2 bilhões, em 2018. A ampliação dos gastos internacionais é respaldada pelo novo visto eletrônico oferecido a Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão. A contribuição do turismo ao PIB foi de US\$ 152,5 bilhões, o que representa 8,1% de participação (PANROTAS, 2019).

Stabler, Papatheodorou e Sinclair (2010) argumentaram que analisar o fenômeno turístico com ênfase no papel das variáveis econômicas quantificáveis é a contribuição mais significativa da economia do turismo, em particular, na formulação de políticas para o setor e que dá suporte ao seu desenvolvimento e crescimento.

Reconhece-se, porém, que o turismo é um fenômeno socioeconômico essencial. Sampaio (2007) pensa o turismo em uma perspectiva ecossocioeconômica, descrevendo-o, sobretudo, como um fenômeno humano dada a sua complexidade sistêmica, que envolve diferentes contextos interdependentes de análise como histórico, econômico-administrativo, filosófico-político-sociológico, ambiental, que interagem uns com os outros, em dado momento contradizendo-se, em outro, complementando-se. Jafari (2017) corroborou ao alegar que seu aspecto econômico depende e se relaciona com muitos outros fatores discutidos no campo da antropologia, ecologia, ciência política, psicologia, religião, sociologia e outros mais. Portanto, enquanto atividade econômica, o turismo será melhor compreendido quando for desdobrado e interpretado além desses limites disciplinares.

As viagens e o turismo, moldados a partir dos anos 1950, aparecem totalmente conectados com os tempos modernos e as sociedades de massa (ARAMBERRI, 2010). A intensificação da prática do turismo, enquanto fenômeno social de massa, ocasiona uma concentração significativa de turistas em destinos populares do mundo. O denominado turismo de massa pode provocar impactos negativos de diversas ordens (sociais, ambientais, culturais etc), especialmente, em destinos litorâneos e áreas naturais. Por consequência, podem afetar a sustentabilidade socioambiental de destinos turísticos que, em alguns casos, leva ao declínio da atividade e, em outros, exige uma reestruturação da atividade e do

destino (BUTLER, 1980) para que continue atraindo turistas e mantenha os benefícios socioeconômicos para a população local.

As comunidades receptoras, por muitas vezes, não são privilegiadas no processo de planejamento e gestão turística vigente. O elemento relevado é o turista, restando às comunidades a sua análise sob o viés economicista reducionista, com foco em resultados econômicos de curto prazo e não os resultados socioambientais de médio e longo prazos (SAMPAIO, 2007; KRIPPENDORF, 2001).

Como resultado, em época recente, a questão ambiental relativa ao turismo e estudos relacionados a formas sustentáveis de se praticá-lo foram introduzidos na agenda política e na comunidade acadêmica. Torna-se fundamental a compreensão das interações entre as zonas costeiras e as variáveis relacionadas a mudanças socioambientais, com o intuito de promover a gestão territorial adequada das áreas protegidas e dos destinos turísticos e delinear medidas de adaptação diante de novos cenários de aquecimento global, elevação do nível do mar, erosão costeira, inundações, perda da biodiversidade, dentre outros (BECKEN; HAY, 2007; UNWTO; UNEP, 2008; CINNER et al., 2012; AMBRIZZI et al., 2013; IPCC, 2014; BHATTARAI, 2015). Os gestores locais devem focar suas ações, considerando esses elementos de transformação que afetarão o desenvolvimento socioambiental local.

Fazendo um recorte territorial, o estudo em tela engloba duas comunidades costeiras de estados nordestinos do Brasil, localizadas em áreas contíguas à Parnas, cujo fluxo turístico é diretamente influenciado pela visitação às UCs.

Barreirinhas, no Maranhão, é uma delas, cujo núcleo central do município exerce a função receptiva e distributiva dos turistas que anseiam visitar o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). Esta UC posicionou-se no 10º lugar em número de visitantes, no ano de 2018, totalizando 126.454 visitantes (MMA, 2019).

Jericoacoara, no Ceará, é a outra comunidade contemplada neste estudo, que dá acesso ao Parque Nacional de Jericoacoara (PNJ), UC que ocupou a 3ª posição dentre os Parnas, em número de visitantes, registrando uma visitação de 1.091.829 pessoas, em 2018 (MMA, 2019).

A escolha das comunidades foi embasada em critérios de similaridade entre uma e outra, as quais envolvem a proximidade em relação aos Parnas⁵, constituindo-se nos principais locais de recepção dos turistas que visitam as UCs. Outras similaridades envolvem a localização na zona costeira e a caracterização de ambas como destinos indutores, descritas como destinos-chave para o desenvolvimento do turismo regional. E, por fim, o aumento significativo do fluxo turístico que as colocam em posições de destaque em números de visitação e o visível processo de reconfiguração espacial em prol do turismo.

Um elemento a considerar é a promoção turística destes destinos-chave dentro de programas, planos e projetos turísticos, públicos ou privados, e que contribui para o aumento da demanda turística e, por consequência, instiga as reconfigurações socioambientais nos locais. Como apontou Costa e Nascimento (2010), a região das localidades estudadas é designada pelas políticas públicas federais como “Costa Norte” ou “Polo Costa Norte” e pelo Sebrae, inicialmente, como “Roteiro CEPIMA”. Em âmbito promocional, passou a ser identificada como Rota das Emoções, um roteiro integrado, que percorre 15 municípios dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, dentre eles Jijoca de Jericoacoara/CE e Barreirinhas/MA, e tem o PNJ e o PNLN como atrativos-âncoras (SILVA; RIBEIRO, 2018).

A rota foi formatada em 2005 para a prática dos segmentos turísticos de aventura, de esportes ao ar livre e ecoturismo, sendo resultado do Projeto da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização, implementado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Ministério do Turismo (MTur). Seu objetivo primordial é promover os destinos integrantes do roteiro, a partir dos destinos indutores, Jericoacoara e Barreirinhas.

Costa e Nascimento (2010) apontaram fragilidades na concepção da rota, o que pode determinar a falta de êxito nos objetivos no tocante ao desenvolvimento regional. Os autores evidenciaram disparidades socioeconômicas expressivas entre os municípios que compõem o roteiro, além de se encontrarem em estágios de vida bastante diferenciados, dentro do ciclo de vida do produto turístico (BUTLER, 1980). Nos municípios chamados âncoras, no entanto, o setor produtivo mais relevante é o turismo.

⁵ Barreirinhas possui boa parte de seu território no próprio parque e Jericoacoara está circundada pelo PNJ.

Ainda assim, as comunidades possuem especificidades que as caracterizam e são consideradas durante a análise enquanto objetos de estudo. Cita-se, para contextualizar, a localização diferenciada de Jericoacoara, inserida no interior do PNJ, com seu território sendo abraçado por esta UC, promovendo uma interdependência direta e singular entre a comunidade e o espaço protegido.

Habitam nessas localidades, os remanescentes das comunidades de pescadores e de outros agrupamentos sociais inseridos em gêneros de vida tradicionais, que se desagregam frente às dinâmicas socioeconômicas e à reconfiguração territorial (SILVA FILHO; SILVA, 2008).

A atual dinâmica socioambiental dessas comunidades está marcada, sobretudo, pelo desenvolvimento recente do turismo, com aumento significativo do fluxo de visitantes nas últimas décadas, e que têm nos Parnas, o principal fator de atratividade turística. Essa condição constitui um exaustivo desafio à conservação ambiental em face da diversidade de situações existentes nestes espaços.

A partir do exposto, as indagações que motivaram esse estudo estão relacionadas ao entendimento da dinâmica e dos paradigmas que sustentam a díade: gestão do turismo e gestão de áreas protegidas. A problemática que aqui se coloca é a análise crítica de como o turismo vem sendo desenvolvido nas comunidades de acesso aos Parnas que recebem intenso fluxo turístico e como são percebidas as mudanças socioambientais relacionadas ao turismo.

Diante disso, são colocados questionamentos para reflexão. Quais as mudanças socioambientais que já se tornam evidentes nas localidades, associadas ao turismo? Como o desenvolvimento do turismo vem ocorrendo nas localidades e que mudanças promoveu no modo de vida da população? Como o turismo e os parques nacionais podem ser afetados, no futuro, pelas mudanças que se apresentam hoje? Os gestores locais e seus pares seriam capazes de diversificar a economia local e criar mecanismos que contribuam para a capacidade adaptativa das comunidades receptoras frente à estagnação do turismo local? Quais ações sustentáveis vêm sendo postas em práticas para inibir os impactos negativos da atividade turística?

O **questionamento norteador** da pesquisa propõe responder a seguinte questão: como a sustentabilidade socioambiental das comunidades que dão acesso aos Parques Nacionais de Jericoacoara e dos Lençóis Maranhenses está sendo afetada pela prática do turismo litorâneo e pela gestão dos espaços protegidos?

Tem-se, portanto, como **objetivo central**, compreender em que medida a prática do turismo litorâneo compromete a sustentabilidade socioambiental das comunidades de Barreirinhas/MA e Jericoacoara/CE.

Enquanto **objetivos específicos** propõe-se analisar: a) quais as mudanças socioambientais percebidas, nas comunidades que dão acesso aos parques, imputadas pela prática do turismo litorâneo e pela gestão das áreas protegidas; b) quais fatores vêm gerando impactos na gestão sustentável dos Parnas e das comunidades de acesso; e c) como os gestores locais abordam as questões referentes ao turismo litorâneo intenso e predatório nas comunidades e nos espaços protegidos.

As questões levantadas e objetivos propostos perpassam pelas seguintes **hipóteses**: as comunidades que dão acesso aos parques nacionais vêm sofrendo reestruturações em suas dinâmicas socioambientais devido à intensa turistificação de seus espaços; os gestores locais vêm assumindo um papel que amplifica a turistificação, o que pode acarretar repercussões negativas no âmbito da sustentabilidade socioambiental; e os gestores locais não direcionam suas ações pensando nos possíveis impactos e cenários de transformações socioambientais devido ao turismo.

O caráter inovativo da tese é consubstanciado por trazer à tona elementos que podem questionar a prática turística sustentável nos espaços protegidos e, em suas comunidades contíguas, a partir da análise da visão dos gestores pesquisados. Embora as localidades estudadas sejam caracterizadas para a sociedade como espaços naturais com rica diversidade e atrativos turísticos singulares, as consequências do desenvolvimento turístico, com foco econômico e sem um planejamento direcionado a todas as dimensões da sustentabilidade, podem interferir, negativamente, no desenvolvimento local.

Outro ineditismo do estudo, em tela, disserta sobre o comparativo entre duas comunidades designadas de suma importância para o desenvolvimento turístico da região nordeste, mas que se apresentam em condições diferenciadas quanto ao nível do fluxo turístico, desenvolvimento socioeconômico e posicionamento no produto turístico nacional. Indo além, são consideradas localidades com pouca expressividade socioeconômica no contexto nacional, mas são imbuídas de grande responsabilidade como indutoras do desenvolvimento

turístico. Nesta perspectiva inédita, o estudo permite contextualizar as similaridades e diferenças na produção do espaço turístico em Barreirinhas e Jericoacoara.

Percurso Metodológico e Instrumental Utilizado

A escolha dos **procedimentos metodológicos** adotados se baseia, majoritariamente, no uso da abordagem qualitativa por oferecer maior confiabilidade ao estudo, visto que, permite um contato mais próximo com os gestores locais. O método qualitativo de pesquisa possibilita o conhecimento aprofundado de um determinado grupo, fornecendo subsídios para a observação simultânea de diversos elementos presentes no mesmo, a compreensão de seus comportamentos e uma visão êmica¹⁴. Foram utilizados dados socioeconômicos quantitativos para descrever e analisar os objetos de estudo. Pode-se, portanto, caracterizar o estudo como quali-quantitativo.

O projeto parte de uma perspectiva de análise regional, que envolve dois estados nordestinos, Ceará e Maranhão, e traça um comparativo entre duas comunidades, Vila de Jericoacoara e Barreirinhas, que vivenciam o processo de turistificação de seus espaços, cujos turistas são atraídos pelas belezas naturais dos parques nacionais aí presentes, o PNJ e o PNLM.

Pode-se elucidar como características da pesquisa qualitativa: a visão holística¹⁵ - a compreensão de fatos e comportamentos só é possível inserindo-os em um contexto; a abordagem indutiva, que permite ao pesquisador observações mais livres; e a investigação naturalística, na qual a intervenção do pesquisador no meio estudado é minimizada ao máximo. Tais características, entretanto, não simbolizam um consenso entre os pesquisadores.

Os procedimentos adotados se baseiam também no contexto interdisciplinar, o que permite combinar as diversas variáveis apresentadas nas

¹⁴ Segundo VÍCTORA, Knauth e Hassen (2000, p. 37) êmico diz respeito ao conhecimento próprio do indivíduo inserido em sua cultura. Sendo assim, permite compreender o modo de vida das pessoas inseridas em um determinado grupo.

¹⁵ De um modo geral, os pesquisadores tratam a pesquisa qualitativa sob o enfoque da visão holística, “a realidade é uma construção social da qual o investigador participa” (ALVES, 1991, p.55). Diante disso, deve-se compreender os componentes de cada situação e suas interações que integram o todo, para então compreender os fenômenos existentes em um determinado grupo. Deve-se considerar, também, as interações entre pesquisador e pesquisado e a influência de valores existente no processo de investigação.

questões centrais. Indo além, admite-se ampliar a discussão sobre a temática e envolver conhecimento científico com saber técnico.

O processo da pesquisa foi sistematizado em três momentos importantes. O primeiro se concentra no estudo e sistematização dos processos históricos, conceituais e documentais pertinentes ao objeto, com: revisão da literatura, fichamentos, produção de textos e sistematização de conteúdo. A realização da revisão bibliográfica estruturou-se em coleta documental e pesquisa bibliográfica em periódicos nacionais e internacionais, base de teses e obras de autores que abordam as temáticas do estudo em questão.

A priori, são selecionados e delimitados pontos de análise e observação para serem abordados no referencial teórico e para nortear o estudo como um todo, inclusive durante a pesquisa empírica desenvolvida. Com isso, o arcabouço teórico permeia a pesquisa empírica, detendo-se a questões centrais envolvendo: sustentabilidade, turismo litorâneo, turistificação, dinâmicas socioambientais, gestão de parques nacionais e gestão pública do turismo. Estes temas são elucidados sob a luz da teoria da produção do espaço, tendo por precursor, Henri Lefebvre (2000).

O segundo momento se concentra na aplicação de técnicas investigativas para a coleta de dados primários⁶ e secundários⁷ sobre o objeto, entre os períodos de outubro/2017 a junho/2019. Baseando-se em técnicas distintas para a coleta de dados, processo conhecido por triangulação, foi possível construir argumentos em bases mais sólidas. Segundo Alves (1991), a triangulação refere-se a comparação de dados obtidos por meio de diferentes fontes, métodos, investigadores ou teorias, fornecendo maior respaldo na formulação dos argumentos.

O levantamento de dados primários ocorreu por meio de observações sistemáticas *in loco*, a partir de categorias de observação previamente estabelecidas (ver apêndice B). As observações diretas, com a presença do pesquisador no local estudado, buscam conseguir informações, utilizando os sentidos no processo de alcançar certos aspectos da realidade, além de impor um contato direto com a realidade estudada (MARCONI; LAKATOS, 2002).

⁶ A coleta de dados primários foi respaldada com a aprovação no Comitê de Ética de Pesquisa envolvendo seres humanos (PROPESQ-UFC) do instrumental e procedimentos metodológicos adotados, sob o número de comprovante 033060/2019.

⁷ Cabe ressaltar que os dados secundários coletados sobre a Jericoacoara se mostraram mais ricos e em maior número do que os dados coletados sobre Barreirinhas.

A coleta de dados envolveu, em complemento, a aplicação de entrevistas semiestruturadas⁸ com perguntas abertas junto à gestores locais, a saber: 02 gestores dos Parnas, 02 gestores públicos do turismo e 02 gestores de entidade privada sem fins lucrativos que possui projetos ligados ao turismo.

O universo da pesquisa envolvia os gestores de órgãos e instituições públicas ou privadas, com atuação municipal, relacionadas à gestão do turismo e gestão dos parques nacionais, totalizando 04 entidades (02 secretarias municipais de turismo e meio ambiente⁹; ICMBio e Sebrae)¹⁰. A amostra envolveu 02 chefes e 01 chefe substituto dos Parnas, os gestores públicos de turismo dos municípios envolvidos, totalizando 02 assessores técnicos, e 02 gestores de entidade privada que coordenam a Rota das Emoções nos dois destinos turísticos estudados. O universo total de participantes não foi alcançado, mostrando-se uma limitação para a pesquisa. A entrevista não foi concretizada com o chefe substituto do PNLM e o assessor municipal do município de Barreirinhas foi substituído pelo superintendente estadual com atuação no município em questão. Embora não tenha sido atingido o universo total, a amostragem por saturação representou uma importante ferramenta para delimitar os participantes, uma vez que a inclusão de novos participantes resultaria em dados redundantes e repetitivos (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). A participação dos atores pesquisados se deu por adesão, com autorização prévia por parte dos órgãos competentes para a realização da pesquisa.

Os dados sociais, econômicos, demográficos e turísticos secundários são obtidos de estatísticas produzidas por instituições governamentais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Atlas do Desenvolvimento Humano, Anuário Estatístico do MTur e estatísticas mundiais do turismo publicadas pela UNWTO e WTTC.

O terceiro momento constitui-se da análise e descrição do objeto, a partir de fontes primárias e secundárias coletadas. Optou-se pela aplicação da técnica análise de conteúdo (BARDIN, 2004), por possibilitar a identificação nas falas dos

⁸ A entrevista semiestruturada parte de certos questionamentos básicos e fundamentais, apoiados em teorias, hipóteses e informações que o pesquisador recolheu sobre o tema, e pode ser ampliada para outras interrogativas, fruto das respostas dos entrevistados (NOGUEIRA-MARTINS; BÓGUS, 2004).

⁹ O município de Barreirinhas não possui secretaria específica de meio ambiente. A secretaria de turismo engloba a pasta da cultura. No município de Jijoca de Jericoacoara, a SETMA engloba as pastas de turismo e meio ambiente.

¹⁰ O universo escolhido mostrou-se uma limitação técnica, como relatado em limitações da pesquisa, por não englobar a visão do trade turístico, terceiro setor e representantes das comunidades. Optou-se investigar a visão dos gestores públicos e do Sebrae por questões temporais.

entrevistados de elementos que respondessem os objetivos traçados e as hipóteses levantadas pela pesquisa.

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que permite averiguar o que foi dito em entrevistas ou observado pelo pesquisador (SILVA; FOSSÁ, 2015). Possui um caráter social por ser uma técnica que objetiva produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva (BARDIN, 2004). Destina-se a classificar e categorizar um conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave que possam ser comparáveis a uma série de outros elementos (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016).

Os dados coletados foram analisados por meio da análise categorial, com o desmembramento do texto em categorias agrupadas por similaridade. A codificação ou agregação de fatores se deu pela repetição de palavras e termos nos conteúdos falados e observados¹¹. Foram constituindo-se unidades de registro, a partir da triangulação entre resultados observados e repetição de palavras, sendo possível efetuar a categorização.

A seleção das categorias pode ocorrer de duas formas: apriorística, definidas previamente pelo investigador, antes de ter contato com o material de análise e, de modo mais espontâneo, após o exame do material (CARVALHO, 2012). Definiram-se as categorias, neste estudo, da segunda forma, o que ampliou as possibilidades de análise de temas desconhecidos pelo investigador.

Existem duas abordagens nos estudos sobre análise de conteúdo. Dentro do escopo da sociologia, especialmente no Brasil, utiliza-se Bardin (2011) como referência primordial e quase exclusiva. Outras áreas utilizam a perspectiva norte-americana, representada por Lasswell e seus colegas de pesquisa (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016). Aqui, buscam-se as contribuições de ambos para atingir os objetivos da pesquisa, embora os aspectos fundamentais de ambas correntes sejam acordantes e complementares.

Como dito anteriormente, o estudo envolve majoritariamente a abordagem qualitativa, não sendo em sua totalidade, uma vez que a análise de conteúdo é classificada como instrumento quantitativo de análise de dados. Concorde-se, em parte, com os autores Oliveira (2008) e Carlomagno e Rocha (2016), ao descreverem a análise de conteúdo como um tipo de análise quantitativa-categórica.

¹¹ A análise de conteúdo considera duas dimensões da linguagem: a semântica, ou seja, o que é dito num texto; e a sintática, como é dito (CARVALHO, 2012).

Se, por um lado, na análise de conteúdo, sistematizam-se os dados coletados, estabelecendo categorias que são quantificáveis, por outro lado, faz análises referente às qualidades dos objetos de estudo, o que pode caracterizar seu viés qualitativo (SILVA; FOSSÁ, 2015). Carvalho (2012) afirmou ser uma análise tipicamente híbrida, atenta à qualificação que se sobressai da quantidade.

A sistematização dos dados é feita com auxílio de planilhas, bancos de dados ou blocos de anotações e podem envolver processos manuais ou automatizados (utilização de softwares, por exemplo). Optou-se, aqui, pelo uso manual com inserção posterior dos dados em planilhas eletrônicas do Excel.

Bardin (2011) organizou os instrumentos metodológicos em três fases: 1) pré-análise, desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo referencial teórico e estabelecer indicadores para interpretar os dados coletados; 2) exploração do material com construção das operações de codificação, recortes do texto em unidades de registros, classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas iniciais, intermediárias e finais; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Vale ressaltar que existem regras fundamentais que devem ser seguidas para a concretização da pesquisa que faz uso da análise de conteúdo e na definição das categorias de análise. Sintetizando o que pontuam os autores citados: 1) é preciso existir regras claras sobre os limites e definições de cada categoria; 2) as categorias devem ser exclusivas, assim, o conteúdo de uma categoria não pode estar em outra; 3) as categorias devem ser homogêneas, ou seja, não possuir elementos muito diferentes entre si; 4) as categorias devem esgotar o conteúdo possível e conteúdo que não se encaixem em categoria alguma, podem ser agrupados em uma categoria denominada “outros”; 5) a classificação deve ser objetiva para permitir a réplica do estudo. Tais regras embasaram a definição das categorias funcionais neste estudo.

Diversas fontes de dados podem ser utilizadas para aplicação desta técnica: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros. Neste estudo, em específico, serviu como fonte de dados para a análise de conteúdo as entrevistas realizadas com gestores ligados à gestão do turismo e dos parques nacionais, elencados anteriormente. As entrevistas tiveram

duração média de 1 hora, foram gravadas e, posteriormente, transcritas para análise.

Para contextualizar as reconfigurações espaciais nas localidades objeto de estudo, promovidas, em parte, pela prática do turismo litorâneo, foram coletadas imagens de satélite e fotografias aéreas de diferentes períodos para identificar as mudanças socioambientais ao longo do tempo. A partir dessas observações, foi possível confeccionar mapas temáticos identificando, particularmente, a expansão das áreas construídas nas localidades e a projeção da urbanização, uma vez que esses aspectos constituem uma das bases para o desenvolvimento turístico nas destinações.

Procura-se descrever o percurso metodológico para a composição dos mapas, a partir de terminologias próprias do geoprocessamento e cartografia. Tais mapas são apresentados em capítulo que trata das análises inferidas aos objetos de estudo. Ressalta-se, porém, que a formação acadêmica da pesquisadora foi um elemento limitador para desenvolver com mais propriedade as terminologias e técnicas. Muito embora este fator seja uma limitação ao estudo, releva-se o seu caráter multidisciplinar, presente, inclusive, no programa de pós-graduação do qual faz parte a pesquisa, sendo fundamental o suporte de profissionais de outras disciplinas na consecução dos objetivos propostos.

Explicando de modo rudimentar, os mapas foram elaborados fazendo uso do programa ArcGIS para elaboração de mapas. Enquanto bases vetoriais foram utilizadas dados do IBGE para identificação das malhas territoriais (2017) e limites das áreas urbanas do Brasil (2015). Utilizou-se dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (2019) para a identificação dos limites das UCs federais, no capítulo que trata da rede de áreas protegidas do Brasil.

As bases matriciais utilizadas foram imagens de satélite da base de dados Environmental Systems Research Institute (ESRI) (2018/19) e as fotografias aéreas, que representam o diferencial do estudo em tela¹². As fotografias aéreas impressas de Jericoacoara foram coletadas no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) (1968), com posterior digitalização, e as fotografias de Barreirinhas foram coletadas da USAF (1976).

¹² Por possuírem melhor resolução do que as imagens de satélites antigas, por serem de datas anteriores ao desenvolvimento do turismo e por serem de difícil acesso, o que limita seu uso em estudos acadêmicos.

A realização do mapeamento do trabalho foi feita em dois momentos. O primeiro foi o mapeamento das fotografias aéreas analógicas (impressas) do Dnocs. Foi feita a digitalização das imagens para o computador e posterior georreferenciamento, ou seja, a atribuição de coordenadas por meio de pontos conhecidos. Posterior a isso, foi feita a vetorização, ou seja, a interpretação dos elementos de uma imagem e definição de um significado para eles, que nesse estudo representou a identificação das casas e lotes existentes na localidade. Essas casas e lotes foram, então, mapeados e estão representados no mapa. Para a elaboração do mapeamento das trilhas, foram utilizadas imagens de satélites atuais e sua vetorização, o que permitiu interpretar visualmente todos os caminhos visíveis nas imagens de satélite que passam por dentro do PNJ.

Estruturação do trabalho

Dito isso, é apresentada a estrutura do trabalho. Todas suas partes dialogam entre si, e com as demais partes, procurando de modo holístico interconectar todos os tópicos aqui presentes. A primeira parte, que corresponde a esta introdução, delinea os objetivos da pesquisa e apresentam-se os procedimentos metodológicos que sistematizaram a condução e realização do trabalho, na busca de respostas para os questionamentos levantados.

A segunda parte apresenta o marco teórico e engloba os capítulos 2 e 3. O capítulo 2 trata da temática da sustentabilidade associado ao turismo e aos Parnas. São revisitados conceitos sobre turismo, entendendo-o como um fenômeno socioeconômico sistêmico e interdisciplinar. Faz-se um resgate do marco regulatório das áreas protegidas no país, focando nos Parnas. Faz-se ainda um paralelo entre turismo e sustentabilidade, expondo suas conexões e fragilidades. Apontam-se, também, os impactos socioambientais e conflitos associados ao turismo, em especial, em áreas contíguas de unidades de conservação. E, são apresentados modelos e ferramentas de gestão das UCs.

O capítulo 3 aborda os pontos concernentes ao turismo litorâneo e as mudanças socioambientais, que vêm ocorrendo na zona costeira, motivadas pelo desenvolvimento do turismo. Busca descrever a produção do espaço nas zonas costeiras do nordeste brasileiro tendo o turismo como um dos elementos de

destaque na configuração dos territórios na contemporaneidade, o que conduz à turistificação dos ambientes e a novos arranjos sociais.

O capítulo 4, seguinte, apresenta a caracterização das áreas estudadas dentro de um contexto socioambiental, espacial e turístico. É feita uma descrição das comunidades de acesso de Jericoacoara e de Barreirinhas, bem como, dos respectivos parques nacionais (PNJ e PNLN). Buscou-se apresentar as informações de modo fluido, sem fragmentar o conteúdo em tópicos estanques. Dessa forma, foi possível traçar um diálogo entre ambas territorialidades, o que facilitou a compreensão de suas dinâmicas.

O capítulo 5 traz os resultados e contribuições da pesquisa, respondendo as questões que norteiam o estudo. Para tal, são apresentados os resultados das análises de dados secundários e primários, obtidos conforme descrito no percurso metodológico. Durante as análises inseridas ao longo do capítulo, pontuam-se as contribuições para a gestão sustentável dos Parnas e do turismo nas comunidades de acesso. Para finalizar o trabalho, as considerações finais são descritas no capítulo 6.

É irrefutável que as comunidades modernas estão embasadas num modelo irracional de sobrevivência não duradouro, haja vista a crise ambiental que aflige o mundo. O desenvolvimento do turismo litorâneo em zonas costeiras, por sua parte, vem reconfigurando e moldando as comunidades aí inseridas, promovendo nelas alterações socioambientais que merecem atenção pelas adversidades associadas, a exemplo de novas dinâmicas socioespaciais e intensa turistificação. Com efeito, a transformação destas comunidades ou mesmo a criação de comunidades sustentáveis, que abarque toda a sua essência enquanto comunidade e inter-relações aí presentes, é o maior desafio dos tempos atuais.

2 SUSTENTABILIDADE, TURISMO E PARQUES NACIONAIS

Tratar de sustentabilidade em décadas recentes requer um entendimento de ambiente que integre os elementos do *lócus* biológico e do *lócus* social, superando os estritos limites biológicos, anteriormente, formulados pelos ambientalistas (SAVILOLO; DELAMARO; BARTHOLO, 2005).

Neste contexto, Leff (2006, p. 79) colocou “o vínculo sociedade-natureza deve ser entendido como uma relação dinâmica” e Saviolo, Delamaro e Bartholo (2005, p. 16) acrescentaram “homem e natureza são percebidos como mantendo um vínculo indissolúvel, e o conceito de sustentabilidade é referido à construção social de tal vínculo [...]”.

Sustentabilidade, portanto, diz respeito às condições de vida da sociedade e suas dimensões: econômica, política, social, ambiental, espacial/territorial, cultural, ecológica (SACHS, 2002), que se relacionam em um processo de complementaridade ou mesmo de antagonismo (a conquista de uma dimensão pode provocar a retração de outra). Nesta lógica, alcançar a sustentabilidade econômica não significa alcançar a sustentabilidade ambiental.

Os autores Saviolo, Delamaro e Bartholo (2005, p. 23) pontuaram que a “noção de sustentabilidade refere-se ao poder do *agir* do homem e suas consequências no espaço e no tempo”, ressaltando o princípio ético pertinente à sustentabilidade e que implica em responsabilidade pela condição de vida das gerações futuras.

Isso requer um olhar atento às áreas naturais, posto que a sustentabilidade demanda o uso racional dos recursos e a manutenção dos estoques da natureza. A sua capacidade regenerativa e reposição por processos naturais ou artificiais devem, portanto, ser garantidas. Este aspecto deve ser ainda mais efetivo, ao preconizar o uso turístico dos espaços naturais como elementos da oferta turística.

Em se tratando do turismo, uma vasta abordagem conceitual sobre o assunto é apresentada pelos estudiosos da área (LICKORISH; JENKINS, 1997; COOPER, 2001; MEETHAN, 2001; BENI, 2007; DIAS, 2008; BARRETTO, 2014; RUSCHMANN, 2015), que concordaram com os seguintes pontos: trata-se do deslocamento de pessoas para locais fora de sua residência e caracteriza-se por ser um fenômeno multisetorial e multidisciplinar. O sistema turístico (BENI, 2007) em

sua complexidade abrange aspectos de âmbito social, ambiental, político, econômico, social e cultural e afeta uma gama de instituições públicas e/ou privadas de forma direta ou indireta.

Define-se turismo em termos conceituais e em termos técnicos e operacionais (VANHOVE, 2017). Em um sentido conceitual, é um fenômeno social com diversos elementos interconectados, que surge a partir do deslocamento temporário de pessoas para destinações diferentes de seus locais de residência e com propósitos diversos, desde que não envolva um trabalho remunerado.

As definições técnicas e operacionais têm a função de estabelecer adequadamente padrões estatísticos. Envolvem a identificação de categorias de viagem e visitas, define o tempo de duração da estadia fora da residência, reconhece situações específicas, como o tempo que a pessoa fica em trânsito em determinado local, conceitos sobre visitante e excursionista, dentre outros.

Infer-se ao turismo a propriedade de ser uma atividade social, praticada e planejada pelos homens, que promove interferências no espaço e deve, portanto, seguir os princípios éticos da sustentabilidade. Refletir sobre o turismo sob o prisma da sustentabilidade é tarefa árdua pela complexidade de questões concernentes a ambos, perceptível ao referir o turismo às diferentes dimensões da sustentabilidade (Quadro 1).

O setor de turismo e viagens conecta de modo sistêmico diversas atividades: os atrativos turísticos, hospitalidade, transportes, agências e operadoras turísticas, e os organizadores nas destinações (VANHOVE, 2017). Tais atividades conectam-se e articulam-se em um processo de complementaridade, o que demonstra que as relações em rede no turismo são essenciais para a comercialização do produto turístico (SCOTT; COOPER; BAGGIO, 2008).

Sob este viés, coloca-se aqui a inserção dos Parnas como uma dessas atividades, classificados como atrativos turísticos, presentes no composto da oferta turística e que, pelas relações de complementaridade em rede no turismo, são ofertados como elementos do produto turístico. Mesmo que não seja seu objetivo primordial, a visitação turística aos Parnas brasileiros tem crescido e registrado números expressivos a cada ano (MMA, 2019).

Quadro 1 – Dimensões da sustentabilidade referidas ao turismo

Dimensão Social	Aspectos sociais da atividade: geração de emprego e renda. Enfrentamento de carências e problemas locais: melhoria da qualidade de vida, equidade e justiça social.
Dimensão Econômica	Aspectos econômicos da atividade: participação do turismo no PIB, receitas geradas pelo turismo, efeitos multiplicadores na economia.
Dimensão Cultural	Encontro com outros povos e culturas. Valorização da identidade cultural. Significação e preservação patrimonial.
Dimensão Ambiental	Manutenção da diversidade biológica e do estoque de recursos naturais. Formas sustentáveis de apropriação da natureza pelo turismo.
Dimensão Espacial ou Territorial	Uso e ocupação do solo pelo turismo, com base na diversidade ambiental e de formas sociais.
Dimensão político-institucional	Formulação e implementação de políticas públicas, condições de governabilidade e prática de governança. Articulação entre instituições públicas e privadas e a sociedade.

Fonte: Adaptado de Saviolo, Delamaro e Bartholo (2005).

O incremento na demanda pelo turismo praticado em áreas naturais de grande beleza cênica, a exemplo dos Parnas, demonstra que o ideário de regresso à natureza (HIERNAUX-NICOLAS, 2002) está presente no imaginário turístico da atualidade. Este retorno se relaciona também ao declínio da qualidade ambiental geral e ligada à vida cotidiana em particular. O turismo, neste sentido, está intimamente conectado com a proteção de áreas naturais e culturais, uma vez que, com frequência, a alta qualidade do ambiente natural ou cultural é fator primordial de atração de turistas.

Em casos particulares, os gestores dessas áreas não abraçam a atividade turística, pois, desde períodos passados e ainda em tempos recentes, têm que focar suas ações em evitar ou reparar os danos causados pelos visitantes. Uma interação mais próxima entre a gestão dos recursos naturais e a gestão turística é crucial para que os gestores dos Parnas possam trabalhar em parceria com o setor turístico, aprendendo e entendendo-o. E dirimindo os conflitos sobre lógicas e racionalidades que embora distintas são complementares (SILVA, 2008). Isso permite que os gestores busquem influenciar e entendam os impactos do turismo nas áreas protegidas. A conservação deve ter prioridade máxima nas áreas protegidas, mas não significa que o turismo não possa trazer benefícios (EAGLES; BOWMAN; TAO, 2001). Um debate interessante é exteriorizado por Liu (2003) ao discorrer que, muitas abordagens na gestão de áreas protegidas, focam na sustentabilidade ambiental e no controle de visitação, entretanto, o essencial, em termos práticos, é o manejo do fluxo crescente de visitantes para áreas naturais.

Pensando nos proveitos advindos com a atividade, o ICMBio, responsável pela gestão de 335 UCs federais, incluso os Parnas, expõe em seus planos e planejamentos que o turismo ecológico e a recreação junto à natureza, quando desenvolvidos de maneira estruturada e responsável, são ferramentas e estratégias para atingir o objetivo de proteção e conservação do patrimônio natural brasileiro (ICMBio, 2018b).

Concorda, ademais, que as comunidades adjacentes são beneficiadas com o uso turístico das UCs e pela inserção da atividade no arranjo econômico local.

Uma unidade de conservação bem estruturada e implementada é capaz de atrair o fluxo de visitantes para a região onde ela se encontra, beneficiando os municípios situados nas suas redondezas com estímulos que promovam o engajamento social dos ativos econômicos regionais, e que se traduzem em benefícios diretos para as populações vizinhas (ICMBio, 2018b, p. 04).

Almejar uma visitação pública com base na sustentabilidade e de forma estruturada é um ideal difícil de ser concretizado diante da realidade brasileira quanto à gestão das UCs. Graves questões desafiam os gestores, como o pequeno contingente de servidores para atender à enorme extensão territorial das áreas protegidas e recursos financeiros escassos. Entretanto, recomendações feitas por estudos que abordam o tema (SILVA; RIBEIRO, 2018; EAGLES; McCOOL, 2010) e práticas bem-sucedidas, experimentadas em Parnas nacionais, como o Parque Nacional de Iguazu, indicaram que parcerias com o setor privado para manejo da visitação pode gerar recursos às UCs.

2.1 Aspectos da sustentabilidade no contexto do turismo e dos parques nacionais

O turismo é considerado uma atividade estratégica quando se trata dos efeitos multiplicadores na economia e como indutora do desenvolvimento. Durante a segunda metade do século passado, tornou-se um dos setores mais importantes e com mais rápido crescimento no cenário econômico mundial, alcançando, nos anos de 1970, uma taxa anual de crescimento de 5,5% em termos de chegada de turistas em viagens internacionais. Embora ainda apresente crescimento anual positivo, esse número declinou para 3,9%, no período entre 2000-2015 (VANHOVE, 2017). E vem se mantendo na ordem dos 4% anuais, entre 2016 e 2018.

Archer e Cooper (1998) pontuaram que os estudos iniciais sobre os impactos do turismo focavam o aspecto econômico, não apenas porque eram facilmente quantificáveis e mensuráveis, como também porque existia um otimismo perante a atividade quanto aos benefícios econômicos líquidos que gerava para as destinações receptoras.

Entretanto, embora sejam evidentes as contribuições à economia, devido ao aumento de questões concernentes sobre desafios ambientais globais e locais, deve-se ponderar acerca dos impactos negativos da atividade associados ao ambiente e às populações locais. Cresceram os estudos que devotam suas análises à inter-relação do turismo com os recursos naturais e artesanais, e o uso destes como uma mercadoria (STABLER; PAPTODOROU; SINCLAIR, 2010).

Leiper (1995), um dos autores precursores dos estudos sobre os impactos do turismo, apresentou uma visão mais integradora, abrangendo em seus estudos profícuos, não apenas o contexto econômico, como também, o contexto sociocultural e o contexto ambiental. O autor pontuou como impactos negativos em ambientes físicos prejuízos em elementos como ar, água, energia e vegetação resultantes do turismo massivo; poluição da paisagem; excesso de infraestrutura construída; e espaços segregados para turistas, onde os nativos não são partícipes. Por outro lado, compõem o rol de impactos negativos: revitalização de lugares históricos; recuperação de áreas naturais para fins turísticos; e instalação de obras infraestruturais urbanas de saneamento e saúde.

O turismo, por sua natureza, atrai pessoas para ambientes e sociedades frágeis e singulares, o que pode neutralizar os seus benefícios econômicos devido às consequências socioambientais adversas anteriormente não mensuradas (ARCHER; COOPER, 1998). Exemplos comuns de impactos negativos associados ao turismo e que afetam a sustentabilidade do destino em suas diversas dimensões são apresentados na Figura 1.

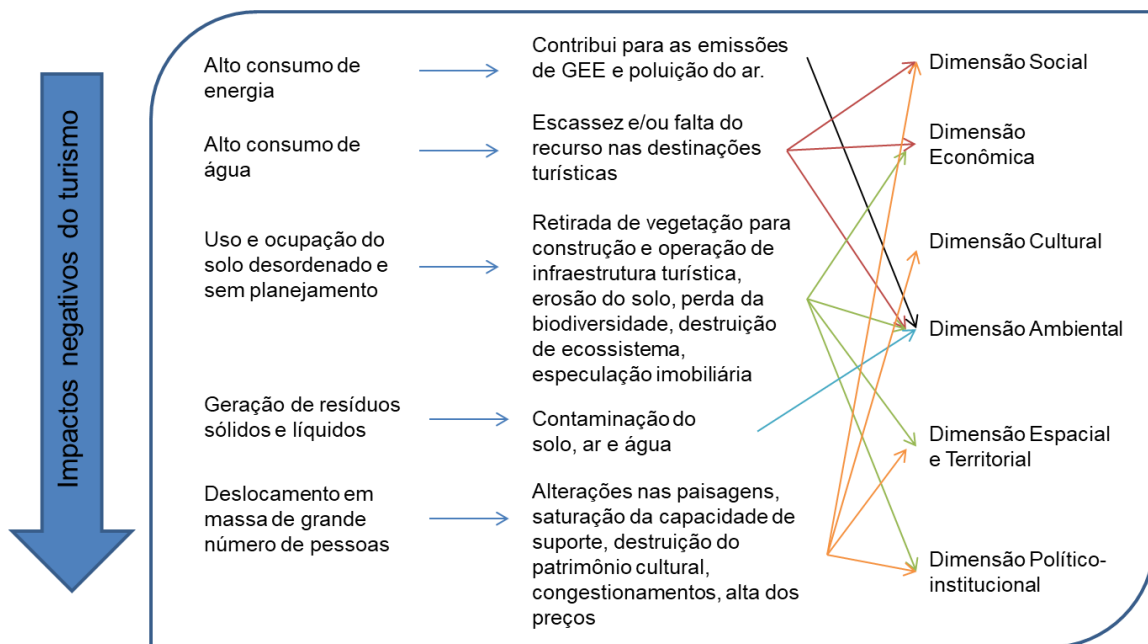
Diante das adversidades, ações contrárias ao desenvolvimento do turismo podem ser observadas em destinos nos quais a capacidade de suporte encontra-se saturada por consequência da massificação do turismo e da turistificação, processo de transformação espacial e socioeconômica de regiões em detrimento do interesse turístico.

Como explicam Issa e Dencker (2006, p. 02), o processo de turistificação “[...] ocorre quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um

direcionamento das atividades para o atendimento dos que vem de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos”.

Neher (2018), em artigo publicado no site de notícias do G1, descreveu o sentimento da população local quanto à massificação e turistificação em alguns dos principais destinos turísticos da Europa, como Veneza, Amsterdã, Berlim e Roma. Segundo a autora, os moradores perceberam uma redução na qualidade de vida, devido ao fluxo crescente de turistas e exigem alternativas para que as cidades não percam sua identidade. Veneza, por exemplo, em 30 anos, perdeu metade de sua população como resultado do deslocamento de seus moradores, em decorrência do intenso fluxo turístico e da alta dos preços dos imóveis.

Figura 1 - Impactos negativos associados ao turismo que afetam a sustentabilidade do destino



Fonte: a autora (2019) baseado em Leiper (1995); Archer e Cooper (1998); Swarbrooke (2000); Rodrigues (2001); Krippendorf (2001); Dias (2008); Hall e Lew (2009); Ruschmann (2015); Len Zen (2018).

Em Barcelona e Palma de Mallorca, cidades espanholas, a população expressou seu descontentamento com o turismo por meio de protestos nas ruas, em 2017. Como relatou Gabriel (2017), Barcelona tem vivido um fenômeno denominado de “turismofobia”, a aversão aos viajantes, considerados responsáveis por diversos problemas da cidade. De acordo com o jornalista, uma pesquisa realizada, em

junho/2017, pela prefeitura da cidade, revelou que, na percepção dos moradores, o turismo se transformou no pior problema local, à frente do desemprego.

A disseminação da “turismofobia” pode ser resultante de um fenômeno que marca o desenvolvimento vertiginoso do turismo, em tempos contemporâneos, o “overtourism” (overturismo, em tradução literal para o português). O termo é relativamente novo, os primeiros escritos datam de 2017, com aumento substancial da literatura científica relativa ao tema, em 2018. Embora tenha ganhado popularidade, o termo almeja maior delineamento e clarificação e continua aberto para múltiplas interpretações (KOENS; POSTMA; PAPP, 2018).

Peeters et al. (2018) concordaram sobre a inexistência de uma definição conceitual clara, entretanto, apontaram que o fenômeno está associado ao número de turistas, o tipo e o tempo da visita nas destinações e sua capacidade de carga. Na concepção dos autores, o overturismo descreve situações nas quais os impactos do turismo, em determinados períodos e, em determinados locais, excederam a capacidade de suporte física, ecológica, social, econômica, psicológica e/ou política de uma destinação.

Alguns aspectos relativos ao overturismo nas destinações turísticas foram descritos por Peeters et al. (2018): resulta de estratégias focadas no aumento do fluxo turístico; a percepção negativa das interações entre turistas, residentes e trade deve-se ao expressivo número de turistas em certos períodos ou em certos lugares; desenvolve-se quando os limites da capacidade de carga, em uma ou mais esfera, está excedido; está relacionado aos baixos custos de transportes, favorecendo os deslocamentos; e associa-se a velocidade de inserção dos atrativos turísticos devido às mídias sociais e plataformas de propaganda. Sugere-se, diante dessas questões, repensar o foco no aumento do fluxo turístico e enfatizar ações para otimizar os benefícios da atividade.

Credita-se ao turismo de massa as principais ações adversas da atividade em um destino turístico por estar associado a um grande volume de turistas. Também conhecido como turismo tradicional ou convencional, foca na realização de viagens por grupos numerosos de pessoas. Era característico de centros urbanos, entretanto, nos tempos atuais, com a facilidade de deslocamento, pode-se encontrar um quantitativo significativo de turistas em cidades menores e interioranas. Fato que tornou a produção turística um dos negócios mundiais de maior crescimento. Como aponta a UNWTO (2018), como categoria de exportação a nível mundial, o turismo

ocupa a terceira posição, ficando atrás de produtos químicos e combustíveis e a frente do setor de automação.

A percepção do turismo, enquanto um fenômeno de massas, ocorre após a Segunda Guerra Mundial, devido a uma combinação de fatores envolvendo acessibilidade, mobilidade e disponibilidade de dinheiro. A introdução de novas tecnologias, como melhorias nas telecomunicações, meios de transportes mais eficientes e popularização dos computadores, motivou transformações na vida da sociedade e em suas relações de lazer, de trabalho e interpessoais (OMT, 2003). Contribuíram, no século passado (LEIPER, 1995; KRIPPENDORF, 2001; ARAMBERRI, 2010), e, ainda contribuem (PEETERS et al., 2018), os aspectos relativos a: incremento na renda da sociedade, férias pagas com aumento do tempo de lazer, urbanização e evolução dos meios de transportes com consequente redução dos custos de viagem.

Como descreveu Milano (2017), os movimentos políticos de Berlim contrários aos turistas, o alerta das associações de moradores em Lisboa, as manifestações nas Ilhas Baleares, a chamada síndrome de Veneza¹³, a proposta de zonas com tráfego limitado de turistas em cidades italianas e os protestos contra o aumento dos aluguéis e especulação quanto aos imóveis turísticos em cidades como Nova Orleans e Toronto, abrem novos panoramas sobre o que George Doxey, nos anos de 1970, definia como o índice de irritabilidade turística.

Doxey desenvolveu, em 1975, o Modelo Irridex, a fim de

[...] identificar e explicar os efeitos cumulativos do desenvolvimento do turismo sobre as relações sociais e a evolução da mudança nas atitudes dos moradores com relação aos turistas (AIRES; FORTES, 2011, p. 24).

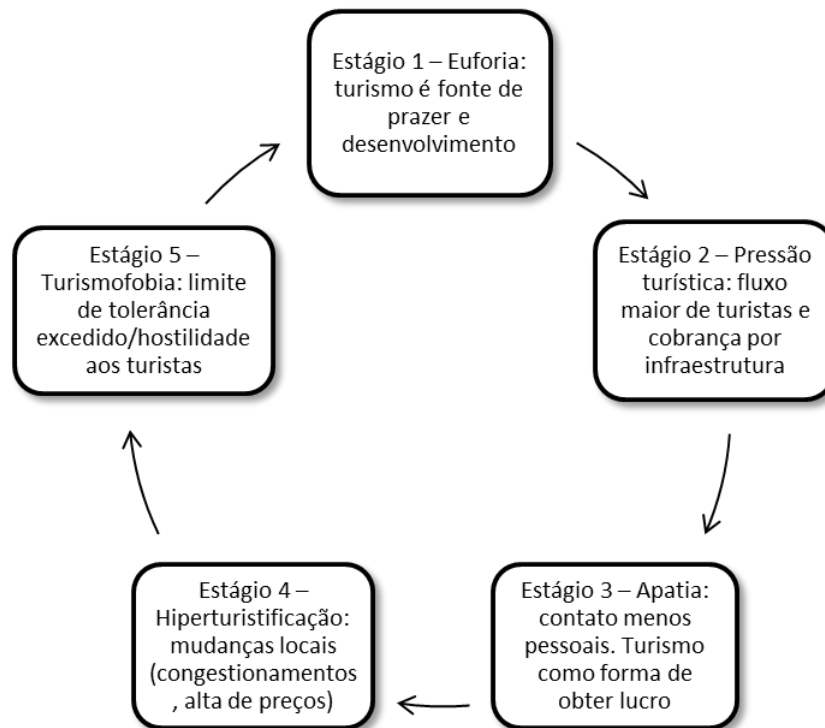
Os estágios, pelos quais passam a comunidade receptora, são descritos na Figura 2 e podem ser aplicados para avaliar a sustentabilidade turística dos destinos.

O elo entre a comunidade que habita e seu lugar é responsável pela formação identitária local. A produção do lugar é indissociável à produção cultural. Leff (2001) destacou que o espaço habitado é o território de um povo, onde se estabelecem sujeitos sociais, que projetam e se apropriam do espaço geográfico e ali habitam.

¹³ No documentário alemão titulado “A síndrome de Veneza” (2012), o diretor Andreas Pichler analisa como a hiperturistificação de Veneza já causou graves consequências sobre a vida urbana da cidade.

Os autores Saviolo, Delamaro e Bartholo (2005, p. 21) destacaram que as “práticas de apropriação do meio caracterizam a territorialidade, construída ao longo de um processo histórico e dialético entre a espacialidade geográfica, a organização ecológica e a significância cultural”. Em resumo, o lugar se produz a partir de um contexto social existente e sua relação com um contexto histórico e cultural que formam os significados e sentidos relativos ao lugar.

Figura 2 - Estágios do efeito turístico com base no modelo Irridex



Fonte: Adaptado de Krippendorf (2001); Aires e Fortes (2011).

Nos destinos receptores, acima elencados, esse pertencimento ao lugar, por parte das comunidades, que foi construído, histórica e culturalmente, vem se perdendo e dá processo ao surgimento de uma nova configuração espacial e cultural, caracterizada por uma identidade turística, onde “a conquista e o servilismo [passam a ser] violentadores da autenticidade cultural” (SAVILOLO; DELAMARO; BARTHOLO, 2005, p. 20).

Em contrapartida, o turismo é, em muitos destes casos, um dos pilares da economia local e nacional. Na Espanha, em 2017, a contribuição total do setor de turismo e viagens representou 14,9% do PIB e empregou mais de 2,8 milhões de pessoas, o que equivaleu a 15,1% do mercado total de trabalho (WTTC, 2018b). Na Itália, no mesmo ano, o setor contribuiu com 13% do PIB e empregou cerca de 3,3

milhões de pessoas, representando 14,7% do total de empregos (WTTC, 2018c). Portanto, o fim da prática do turismo, nestas localidades, pode provocar uma estagnação socioeconômica, interferindo nas dimensões social e econômica da sustentabilidade.

Essas manifestações de insatisfação e intolerância quanto ao turismo, e que acarreta sua insustentabilidade cultural, advêm da forma como o trade e poder público conduzem o desenvolvimento da atividade. A contraparte é viabilizar, de fato, ações sustentáveis que envolvam todos os atores ligados ao turismo (população local, turistas, setor público e privado).

Impor limites em relação ao número de turistas que visitam o destino (LIU, 2003), criar mecanismos para regular os serviços turísticos, como o serviço de hospedagem online, impedir a instalação de novos equipamentos de infraestrutura turística, conscientizar turistas para adotar ações sustentáveis são medidas que estão sendo postas em práticas por algumas localidades, a fim de minimizar os impactos negativos relacionados ao turismo (MILANO, 2017).

Neste cenário, o desafio que se coloca é garantir a sustentabilidade em todos os seus âmbitos nos destinos turísticos e minorar qualquer efeito adverso que a atividade possa ocasionar na localidade. Com esse propósito, emerge o conceito de “turismo sustentável”, após a adoção do modelo de desenvolvimento sustentável pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1987 (BHATTARAI, 2015), e que admite a utilização dos recursos naturais necessários para garantir uma boa qualidade de vida, porém sem comprometer sua utilização pelas gerações que virão.

Os princípios do turismo sustentável começaram a ser difundidos a partir do final dos anos 1980, como reflexo das implicações ambientais apresentadas no Relatório Brundtland, pioneiro na definição de desenvolvimento sustentável¹⁴, as quais poderiam ser conferidas a atividade turística também (SWARBROOKE, 2000).

Turismo sustentável passou a ser definido como

a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a

¹⁴ Segundo o relatório, desenvolvimento sustentável é a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. Em resumo, é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidos para o futuro (MTUR, 2016, p. 07).

Clarke (1997) identificou quatro abordagens para o turismo sustentável em contraposição ao turismo de massa, as quais evoluíram ao longo do tempo, de modo sequencial, a saber: 1ª abordagem (polares opostos) caracterizou o turismo de massa como o mau turismo, gerador de impactos negativos e destrutivo, em oposição, ao bom turismo ou turismo sustentável; 2ª abordagem (continuidade), o turismo sustentável faz uso da infraestrutura do turismo de massa, portanto, quando mau gerido, pode se tornar massificado; 3ª abordagem (movimento), com alinhamento mais próximo ao desenvolvimento sustentável, com foco em reestruturar a compreensão de turismo de massa para formas mais sustentáveis de prática da atividade, recriando o turismo de massa como objeto de melhoria para alcançar o objetivo final, o turismo sustentável; e 4ª abordagem (convergência), o turismo sustentável é uma meta a ser alcançada, em pequena escala, com foco no local.

O turismo sustentável trata-se, portanto, de um objetivo a ser atingido na condução correta das práticas turísticas, seja em termos de segmentação¹⁵ ou de gestão. Liu (2003) e Aramberri (2010) reforçaram que os agentes que praticam o turismo de massa podem ser os mesmos que exigem práticas sustentáveis nas destinações. Em outras palavras, os residentes de destinos que sofrem o overturismo e, por consequência, sentem a “turismofobia”, podem, em certo momento, ao saírem de férias, serem os praticantes do overturismo e provocarem a “turismofobia” em outras destinações. Dessa forma, o overturismo é fruto e reflexo de uma criação da sociedade moderna (PEETERS et al, 2018; KOENS; POSTMA; PAPP, 2018).

Bhattarai (2015) ressaltou que, por vezes, os termos, turismo sustentável e ecoturismo, são utilizados de modo intercambiáveis, mas possuem diferentes significados. Para o autor, o ecoturismo é uma prática do turismo na natureza (áreas naturais) que permite conectar o turismo com os princípios ecológicos e socioeconômicos da sustentabilidade, ou seja, do turismo sustentável.

¹⁵ A segmentação turística ou turismo segmentado vem sendo desenvolvido a partir de meados dos anos 1980 e visa atender a pequenos e diferentes nichos de mercado de forma mais personalizada. Alguns segmentos, como o ecoturismo, vêm apresentando altas taxas de crescimento no mercado, diferente do turismo de massa cujas taxas não são muito altas.

Conservacionistas, com esse entendimento, passaram a acreditar no turismo como um meio para garantir a conservação ambiental, em áreas protegidas, em particular, nos Parnas. Diversos segmentos turísticos, caso do ecoturismo, turismo baseado na natureza, turismo de baixo impacto, turismo comunitário, turismo de base local etc, reforçam o conceito de sustentabilidade e a prática sustentável do turismo na natureza, que se transformou num refúgio seguro e distante do estresse urbano cotidiano.

2.2 Contexto (em contesto) da rede de áreas naturais protegidas no mundo e no Brasil

A base ideológica que estabeleceu a rede de áreas naturais protegidas está inculcada nas ideias preservacionistas que emergiam fortemente nos Estados Unidos, em meados do século XIX. Embora seu auge tenha se dado no continente americano com a criação dos parques nacionais, sendo o primeiro deles, o de Yellowstone, em 1872, a origem do pensamento preservacionista surgiu na Europa, especialmente na Inglaterra, com a reprovação e a contestação de concepções que valorizavam o mundo natural domesticado e a visão antropocêntrica de mundo, presentes até o século XVIII (DIEGUES, 2008).

Não obstante, a valorização da industrialização como símbolo de desenvolvimento e civilização mostrou, aos poucos, a condição insalubre do espaço urbano-industrial. Passou-se a almejar a vida no campo e a valorizar a natureza como lócus de refúgio. As áreas naturais protegidas passam a ser vistas como ilhas de natureza intocada, compondo o imaginário da vida selvagem. É neste contexto que se insere o conceito de parque nacional como área natural e selvagem, nos Estados Unidos, visão que foi expandida para o resto do mundo, em especial, para os países subdesenvolvidos.

A proteção ambiental foi motivada, igualmente, pelas tensões geradas com a expansão agrícola em terras norte-americanas, que já se estendia em muito pelo território do país. Em realidade, as áreas protegidas “[...] foram criadas em benefício das populações urbanas norte-americanas que poderiam, como visitantes, apreciar as belezas naturais” (DIEGUES, 2008, p. 55).

Alier (2011) aponta que a instauração de áreas protegidas está calcada na corrente do ecologismo denominada “culto à vida silvestre”, em que se defende a

natureza intocada. Tem respaldo na biologia da conservação e propõe manter reservas naturais livres da interferência humana, por meio da criação de espaços protegidos, como os parques nacionais ou naturais. Existem ainda outras categorias e denominações, mas o propósito principal é a exclusão de humanos de seu território como residentes, permitindo apenas a visitação pública temporária.

No movimento conservacionista foram estabelecidas três vertentes básicas a serem seguidas: o uso eficiente dos recursos naturais, o uso adequado dos recursos que serviria de instrumento para uma democracia eficiente; e a conservação dos recursos que estaria atrelada à manutenção da beleza estética, como também, servia para amenizar as pressões psicológicas da vida urbana.

Para os naturalistas, o homem deveria ser afastado da natureza para protegê-la. Esse espectro ainda persiste na ideologia de ambientalistas mais conservadores, todavia, no decurso teórico desta tese, encontra-se superado pelo mito moderno da natureza intocada formulado por Diegues (2008).

Na concepção deste autor, a existência de um mundo selvagem desconexo do meio social ou do convívio humano seria a tentativa de recriar ou reproduzir o mito do paraíso terrestre, com forte influência no cristianismo, em que o homem recorre aos espaços naturais selvagens em busca do paraíso perdido de onde foi expulso.

A etimologia propriamente dita da palavra mito, no sentido de falácia ou ilusão, não seria a mais acertada para analisar a questão retratada em sua obra. Como expõe, o conceito está relacionado à representação simbólica de que existiam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, em um estado puro anterior à intervenção do homem, as quais deveriam ser protegidas totalmente da ação destruidora humana.

Replica-se o mito no auge da sociedade industrial, com o discurso de refazer-se do cotidiano estressante imposto pela sociedade produtivista urbano-industrial. Essa retórica é absorvida no campo da epistemologia turística e, dessa maneira, os viajantes interiorizam os imaginários descritos por Hiernaux-Nicolas (2002) de desejo de evasão e retorno à natureza por meio das práticas turísticas. O reforço deste imaginário junto aos grupos sociais, potenciais turistas, é feito pelo trade turístico e gestores ligados a ele, por meio de ações e esforços de marketing, visando a mercantilização dos espaços naturais como recurso turístico. As áreas naturais simbolizam, portanto, no imaginário turístico refúgios de contemplação.

Os anos 1960, por sua vez, são marcados pelo surgimento de um novo ecologismo, cujo arcabouço ideológico estava calcado nas questões ecológicas, em contraposição ao preservacionismo e sua proteção integral da natureza. A crítica ideológica estava direcionada à vida quotidiana nas sociedades industriais, abastadas e consumistas. E propunha-se o retorno aos modelos de convívio das sociedades primitivas (DIEGUES, 2008).

Outros enfoques no modo de pensar e analisar a relação entre o homem e natureza se manifestaram a partir de diferentes movimentos que tratam as questões ambientais. Dá-se ênfase a dois: a) um biocêntrico, que pretende ver o mundo natural em sua totalidade, na qual o homem está inserido no ecossistema como qualquer outro ser vivo, pode-se até fazer uma analogia com a visão sistêmica, em que os elementos do sistema estão conectados em um mesmo ambiente, se influenciando mutuamente; b) um antropocêntrico, que enxerga uma bipartição entre homem e natureza, em que o primeiro pode subjugar o segundo, por meio da exploração dos recursos naturais.

No Brasil, como na maioria dos países em desenvolvimento, privilegiou-se a visão preservacionista herdada dos norte-americanos, e com essa base ideológica, construiu-se a rede nacional de áreas protegidas.

A criação de espaços territoriais protegidos, no Brasil, é um dos instrumentos estratégicos da política ambiental brasileira, que, dentro de um panorama preservacionista, visa “proteger frações representativas dos ecossistemas, cenários de beleza cênica e monumentos naturais, estoque de recursos (florestais e hídricos) e biodiversidade para atuais e futuras gerações” (CABRAL; SOUZA, 2005, p. 50).

Freitas (2015) propõe uma periodização no que tange à formulação de ações e normas relacionadas à instituição de áreas protegidas por parte do poder público enquanto elementos de um planejamento estatal territorial e ambiental. O autor descreve quatro períodos, sistematizados no Quadro 2.

Quadro 2 – Períodos do planejamento estatal e normatização das áreas protegidas no Brasil

Período	Decorrências
Início da década de 1930 e meados da década de 1960	Advento do planejamento e normatização das áreas protegidas, incentivados pelo ideário de modernização; Entre 1934 e 1937 foram estabelecidos instrumentos legais que deram

	base à criação das áreas protegidas, dentre eles, a Constituição Republicana (1934) e o Código Florestal (1934), que estabeleceu conceitos e normas para Parques Nacionais e Florestas Nacionais; Criação do Parque Nacional de Itatiaia (RJ e MG) (1937); Criação dos Parques Nacionais do Iguaçu (PR) e Serra dos Órgãos (RJ); Criação da Floresta Nacional de Araripe-Apodi (PI, CE e RN) (1940) e da Floresta Nacional de Caxiuana (PA) (1961); Padrão de concentração na costa e áreas urbano-metropolitanas do eixo Sul-Sudeste.
Meados de 1960 até meados de 1980.	Desenvolvimentismo autoritário pela ascensão do governo militar e estabelecimento das bases da política ambiental; Planejamento nacional ganhou impulso e dimensão ambiental ganhou maior expressão, mas com foco no território; Avanços nas políticas ambientais como resposta aos prejuízos ambientais associados à industrialização e à urbanização (fruto da modernização) e às pressões do movimento ambientalista que se afirmava nacionalmente; Aperfeiçoamento do Código Florestal (1965), com destaque para a definição das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs); Aprovação do Código de Fauna (1967); Criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (1967) e Secretaria Especial de Meio Ambiente (1973); Estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) (1981); SEMA propõe outras categorias: Estação Ecológica, Área de Proteção Ambiental, Reserva Ecológica e Área de Relevante Interesse Ecológico.
Meados de 1980 e início dos anos 2000	Redemocratização, declínio do planejamento nacional, mas com fomento à política ambiental; Aprovação da Constituição Federal (1988), com destaque para o meio ambiente; Instabilidade econômica e parcerias com Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e ONGs para captar recursos e executar ações; Realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) – avanços das discussões ambientais contemplando o social e o ambiental de modo integrado (socioambientalismo) em contraposição à intocabilidade de ecossistemas (preservacionismo); Criação do Ministério do Meio Ambiente (1992); Interiorização das áreas protegidas, instituição de novas categorias e falta de articulação entre as mesmas; Estruturação do sistema brasileiro de áreas protegidas com a aprovação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) (2000).
A partir do início dos anos 2000	Fomento à política ambiental a partir do Snuc, instrumento que articula e sistematiza as áreas protegidas em escala nacional.

Fonte: Adaptado de Freitas (2015).

A rede de áreas naturais legalmente protegidas no país foi iniciada com a criação dos Parques Nacionais do Itatiaia, de Iguaçu e da Serra dos Órgãos, na década de 1930. E foi nos espaços litorâneos de mata atlântica, habitados por populações tradicionais, que foram implantadas, a partir desse período, grande parte das áreas naturais protegidas.

A partir dos anos 2000, a estruturação das áreas naturais protegidas brasileiras é definida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc),

regulamentado pela Lei 9.985/2000, que as congrega sob a denominação de UCs. A sistematização das UCs abrange estratégias de conservação e preservação ambiental e subsidia o planejamento estatal no campo ambiental, sendo, portanto, um de seus instrumentos. Considera-se que a instituição de UCs são normas que se materializam em um território, influenciando na dinâmica de seus usos (FREITAS, 2015).

O sistema foi criado com base em convenções internacionais e objetiva: contribuir para manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território brasileiro, proteger as espécies ameaçadas de extinção, contribuir para a preservação e restauração da diversidade de ecossistemas naturais, promover o desenvolvimento sustentável, dentre outros (BRASIL, 2000).

O Snuc afirmou para a sociedade brasileira que

[...] o meio ambiente é visto não como uma restrição ao desenvolvimento, mas como um mosaico de oportunidades de negócios sustentáveis que harmonizam o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a proteção dos recursos naturais (CABRAL; SOUZA, 2005, p. 23).

Os espaços protegidos são recortes territoriais, com regime especial de uso, instituídos pelo poder público. Essa visão é aplicada nas diferentes categorias de UCs, algumas centradas na proteção dos recursos, outras com foco na conservação, uso sustentável dos recursos, sem perder de vista a função econômica que esses espaços podem agregar. Esta condição de favorecer o desenvolvimento socioeconômico é reforçada para as comunidades de acesso aos parques nacionais, que passam a vislumbrar no turismo uma melhoria em sua condição de vida.

Como é descrito na legislação, existem duas categorias de UCs, as de Proteção Integral, com maiores restrições de uso e as de Uso Sustentável, onde é permitida a prática de um maior número de atividades, sejam de caráter público ou privado, desde que se cumpram as condições estabelecidas nos Planos de Manejos das áreas. Algumas práticas incentivadas nos Parnas são: pesquisas científicas, o turismo ecológico¹⁶, atividades de educação e interpretação ambiental e de recreação em contato com a natureza.

¹⁶ Muito embora não exista um consenso conceitual entre os autores sobre os diferentes segmentos ligados ao turismo praticado na natureza, o termo turismo ecológico, neste caso, está associado ao ecoturismo, que exige um planejamento turístico sustentável e práticas sustentáveis a serem seguidas.

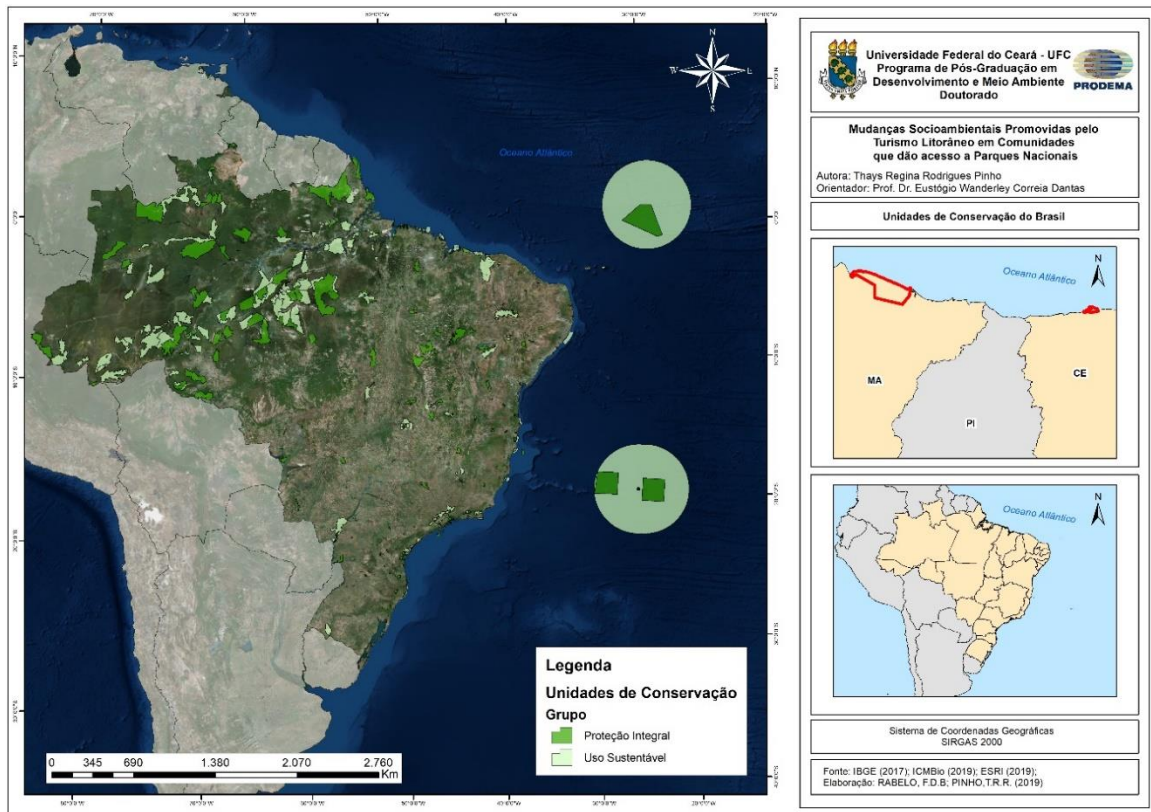
Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA; CNUC, 2019), existem, atualmente, no país, 742 UCs de Proteção Integral nas esferas federal, estadual e municipal, o que corresponde a uma área protegida de 662.176 km². Quanto as UCs de Uso Sustentável, são 1567, no total, correspondendo a uma área de 1.884.620 km². Até março de 2018, existiam 102 UCs localizadas na zona costeira do país, cujo objetivo era proteger a biodiversidade costeira e marinha (Tabela 1). Após esta data, instituíram-se, por meio de decreto presidencial, mais duas UCs com esta finalidade, ampliando significativamente a área de proteção nas zonas costeiras e marinhas, conforme é visto na Figura 3.

Tabela 1 – UCs que representam as áreas costeiras e marinhas

Área protegida p/ categoria de UC	Área Marinha = 3.555.796 km ²		
	Num.	Área (km ²)	%
Proteção Integral			
Estação Ecológica	7	243	0,01%
Monumento Natural	0	0	0,00%
Parque	19	3.955	0,11%
Refúgio de Vida Silvestre	4	184	0,01%
Reserva Biológica	8	595	0,02%
Total Parcial	38	4.977	0,14%
Uso Sustentável			
Floresta	0	0	0,00%
Reserva Extrativista	17	5.162	0,15%
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	3	66	0,00%
Reserva de Fauna	0	0	0,00%
Área de Proteção Ambiental	40	45.505	1,28%
Área de Relevante Interesse Ecológico	4	5	0,00%
RPPN	0	0	0,00%
Total Parcial	64	50.739	1,43%
Total proteção integral + uso sustentável	102	55.716	1,57%

Fonte: MMA (2018).

Figura 3 – Unidades de Conservação do Brasil



Fonte: Rabelo e Pinho (2019) com dados do IBGE (2017), ICMBio (2019) e ESRI (2019).

Os Parnas, foco deste estudo, totalizam 455 em todo o país, sendo 74 Parnas federais, 218 parques estaduais e 163 parques municipais. Deste total, 07 Parnas estão localizados na zona costeira do nordeste brasileiro e são administrados pelo órgão federal competente, o ICMBio (Quadro 3).

Quadro 3 – Parnas federais localizados na zona costeira do nordeste do Brasil

Nome	Localização	Características
Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	Bahia	Primeiro parque marinho do Brasil. Criado pelo Decreto 88.218/1983, com 87.943 ha. Visa a preservação de porção do maior banco de corais e da maior biodiversidade marinha do Atlântico sul. Protege as principais áreas-berçários das baleias jubarte. Único lugar do mundo onde existe o coral-cérebro (<i>Mussismilla braziliensis</i>). É refúgio de várias espécies de aves e tartarugas ameaçadas de extinção.
Parque Nacional do Descobrimento	Bahia	Parque criado pelo Decreto s/n, de 05 de junho de 2012. Possui 22.693 ha e abriga remanescentes do bioma mata atlântica.
Parque Nacional e Histórico do Monte	Bahia	Criado pelo Decreto 242/1961, com objetivo de conservar os ecossistemas que se iniciam na praia

Pascoal		até limites geográficos que circundam o Monte Pascoal, marco histórico do descobrimento do país. Possui 22.383 ha e abriga também terras indígenas.
Parque Nacional do Pau Brasil	Bahia	Criado em 20 de abril de 1999, em comemoração aos 500 anos do Brasil. Possui cerca de 19 mil hectares. É uma das mais importantes áreas protegidas do bioma mata atlântica.
Parque Nacional de Jericoacoara	Ceará	Criado em 2002, pelo Decreto s/n de 04 de fevereiro. Com limites redefinidos em 2007 (Lei nº 11.486/2007), possui 8.850 ha. Visa proteger amostras dos ecossistemas costeiros e marinho.
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	Maranhão	Criado em pelo Decreto 86.060/1981, possui 156.608 ha e objetiva preservar o bioma marinho costeiro, composto por áreas de restinga e campos de dunas.
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	Pernambuco	Parque criado pelo Decreto 96.693/1988. Possui 10.929 ha e abriga o bioma marinho costeiro.

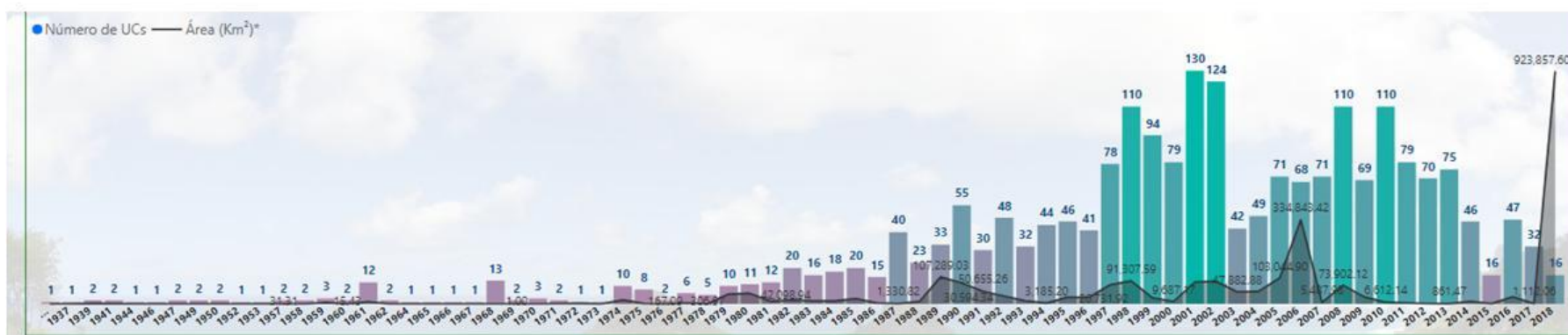
Fonte: Adaptado de ICMBio (2018e).

O número atual de UCs reflete a evolução do crescimento das áreas protegidas no país (Gráfico 1). O crescente aumento tem explicação devido à rápida devastação das florestas, que ainda assim não consegue ser controlada; a perda da biodiversidade; a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo praticado nos parques.

A concepção de uso público das UCs evoluiu, paulatinamente, a partir do próprio entendimento sobre as melhores práticas para o seu planejamento e gestão. No primeiro período da normatização das áreas protegidas (FREITAS, 2015), a visitação pública era extremamente regulada e a gestão centralizada em instâncias superiores dos órgãos federais. Nos anos entre 1985 e 1994, surgiram as primeiras iniciativas para ordenar o uso público, por meio do turismo ecológico.

Em 1994, foi publicado o documento, Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, segmento da atividade turística, apontado como ideal a ser praticado nas UCs por agregar os conceitos da sustentabilidade, incentivando a conservação ambiental, a formação de uma consciência ambientalista e o bem-estar das populações do entorno. A partir de então, surgiram muitas iniciativas ditas ecoturísticas associadas à visitação de áreas protegidas e as comunidades do entorno, porém sua prática efetiva ainda é contestada, posto que, em sua maioria, as comunidades não são abraçadas no planejamento das ações.

Gráfico 1 – Área e número de UCs por ano de criação



Fonte: MMA, 2019.

O Snuc estabeleceu o uso público, mais ou menos restritivo, para as diferentes categorias de UCs. A partir dele, os órgãos responsáveis pela política do setor passam a formular programas e projetos visando estruturar a visitação pública, norteadas pelo ecoturismo.

O sistema de UCs simboliza um importante avanço para a proteção ambiental ao estabelecer critérios, objetivos e tipologias claras, entretanto, ainda precisa avançar quanto aos mecanismos de gestão, envolvimento de distintas esferas político-administrativas, dotação orçamentária, avaliação das UCs e fortalecimento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Essas restrições demonstram que o modelo de redes protegidas ainda está em construção e a articulação sistêmica na escala nacional proposta por ele ainda não se materializou (FREITAS, 2015).

A função turística atribuída a estes espaços é consequência da importância paisagística e ecológica destes ambientes e do processo relatado por Hiernaux-Nicolas (2002) de regresso à natureza. O evidente crescimento do seu uso turístico se deu pelo equilíbrio ambiental aí presente, cujos fatores de atratividade são a beleza e a riqueza natural. Caso haja um desequilíbrio, como a degradação dos recursos, o forte apelo ambiental poderá ser impactado bem como a visitação pública.

Sob este enfoque conservacionista, as áreas protegidas possuem um importante papel na formação de um novo valor da natureza, uma vez que a população busca os ambientes naturais para a prática de recreação, contemplação de paisagens, visitação turística, dentre outras opções. Dessa maneira, o lazer e o turismo assumem posição de destaque para a disseminação e sensibilização de conservação ambiental.

2.2.1 Parques nacionais da zona costeira do nordeste brasileiro

A criação de parques e reservas, especialmente em países subdesenvolvidos, tem sido a principal estratégia de conservação ambiental. A concepção desses espaços remota do século passado e foi inicialmente instaurado nos Estados Unidos, com a finalidade de proteger a vida selvagem ameaçada pelo processo urbano-industrial que trouxe novas configurações ao espaço social.

A dialética existente entre os conceitos ambientalistas de preservacionismo versus conservacionismo acabou norteando a maneira como os parques nacionais foram estruturados, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Seguindo o caminho do preservacionismo, as áreas foram concebidas para serem espaços intocados como única forma de salvaguardar pedaços ou ilhas da natureza do avanço urbano-industrial.

Esse modelo, todavia, privilegiou as motivações humanas ligadas à estética e cultura, orientadas por valores ocidentais em detrimento de questões associadas à funcionalidade dos ecossistemas. Destarte, zonas litorâneas, florestas, grandes rios foram preservados na qualidade de áreas protegidas, enquanto brejos, pântanos e áreas menos nobres, foram deixados em um segundo plano, embora representem importante papel no funcionamento dos ecossistemas.

Os parques nacionais em todo o mundo seguiram o modelo excludente norte-americano, cujo objetivo era proteger áreas naturais de grande beleza cênica para usufruto dos visitantes (de fora da área) (DIEGUES, 2008).

No contexto da realidade brasileira, diferente em muitos aspectos ao contexto norte-americano, onde surgem os primeiros parques nacionais, ainda se percebe com frequência, a existência de grupos com modos de vida e culturas consideradas tradicionais que vivem no entorno ou mesmo no interior das áreas protegidas. “com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais [...]” (DIEGUES, 2008, p. 18).

O modelo de parques inabitados, desconsiderando os grupos tradicionais que aí vivem, é a base de conflitos insuperáveis, que tem uma visão inadequada de áreas protegidas. Aliado a isso, estão fatores que envolvem: questão fundiária, noção inadequada de fiscalização, corporativismo dos gestores, expansão urbana, e falta de recursos econômicos.

Embora protegidos por lei, os parques nacionais e demais UCs podem sofrer degradações pelo seu uso turístico. O fato de serem áreas frágeis do ponto de vista ambiental subverte-as a uma condição de suscetibilidade diante dos impactos de caráter antrópico, especialmente, em se tratando da pressão no entorno das áreas. As mazelas atreladas à urbanização e ao crescimento populacional, como poluição, ocupação desordenada e indevida do solo, conflitos sociais, geram, paulatinamente, impactos negativos nas áreas naturais remanescentes.

A visitação pública em Parnas está condicionada à existência de um plano de manejo, à disponibilidade de infraestrutura e à regularização fundiária nas zonas abertas ao público.

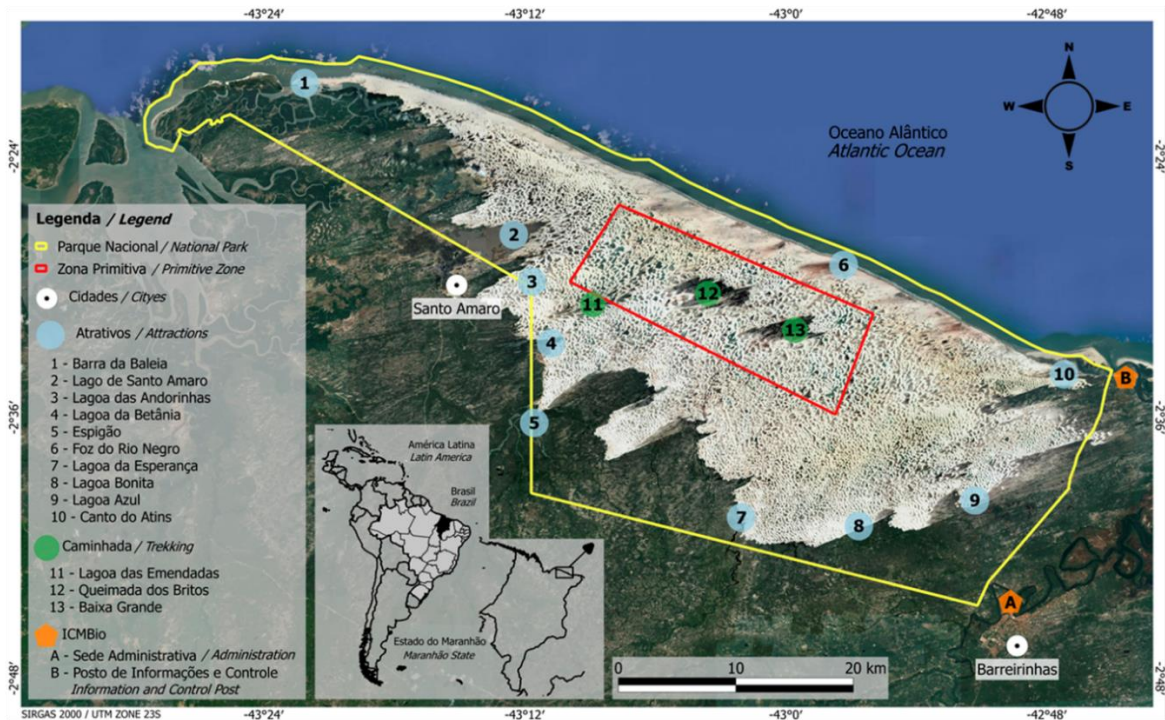
A gestão das áreas legalmente protegidas, a exemplo dos Parnas, provoca conflitos de caráter político, social e econômico, apontados por Diegues (2008):

a) tipo e características das UCs existentes, cujas áreas consideradas prioritárias, como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas não permitem a presença da população, inclusive a tradicional, mesmo tendo se estabelecido no local desde períodos remotos. A interdição gerou e gera conflitos (SILVA FILHO; SILVA, 2008) sociais que, no Brasil, estão sendo contornados com a necessária flexibilização, na prática, dos marcos legais quanto a permanência dessas comunidades. Este é o caso de dois grupos tradicionais formados por cerca de 30 famílias, Queimada dos Britos e Baixa Grande (n. 12 e n. 13 – Figura 4)¹⁷, que, mesmo em desacordo aos dispositivos legais sobre uso e ocupação do solo em Parnas, habitam, sob concessão, a zona primitiva¹⁸ no interior do PNLN;

¹⁷ Dias (2017) faz um levantamento de todas as localidades existentes no perímetro do PNLN. Divide-as em localidades da região das praias, constituída por: Atins, Canto do Atins, Santo Inácio, Ponta do Mangue e baixa Grande; e região das areias, constituída por: Mata Fome, Cedro Janaúba, Lavado do Sula, Baixa da Onça, Vargem d'água, Tratado dos Carlos, Achuí, Mirinzal, Santo Antonio, Bom Jardim, Tratada de Cima, Bracinho, Tucuns, Buritizal, Buriti Amarelo, Lagoa da Esperança e Mocambo. Embora o ICMBio destaque as duas comunidades Baixa Grande e Queimada dos Britos, todos os grupos familiares dessas outras localidades encontram-se em desacordo com a legislação referente à UCs de proteção integral, que prevê a desapropriação da área.

¹⁸ Onde a visitação só pode acontecer em níveis mínimos de impacto.

Figura 4 - Localização dos atrativos turísticos e comunidades tradicionais do PNLM



Fonte: ICMBio (2018d).

b) impacto político-territorial e fundiário, pois para muitos países, representaria números significativos do território, além de impor uma forte pressão nos arredores da área protegida, devido aos reassentamentos, muitas vezes, feitos de forma inadequada e próximos às áreas naturais. Destaca-se, aqui, a Vila de Jericoacoara, localizada no interior do PNJ, em um espaço territorial limitado pelas fronteiras do parque. A existência da comunidade tradicional, outrora tipicamente pesqueira e, atualmente, tipicamente turística, é anterior ao processo de criação do parque. Na tentativa de manter a comunidade em seu lócus habitual e as relações sociais aí existentes, durante o processo de delimitação do parque, exclui-se este espaço territorial, tornando-o uma ilha populacional dentro de um amplo campo de dunas e vegetação litorânea. Embora, neste caso, a comunidade não tenha sido reassentada, o ponto conflitivo que se figura é a pressão populacional e imobiliária, fruto do desenvolvimento do turismo litorâneo, no sentido de avançar para além dos limites fronteiriços do parque;

c) problemas sociais e étnicos relativos à expulsão de populações tradicionais, indígenas ou quilombolas ou outras, de seus territórios ancestrais. Essas populações têm forte apego à suas raízes representadas, em parte, pela terra

onde realizam suas práticas socioculturais. Nelas desenvolvem, no geral, o manejo sustentável dos recursos naturais, a partir de conhecimentos herdados de seus antepassados que se replicam em sua cadeia hereditária na figura dos descendentes. A transferência das populações para regiões ecológica e culturalmente diferentes podem gerar distúrbios em suas estruturas socioculturais, assim como, as restrições no uso dos recursos naturais podem inviabilizar a sobrevivência dessas populações. A simbiose homem x ciclos naturais, característica das populações tradicionais, torna incompreensível para esses grupos a existência dos parques nacionais inabitados.

A despeito disso, causa estranheza para esses grupos sociais que as atividades tradicionais por eles praticadas há tempos, vinculadas à pesca, agricultura de subsistência, extrativismo possam provocar adversidades à natureza, quando, no entanto, permite-se uma reconfiguração espacial para uso turístico, envolvendo a instalação de infraestruturas e facilidades turísticas, no entorno. Nas palavras de Diegues (2008) e Silva (2008), o turismo ecológico (em tempos mais recentes, adotam-se outras nomenclaturas) realizado em parques e reservas incorpora o mito da natureza intocada de uma forma mais elitizada por aqueles que podem pagar.

No Brasil, muitos parques ainda não resolveram a questão fundiária e, por concessão, permitem que as populações aí permaneçam, como citado acima, é o caso do PNLM. Outro fator restritivo envolve o ressarcimento pecuniário e compensatório pelas terras transformadas em espaços protegidos. Esse processo envolveria o dispêndio de volumosas somas de recursos, o que inviabiliza o seu cumprimento.

Sem embargo, como apontaram Minohara, Dazzi e dos Santos (2016), no Brasil, a carência de recursos humanos capacitados para o gerenciamento, de infraestrutura adequada ou de um plano de manejo impossibilitam o uso público dos Parnas de forma adequada e sustentável.

A incorporação dos grupos sociais tradicionais no planejamento e implantação das áreas protegidas é uma premissa para a sua sustentabilidade socioambiental. Hoje, a expulsão desses grupos é vista negativamente por instituições ambientais internacionais. No Brasil, o processo de incorporação é lento, devido aos “interesses corporativistas dos ‘preservacionistas puros’, ainda

entrincheirados nas instituições ambientalistas governamentais e não-governamentais” (DIEGUES, 2008, p. 24).

Nos dias hodiernos, dá-se uma atenção maior às Reservas Extrativistas (Resexs), que priorizam o extrativismo feito por populações tradicionais. Neste ambiente, a propriedade comum ou formas comunitárias de apropriação de espaços ou recursos naturais é o que define esta UC. Caracteriza-se pela utilização comum de determinados espaços e recursos do extrativismo vegetal, animal (caça e pesca) e agricultura itinerante. Essas formas comunais de acesso aos recursos e espaços têm garantido o uso adequado e sustentável dos recursos, conservado ecossistemas, garantido modos de vida equitativos, o que requer a sustentabilidade. A criação de Resexs, em complementaridade aos Parnas ou, até mesmo, recategorização de parte dos Parnas, pode ser alternativa para resolução de conflitos fundiários nestas UCs mais restritivas e que ainda abrigam populações tradicionais em seu território.

A chegada de outros usuários, como os turistas, acaba gerando outro conflito pela disputa pelo espaço público, como a praia. A apropriação de parte de praia por grupos imobiliários que expulsam os pescadores de seu espaço comunitário de trabalho. Apesar da praia ser um bem público, acabou sendo privatizada.

Existe a necessidade de repensar os parques nacionais como espaços territoriais onde exista uma relação mais harmoniosa e positiva entre o homem e a natureza e não excludente como prevê a legislação vigente, mas sob um aspecto que beneficie as populações locais.

2.3 Modelos e práticas de gestão dos parques nacionais e interfaces com o seu entorno

Como afirmaram Hall e Lew (2009), quando bem gerido o turismo pode contribuir positivamente para as destinações, sendo o papel do planejamento uma parte importante dentro de uma abordagem integrada para mitigar os impactos indesejáveis e maximizar os benefícios desejáveis.

A sustentabilidade turística nas destinações e atrativos é uma premissa para que sejam conservadas as suas características naturais e culturais. A recente inserção de ações para a valorização da base comunitária, no turismo, “visa a

circunscrever as práticas turísticas a prioridades ético-econômicas de respeito à identidade cultural comunitária como condição de possibilidade de um turismo sustentável” (SAVILOLO; DELAMARO; BARTHOLO, 2005, p. 20).

Com a prática de ações sustentáveis é possível manter o fluxo de turistas e gerar retornos sociais para as comunidades de acesso aos Parnas que têm o turismo como uma das fontes de recursos. Além disso, um ambiente equilibrado possibilita uma melhor resposta adaptativa frente às mudanças ambientais globais que desafiam as nações.

A gestão dos bens escassos é a chave para estratégias de sobrevivência humana (ARAMBERRI, 2010). No gerenciamento de um Parna, cujo patrimônio maior é o bem natural e que têm o turismo como uma das atividades estabelecidas, merece especial atenção instrumentos que darão suporte à sua gestão sustentável.

Cabe descrever as inquietações de Silva (2008) sobre a gestão dos Parnas, quanto à permissividade para realizar práticas recreativas e sua compatibilização entre interesses antagônicos de atender aos objetivos da preservação e, concomitantemente, receber fluxos intensos de turistas. A priorização de atividades recreativas vem complexificando em demasia a gestão destes espaços. Silva e Ribeiro (2018) concluíram que tal condição produz conflitos nas relações existentes entre os atores sociais envolvidos com o turismo e com a preservação ambiental, pois possuem objetivos comumente divergentes.

Uma dessas ferramentas que auxiliam a gestão sustentável são as políticas ambientais, que, para serem eficazes, requerem

reconhecer os efeitos dos processos econômicos atuais sobre a dinâmica dos ecossistemas. É preciso avaliar as condições ideológicas, políticas, institucionais e tecnológicas que determinam a conservação e regeneração dos recursos de uma região, os modos de ocupação do território, as formas de apropriação e usufruto dos recursos naturais e de divisão de suas riquezas, bem como o grau e as maneiras de participação comunitária na gestão social de suas atividades produtivas (LEFF, 2006, p. 68).

A dinâmica espacial das áreas naturais protegidas permite, em determinados casos, sua utilização para a prática de atividades consideradas de baixo potencial de impacto ambiental, dentre elas, o ecoturismo (BRASIL, 2000). Com o acelerado crescimento da prática turística em tais localidades, faz-se necessária à inserção de técnicas e conhecimentos sobre o tema, associada à gestão do local, possibilitando o gerenciamento integrado que contemple tanto os aspectos administrativos, naturais, políticos, sociais etc, como os aspectos turísticos.

Em tempos recentes, o ICMBio busca nas parcerias público privadas e acordos de cooperação internacional meios financeiros para suprir as necessidades de manutenção e fortalecimento da gestão (ICMBio, 2018b). Mostram-se, entretanto, insuficientes para assegurar a sustentabilidade. A proposta de identificar áreas que oferecem oportunidade para gerar retornos financeiros, por meio do turismo, figura-se atrativa para os gestores.

A cobrança de taxas de visitação, por meio de concessões, com o estabelecimento de uma política de crédito, reajustes de ingressos, participação nos lucros e riscos, aporte de serviços complementares pelo concessionário, melhor distribuição das receitas geradas entre as unidades e o sistema pode ser uma importante alternativa para a captação de recursos potenciais (ICMBio, 2018b, p. 08).

Esse mecanismo foi criado com a intenção de melhorar as comunidades de acesso, em termos de infraestrutura e conservação ambiental, a exemplo da taxa de permanência cobrada em Fernando de Noronha.

De outro lado, existem instrumentos, ferramentas técnicas e metodologias científicas que auxiliam na gestão de uma forma global, como Capacidade de Suporte, Planos de Manejo, Programas de Educação Ambiental, dentre outros. Tem-se, ainda, os instrumentos específicos que auxiliam na gestão turística dos Parnas, como Estudos de Demanda Turística, Interpretação Patrimonial, Sinalização Turística etc. Todos, quando otimizados e bem empregados, conduzem à prática sustentável da gestão turística.

O estabelecimento da capacidade de suporte da área é essencial para a manutenção das espécies e dos ecossistemas. Segundo Archer e Cooper (1998), a capacidade de suporte é um conceito simples e objetivo que se refere a um determinado ponto no qual maiores níveis de visitação ou desenvolvimento podem conduzir a uma inaceitável deterioração no ambiente físico. A limitação de um quantitativo de pessoas visa a manter o equilíbrio ecológico do ambiente, reduzindo as pressões ocasionadas pela entrada indiscriminada de visitantes. O cálculo envolve uma série de elementos, o que dificulta o processo, mas não impede sua concretização, em espaços territoriais menores. Residem questões e incertezas para a sua consecução nos territórios de grande amplitude, caso do PNLM (SILVA, 2008).

Segundo Jung et al. (2018), a capacidade de carga ambiental é o limite de atividades humanas que o ambiente pode suportar, e também se refere à capacidade de fomentar ou promover de forma interdependente e mútua o

crescimento sustentável na economia e na sociedade como um todo, bem como a capacidade de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações. Segundo os autores, existem diversas ferramentas para o seu cálculo, tais como a *emergy analysis*, *ecological footprint analysis* e o modelo de Onishi (*Onishi model*).

Atualmente, o método adotado pelo ICMBio é o Número Balizador da Visitação (NBV) que estima o número de visitantes que uma área pode receber por dia, em função das condições de manejo existentes na UC. O cálculo está pautado na análise e mensuração de fatores limitantes da visitação relacionados à qualidade da experiência e às condições físicas dos lugares da UC onde acontecem as atividades de uso público, tais como: espaço disponível, infraestrutura, pessoal, equipamentos, serviços disponíveis, dentre outros (ICMBio, 2011).

Outro instrumento útil é a elaboração dos Planos de Manejo (obrigatórios para os Parnas brasileiros), que identifica dentro do território, os locais para o desenvolvimento do turismo e construção de equipamentos e demais usos e ocupação do solo. Os Planos de Uso Público para os Parnas, em complementação aos Planos de Manejo, subsidiam o planejamento das atividades de visitação e a concessão de serviços de apoio ao turismo. O PNLM e o PNJ possuem Planos de Manejo instituídos, em 2003 e 2011, respectivamente.

Como define o Decreto nº 84.017/79, o Plano de Manejo é o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determina o zoneamento de um Parna, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades. Deve-se estabelecer uma ordenação do território, zonificando-o e estabelecendo uma hierarquização quanto aos distintos graus de proteção, uso e acessibilidade. A escolha de áreas mais frágeis do ponto ecológico para serem preservadas deve ser prioritária.

Vale destacar também que os espaços protegidos são territórios onde existe um equilíbrio entre os elementos físicos, biogeográficos e antrópicos, nele estão inseridos habitantes que vivem em uma interdependência com o meio natural e merecem uma inserção dentro das políticas conservacionistas propostas para o lugar.

Quanto à gestão turística, o Estudo de Demanda Turística é utilizado para identificar as características e o fluxo dos visitantes. Permite, por consequência, identificar os diferentes segmentos turísticos que compõem seu nicho de mercado, visto que o turismo baseado na natureza agrega todas as experiências realizadas

em áreas naturais ou selvagens intocadas e bem conservadas (BUCKLEY; COGHLAN, 2012).

Ferrari, Gilli e Bollani (2018) citaram autores que propõem a segmentação turística especificamente para turistas que viajam para ambientes naturais. A segmentação proposta por Arnegger et al. (2010) classifica os visitantes em quatro tipos, conforme a motivação da viagem: proteção da natureza, experiência na natureza, esportes e aventura, e hedonismo. A proposição de Lindberg (1991) descreve quatro tipos de turismo baseado na natureza: núcleo duro, formado por pesquisadores; devotado, formado por turistas interessados em cultura e história local, bem como em recursos naturais; tradicional, turistas que procuram experiências incomuns; e casual, formado por turistas que veem a natureza apenas como mais um elemento para suas viagens.

Raramente os turistas se deslocam apenas com um propósito (FERRARI; GILLI; BOLLANI, 2018) e, diante da heterogeneidade em termos de comportamento e valores, os gestores podem utilizar esse recurso para planejar ações mercadológicas que atendam com maior eficiência os públicos que visitam os parques. Permite ainda entender as intenções dos visitantes, uma vez que as pessoas visitam os parques com objetivos em mente que são extremamente pessoais, que acabam representando objetivos da sociedade como um todo (EAGLES; McCOOL, 2010). De outro lado, é possível planejar ações ambientais que viabilizem o turismo sustentável.

Para que a política de proteção dos espaços naturais seja viável é fundamental que a população afetada participe em todo o processo, conheça as vantagens e inconvenientes para sua vida cotidiana e com direito a opinar e intervir na gestão do espaço. O ideal seria que os habitantes levassem a cabo os objetivos da conservação, como se fosse uma estratégia para o desenvolvimento local, promovendo a melhoria das condições de vida, sem comprometer os recursos naturais.

Uma das funções dos espaços protegidos é promover a educação ambiental de todos os atores sociais envolvidos: visitantes, empresários e comunidade local. Possibilitar uma mudança de atitudes frente à natureza e ao patrimônio cultural é o que pretende uma educação no, por e para o meio ambiente.

Muito raramente, o conhecimento tradicional, como técnicas de manejo patrimonial, é reconhecido como adequado para a administração e conservação dos

recursos naturais em áreas protegidas. Isso também é válido para os planos de manejo que não incorporam técnicas tradicionais (SILVA FILHO; SILVA, 2008).

Em termos de gestão desses espaços, as limitações e desafios que se apresentam desde a implementação até a gestão das UCs estão, especialmente, as restrições orçamentárias, de recursos humanos e a regularização fundiária, o que leva à falta de delimitação da área exata dessas unidades. Esses pontos levam à consecução de conflitos socioambientais.

2.4 Conflitos socioambientais relativos ao desenvolvimento do turismo em áreas de acesso aos parques nacionais

Os espaços naturais protegidos e suas áreas de influência socioeconômicas se transformam em áreas de conflitos. É fato a problemática que os envolve, pela sua utilização para diferentes usos, entre eles, o turístico, a conservação ambiental e a exploração dos recursos naturais (SILVA, 2008). Alcançar a coerência e o equilíbrio entre os diferentes usos é tarefa ainda não concluída.

Uma das questões que se levanta trata da supervalorização do enfoque econômico mesmo dentro da perspectiva da sustentabilidade turística, deixando de analisar o tema num enfoque mais amplo de articulação entre sociedade e natureza, inerentes e complementares entre si.

Sobre os conflitos existentes, Dias (2017, p. 157) coloca:

Interesses recreativos, econômicos e de sustentabilidade ecológica coexistem num cenário de disputas territoriais entre distintos agentes – população urbana que busca no parque nacional a natureza para contemplação e lazer, os empresários do setor de turismo que transformam atributos estéticos em mercadoria, e grupos familiares que manejam recursos ambientais para a sua reprodução social.

Os debates são acirrados por autores que questionam a relevância dada ao aspecto econômico dentro do âmbito do turismo sustentável, o que, para eles, compromete a sua efetividade na prática. Candiotta (2009) apresentou argumentos de autores que expõem o ceticismo perante tais definições, justamente, por reforçar que o turismo segue os ditames do mercado. Butler (1998) asseverou que o turismo sustentável trata apenas de marketing para agradar e atrair mais consumidores. Milne (1998) mencionou que o trade promove a insustentabilidade ao fixar um ciclo

vicioso de dependência das destinações com o mercado. Rodrigues (2001) considerou incapaz a existência de um turismo sustentável, pois a atividade transforma a natureza e paisagem em mercadorias de consumo. Outros autores e instituições, como Hall (2001), Swarbrooke (2000), William e Shaw (1998) expuseram a sustentabilidade do turismo dentro da lógica de acumulação capitalista.

A desvinculação com práticas mercantilistas e lucros imediatistas é uma necessidade para alcançar ações sustentáveis no turismo. Atenta-se que é preciso um balanceamento entre todas as dimensões da sustentabilidade para que o resultado positivo se concretize (SACHS, 2002).

A prática do lazer dentro das áreas protegidas, como os Parnas, está atrelada ao processo histórico correspondente a cada área. Em muitos casos, o lazer está presente na área antes mesmo da legitimação enquanto espaço protegido. Outros casos demonstram a redução desta prática devido às restrições impostas pela legislação. O fato é que a relação entre comunidade local e recursos naturais é alterada quando da transformação destes espaços em áreas protegidas.

Uma prática de lazer crescente nestes espaços é o uso turístico que teve início há algumas décadas, embora sem um planejamento centrado na atividade e de forma tímida. Na atualidade, o ecoturismo simboliza um dos principais segmentos do mercado turístico, cuja expansão está entre 15 a 20% ao ano, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) (BRAZ, 2015). Como descreveu Hiernaux-Nicolas (2002) nos ideários do turismo ocidental, a busca pelo contato com a natureza, com o propósito de fugir das tensões impostas pelo cotidiano dos centros urbanos, aventurar-se pelos atrativos naturais ou, simplesmente, descansar junto a recantos de beleza natural, levou a um incremento significativo da atividade turística em localidades com potencial para a prática de segmentos turísticos que remetem a natureza, como o ecoturismo, o turismo ecológico, o turismo de aventura e o turismo litorâneo.

Há tempos, a dialética quanto à ordenação dos usos e ocupação dos espaços protegidos permeia o campo das ciências sociais e ambientais. A princípio, admite-se que as funções a serem desempenhadas são: conservação, investigação, educação, desenvolvimento e recreação, na forma de lazer e turismo. O problema está em sobrepor esta última em função das outras, ou seja, valoriza-se e se investe em demasia no uso turístico, colocando em segundo plano as demais funções.

O desenvolvimento de espaços turísticos ou turistificação dos espaços implica em mudanças nas experiências vivenciadas por turistas e comunidade local. Para estes o espaço simboliza um espaço de trabalho ou moradia e, para os visitantes, trata-se de um espaço de lazer (MEETHAN, 2001).

Para a comunidade local, a supervalorização do turismo, como forma primordial de lazer, torna-se uma problemática, no sentido de que as atividades tradicionais de lazer se perdem ou são proibidas, além de excluir a base comunitária dos benefícios, em especial os econômicos, advindos com a comercialização da atividade turística.

Outro ponto de conflito a considerar é a alteração de determinadas práticas de lazer que provocam impacto ambiental, o que compromete a relação amistosa entre comunidade local e área protegida, uma vez que atividades tradicionais, como caça e pesca, por exemplo, passam a ser coibidas.

Especificando o caso das áreas protegidas localizadas na zona costeira, sabe-se que este é um espaço geográfico que se destaca pela diversidade ambiental e pelo potencial para desenvolver atividades econômicas múltiplas, dentre elas o turismo. Tem-se, portanto, um cenário marcado por uma série de conflitos de usos, que requerem estratégias específicas de gestão como: inclusão das populações tradicionais no processo; análise individual de cada comunidade tradicional, quanto ao seu potencial de impacto aos ecossistemas; reestruturações no sistema de governança; e concessões de uso para a iniciativa privada, como indicado nos estudos de Silva (2008), Silva Filho e Silva (2008) e Silva e Ribeiro (2018). Os propósitos para a criação dos PNJ e PNLM permeiam tanto a conservação dessa biodiversidade costeira como salvaguarda de seus ambientes da expansão urbana. As estratégias de gestão devem considerar tais propósitos.

Por sua vez, residem aí populações cujas tradicionais formas de produção se fundamentam na pesca, na agricultura de subsistência e no artesanato, com forte apego aos recursos naturais. Com frequência, o modo de produção dos grupos sociais que priorizava a subsistência com apropriação dos recursos naturais para atender suas necessidades básicas, foi substituído pela racionalidade mercantilista, que se apropria dos recursos, explorando-os em um ritmo acelerado para atender as demandas do consumismo ilimitado.

Os estudos de Silva (2008) e Costa (2009) apontaram impactos associados ao turismo, em Barreirinhas e municípios da região dos Lençóis

Maranhenses. Elencaram os seguintes impactos negativos: ocupação desordenada da orla, formação de áreas periféricas carentes de infraestrutura, resultante da expulsão dos nativos de suas moradias; excesso de resíduos; tráfego intenso de veículos sobre as dunas; especulação imobiliária, abandono das atividades tradicionais, assoreamento de rios e lagoas; poluição das águas; aumento do tráfego de drogas e da violência urbana; e exploração sexual de menores. Enquanto impactos positivos, os autores identificaram: geração de trabalho e renda; melhoria dos equipamentos de serviços e infraestrutura; valorização do patrimônio natural; crescente profissionalização da comunidade; dinamização da economia local; estímulo à organização social e produtiva do turismo e bens complementares; e melhoria na urbanização.

Os impactos resultaram em conflitos sociais, econômicos e ambientais, que ainda persistem, em tempos atuais, a saber: dificuldade de gestão do PNLM pela carência de recursos e com a intensificação do fluxo turístico; retirada compulsória dos residentes do parque, por meio de pagamentos indenizatórios, embora exista escassez de recursos e sejam pensadas outras formas de inclusão das comunidades locais; práticas de uso e ocupação irregulares do solo que abalam as relações entre gestores do turismo e gestores das UCs. Os novos desafios da gestão regional incluem: reestruturação da governança local por meio do voucher único; dificuldade de operacionalização da cobrança de impostos às empresas ligadas ao turismo; e desarticulação entre os gestores das UCs inseridas na Rota das Emoções (SILVA; RIBEIRO, 2018).

Silva e Ribeiro (2018) demonstraram os avanços do turismo, na região: diálogo mais próximo intersetorial e entre os representantes da cadeia produtiva do turismo; ensejo de implementar o voucher digital como um instrumento de ordenamento e arrecadação; credenciamento de empresas e condutores de turismo para atuarem na região e interior do parque; redução do tráfego de veículos no interior do parque; qualificação profissional fruto dos cursos técnicos do Instituto Federal do Maranhão (IFMA); e possível concessão para a iniciativa privada do manejo da visitação.

Em Jericoacoara, outro objeto do estudo em tela, Molina (2007; 2011) identificou desgastes ambientais e transtornos sociais, com o fortalecimento do turismo na localidade, como: poluição de águas subterrâneas pela construção de fossas; avanço acelerado de dunas sobre a vila, provocada pela circulação de

peças e automóveis; intensificação de problemas sociais, prostituição, drogas; e perda da identidade da comunidade que se torna extensão da sociedade de consumo mediada pelo mundo da mercadoria. Além de exploração do trabalho infantil, em que crianças atuam como condutores de turismo, vendedores, catadores de peixe e mariscos.

A ocupação territorial por residências secundárias, empreendimentos hoteleiros e imobiliários, fruto do incentivo governamental e empresarial ao turismo e vilegiatura é outro elemento de embate. Vem provocando mudanças nas dinâmicas das comunidades inseridas à beira-mar e em suas relações de aproximação com o mar.

Os efeitos das pressões do turismo sobre as faixas litorâneas e o crescimento do setor imobiliário turístico, comprovado pelo grande número de ofertas imobiliárias e de empreendimentos hoteleiros ao longo do litoral brasileiro, provocam críticas a essa forma de desenvolvimento do turismo, porque se prende à ocupação de extensas áreas, é feita de modo intensivo e gera repercussões negativas [...] (CIRILO, 2009, p. 4).

Uma das ações que merecem limitação, na zona costeira do nordeste brasileiro, trata-se da mercantilização turística das praias, devido às áreas naturais e sua diversidade, estabelecendo, com isso, a especulação imobiliária. As atividades econômicas ou de subsistência dão lugar a especulação intensa, que mesmo dando destaque aos municípios, transformam “as zonas de praia em mercadoria nobre, motivando a metamorfose radical da paisagem litorânea” (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016, p. 21) e promove alterações irreversíveis nas suas perspectivas de futuro.

Como destacou Meethan (2001), o turismo cria formas específicas de espaço social, desenvolvendo lugares e novos espaços de consumo. A apropriação do meio segue a lógica do sistema universalizado da contemporaneidade que adota os ditames do mercado/capital, alterando as dimensões geográficas da atividade humana. Significa dizer que a região altera seu modo de produção, servindo aos interesses externos, de fora, ao invés de produzir para atender às necessidades reais daqueles que a habitam.

Pereira, Dantas e Gomes (2016) reafirmaram que o turismo litorâneo, associado à vilegiatura marítima, transforma as antigas paisagens e vilarejos de pescadores. O ambiente é marcado por novas formas espaciais características do turismo, como empreendimentos de lazer, de turismo e segundas residências. Com

esta nova configuração, a população autóctone é forçada a ceder seu espaço à novos atores sociais.

O espaço se transforma em um *lócus* de especulações, especialmente, econômicas e políticas, afetando e ampliando as disparidades entre as sociedades e as localidades. Os destinos receptores, economicamente mais desenvolvidos, estão suscetíveis para recebe um maior número de visitantes, uma vez que possuem uma infraestrutura organizada e recebem maiores investimentos. Emerge daí uma relação conflitiva entre as localidades e comunidades, como abordaram Saviolo, Delamaro e Bartholo (2005, p. 21):

No entorno desses núcleos estrutura-se uma tênue periferia dependente e simbiótica e uma ampla região de exclusão dos frutos do desenvolvimento, numa heterogeneidade estrutural incompatível com a sustentabilidade a longo prazo.

Dessa forma, o crescimento da atividade ocorre de modo desordenado, tendo como referência a melhoria das condições econômicas de municípios que possuem áreas protegidas em seus territórios e que se utilizam dessa condição para ampliar suas receitas. A construção de um aeroporto próximo à vila de Jericoacoara é um exemplo disso. Amplia-se a infraestrutura destinada aos serviços turísticos, entretanto a infraestrutura básica que engloba: saneamento, educação, saúde e planejamento do uso do solo, não passam por melhorias (MPCE, 2018). É o que Salvati (2005) denominou de ecoturismo de massa.

A sustentabilidade prega o equilíbrio, com a inserção das comunidades no processo decisório sobre a melhor alternativa para conduzir seu desenvolvimento. Como apontou Rabelo (2012, p. 14), este modelo não se limita a adequações ecológicas, deve priorizar “[...] a viabilidade econômica, social, cultural, espacial e a ecológica, tendo como elemento chave desse processo a participação dos atores sociais, implicando num formato de governança ambiental”. Para a autora, governança ambiental “[...] se constitui em um conjunto de procedimentos que possibilitem a construção coletiva de soluções para os problemas ambientais com a participação dos atores sociais” (RABELO, 2012, p. 05). Enquanto atores sociais envolvidos, os empreendedores têm importante papel a desempenhar:

[...] devem considerar os aspectos ambientais e sociais na direção de adotar posturas que levem em conta a sustentabilidade em suas várias dimensões e envolvem a necessidade de avaliar os impactos socioambientais considerando as alterações na natureza e no cotidiano das populações atingidas por esses empreendimentos (RABELO, 2012, p. 02).

Diante dos conflitos, é preciso encontrar um resultado que atenda às demandas econômicas e sociais do trade turístico, das comunidades receptoras e dos gestores públicos e às necessidades de conservação ambiental, evidentes com a crise ambiental.

3 O TURISMO LITORÂNEO E NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

O desenvolvimento do turismo litorâneo trouxe novo ordenamento territorial às cidades nordestinas, bem como, proporcionou a reinvenção de práticas sociais e a remodelagem de espaços, caracterizando-os em espaços turistificados. A concepção da turistificação não se delimita a uma descrição e/ou uma caracterização de lugares, avança neste campo, pois abarca uma quantidade significativa de ações sociais, cuja análise espacial torna-se um recurso valioso no entendimento das intervenções sofridas. Pereira (2012) apontou algumas destas alterações: diferentes estruturas urbanas, modificação e mercantilização de lugares e paisagens, reinvenção de práticas socioculturais e inter-relação com outras atividades relativas à mobilidade e prática do lazer.

A busca pelo mar e praia para contemplação, lazer e isolamento é descrita por Corbin (1989), em suas análises no país anglo-saxão, como uma apreciação do mundo selvagem, que tem início no século XIX, em contraposição ao espaço urbano-industrial insalubre à época. As ilhas passam a ser procuradas por seu ambiente e pelos fenômenos naturais, tomando-as parte do imaginário do mundo selvagem. Os ambientes marinhos, por seu turno, passam a ser estudados de modo mais aprofundado e, por consequência, passam a ser mais valorizados. É, nesta perspectiva, que se desenvolve o turismo litorâneo.

Somado a isso, é posto em evidência, neste capítulo, outros fatores que, em paralelo à atividade turística, promovem novas configurações socioambientais a nível global nas destinações turísticas costeiras e se engendram em consequência de processos associados à crise ambiental contemporânea.

3.1 Crise ambiental contemporânea, zonas costeiras e o turismo

O final do século XX é marcado pela evidência dos limites do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, devido aos graves problemas ambientais e pela possibilidade de exaustão dos recursos naturais (MEADOWS et al., 1973; FURTADO, 1973; LEFF, 2006; JACKSON, 2013). Com isso, é premente a necessidade de uma conscientização que valorize os ideais socioambientais, em primeiro plano, sem descartar os aspectos econômicos, uma

vez que todos os aspectos que permeiam a vida em sociedade estão conectados e inter-relacionados.

Essa inter-relação é evidenciada por Harvey (1997) em seu livro *Justice, Nature and Geography of Difference*. O autor buscou novas formas de refletir sobre o processo de urbanização, estabelecendo conceitos para entender como elementos presentes em nosso cotidiano como espaço, tempo, lugar e natureza são constituídos e representados por meio de práticas sociais, não como elementos desconexos, mas em relação uns aos outros. Essa interconexão entre os elementos, é abordada por Leff:

A dinâmica dos processos ecossistêmicos implica a análise dos efeitos de certos fenômenos geofísicos e atmosféricos (catástrofes naturais, mudanças climáticas, inundações) e de certos processos sócio-históricos (modos de produção, racionalidade econômica, organizações culturais, sistemas políticos), que afetam seu comportamento. Isto demanda a articulação da ecologia com a geologia, geofísica, antropologia, economia e história (LEFF, 2006, p. 77).

A problemática ambiental, instaurada nas últimas décadas do século XX, concentra questões envolvendo a poluição, a degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e alimentos e, mais recentemente, as mudanças do clima. Leff (2006) colocou que a questão ambiental se refere a uma crise de civilização que surgiu para questionar a racionalidade econômica e tecnológica dominantes.

Na visão do autor, duas perspectivas ideológicas se sobressaem para explicar este fato: a) é resultado da pressão exercida pelo crescimento populacional sobre os recursos limitados do planeta; b) é efeito da acumulação de capital e maximização da taxa de lucro, induzindo a exploração da natureza de modo a esgotar as reservas de recursos naturais, degradar a fertilidade dos solos e afetar as condições de regeneração dos ecossistemas.

Para Leff (2006, p. 124),

os princípios de racionalidade econômica e tecnológica terão assim de ser redefinidos e normatizados pelas condições ecológicas e políticas do desenvolvimento e pelos princípios de diversidade cultural e de equidade social do ambientalismo.

Neste sentido, a questão ambiental possibilita a construção de uma racionalidade produtiva alternativa, que representa uma nova perspectiva para o desenvolvimento, com novos potenciais ecológicos, tecnológicos e sociais, e propõe

a transformação dos sistemas de produção, de valores e de conhecimento da sociedade. Questiona-se, segundo o autor,

os benefícios e as possibilidades de manter uma racionalidade social fundada no cálculo econômico, na formalização, controle e uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência de seus meios tecnológicos, que induziram um processo global de degradação socioambiental, socavando as bases de sustentabilidade do processo econômico e minando os princípios de equidade social e dignidade humana (LEFF, 2006, p. 125).

O autor concluiu que a racionalidade ambiental é o resultado de um grupo de práticas sociais e culturais diversas e heterogêneas, “que dão sentido e organizam os processos sociais por intermédio de certas regras, meios e fins socialmente construídos, que ultrapassam as leis derivadas da estrutura de um modo de produção” (LEFF, 2006, p. 125).

Como apontaram Kirsch e Schneider (2016), a crise socioambiental moderna relega a noção de natureza a um viés utilitarista e reducionista, entendendo-a como recurso a ser utilizado para o bem-estar material do homem. Entretanto, é preciso reconhecer que a evolução das sociedades resulta de sua relação com os recursos naturais. Essa relação homem e natureza é transformada, ao longo do tempo, a partir dos modos de produção existentes em cada período histórico.

Desde os primeiros acordos referentes às alterações ambientais percebidas, de início, como uma problemática de localidades específicas, e, posteriormente, compreendidas como uma problemática global, pelas interações e conexões existentes entre os diferentes ecossistemas terrestres, tem-se o entendimento de que a partir da Era Moderna, com seu modelo produtivista urbano-industrial, houve a intensificação e adoção de processos produtivos que mostraram-se ambientalmente insustentáveis.

A Revolução Industrial vem sendo, portanto, apontada como a causadora de mudanças ambientais em larga escala, da mesma forma que alterou, completamente, os meios de produção, o consumo e as relações sociais à época de seu surgimento. Os paradigmas econômicos sofreram transformações significativas, implantando meios para a expansão do capitalismo e uso imprudente dos recursos naturais, o que convergiu, na contemporaneidade, para uma grave crise ambiental global. A degradação do ambiente vem sendo associada ao acelerado

desenvolvimento econômico e industrial, o que afeta sobre medida a capacidade de suporte dos ecossistemas do planeta.

Em o mito do desenvolvimento econômico (FURTADO, 1973), os países desenvolvidos dependem de países em desenvolvimento, essencialmente, por causa dos recursos não renováveis, não mais disponíveis aos primeiros. Este fato, foi atestado por estudo feito pelo Clube de Roma e relatado por Furtado (1973). Na ocasião do estudo, abandonou-se a ideia de um sistema planetário aberto em relação aos recursos naturais, alertando para as limitações do desenvolvimento econômico, pois se houvesse a universalização deste desenvolvimento, seguramente o sistema econômico mundial entraria em colapso, devido à enorme pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do ambiente.

Na visão de Jackson (2013), um dos pontos críticos da crise ambiental está centrado no conceito de prosperidade. Para o autor, é importante modificar a abordagem estabelecida pela sociedade de consumo, que alia prosperidade a crescimento econômico, ou seja, reforça o aspecto financeiro do conceito da palavra, uma vez que “a prosperidade hoje não significa nada se minar as condições das quais depende a prosperidade de amanhã” (JACKSON, 2013, p. 29).

“Hoje, em busca da boa vida, estamos de forma sistemática, desgastando os pilares do bem-estar do amanhã. Corremos perigo real de perder qualquer perspectiva de prosperidade partilhada e duradoura” (JACKSON, 2013, p. 09). O autor buscou um foco diferenciado para a prosperidade, em que seja possível que os seres humanos cresçam, atinjam maior coesão social e que se encontrem níveis mais altos de bem-estar, com redução do impacto material sobre o ambiente, alcançando, dessa forma, a sustentabilidade.

O fato é que “a problemática ambiental gerou mudanças globais em sistemas socioambientais complexos que afetam as condições de sustentabilidade do planeta [...]” (LEFF, 2006, p. 59). Para reverter esse cenário, é preciso estabelecer uma racionalidade produtiva com bases na sustentabilidade ecológica e na equidade social e que permita o conhecimento das relações sociedade-natureza com análise integrada da realidade.

Os discursos proferidos sobre sustentabilidade, em tempos atuais, tornam-se fragilizados, pois se imbuem de interesses e perspectivas próprias de cada grupo social que os proferem. Na visão economicista empresarial, a sustentabilidade é um meio para alcançar lucros sustentáveis e, para o poder

público, serve de retórica para plataformas ideológicas de desenvolvimento (DIEGUES, 2003).

Diegues (1992) e Jackson (2013) identificaram a necessidade de retomar o conceito de sustentabilidade ligado ao de bem-estar e qualidade de vida das comunidades e sociedades humanas. Para Diegues (1992), a construção de comunidades sustentáveis deve fundamentar-se na reafirmação de seus elementos culturais e históricos e do desenvolvimento de novas solidariedades perante a natureza. O respeito à biodiversidade não deve estar calcado em relações mercantilistas, e sim, em relações harmoniosas entre sociedade e natureza, pois estas fundamentam as sociedades sustentáveis.

Sobre a relação sociedade-natureza e o uso turístico dos recursos naturais, na contemporaneidade, Alier (2011, p. 170) descreveu:

O meio ambiente fornece as matérias-primas para a produção de bens, como é o caso da madeira e da pasta de papel [...] O meio ambiente proporciona ainda atrativos turísticos apreciados por aqueles que dispõem de tempo livre e de dinheiro para desfrutá-los. Porém, mais importante do que tudo isso, o meio ambiente fornece fora dos circuitos de mercado, e independentemente das mercadorias e dos atrativos turísticos, serviços essenciais para a vida de todos no planeta.

Diante deste cenário, são impostas mudanças significativas aos ambientes e aos modos de vida dos grupos sociais. É nítido, em algumas regiões do mundo, que o desenvolvimento do turismo afeta os ambientes e vem sendo afetado em face das mudanças em seus ambientes naturais. Em vista disso, a gestão turística sustentável deve se acercar do cenário que se apresenta globalmente e buscar meios para se adaptar a essas questões.

O turismo, não como ciência, mas sim como atividade social, internalizou a problemática ambiental, a partir dos efeitos negativos que promove em termos ambientais e sociais. As mazelas associadas ao sistema produtivo vigente como degradação dos ecossistemas produtivos, poluição pela acumulação de dejetos, o esgotamento ou superexploração dos recursos naturais, deterioração da qualidade de vida e desigualdade na distribuição dos custos ecológicos do desenvolvimento, podem ser aplicados ao desenvolvimento do turismo em determinadas localidades. Neste contexto, a questão ambiental relativa ao turismo foi introduzida na agenda política e na comunidade acadêmica.

A partir daí, examinam-se com maior profundidade as transformações sociais e ambientais ocorridas em localidades turísticas, sejam motivadas pela

própria dinâmica da atividade, sejam motivadas por outros fatores, naturais ou antrópicos. Para muitas destinações, o clima e os recursos naturais são as principais atrações turísticas e, por consequência, formam uma importante base para as economias regionais. Qualquer alteração no ambiente ou no clima pode, portanto, criar oportunidades e ameaças para as principais atividades regionais, como o turismo (KAJÁN; SAARINEN, 2013).

A zona costeira¹⁹, por seu turno, desempenha importante função de ligação e trocas genéticas entre os ecossistemas marinhos e terrestres. É considerado um ambiente complexo, diversificado e de transição ecológica. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) colocou a importância da sua qualidade ambiental para as comunidades litorâneas e a necessidade de práticas de gestão integradas e participativas (PBMC, 2016).

Como apontou Ab'Saber (2003), os litorais compõem-se em zonas de contatos entre terra, mar e dinâmica climática, além dos singulares ecossistemas que se diferenciam no mosaico terra/água existente no espaço total da costa. Dentre o mosaico de ambientes, existem os recifes e corais, praias, manguezais, campos de dunas e falésias, baías, estuários, planícies intermarés etc.

A preocupação com a integridade e equilíbrio ambiental da zona costeira decorre dos fatores de pressão antrópica que está exposta, pois, historicamente, constitui uma área de interesses múltiplos, incluso o uso turístico, o que gera sobreposição de necessidades e conflitos.

Habitualmente, as áreas costeiras são utilizadas para assentamento de pequenos produtores, cuja base de sobrevivência é o usufruto dos recursos naturais aí presentes. Destacam-se, ademais, os usos para exploração de minérios, implantação de zonas industriais e estruturas portuárias. Adiciona-se, ainda, o desenvolvimento de atividades de maricultura, vilegiatura, turismo e lazer. Toda essa pluralidade de usos e proveitos compromete, pouco a pouco, as regiões litorâneas.

É um espaço antagônico, por um lado, possui grande relevância ecológica e ambientalmente frágil e, de outro, possui grande potencial econômico, abrigando parcela significativa da população e uma variedade de atividades econômicas que colocam em risco sua integridade. Cerca de 60% da população brasileira habita nas

¹⁹ É considerada patrimônio nacional pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que a define como “o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre”.

idades litorâneas da costa do país. Essa população costeira é responsável por aproximadamente 30% de toda a riqueza nacional e atua, de forma direta ou indireta, em atividades ligadas ao turismo, produção de petróleo e gás natural, pesca e serviços para atender à dinâmica econômica demandada por esses municípios e outros próximos à zona costeira (PBMC, 2016).

Em inúmeros países em desenvolvimento e para pequenos governos insulares, qualquer impacto ao turismo terá uma substancial repercussão social, econômica e política. Além disso, a atratividade de muitas destinações se baseia no ambiente natural, especialmente na zona costeira (HALL; HIGHAM, 2005).

Perdas de espécies e mudanças nos ecossistemas terão enorme impacto no turismo baseado na natureza (HALL; HIGHAM, 2005), especialmente, em regiões periféricas, as quais são as que, com mais frequência, precisam do turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento regional econômico, bem como, uma justificativa para medidas de conservação ambiental (SCHEYVENS, 2002). Os Parnas, por muitas vezes, abrigam exemplares representativos da fauna e flora que compõem a rica biodiversidade brasileira. Inúmeros segmentos turísticos são vivenciados nestes espaços, em destaque para aqueles ligados à natureza.

3.2 A produção do espaço e sua apropriação pelo turismo

O fenômeno socioespacial de apropriação de espaços pelos diversos agentes sociais produtores do turismo compreende o processo denominado turistificação, descrito por autores como Knafou (1999), Cruz (2007), Fratucci (2007; 2014), Molina (2011) e Silva (2012). Trata-se de um conceito-chave na perspectiva deste estudo, o qual será adotado nas discussões e análises em capítulos a posteriori.

A turistificação dos espaços projetada em configurações do espaço que tem o turismo como principal objeto, pode ser analisada sob a perspectiva teórica delineada por Lefebvre (2000) em sua teoria da produção do espaço. O espaço, neste contexto teórico, é elemento imprescindível para a produção e concretização das relações sociais. A relação existente entre turismo e espaço perpassa primordialmente pela indubitável capacidade do turismo em reordenar os territórios a seu modo criando condições para sua ocorrência e expansão. O espaço é, portanto,

seu objeto de consumo que se ajusta às dinâmicas turísticas em um processo de (re)produção espacial constante.

Lefebvre (2000) apontou três dimensões indissociáveis, porém dialéticas, para as práticas espaciais e as caracteriza como o vivido, o percebido e o imaginado. O vivido refere-se aos fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no espaço para garantir a produção e reprodução social, trata-se da prática espacial em si. O percebido compreende as representações do espaço, como signos e significações, códigos e conhecimentos que tratam de compreender as práticas materiais. O imaginado trata de invenções mentais que possibilitam novos sentidos para práticas espaciais, sendo, portanto, os espaços de representação.

A turistificação dos espaços se manifesta nas práticas espaciais mediadas pelo percebido enquanto representações do espaço e espaços de representação. Como representação do espaço evidencia todo o arcabouço simbólico que consagra e apresenta o lugar como destino turístico e está ligado às relações de produção, a produção do turismo no espaço. Enquanto espaço de representação, simboliza o imaginário turístico que o destino representa na vida social. Na fala de Lefebvre (2000, p. 66), “trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar”.

O processo de turistificação enquanto espaço de apropriação para uso turístico pode ser replicado em qualquer lugar do globo por ser uma prática social construída e difundida. O turismo é capaz de transferir o espaço do qual se apropria, de acordo com o seu interesse, e uma das formas que o faz, é pela instalação de uma infraestrutura fundamentalmente urbana, como vias de circulação, e turística, como meios de hospedagem e restaurantes, criando circunstâncias para que o mesmo possa se desenvolver.

Como afirma Molina (2011), o turismo é, em muitos casos, o elemento motivador do consumo e valorização do espaço, modificando bens naturais em bens sociais. Sua relação com o consumo do espaço, tem sido frequentemente um fator descaracterizador, nas palavras do autor, muitas vezes alienador, dos lugares. Introduz, no processo de produção do espaço, novos sistemas de objetos e de ações, uma vez que cria novas relações sociais e as materializa no território.

Na concepção de Cruz (2007), no processo de turistificação do espaço, ocorrem intervenções no sistema de objetos, como as mudanças físicas no espaço,

e no sistema de ações, por meio de programas de marketing, por exemplo. Sendo assim, esse processo está associado tanto ao campo material como ao campo imaterial da sociedade. O turismo pode criar novos objetos nos destinos, como pode se apropriar de objetos existentes, estabelecendo novos significados aos mesmos.

Silva (2012) descreveu como principais interventores da atividade turística e de turistificação dos espaços os turistas, o mercado e os planejadores e promotores territoriais. Esses agentes são capazes de intervir e influenciar os rumos da atividade turística em uma destinação.

Os turistas são os maiores responsáveis pelo consumo do espaço, sua presença em um destino define-o como lugar turístico e determinam a continuidade ou não do turismo, pois são os que garantem a entrada de receitas. Em complemento, a produção turística é direcionada às suas exigências. O mercado gerencia e coordena a sazonalidade e uso dos lugares turísticos, mediante um controle dos preços, por exemplo, é possível selecionar os tipos de turistas que desejam captar. O mercado é composto pelo trade turístico, ou melhor, os empreendedores do setor, representados pelos agentes ligados ao mercado. O terceiro interventor abrange os planejadores e promotores territoriais, públicos ou privados, responsáveis pela definição das políticas públicas em turismo, em planejamento urbano e ambiental.

Outro interventor, citado por Fratucci (2014) e Molina (2011), é a comunidade receptora, de modo mais abrangente, e de modo mais específico, os grupos sociais autóctones, que tem um relevante papel ao reivindicar os espaços para a reprodução da própria vida, não encarando-o apenas como valor de troca. Esses agentes, esclarece-se, são heterogêneos ao reivindicar e ao produzir os espaços, dado que uma parte é beneficiada, sobretudo economicamente, pela exploração de estruturas implantadas pela e para a atividade turística, e outra parte se sente rechaçada do processo turístico e seus ganhos.

Embora entenda-se que os agentes ligados ao mercado e à sociedade civil, organizada ou não, têm participação efetiva e representativa no processo de turistificação, no âmbito deste trabalho, concentram-se esforços no comportamento dos agentes públicos responsáveis pela gestão do turismo e dos espaços protegidos. Objetiva-se determinar o papel deles na dinâmica da turistificação, que, em grande parte das situações, representa, no tocante ao uso e ocupação dos

espaços, determinações prevalentes advindas dos agentes de mercado e sua lógica mercantilista.

Como pontuou Fratucci (2014), observa-se a hegemonia dos agentes do mercado ao se tratar da gestão de destinos turísticos pelas esferas públicas. Estes direcionam suas ações para o ordenamento dos territórios turistificados, a partir de uma racionalidade imediatista, tratando-os como mercadorias que precisam garantir lucro em prazos curtos. E, ainda, sem um comprometimento efetivo com questões que envolvem melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, manutenção de padrões ambientais dos ecossistemas turistificados, qualificação da mão de obra que serve ao turismo, dentre outras.

As representações do espaço podem, em determinado ponto do processo produtivista, manipular os espaços de representações, como os do sol e do mar, simbolismos característicos do turismo litorâneo. O processo de apropriação, consumo e transformação, seja no aspecto físico, seja no aspecto social, dos espaços para e pelo turismo é uma faceta imposta aos destinos localizados em zonas costeiras.

Cabe aqui destacar que algumas localidades redefinem sua vocação econômica em função do desenvolvimento do turismo, reconfigurando o seu espaço social para produzir cenários atrativos para o consumo e para o lazer. O espaço social depende da forma, estrutura e função. O espaço turistificado não difere dessa condição, porém não se deve reduzi-lo a um espaço único de uso turístico, uma vez que se associa a outros elementos. Entendendo o espaço como um campo da sociedade, é nele que “[...] os agentes sociais do turismo produzem seus processos de turistificação que resultam em territórios do turismo, os quais se revelam como destinos turísticos” (FRATUCCI, 2014).

Veneza, citada em capítulo anterior, é analisada por Lefebvre enquanto espaço com um código unitário que reúne a realidade da cidade e sua idealidade dentro da triplicidade: a prática, o simbólico, o imaginário. Apresenta-se mais profundamente do que o espetáculo oferecido ao turista.

A representação do espaço (o mar, ao mesmo tempo dominado e evocado) e o espaço de representação (as curvas extraordinárias [delicadas/requintadas], o gozo refinado, o dispêndio luxuoso e cruel da riqueza acumulada por todos os meios) se reforçam mutuamente. Assim como o espaço dos canais e o das ruas, a água e a pedra, numa dupla textura, num reflexo recíproco. Uma teatralização tão refinada quanto pouco procurada, uma cenografia involuntária reúnem e metamorfoseiam o cotidiano com suas funções (LEFEBVRE, 2000, p. 113).

No entanto, o imaginário e simbólico turísticos, concernentes à Veneza, vêm afetando as relações sociais aí existentes, causando uma aversão aos turistas e ao turismo pelos sujeitos do grupo. A retórica do turismo, neste caso, interfere negativamente.

O fato é que o turismo, enquanto prática social, introduz elementos e absorve ou altera elementos preexistentes no espaço para atender a uma nova demanda de uso, o uso turístico. A turistificação está vinculada, nesta perspectiva, com uma artificialização dos espaços, que se tornam mercadorias à venda e para consumo. O espaço turistificado é um produto social dinâmico gerado pela ação humana.

Em realidade, o homem é o elemento de destaque no debate em torno da produção do espaço, visto que ele produz espaço para a (re)produção da vida em sociedade. A produção do espaço pode ser concebida como uma consequência das interações econômicas, políticas, sociais, culturais, políticas, que se manifestam no espaço (MOLINA, 2011).

Harvey (2010), por seu turno, inferiu que o espaço é tratado como um atributo objetivo das coisas que pode ser medido, e por consequência, pode ser apreendido. Essa objetividade sucede de práticas materiais de reprodução social. As práticas espaciais são marcadas por sutilezas e complexidades e estão estreitamente relacionadas em processos de reprodução e de transformação das relações sociais.

Na esfera das relações sociais, o turismo pode representar um novo elemento de valor inserido no processo de socialização dos indivíduos, inculcando neles a relevância da atividade para o grupo social o qual pertence. Um reforço às modificações socioespaciais alicerçadas na turistificação.

A socialização envolve um processo de aprendizagem e ensino de estruturas de ações necessárias para que o indivíduo desempenhe de modo eficaz seus papéis dentro da sociedade. Através dela, inculcam-se nos indivíduos os modelos ideais de comportamentos, transcritos por meio de suas atitudes e habilidades. Desse modo, é definida como “[...] o ato de inculcar a estrutura de ação de uma sociedade no indivíduo (ou grupo)” (LEVY JR, 1969, p. 60).

O processo de socialização permite inserir o indivíduo na sociedade, transformando-o em um ser social, capaz de viver em grupo seguindo os padrões

impostos pelo mesmo, além de permitir a compreensão das relações sociais nele presentes. Além disso, a vida social é necessária para que o indivíduo tome consciência de seu papel, de sua significância e de sua existência.

Nas Sociedades Pós-Industriais²⁰, complexas e maiores, existem diversos grupos com características próprias, não existindo um único caráter social, mas sim vários. Esses aspectos se tornam representativos dentro das práticas turísticas, nas quais diferentes grupos sociais deslocam-se para um destino, interagindo com comunidades autóctones com características e valores diferentes dos seus. O contato entre culturas diferentes por meio do turismo pode favorecer os indivíduos ao enriquecer e expandir sua visão de mundo, no entanto, pode conduzir a um processo negativo de aculturação²¹, valorização extrema de elementos da cultura do outro, sentimentos de inferioridade em relação aos visitantes e perda da identidade local com assimilação de modos de vida globalizados e urbanos (KRIPPENFORF, 2001).

A dinâmica dos grupos sociais é conduzida pelas relações entre seus membros e se manifesta na produção do espaço que habitam. Integram a sociedade os grupos primários e secundários (DAVIS, 1964). Como conceitua o autor, grupo designa “[...] um grande número de pessoas envolvidas em uma ou mais espécie de interação social padronizada [...]” (DAVIS, 1964, p. 29). Esses grupos diferem entre si pelas características das relações entre seus membros. Enquanto as relações primárias são afetivas e pessoais, os laços secundários são tidos como impessoais e incompletos. Percebe-se, porém, que alguns elementos característicos são fundamentais para os dois grupos, a saber: uma certa uniformidade nas opiniões de seus membros e o sentimento de coesão necessário para a sua existência.

Os grupos primários são aqueles que seus membros estão interligados por laços de afetividade, representados primordialmente pela família e pela escola. Para a sua existência, pressupõe-se determinadas condições físicas que fortificam esses laços como a proximidade física entre os componentes do grupo, a exigüidade do grupo e a durabilidade das relações. A proximidade física exige o contato pessoal entre os indivíduos, existindo, porém, certas regras, definidas pela cultura, que irão

²⁰ A Sociedade Industrial abrange o período que vai do século XVIII até a metade do século XX. A partir desta data, denomina-se Sociedade Pós-industrial. Seu advento se deu em 1956, ano em que, nos E.U.A., o número de trabalhadores do setor terciário superou a soma do número de trabalhadores dos setores agrícola e industrial (DE MASI, 2000).

²¹ Processo que a comunidade local sofre ao interagir com sistemas culturais distintos ao seu, promovendo mudanças traumáticas ou não (LARAIA, 1988).

inibir ou estimular tal contato na sociedade. O grupo deve ser pequeno, pois se torna impraticável o contato pessoal entre os diversos membros de um grupo numeroso.

Num grupo de pequenas proporções os membros podem-se conhecer pessoalmente e participar diretamente de suas decisões. Ademais, podem desenvolver um caráter e uma intimidade de grupo com facilidade muito maior (DAVIS, 1964, p. 16).

Finalmente, as relações entre os membros devem ser duradouras, pois quanto mais tempo o grupo permanecer unido mais profundo será o contato entre os indivíduos.

Nos grupos secundários, os membros devem se sentir inseridos em um grupo maior, fazendo parte deste todo. A cooperação e interdependência, entre os atores sociais locais, gera uma perspectiva de articulação em rede, na qual os agentes acabam se amarrando uns aos outros para sobreviver na dinâmica econômica local (SCOTT; COOPER; BAGGIO, 2008). Essa é a dinâmica da cadeia produtiva do turismo, cujos componentes, articulam-se como os grupos secundários.

Os laços não são representados pela interação pessoal e sim pela comunicação impessoal e indireta conseguida através, principalmente, dos meios de comunicação de massa, como a televisão, o rádio e o jornal. Esses meios estão sendo utilizados de modo massificante, sendo direcionados a um elevado número de pessoas e apresentando os símbolos da sociedade de forma cativante e manipuladora para atingir os sentimentos da massa. A massificação do turismo é reflexo, em parte, desse processo.

Cresce, cada vez mais, na Sociedade Pós-Industrial, a impessoalidade das relações, que atuam e alteram o cotidiano das pessoas. Os contatos são firmados entre as pessoas para que se alcance um fim específico e, posteriormente, abandonado para o cumprimento de outro objetivo. As relações são altamente racionalizadas. Em muitas destinações turísticas, as relações existentes entre visitantes (turistas) e visitados (comunidade local) se processam de forma impessoal e racionalizada.

Apesar da crescente perda dos laços primários, na sociedade atual, os grupos primários são a base dos grupos secundários. Isto porque, determinadas atitudes, tais como lealdade e identidade, necessárias para a existência das relações secundárias, surgem a partir da comunicação entre os indivíduos, mais propriamente nas relações pessoais afetivas.

É no grupo primário que o indivíduo, em seus estágios de formação, se identifica com os outros e adota as suas atitudes. Nele adquire os sentimentos de amor, liberdade, justiça, e de propriedade posteriormente atribuídos ao grupo secundário; nele, nas relações pessoais e duráveis, tais sentimentos são continuamente renovados e fortalecidos; e nele, ainda, é conseguida a expressão do ego no 'nós' do todo (DAVIS, 1964, p. 27).

Para Lefebvre (2000), o domínio do espaço é uma fonte fundamental e persuasiva de poder social, que se articula com outras formas de poder, como o dinheiro e o tempo. “A capacidade de influenciar a produção do espaço é um importante meio de aumento do poder social [...] quem domina o espaço sempre pode controlar a política de lugar” (HARVEY, 2010, p. 213). Neste sentido, quem pode afetar a distribuição espacial de investimentos em infraestruturas turísticas, pode obter ganhos materiais.

Harvey (2010) reforçou que grupos sociais distintos concebem o espaço de forma diferente e isto formou a base para muitos conflitos interculturais. As relações conflitivas entre os grupos tradicionais de pescadores do nordeste brasileiro e os grupos de forasteiros com valores modernos que vêm em busca de terra para investir em turismo pode ter sua origem na forma diferenciada com que esses grupos percebem e sentem o espaço. O modernismo, como coloca Harvey (2010, p. 199), “tem como uma de suas missões a produção de novos sentidos para o espaço e o tempo num mundo de efemeridades e fragmentação”.

O desenvolvimento do turismo impôs a apropriação e uso de espaços, promovendo sua ressignificação e refuncionalização. Espaços como a praia e áreas naturais passaram por este processo. Os espaços ditos turísticos são aqueles produzidos, embora, muitas vezes, não de modo exclusivista, pela presença de atividades turísticas. O turismo, na atualidade, participa intensamente da produção social do espaço.

A concentração de turistas em destinos específicos é motivada, dentre outros fatores, como divulgação e marketing, pela sua popularização em redes sociais. Acaba-se facilitando a turistificação dos espaços e a hiperconcentração do turismo. Ao lograr que uma fotografia de uma localidade seja difundida amplamente pelas redes sociais, o fluxo de turistas pode aumentar, sem que haja um planejamento prévio para acomodar toda a demanda que chega no destino. A massificação do turismo pode ser observada nas redes sociais a partir de fotografias quase idênticas tiradas por diferentes turistas no mesmo destino.

3.3 Turistificação de parques nacionais e de suas comunidades de acesso

O turismo é uma das mais importantes atividades do mundo que envolve milhões de pessoas e vastas somas de dinheiro e que gera empregos em países industrializados e em desenvolvimento (STABLER; PAPATHEODOROU; SINCLAIR, 2010). Com a premissa de ser indutor do desenvolvimento, da prosperidade e bem-estar social, como afirma a OMT, e por ser caracterizado como uma atividade de baixo impacto ambiental (MMA), em comparação a grandes indústrias dos outros setores produtivos, o turismo tem sido a escusa para largos investimentos públicos e privados nas últimas décadas. Os benefícios associados ao turismo são relevantes, entretanto, os malefícios provocados podem ser perigosos pelo caráter multiplicador que pode gerar em diversas esferas: ambiental, econômica, social, política e outras.

Fomenta-se o turismo em discursos desenvolvimentistas como um elemento ideal para promover o crescimento econômico em determinadas localidades, que carecem de outras atividades econômicas fortes e competitivas, a exemplo das comunidades que dão acesso aos Parnas. Como alerta Scheyvens (2002), pelo seu potencial socioeconômico, o turismo é utilizado como estratégia de desenvolvimento para comunidades de países em desenvolvimento.

Porém, esse deslumbre pelo turismo pode ser “uma armadilha ilusória” (SAVILOLO; DELAMARO; BARTHOLO, 2005) ao se fundamentar toda uma política de desenvolvimento apenas na atividade turística. O turismo deve ser componente complementar e maximizador dos efeitos positivos econômicos e não a chave mestre que conduz o desenvolvimento.

A turistificação é estimulada sob esta perspectiva de contribuir para diversificar a renda das comunidades inseridas no entorno desses espaços protegidos, que, em geral, estão localizadas em regiões rurais. Como afirmaram Souza et al. (2017, p. 06), “As áreas protegidas são motores do desenvolvimento econômico, uma vez que as despesas com conservação e recreação investidas nas UCs resultam em geração de empregos, renda e PIB para o Brasil”.

Em 2015, foram registradas mais de 08 milhões de visitas às UCs federais, incluindo aí os Parnas, representando um aumento de 9,6% em relação ao ano anterior, que registrou 7,3 milhões de visitas. Neste período, os gastos dos

visitantes foram de R\$ 1,1 bilhão nos municípios de acesso às UCs federais, favorecendo-as economicamente. A contribuição total dos gastos para a economia nacional foi de 43 mil empregos, R\$ 1 bilhão em renda, R\$ 1,5 bilhão em valor agregado (contribuição das despesas para o PIB) e R\$ 4,1 milhões em vendas. Os setores que deram a maior contribuição foram hospedagem e alimentação, com R\$ 267 milhões e R\$ 241 milhões em vendas diretas, respectivamente. Foi o que apontou um estudo feito com base na metodologia Money Generation Model (MGM2), utilizada nos parques nacionais dos Estados Unidos, e que mediu os efeitos econômicos decorrentes da circulação do dinheiro gasto pelos visitantes (SOUZA et al., 2017).

Em 2018, o número de visitantes nos Parnas federais contabilizou 12,4 milhões de vistas, um aumento de 6,15% em relação a 2017, que registrou 10,7 milhões de visitas, como ilustra a Figura 5 (ICMBio, 2019). Dados apontam, portanto, a ampliação do fluxo turístico nos Parnas, o que motiva, sobremaneira, a turistificação dos espaços naturais, com inserção de mecanismos de apropriação dos espaços convertendo-os em atrativos turísticos a serem visitados.

No ranking dos 10 Parnas com maiores números de visitação (Figura 6), o Parque Nacional da Tijuca é o líder com registro de 2.655.556 visitas. Cabe registrar que a localização do parque, em zona urbana do município do Rio de Janeiro favorece esses números. Em segundo lugar, aparece o Parque Nacional do Iguaçu, com 1.895.628 e, em terceiro, o PNJ, com 1.091.829 visitantes. Considerando a extensão territorial do parque e sua localização, esse fluxo de visitante causa preocupações em termos de sustentabilidade. O PNLM aparece em 10º lugar com 126.454 visitas (ICMBio, 2019).

Figura 5 - Total de visitas nas UCs federais em 2018



Fonte: ICMBio (2019).

Figura 6 – Ranking de visitação Parnas nacionais

Top 10 Parques Nacionais

Nº de visitas

1	Parque Nacional da Tijuca	2.655.556
2	Parque Nacional do Iguaçu	1.895.628
3	Parque Nacional de Jericoacoara	1.091.829
4	Parque Nacional da Serra da Bocaina	700.915
5	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	526.106
6	Parque Nacional de Brasília	217.050
7	Parques Nacionais do Aparados da Serra e Serra Geral	217.017
8	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	179.612
9	Parque Nacional da Serra dos Órgãos	147.365
10	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	126.454

Fonte: ICMBio (2019).

A divulgação intensiva dos atrativos existentes nestas áreas, tanto pelos órgãos públicos de gestão das UCs (ICMBio) ou de fomento ao turismo (MTur) quanto pelo trade turístico, e que estimula a visitação dos destinos de sol e praia e de natureza, é motivada pelo potencial do país, em relação a estes segmentos turísticos. Os recursos naturais são o ponto forte do Brasil, como demonstra o estudo do Fórum Econômico Mundial sobre a competitividade em turismo. O país conquistou a primeira posição no quesito recursos naturais dentre 136 países. No ranking geral está na 27ª colocação (OLIVEIRA, 2017).

O ICMBio vem concentrando esforços para incrementar o uso público em unidades prioritárias que atendem critérios como: existência de plano de manejo, potencial número de visitantes, existência prévia de fluxo turístico, facilidade de acesso ao local e existência de estudos preliminares de viabilidade econômica (ICMBio, 2018b).

A priorização de ações, em apenas algumas áreas, é resultado de questões gerenciais que envolvem falta de pessoal e grande extensão territorial que ocupa o conjunto de UCs, que corresponde a 167 milhões de hectares, de áreas terrestres e marinhas. Outro entrave é a escassez de recursos, como aponta estudo do Banco Mundial (ICMBio, 2018b), grande parte dos Parnas e áreas protegidas no mundo não geram rendimentos financeiros sequer para cobrir os custos de manutenção.

Dentre as áreas prioritárias para investimentos, estão o PNJ e PNLM, cujos atrativos principais remetem ao turismo de sol e praia e o turismo ligado à natureza e esportes radicais. São supervalorizados como atrativos turísticos que compõem a oferta turística de dois destinos indutores do turismo regional: Jijoca de Jericoacoara e Barreirinhas. São atrativos prioritários, em âmbito regional e local, que destacam-se nos planos de desenvolvimento turístico dos estados onde estão inseridos, a saber: Rota das Emoções, que envolve três estados PI, CE e MA; o Plano Maior 2020, no Maranhão, no qual o PNLM possui relevante papel; e o projeto de marketing mais recente da Setur/CE que determina ações para os Pólos Turísticos do Ceará, com destaque para o PNJ.

A instalação de estruturas que visam, sobretudo, o ordenamento e incremento do fluxo turístico, comprova o direcionamento em prol da turistificação dos espaços. No PNJ, algumas obras previstas são: implementação e delimitação de vias de acesso de veículos, implantação de quatro postos de informações e

controle, implantação do centro de visitantes na praia da malhada, cercamento da unidade, implantação das estruturas de hospedagem, dentre outros. No PNLM está prevista a concessão dos seguintes serviços de apoio à visitação: controle de acesso e recepção de visitantes, venda de ingressos, gerenciamento do centro de visitantes, implantação de obras, estrutura de apoio à visitação e outros (ICMBio, 2018b). Quanto à venda de ingressos, foi operacionalizado o voucher digital por ação da prefeitura municipal, em parceria com o Sebrae.

O crescimento do fluxo turístico nos PNJ e PNLM pode estar associado ao que Dantas (2002) apontou como o processo de elaboração de uma imagem turística das cidades litorâneas nordestinas focado na descentralização do poder federal quanto à concepção de políticas públicas, planejamento e marketing turísticos. Estas funções são transferidas para os governos estaduais, que reforçam a valorização das faixas litorâneas e, por consequência, seus atrativos turísticos naturais aí presentes, em um processo de turistificação acentuado.

Resulta disso a formação de juízos de valor em dois âmbitos. Um, em escala local, associado à formação de uma consciência turística por meio do convencimento da comunidade autóctone quanto ao potencial e vocação turística que o local apresenta (KRIPPENDORF, 2001). Outro, em escala regional, nacional e internacional, com o fortalecimento da imagem turística e sua divulgação como um local paradisíaco destinado aos turistas (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

É fato que os recursos naturais de ambos os parques são apropriados pelo turismo como atrativos, em um processo de ressignificação, fruto da turistificação. Como alertou Aramberri (2010), as atrações se tornam atrativos turísticos porque são sinalizadas como tal em um processo de construção social. Esse processo se relaciona com a imagem turística de determinada destinação que é construída progressivamente no imaginário dos turistas e cujas informações veiculadas contribuem para a desconstrução ou reconstrução desta imagem (HIERNAUX-NICOLAS, 2002).

O imaginário, como expôs Hiernaux-Nicolas (2002, p. 08), pode ser definido “como o conjunto de crenças, imagens [...] que se definem em torno de uma atividade, um espaço, um período ou uma pessoa (ou sociedade) em um momento dado”. Imaginário turístico é, portanto, uma porção do imaginário social referido ao feito turístico, melhor dizendo, referido às numerosas manifestações do processo societário de viajar.

Evidência do processo de construção social dos atrativos e sua conexão com o imaginário turístico são as informações apresentadas sobre os Parnas das zonas costeiras, na página da internet do ICMBio. Descrições como: “o Parque Nacional e Vila de Jericoacoara abrigam uma enseada cuja praia está voltada para o poente, o que proporciona um belo espetáculo ao fim do dia [...] do sol se pondo sobre o mar” (ICMBio, 2018b); ou “o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é o destino perfeito para aqueles que buscam aventura segura e contemplação da natureza!” (ICMBio, 2018c), corroboram a construção social de um imaginário que reforça, sobretudo, as características estéticas das áreas enquanto atrativos turísticos.

3.4 O turismo litorâneo no nordeste brasileiro

O espaço costeiro possui características próprias ambientais e ocupacionais que demonstram o monopólio espacial de determinadas atividades, como a exploração de recursos marinhos, o lazer e o turismo (PANIZZA; PEREIRA, 2009). O turismo litorâneo ou de sol e praia representa uma das mais importantes práticas marítimas modernas, responsável por induzir o planejamento e desenvolvimento econômico em zonas costeiras (PEREIRA, 2012).

As atividades de turismo contribuem desde o século XX para o reordenamento do litoral, com valorização dos espaços litorâneos e reconfiguração das comunidades aí presentes. Fato motivado pela sociedade urbana que atribui à praia uma condição de espaço predileto para o descanso e lazer (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

Uma das práticas impulsionadoras do reordenamento espacial na faixa costeira está associada à vilegiatura, antecedente ao próprio turismo litorâneo, que representa a estada temporária em ambientes, especialmente, os litorâneos e catalisa, sintetiza e propicia uma diversidade de atividade de lazer e descanso em residências de uso ocasional, comumente denominadas, de segundas residências (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

A importância deste fenômeno para o trabalho em tela procede do seu papel na reorganização socioespacial ocorrida em destinos praieros e por seu caráter embrionário e disseminador do turismo litorâneo. Como relataram Panizza e Pereira (2009), a vilegiatura marítima, as residências secundárias e o turismo

litorâneo contribuíram em conjunto para a disseminação de estruturas urbanas pelo espaço litorâneo ao longo do século XX.

Inclui-se, neste debate, o resgate histórico da busca pelas zonas costeiras como local de lazer e veraneio, especialmente em países em desenvolvimento. Sua origem se fundamenta nas novas representações dos trópicos fomentadas no mundo desenvolvido, no período do pós-guerra, onde o turismo se massificava.

Dantas (2014) expôs as ideias de Cornier-Salem (1996) quanto à construção das representações dos trópicos (tropismo) pelo Ocidente e que esteve balizada em três discursos: a) em textos antigos de viajantes que apresentavam o mar e o litoral dos trópicos como símbolo de liberdade e de natureza verdadeira; b) no discurso das agências turísticas que divulgavam uma imagem do litoral repleto de coqueiral e de criaturas de sonhos; e c) numa linguagem mais científica apresenta o litoral como zonas marginais, virgens, subexploradas e subutilizadas²².

Como alertou Dantas (2014), estas representações favoreceram um planejamento e uma urbanização à beira-mar de acordo com uma demanda majoritariamente turística e com a construção de uma imagem midiática acerca dos países tropicais que exerce um forte poder de atração nos consumidores do turismo de sol e praia ou litorâneo. O modelo brasileiro, como reforça o autor, é o de um país de dimensões continentais, cujo fluxo turístico nacional é responsável pela valorização da faixa de praia.

Até meados do século XIX, a relação entre sociedade e mar (praia) era guiada por práticas marítimas tradicionais, como o transporte de cargas e pessoas e defesa territorial, não associando-as à recreação ou lazer (DANTAS, 2009). A ressignificação recreacional dos espaços litorâneos justificou o processo de urbanização da orla, que passa a ocorrer a partir de 1920.

Na atualidade, a internacionalização das práticas marítimas modernas (turismo litorâneo, vilegiatura, banhos de mar, veraneio marítimo) valoriza, ademais, a localização litorânea, de forma simbólica e imagética, não por sua capacidade de mobilidade de cargas, mas pelo “[...] atendimento das necessidades massivas de

²² Em outros momentos da história a relação entre homem e mar não se mostrou tão harmoniosa. Corbin (1989), revelou esta conexão ao longo das diferentes épocas. Na antiguidade, existia uma visão negativa do oceano, local onde escondiam-se monstros. Na Idade Média, os homens também repulavam os oceanos, talvez pelas catástrofes trazidas pelos mares, como doenças e piratas. Já na Idade Moderna, no século XVII, inicia-se o despertar de um sentimento de curiosidade pelo mar. No século XVIII, mantém-se o temor pelo mar, entretanto, passa-se a contemplá-lo com admiração, levando a um novo prazer, o dos banhos de mar.

uma sociedade mundializada voltada para o lazer e/ou moradia na beira-mar” (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016, p. 48). Os destinos litorâneos do nordeste brasileiro mostram-se como espaços disponíveis à mundialização por suas características naturais.

No Brasil, a implementação pela elite das práticas marítimas modernas, nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, ensejou o contato mais próximo da sociedade com os espaços litorâneos, fosse para fins terapêuticos, em um primeiro momento, fosse para prática da vilegiatura e turismo litorâneo, em momento posterior. Essas práticas foram incorporadas pela sociedade nordestina sob a perspectiva de uma modernização urbana (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

O turismo litorâneo incorporado, na costa brasileira, se manifesta, em grande medida, por meio da vilegiatura. No nordeste do Brasil, o desenvolvimento da vilegiatura se efetiva a partir das primeiras décadas do século XX e vem sofrendo transformações nos últimos tempos, afetando a quase plenitude dos municípios situados à costa. Neste sentido, as práticas marítimas tradicionais nordestinas associadas, basicamente, à pesca, que aí ocorriam sob responsabilidade dos pescadores e demais moradores dos vilarejos litorâneos são incorporadas, ou até mesmo atropeladas, pelas demandas fundiárias dos turistas e empreendedores.

Como afirmaram Pereira, Dantas e Gomes (2016, p. 66), “[...] as espacialidades são produtos capazes de reunir tempos e sujeitos diferentes”. Inicialmente, as ações planejadas em turismo na comunidade autóctone partiram de promotores imobiliários, de alguns turistas que divulgavam os lugares litorâneos a serem consumidos, com a colaboração de intervenções pontuais de políticas públicas.

Em períodos recentes, por decorrência das melhorias sociais, econômicas e tecnológicas no país, a vilegiatura e o turismo litorâneo se desassocia da elite e passam a figurar as práticas de lazer em outras classes socioeconômicas.

Autores como, Dantas (2009, 2013, 2014), Pereira (2012), Panizza e Pereira (2009), analisaram esse movimento sob o aspecto recreacional e sua concretização em segundas residências, no nordeste brasileiro, relacionando-o ao impulsionamento da estruturação das metrópoles na região. Entretanto, esse fenômeno não molda somente localidades adjacentes à zona metropolitana, estende-se, nos tempos atuais, para outras municipalidades desconectadas

territorialmente da capital, embora conectadas por meio da acessibilidade (infraestrutura aeroportuária e viária), numa tentativa de encontrar destinos menos massificados demograficamente e com aspectos naturais ainda virgens.

Os turistas, na condição de vilegiaturistas, conferiram nova racionalidade na forma de morar na praia, associado, anteriormente, ao comércio e às populações tradicionais e pobres. As funções de lazer associadas ao mar e ao marítimo se mostraram fortemente conectadas ao processo de urbanização paralela à linha da costa a partir da valorização do litoral (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

Não obstante, a vilegiatura tenha dissemelhanças com o turismo litorâneo ou de sol e praia²³, alguns aspectos são similares no tocante as transformações indicativas da urbanização engendradas nas localidades onde se manifestam. Essas similaridades foram apresentadas por Pereira, Dantas e Gomes (2016) e organizadas no Quadro 4, abaixo. Alerta-se, entretanto, que é preciso analisar o contexto particular de cada destino e nunca traçar generalizações ao caracterizá-lo.

Quadro 4 – Transformações em localidades litorâneas devido à urbanização turística

Transformações	Decorências nas localidades
Novas dinâmicas imobiliárias	Usos distintos à terra, diferente do uso tradicional, confluindo para a sua valorização e mercantilização; Parcelamento do solo; Multiplicação das construções residenciais sob formatos de: residências para uso sazonal, unidades residenciais em condomínios horizontais e verticais e complexos turísticos imobiliários; Implementação e/ou densificação da morfologia urbana.
Diversificação na divisão social do trabalho	Instalação de infraestruturas físicas, serviços e comércios específicos para a prática do turismo, com deslocamento dos postos de trabalho em direção ao setor terciário; Sazonalidade interferindo na distribuição quantitativa dos postos de trabalhos e na flexibilização das funções sazonais; Treinamentos técnicos para realização dos trabalhos com desvinculação do saber-fazer local.
Dinâmica demográfica positiva	Espaços receptivos à fluxos migratórios

²³ A vilegiatura ou turismo de segunda residência requer o uso de residência não ocasional pelos turistas, que, em geral, pertencem a eles, fator que fideliza o turista ao destino. No caso do turismo litorâneo, os turistas não necessariamente possuem residências não ocasionais para usufruir, podem fazer uso da infraestrutura hoteleira do destino, permitindo-os escolher diversos destinos litorâneos para lazer e descanso.

	atraídos pelas novas atividades econômicas e geração de empregos; Transformação de turistas em moradores locais com aumento populacional.
Contatos culturais e instituição de costumes	Interações sociais baseadas relações comerciais, trocas simbólicas e culturais; Aquisição de costumes urbanos dos turistas pela comunidade local, como: modos de vestir, expressões verbais, arquitetura das habitações, uso de equipamentos eletroeletrônicos, lazeres etc
Institutos legais urbanos	Criação de leis de zoneamento, uso, ocupação do solo para regular o acesso e transformações espaciais; Criação de estruturas para cobrança de impostos, principalmente para os proprietários de imóveis; Indicação de áreas prioritárias para expansão urbana; Legislação ambiental limita uso do solo visando inibir processos erosivos e manter a flora e fauna nativas.

Fonte: Adaptado de Pereira, Dantas e Gomes (2016).

Cabe destacar que a ocupação do território brasileiro, sob o aspecto histórico, incluindo aí o período de seu descobrimento, priorizou áreas próximas ao litoral. E esta tendência continua. Segundo o IBGE (2011), 26,6% da população brasileira reside em municípios da zona costeira, o que corresponde a 50,7 milhões de pessoas.

A despeito da importância da zona costeira, o bioma tem sofrido severas agressões, sobretudo nas últimas décadas, com a intensificação de seu uso para atividades produtivas diversas. A zona costeira se mostra como um espaço prioritário para as atividades econômicas (PANIZZA; PEREIRA, 2009), que incluem pesca, atividades relacionadas a exploração e produção, direta ou indireta, de petróleo e gás, serviços e atividades vinculadas a dinâmica socioeconômica dos municípios, incluindo o turismo e a vilegiatura. Outros impactos são causados, por exemplo, pela agricultura, pecuária, instalação e operação de infraestrutura portuária e especulação imobiliária.

Sendo assim, em suas concepções, o processo de urbanização e a vilegiatura estão relacionados, com existência de áreas territoriais urbanizadas por consequência das dinâmicas da vilegiatura. Os autores citados analisaram esse processo, mais a miúdo, em ambientes metropolitanos, embora entendam que o

fenômeno se expanda para além dos espaços metropolitanos, como ocorre em um dos objetos de estudo desta tese.

Como descreveram os autores:

Com o desenvolvimento da vilegiatura marítima, os espaços litorâneos são engendrados tanto pela valorização como pela urbanização. Os loteamentos, os arruamentos, [...] as casas, os condomínios, [...] os novos costumes e as pessoas desconhecidas passam a compor a paisagem das praias eleitas pelos veranistas. Ao longo das últimas décadas, a zona costeira foi redefinida, apresentando, assim, novas formas e novos usos. [...] é relevante compreender também as transformações socioespaciais condicionadas pela valorização dos espaços litorâneos (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016, p. 17).

A expansão deste fenômeno, na atualidade, transcende os limites territoriais dos países. Significa dizer que, se antes, os indivíduos usufruíam de uma segunda residência próxima à sua moradia habitual para fins recreacionais, nos finais de semana e férias, agora, a prática deste hábito envolve deslocamentos maiores para destinos mais longínquos.

De fato, o litoral vem sendo apropriado como mercadoria e sua ocupação vem se mostrando insustentável.

[...] a especulação imobiliária, o desenvolvimento de atividades produtivas, assim como, o crescimento da vilegiatura e do turismo, além do aumento da densidade demográfica, têm promovido diversos conflitos socioambientais, ocasionados pela degradação ambiental e pelas graves consequências sociais enfrentadas, especialmente, pelas comunidades litorâneas (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016, p. 88).

Refere-se a isso, o caso específico da praia de Jericoacoara, onde existe a vinda sazonal de turistas estrangeiros, em particular, europeus, que dividem seu tempo entre estadias de seis meses na Europa e seis meses de estadia nesta comunidade. Situação que, como pontuaram Pereira, Dantas e Gomes (2016), se converte em intensas transformações sociais e impactos socioespaciais.

Para ilustrar essa realidade, os autores mencionaram que, em meados dos anos 2000, muitos estrangeiros europeus investiram em segundas residências no litoral brasileiro, em especial, no Nordeste, em estados como Rio Grande do Norte e Ceará. Foram responsáveis pela aquisição de um terço dos imóveis novos nestes estados, favorecidos pela valorização do euro à época.

Para o atendimento das necessidades específicas das práticas turísticas, localidades e seus espaços são reconfigurados, ditos modernizados, em verdade, são urbanizados (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016). São os espaços à beira-mar

os principais catalisadores dessas transformações pois remetem aos desejos das populações urbanas de todo o mundo em busca do lazer e para suas práticas turísticas. Características urbanas são transferidas para os espaços costeiros, remodelando sua paisagem, ao mesmo tempo que recebem investimentos para ampliar a infraestrutura turística e urbana e aumentam os fluxos de pessoas no local.

Neste processo, como apontaram Pereira, Dantas e Gomes (2016), o direcionamento dos espaços litorâneos para uso turístico perpassa pela avidez de diferentes atores sociais, a saber:

a) municipalidade, que manifesta suas ações por meio de um planejamento e de políticas públicas ligadas ao turismo e lida com problemáticas acerca da regulação do uso do solo e do urbanismo, o atendimento aos serviços coletivos e a sazonalidade no seu atendimento, uma vez que existem períodos de intensa demanda;

b) mercado imobiliário: representado pelos grandes investidores e seus projetos turísticos privados. A ele cabe a criação de demandas e tendências/gostos (novos serviços, empreendimentos imobiliário-turísticos híbridos, festas, marketing, construção de atrativos) os mais diversos possíveis;

c) Estado em suas esferas estadual e federal: propiciam os vultosos recursos financeiros para a tecnificação do espaço e sua turistificação;

d) moradores locais: em sua multiplicidade de perfis, incorporam-se, trabalham, criticam, vivem, isolam-se e interagem com os turistas, além de redescobrirem novos usos para os espaços litorâneos;

e) turistas: preferem o lazer e o descanso.

No contexto das ações políticas, o litoral teve um papel marcante para consolidar projetos e práticas turísticas. No momento em que todas as esferas governamentais captam a mobilização global pelo consumo turístico de espaços praieros surge um novo contexto político-econômico focado num planejamento turístico regional “[...] com intuito de artificializar o espaço em função de um padrão internacional de divulgação, acesso, circulação e acomodação, principalmente, para fins do desenvolvimento do turismo receptivo” (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016, p. 67).

As palavras de Alves e Dantas (2016, p. 08) descreveram esta conjuntura aplicada ao nordeste brasileiro, “o turismo se torna um dos principais vetores usado na mudança paradigmática de interpretação do Nordeste da seca para o Nordeste

das possibilidades [...]”, encontrando alicerce nas políticas públicas de desenvolvimento regional, a partir dos anos de 1970.

Com essa premissa, os governos locais dos estados nordestinos priorizaram políticas de desenvolvimento econômico com foco no turismo em áreas litorâneas, em detrimento de ações para o desenvolvimento do interior, e passaram a captar investimentos junto a órgãos internacionais, a exemplo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a empreendedores privados.

Uma das políticas de turismo de maior destaque no Nordeste foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur-NE), que, em suas duas fases, entre os anos de 1980 e 2005, aportou volumes consideráveis de investimento na região, com maior ênfase nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Como afirmaram Pereira, Dantas e Gomes (2016, p. 57), os programas governamentais de desenvolvimento, a partir dos anos 1990, “[...] investem centenas de milhões de dólares na produção de um espaço mais fluido, capaz de inserir o Nordeste no circuito mundial dos lugares visitados por estrangeiros”.

Disseminou-se a lógica da valorização turística nos destinos praianos e atribuindo uma relação de dependência e integração com as capitais/metrópoles, responsáveis pela recepção e distribuição do fluxo turístico. Essa sujeição, em alguns casos, vem se fragilizando pela prosperidade turística de destinos antes subjugados pela necessidade de infraestrutura, especialmente, de acesso para receber seus fluxos turísticos. É o caso da implantação do Aeroporto Regional, em Cruz, visando captar os turistas que se destinam à Jericoacoara. Perde-se a conexão primordial de recepção e distribuição dos fluxos turísticos, assumindo, ela própria, essa condição em comparação aos municípios que a cercam.

Foi com o incremento da infraestrutura de acesso, urbana e turística implantadas como parte da política de desenvolvimento do país, a partir dos anos 1980, que o turismo litorâneo e o vilegiatura se amplificaram pela zona costeira nordestina. E alterou-se, assim, as paisagens características desses ambientes, marcadas pela presença de elementos associados à pesca e à costumes tradicionais, passando para um espaço caracterizado por empreendimentos turísticos. A inserção de novos atores no processo de produção socioespacial com expulsão de antigos habitantes é reflexo disso.

A priorização de políticas públicas em turismo litorâneo significou uma mudança na ordem econômica regional do Nordeste, além de promover um

reordenamento territorial. O redimensionamento socioeconômico da região e de seu litoral, conduzindo-os para um patamar de destaque, foi possível a partir da reestruturação das capitais nordestinas e o recebimento de recursos públicos para infraestruturas urbanas e turísticas, tornando-as mais modernas com valorização da geografia litorânea. Em paralelo, o imaginário social nordestino se reconstruiu, passando de uma imagem negativa marcada pelo sertão agrário e da seca, fruto das tradicionais oligarquias agrárias, para uma imagem positivista caracterizada pelo turismo como atividade potencial de desenvolvimento (ALVES; DANTAS, 2016).

Durante o período que engloba as décadas de 1960 e 1970, os estados brasileiros, dentre eles os nordestinos, de forma diferenciada e a partir de seus contextos territoriais, passam por um momento de transição para incorporar a atividade turística nas gestões estaduais. Cada estado do nordeste, “[...] produziu ações específicas de desenvolvimento para o turismo em seus contextos territoriais, de acordo com suas vontades e influências políticas e culturais [...]” (ALVES; DANTAS, 2016, p. 23).

No Ceará, por exemplo, se tornou um instrumento de propaganda política. A construção de uma imagem turística da capital Fortaleza permitiu atrair os mais importantes fluxos turísticos e serviu de instrumento de propaganda para a nova elite política do Estado. Duas decorrências surgem deste fato, em escala internacional, se obteve investimentos estrangeiros e, em escala local, o reforço positivo dos espaços litorâneos favoreceu a construção de uma consciência turística como símbolo de sucesso do governo da época (DANTAS, 2014).

Para Dantas (2013), o “Nordeste Turístico” foi pensado e projetado com a concentração de polos turísticos na zona costeira, aos moldes do padrão internacional outrora implementado nos países latino-americanos, e cuja atratividade está pautada no turismo litorâneo de sol e praia.

Como colocaram Saviolo, Delamaro e Bartholo (2005, p. 21) “o espaço se transforma, acompanhando os movimentos da sociedade de reprodução ou de mudança, num movimento em que a ocupação do território se faz de modo não uniforme”. E, dessa forma, os municípios costeiros são transformados em “espaços turistificados” (ALVES; DANTAS, 2016), com vistas a atrair maiores fluxos turísticos. Fenômeno se replica em comunidades costeiras que dão acesso aos Parnas.

Como relataram Pereira, Dantas e Gomes (2016, p. 67):

A turistificação dos lugares litorâneas no Nordeste em nenhum momento significou o eclipse da vilegiatura. Ao contrário, as empresas privadas, guiadas pelos interesses de mercado, vislumbram essa multiplicidade de práticas como estratégica para a diversificação, continuidade e crescimento dos investimentos nacionais e internacionais. Novos lugares foram “descobertos/inventados”, ocorrendo, simultaneamente, a redefinição dos espaços existentes em decorrência do estabelecimento crescente dos vilegiaturistas alóctones.

Esse processo, presentemente, vai em direção a destinos costeiros mais afastados dos centros urbanos que possuem intenso fluxo de pessoas e, cuja singularidade natural, os faz destacar no mercado turístico.

A consolidação da imagem turística do Nordeste como um paraíso tropical, com praias ensolaradas e águas quentes, permitiu a inserção de novos agentes na produção do espaço litorâneo, restrito antes aos autóctones, e agora ampliada para os alóctones, turistas vindos de outras regiões e países (DANTAS, 2013).

As transformações na paisagem, ao longo dos anos, são reflexo das demandas sociais impostas pela prática do turismo litorâneo. Os turistas passam a exigir do poder público melhorias de estruturas que lhes atendam enquanto usuários destes espaços. Isso é perceptível nas mudanças ocorridas em Jericoacoara, o acesso à eletricidade nos anos de 1980, a melhoria de estradas como a ampliação da via estruturante (roteiro da costa do sol poente que leva a Camocim e Jericoacoara), em 2010, e, na atualidade, melhorias no sistema de comunicações.

Panizza e Pereira (2009), em suas análises sobre a estruturação do litoral cearense, identificaram diferentes etapas do desenvolvimento do turismo litorâneo. O litoral oeste estaria vivendo uma fase inicial de desenvolvimento turístico, enquanto o litoral central e leste experimentavam uma fase mais avançada e próxima da saturação, cujos problemas relacionados à poluição, erosão litorânea e das falésias, ocupações irregulares à beira-mar, excesso e circulação precária de veículos etc, conduziram os turistas mais exigentes para outros destinos menos saturados. O turismo litorâneo avança de encontro às pequenas cidades e aos vilarejos, e assim, se sucedeu com Jericoacoara e vem ocorrendo em Barreirinhas.

4 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS PESQUISADAS

A escolha das duas localidades, Barreirinhas (MA) e Jijoca de Jericoacoara (CE)²⁴, foi baseada em fatores relacionados ao fluxo turístico crescente nas últimas décadas que promoveu novas dinâmicas socioeconômicas e espaciais, em grande parte, devido à proximidade aos Parnas que ampliou a visibilidade turística; e à localização na zona costeira. Outro fator similar corresponde a ampla valorização e divulgação de ambas como destinos primordiais na recepção e distribuição da demanda turística, na região, o que pode impulsionar o desenvolvimento em destinos do entorno.

Dentro do Programa de Regionalização do Turismo do MTur, elaborou-se o Mapa do Turismo Brasileiro, um instrumento que visa orientar as áreas prioritárias que devem ser trabalhadas no contexto das políticas públicas para o setor. Os municípios que compõem o mapa foram indicados pelos órgãos estaduais de turismo, em conjunto com instâncias de governança regional, a partir de critérios construídos em conjunto com o ministério. Como resultado, tem-se a categorização dos municípios (Portaria n. 144/2015) que identifica o desempenho da economia do setor. O município de Jijoca de Jericoacoara, considerado um destino indutor do desenvolvimento turístico regional, encontra-se na categoria A, enquanto Barreirinhas, na categoria B (MTur, 2018). São, portanto, destinos reconhecidos enquanto destinos-âncora do Roteiro Turístico Rota das Emoções.

Uma breve descrição dos municípios, onde inserem-se as localidades, faz-se importante com o intuito de contextualizar o seu processo histórico de formação e construção do seu espaço social para obter análises mais fecundas.

O distrito de Barreirinhas foi criado, em 1871, e sua emancipação municipal ocorreu em 1938. O município dista 268 km da capital do estado do Maranhão, São Luís. A sede da municipalidade, principal foco do estudo, está situada à margem direita do Rio Preguiças e a maior parte da população reside na zona rural, composta por mais de 200 povoados e sítios, onde podem ser encontradas comunidades ribeirinhas e de pescadores. Seus limites territoriais são: ao norte, com o Oceano Atlântico; a leste, com os municípios de Paulino Neves e

²⁴ Em Barreirinhas, o recorte territorial analisado foi o seu centro urbano. Em Jijoca de Jericoacoara, o recorte traçado envolve o território da vila de Jericoacoara.

Santana do Maranhão; a oeste, com os municípios de Santo Amaro e Primeira Cruz; e ao sul, com o município de Santa Quitéria do Maranhão.

O município de Jijoca foi distrito de Cruz, sendo emancipado em 1991. Na ocasião, foi incorporado o território da vila (ou praia) de Jericoacoara, pertencente ao município de Acaraú, passando a denominar-se Jijoca de Jericoacoara. O município localiza-se no ponto mais setentrional da costa cearense, distante 278,8 km da capital Fortaleza, e faz divisa com o Oceano Atlântico, ao norte, e com outras três municipalidades: Cruz, a leste, Camocim, a oeste, e Bela Cruz, ao sul.

O principal indutor de desenvolvimento turístico municipal é a praia de Jericoacoara, outrora conhecida como vila por abrigar uma comunidade de pescadores. O território da praia de Jericoacoara era mencionado nas cartas geográficas do século XVII, porém não com esta denominação. Na área viviam índios Tremembes, com posterior instalação de vilarejo e forte de Nossa Senhora do Rosário que serviu de base de apoio aos portugueses para batalhas contra os franceses que ocupavam o Maranhão.

Jericoacoara, dista cerca de 18 km da sede, está cravada entre enormes dunas e o mar, é um dos poucos lugares no Brasil onde é possível assistir ao sol nascer e se pôr no oceano, devido a sua localização peninsular. Jericoacoara conta com praias de enseada (Figura 7) e mar calmo, de mar aberto e ondas grandes (quase propícias ao surfe) e praias rochosas. O windsurf e kitesurf encontram grande apelo nessas praias cuja maior extensão é de águas calmas e vento forte.

Figura 7 – Enseada de Jericoacoara



Fonte: a autora (2016; 2018).

Em 1984, a vila e área do entorno tornaram-se Área de Proteção Ambiental (APA) com vistas a inibir a expansão urbana na vila e conservar os atributos ecológicos e paisagísticos da área. Desde 2002, a área, excetuando a vila, foi transformada em Parna, o que impede a construção de rodovias e estradas, bem como qualquer tipo de pavimentação. A energia elétrica era provida por geradores, até o ano de 1998, quando passou a ser ofertada por meio de rede subterrânea (JIJOCA DE JERICOACOARA, 2019).

Em termos territoriais e demográficos, comparativamente, as localidades possuem números contrastantes. Barreirinhas possui uma área territorial de 3.026,540 km² e uma população estimada em 61.828 (IBGE, 2019a). Jijoca de Jericoacoara, por sua vez, possui uma área total de 204,36 km² e uma população estimada em 19.587 habitantes, dos quais, aproximadamente 2,5 a 3 mil pessoas, residem na vila (IBGE, 2019b).

No início, a principal via de acesso à Barreirinhas desde a capital do estado, São Luís, era pelo Rio Preguiças, por barcos à vela, percurso que demorava dias para ser concluído, o que lhe conferia um certo grau de isolamento. O curso fluvial continua sendo bastante utilizado nos deslocamentos para os distritos e povoados do município (Figura 8), bem como é um dos principais pontos turísticos da localidade. É o meio de vida, via de acesso e de subsistência para a maioria das comunidades e povoados ribeirinhos. O nome Preguiças, segundo relatos de moradores locais, remete à presença de muitos bichos preguiças que habitavam as matas das margens do rio, anos atrás.

Figura 8 – Uso do Rio Preguiças para deslocamentos no município de Barreirinhas



Fonte: a autora (2019).

Hoje, o principal acesso é via terrestre, pela BR-135 até o município de Rosário e, a partir daí, pela rodovia MA-402 até Barreirinhas. O percurso demora em média 03 horas. Por via aérea, leva-se 45 minutos desde o Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado até a pista de pouso local, utilizada, principalmente para saída de pequenas aeronaves que realizam voos panorâmicos nos Lençóis Maranhenses.

A enseada de Jericoacoara, por seu turno, possui uma peculiaridade que permitiu seu isolamento. Igualmente que Barreirinhas, essa condição favoreceu a manutenção de suas características primitivas, por anos, e dificulta seu acesso, incluso em tempos recentes. A área está, naturalmente, protegida por uma grande extensão de dunas, o que exige o uso de veículos tracionados ou buggies para acessar a praia. O principal acesso à sede municipal é via terrestre, que foi facilitado com a finalização da CE-085, conhecida como Via Estruturante ou Rota do Sol Poente e, a partir da sede, é possível contratar o traslado até a vila. Outra opção recente de acesso à Jericoacoara, é via aérea, com a inauguração, em 2017, do Aeroporto Regional de Jericoacoara, localizado em Cruz.

Até pouco tempo atrás, as agências de turismo que fazem o transporte até o local, utilizavam um ônibus comum de Fortaleza até Jijoca de Jericoacoara, onde a estrada mais próxima termina, e então uma jardineira, veículo de grande porte com tração nas quatro rodas, completava o percurso até a vila. Atualmente, a aquisição de veículos utilitários, do tipo caminhonete, mais novos e confortáveis pelos prestadores de serviço de traslados facilitou a mobilidade entre a sede e a vila.

4.1 O turismo como um dos fatores indutores do desenvolvimento socioeconômico das localidades

As comunidades analisadas vivenciam intensamente o turismo e apresentam algumas semelhanças e antagonismos, por vezes, resultantes das políticas socioeconômicas estaduais e de suas características territoriais.

O estado do Maranhão, como colocou Araújo (2013), historicamente, demonstra poucos investimentos associados ao turismo e tem foco no agronegócio. Entretanto, o governo maranhense descreve ações para o fomento da atividade em um documento, conhecido por Plano Maior de Turismo. A primeira versão do plano

foi elaborada em 1998 e estabelecia 05 polos turísticos: São Luís, Parque dos Lençóis, Delta das Américas, Floresta dos Guarás e Chapada das Mesas. Esta estruturação levou em consideração os recursos naturais e socioculturais dos municípios maranhenses à época (VIEIRA, 2011).

Em 2011, houve uma reformulação do Plano Maior e foram incluídos outros 05 polos turísticos: Cocais; Amazônia Maranhense; Lagos e Campos Floridos; Munim e Serras; e Guajajara, Timbira e Kanela. Nesses 10 polos, segundo coloca o governo, são desenvolvidos programas de desenvolvimento, infraestrutura, urbanização, saneamento e promoção. Porém, desde sua criação são priorizadas ações para os polos São Luís e Parque dos Lençóis, este último foco do estudo em tela.

O polo Parque dos Lençóis é composto pelos municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas. Essas localidades e o seu entorno estão recebendo maior visibilidade turística nos últimos anos, devido a investimentos em infraestruturas urbanas e turísticas e campanhas de divulgação das belezas naturais existentes no parque.

Enquanto melhorias estruturais e de acesso, está a inauguração do trecho da rodovia MA-320, em junho/2018, ligando o povoado de Sangue ao município de Santo Amaro (Figura 9) (SOUSA, 2018).

Figura 9 – Rodovia MA-320 que liga o povoado de Sangue à Santo Amaro



Fonte: a autora (2019).

Essa obra reforçou o comprometimento do governo estadual com o desenvolvimento turístico da região. Anteriormente, o acesso ao município era feito

por via não asfaltada por carros à tração. A pavimentação da rodovia visa melhorar a trafegabilidade e ampliar o fluxo turístico, o que requer um olhar atento quanto à manutenção da sustentabilidade local.

No mês de janeiro do corrente ano, foi inaugurada oficialmente a rodovia MA-315 que liga Barreirinhas ao município de Paulino Neves, outra obra que fortalece o turismo local e amplia a visibilidade dos municípios maranhenses localizados na Rota das Emoções. São eles: Barreirinhas, Paulino Neves, Araisos, Tutóia, Santo Amaro e Água Doce do Maranhão.

A rodovia encurta o trajeto entre os dois municípios, o percurso que era feito, antes, em torno de 4h, com a rodovia pode durar apenas 30 minutos. O diferencial é ser uma ecorodovia, a primeira do estado. É assim denominada pelo processo de construção, operação e manutenção utilizado, que prevê a minimização do consumo de energia e de emissões de gases, preservação da fauna e flora, respeito a história e as comunidades que vivem no entorno. Além da rodovia, o governo estadual também construiu uma nova ponte, com 140 metros de extensão sobre o Rio Novo para facilitar o acesso entre os municípios (MARANHÃO, 2019).

Trafegar pela ecorodovia pode se tornar um atrativo turístico singular. Seu trajeto margeia os pequenos lençóis maranhenses (Figura 10), área que não se encontra dentro dos limites do parque, mas que abriga dunas e lagoas e proporciona um belo cenário para os viajantes que a percorrem (Figura 11). A população local e visitantes faz uso do espaço para lazer com banho nas lagoas que margeiam a rodovia e para observar o pôr do sol das dunas.

Figura 10 – Mirante Lagoa do Salgadinho na Ecorodovia MA-315



Fonte: a autora (2019).

Figura 11 – Dunas e lagoas às margens da Ecorodovia MA-315



Fonte: a autora (2019).

Em que pese todo o esforço para alavancar os outros municípios abraçados pelos Lençóis Maranhenses, Barreirinhas continua sendo o seu município mais emblemático, especialmente, no acolhimento dos turistas que visitam o PNLM, por sua facilidade de acesso, importância enquanto entreposto comercial e infraestrutura disponível (CARVALHO, 2007). É, portanto, o município que dá acesso principal ao PNLM e deve ser estudado pelas alterações que vem sofrendo por conta da dinâmica turística no local, como apontaram Silva (2008) e Silva e Ribeiro (2018).

Em termos de políticas de desenvolvimento, o Estado do Ceará foi um dos pioneiros em implantar políticas focadas no turismo e recebeu grande volume de investimento de programas relacionados ao turismo, como o Prodetur-NE (ARAÚJO, 2013).

Como expôs Dantas (2014), em razão da crescente demanda turística por zonas de praias, é possível observar no Ceará, desde fins de 1980, um desenvolvimento econômico com foco no turismo, o que promoveu importantes alterações na paisagem litorânea. E, embora, as ações governamentais impostas procurem apresentar o Ceará como uma destinação turística internacional, os fluxos provenientes do turismo internacional são ainda modestos. Os fluxos turísticos são, principalmente, nacionais ou locais. Em 2017, o Ceará registrou a chegada de 74.497 turistas estrangeiros contra mais de 3 milhões de desembarques nacionais (MTur, 2018).

A economia de Barreirinhas está baseada na pesca artesanal (peixe), no extrativismo vegetal (buriti) na agricultura (mandioca), no artesanato, no comércio, e, mais recentemente, no turismo. No setor primário, a economia local sustenta-se na

agricultura não apenas da mandioca, como também, do milho, arroz, feijão, extração vegetal da carnaúba, castanha de caju, coco, lenha e carvão vegetal. A cidade é referência na produção de artesanato em linho de buriti, fabricado a partir de sua fibra. O caju tem forte representatividade na geração de renda, devido à natureza de solo local e abundância de rios. A pecuária tem pouca expressividade, existindo pequenos rebanhos bovinos, caprinos, suínos e equinos que atendem às necessidades de alimentação e transporte (CARVALHO, 2007).

A base da economia do município de Jijoca de Jericoacoara é o setor de serviços e, na vila, objeto deste estudo, os serviços ligados ao turismo. A vila de Jericoacoara, de pequeno vilarejo de pescadores artesanais com atividades econômicas ligadas a pesca, pecuária de caprinos e turismo, mais recentemente, transformou-se em um dos principais destinos turísticos do país, o que promoveu alterações significativas em seu perfil socioeconômico e na paisagem local.

Sob a perspectiva socioeconômica, transcrita a partir de índices como o IDH, ambos os municípios apresentam índices considerados entre baixo e médio. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2019a; 2019b), que compila dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Fundação João Pinheiro (FJP), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Barreirinhas é 0,570, cálculo de 2010, o que o coloca na faixa de IDHM baixo (entre 0,500 e 0,599). De outro lado, o índice de Jijoca de Jericoacoara é 0,652, em 2010, o que situa esse município na faixa de IDHM médio (entre 0,600 e 0,699).

O IDHM é formado por três dimensões e os índices específicos para cada uma, em Barreirinhas e em Jijoca de Jericoacoara são, respectivamente: longevidade com índice de 0,752 e 0,723; renda com índice de 0,515 e 0,614; e educação com índice de 0,479 e 0,625. Educação demonstra ser o fator de maior disparidade entre os municípios. Diante desses números, Barreirinhas ocupa a 4841^a posição e Jijoca de Jericoacoara a 3070^a posição, dentre os 5.565 municípios brasileiros. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862, de São Caetano do Sul - SP e o menor é 0,418, de Melgaço - PA.

Conforme descreve o Atlas do Desenvolvimento Humano (2019a), em Barreirinhas, o IDHM passou de 0,251, em 1991, para 0,361, em 2000, uma taxa de crescimento de 43,82%. O hiato de desenvolvimento humano (distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice que é 1) foi reduzido em 85,31%.

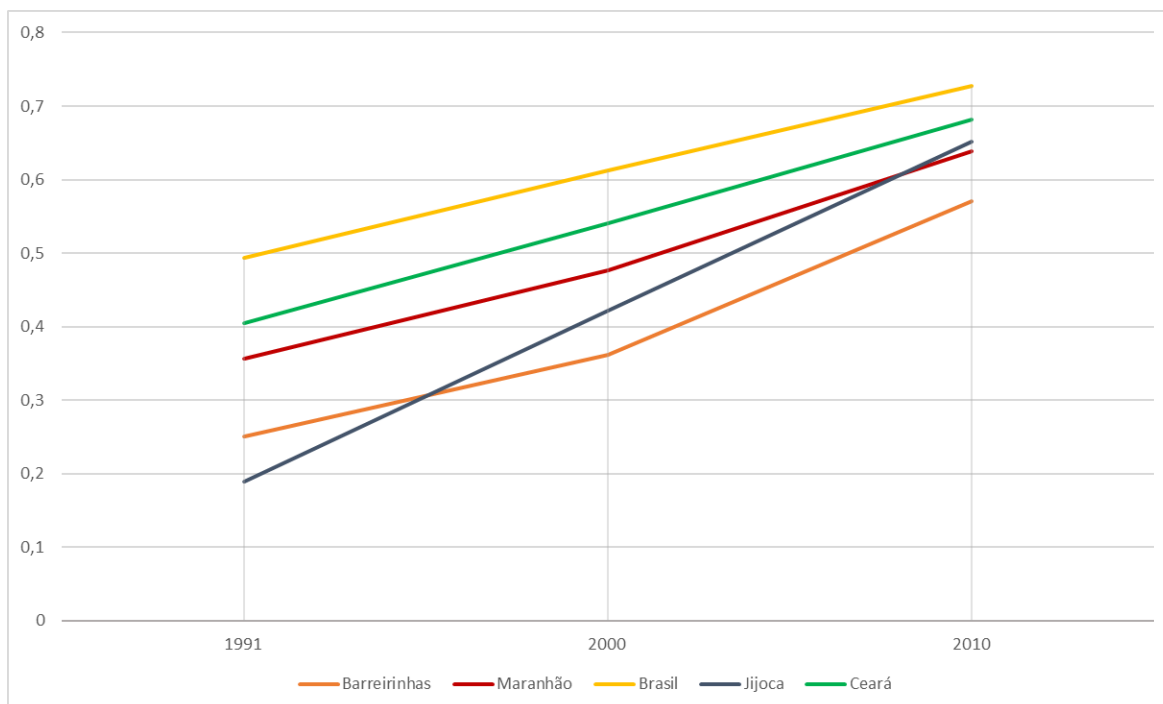
Longevidade (com crescimento de 0,096) representou a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos, seguida por Educação e por Renda. Entre 2000 e 2010, o IDHM também obteve um resultado positivo, passando de 0,361 para 0,570, significando uma taxa de crescimento de 57,89%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 67,29%, no período, e a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,307), seguida por Longevidade e por Renda. Esses números demonstram a situação de vulnerabilidade socioeconômica local, uma vez que, mesmo alcançando melhoras significativas nos índices, o município ainda está na faixa de baixo desenvolvimento.

Em Jijoca de Jericoacoara, o IDHM passou de 0,189, em 1991, para 0,422, em 2000, o que corresponde a uma expressiva taxa de crescimento de 123,28%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 71,27% entre esse período, sendo que a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,197), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,422, em 2000, para 0,652, em 2010, o que significa uma taxa de crescimento de 54,50%. Nesse período, o hiato de desenvolvimento foi reduzido em 60,21% e a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos também foi Educação (com crescimento de 0,398), seguida por Renda e por Longevidade (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2019b).

Os resultados de Jijoca de Jericoacoara indicam que investimentos em políticas públicas de educação podem representar um caminho para obter um desenvolvimento socioeconômico. Uma base educacional sólida reflete em resultados positivos para o turismo e para a sustentabilidade ambiental local, em razão de oportunizar a inserção no mercado de trabalho, devido ao bom nível de escolaridade, e favorecer a formação de uma conscientização ambiental dentre os moradores locais.

Ao traçar a curva de evolução de seus IDHMs, destaca-se a ascensão conquistada pelos municípios em termos de desenvolvimento socioeconômico, que apresentam números melhores com o passar das décadas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Comparativo da evolução do IDH



Fonte: a autora (2019) com dados do IBGE (2019).

Visualiza-se, no gráfico, que Barreirinhas e Jijoca de Jericoacoara tiveram, no período entre os anos 2000 e 2010, um crescimento superior do IDHM, quando comparado ao IDH do Brasil, que mantém um crescimento estável e uniforme, e os IDHs dos estados onde, territorialmente, estão inseridos, Maranhão e Ceará. Barreirinhas teve um leve crescimento em seu IDHM, na primeira década (1991-2000), mesmo sendo inferior ao IDH Brasil e IDH Maranhão. A evolução do índice se mostrou mais acentuada na década seguinte. Jijoca de Jericoacoara teve a particularidade de ter tido um crescimento superior e mais acelerado do IDHM que os demais, em todos os períodos, superando, inclusive, o IDH do Maranhão. Mantendo essa linha de crescimento, o município poderá alcançar o IDH do Ceará.

Traçando um panorama evolutivo de indicadores pertinentes ao estudo, são apresentadas as tabelas 2 e 3. Nelas são descritos os valores referentes a alguns indicadores sociais dos municípios, a saber: IDHM, renda per capita, taxa de urbanização, proporção de pessoas pobres (R\$ 140,00 mensais), índice Gini, nos anos de 1991, 2000 e 2010. São inseridos, ademais, dados econômicos como valores do PIB a preços correntes com segregação entre PIB do setor agropecuário, setor industrial e setor de serviços.

O fator limitante na compilação dessas informações foi a indisponibilidade de dados em anos coincidentes, ou seja, os dados disponíveis do IDH são de 1991, 2000 e 2010, enquanto os registros dos dados referentes ao PIB têm início no ano 1999. A fim de permitir a coincidência em dois anos, ao menos, foi feita a inserção de dados referentes ao PIB dos anos 2000, 2010 e 2016, este último ano inserido para demonstrar a tendência da evolução dos indicadores.

Juntamente aos indicadores socioeconômicos, são apontados indicadores relativos ao turismo, a fim de comparar a evolução municipal com o desenvolvimento do turismo, a partir da inserção de infraestruturas e serviços turísticos nos municípios. Novamente, a limitação foi a obtenção de dados em períodos coincidentes aos do IBGE, uma vez que os dados do Cadastur iniciam em 2006. Optou-se, portanto, inserir nas tabelas números relativos a dois anos, 2010 e 2016, e, posteriormente, analisar a evolução desses equipamentos em gráficos separados, contemplando com os dados anuais.

Tabela 2 – Evolução dos Indicadores de Barreirinhas

Indicadores Socioeconômicos				
Aspectos Sociais				
	1991	2000	2010	2016
Taxa de urbanização	24,73%	33,44%	40,15%	-
IDHM	0,251	0,361	0,570	-
Renda per capita	R\$ 74,44	R\$ 119,52	R\$ 197,08	-
Proporção de pessoas pobres (com renda inferior a R\$140,00)	90,25%	79,42%	55,65%	-
Índice GINI	0,49	0,63	0,61	-
Características Econômicas (X R\$1.000)				
PIB – Preço corrente	-	43.116,00	196.705,00	448.872,79
PIB – Valor adicionado na agropecuária	-	15.411,00	30.397,00	61.902,39
PIB – Valor adicionado na indústria	-	3.342,00	10.430,00	22.530,79
PIB – Valor adicionado em serviços	-	23.716,00	149.036,00	339.693,32
Indicadores Turísticos				
Nº de Meios de Hospedagem	-	-	23	41
Nº de Agências de Viagens	-	-	19	39

Fonte: a autora (2019) a partir de dados do IBGE (2010; 2019), MTur (2019) e ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (2019).

Tabela 3 – Evolução dos Indicadores de Jijoca de Jericoacoara

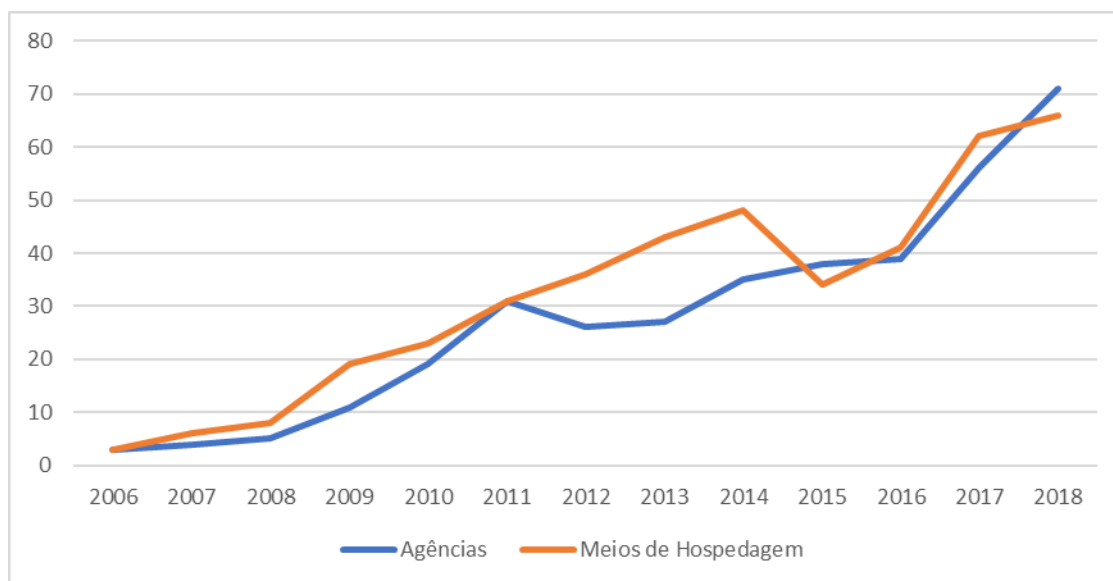
Indicadores Socioeconômicos				
	1991	2000	2010	2016
Aspectos Sociais				
Taxa de urbanização	17,98%	28,41%	32,68%	-
IDHM	0,189	0,422	0,652	-
Renda per capita (R\$)	109,78	187,01	365,46	-
Proporção de pessoas pobres (com	77,95%	67,27%	36,40%	-

renda inferior a R\$140,00)				
Índice GINI	0,46	0,65	0,59	-
Características Econômicas (X R\$1.000)				
PIB – Preço corrente	-	16.420,00	96.137,00	260.946,45
PIB – Valor adicionado na agropecuária	-	3.737,00	3.671,00	4.721,75
PIB – Valor adicionado na indústria	-	1.483,00	5.410,00	17.205,88
PIB – Valor adicionado em serviços	-	10.843,00	81.394,00	219.950,41
Indicadores Turísticos				
Nº de Meios de Hospedagem	-	-	73	129
Nº de Agências de Viagens	-	-	19	36

Fonte: a autora (2019) a partir de dados do IBGE, MTur, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Visualiza-se, nos gráficos 3 e 4, o crescimento em números de empreendimentos dos dois principais equipamentos turísticos²⁵, meios de hospedagem e agências de viagens, entre os períodos de 2006 a 2018, conforme dados coletados do Cadastur.

Gráfico 3 – Evolução dos indicadores de turismo no município de Barreirinhas entre 2006 e 2018



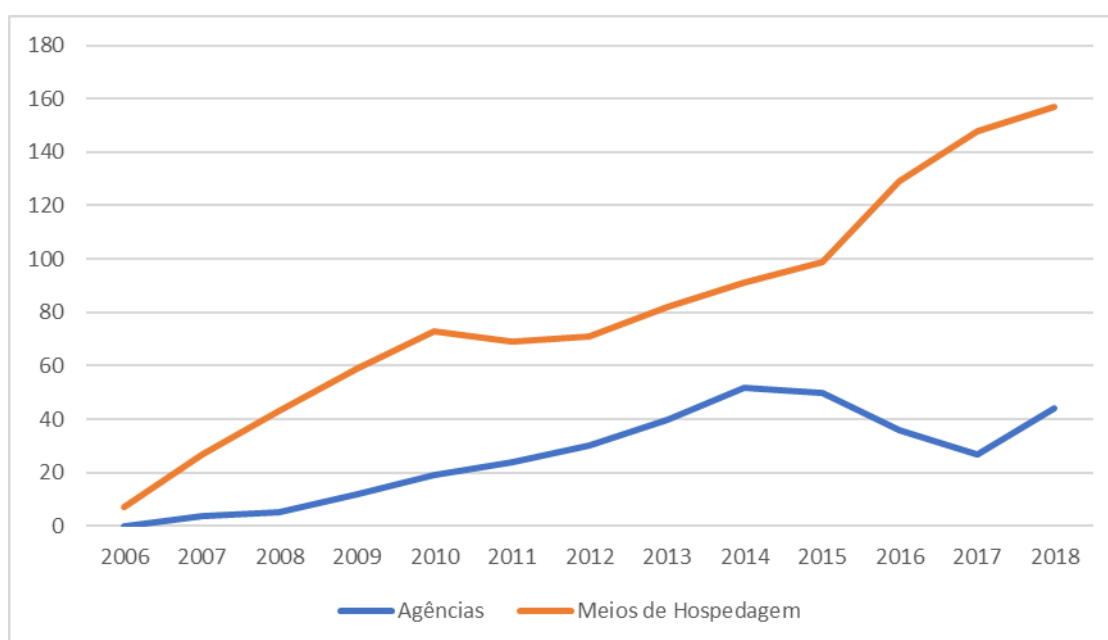
Fonte: a autora com dados do Cadastur (2019).

Nota-se, em Barreirinhas, que o quantitativo de agências de viagens e meios de hospedagem tiveram crescimento similar ao longo dos anos, com exceção

²⁵ A infraestrutura turística é formada pelos seguintes componentes: infraestrutura de acesso (sinalização, vias de circulação e acesso etc), infraestrutura básica (saneamento, água, energia elétrica etc), equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagem, agências de viagens, operadoras, guias etc) e equipamentos e serviços de apoio ao turismo (empreendimentos de A&B, rede de entretenimento, hospitais, rede bancária etc). Os equipamentos e serviços turísticos englobam os empreendimentos e prestadores de serviço que atendem exclusivamente a demanda turística (BARRETTO, 2014).

do período entre 2011 e 2013, no qual os meios de hospedagem obtiveram um crescimento em maior número. Em 2014, ocorreu uma queda acentuada no número de estabelecimentos, que pode ter sido motivada pela crise econômica no período, entretanto, a partir de 2016, é possível notar nova ascensão, igualando-se ao crescimento no número de agências.

Gráfico 4 – Evolução dos indicadores de turismo no município de Jijoca de Jericoacoara entre 2006 e 2018



Fonte: a autora com dados do Cadastur (2019).

No caso de Jijoca de Jericoacoara, percebe-se um crescimento significativo no número de meios de hospedagem, no período entre 2006 e 2018. Entre os anos de 2010 a 2012, os números mantiveram-se em equilíbrio, contudo, nota-se que, em quase todos os anos, houve uma evolução positiva no quantitativo desses empreendimentos. A tendência, ao analisar os números, é a contínua ascensão, com surgimento de novos equipamentos hoteleiros. Ressalta-se, no município, uma concentração dos meios de hospedagem na praia de Jericoacoara, o que pode corroborar a existência do processo de turistificação dos espaços e da massificação turística.

As agências de viagens locais, classificadas, em sua maioria, por agências receptivas, ou seja, aquelas que comercializam produtos e serviços, no destino turístico (TOMELIN, 2001), tiveram um leve crescimento até 2015. Após

essa data, os números mostraram um declínio até o ano de 2017 e, em 2018, verifica-se uma retomada no crescimento do setor. Possivelmente, o crescimento foi motivado pela afluência mais intensa dos turistas ao local, com maior comercialização dos passeios e roteiros no local. Nota-se, porém, que a evolução do número de meios de hospedagem é mais expressiva do que o número de agências.

Traçando um paralelo entre todos os indicadores apresentados, inclusive os relacionados ao turismo, nota-se que todos obtiveram crescimento positivo no mesmo período de análise do IDHM. Estes dados podem significar que o desenvolvimento do turismo nos municípios pode ter sido um fator influenciador do crescimento positivo do indicador, uma vez que a atividade gera renda para a população e oportunidades de empregos.

Sob outro ângulo, deve-se destacar que as políticas públicas sociais e econômicas implantadas pelo governo federal, no período, podem ter influenciado positivamente o desenvolvimento de municípios mais vulneráveis. Um dos programas governamentais mais representativos com esse objetivo é o Programa Bolsa Família (PBF), que no município de Barreirinhas beneficiou 11.770 famílias e, em Jijoca de Jericoacoara, 2.054 famílias, no mês de abril de 2019 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019). Em ambos os casos, pode ter havido, portanto, uma conjunção de fatores que os colocaram em ascensão.

O desenvolvimento dos municípios pode ser contextualizado por dados, como expansão demográfica e taxa de urbanização. Entre 1991 e 2000, a população de Barreirinhas cresceu a uma taxa média anual de 3,07%, em Jijoca de Jericoacoara o percentual foi de 8,28%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Entre 2000 e 2010, a população de Barreirinhas cresceu 3,35%, a população de Jijoca de Jericoacoara cresceu 3,47%, enquanto no Brasil o crescimento foi de 1,17%. Esses números refletem que o crescimento demográfico nas localidades é maior quando comparado ao país, o que pode ser reflexo das melhorias socioeconômicas promovidas aí.

Na década de 1991 a 2000, a taxa de urbanização de Barreirinhas passou de 24,73% para 33,44% e, em Jijoca de Jericoacoara, passou de 17,98% para 28,41%. No período entre 2000 e 2010, em Barreirinhas, a taxa passou de 33,44% para 40,15%, enquanto em Jijoca de Jericoacoara passou de 28,41% para 32,68% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2019a; 2019b).

O aumento na taxa de urbanização simboliza que os municípios vêm, aos poucos, perdendo sua característica de ruralidade, com expansão das áreas urbanas e concentração populacional. Em Barreirinhas, embora, especialmente, as atividades agrícolas ainda ocupem mais terras e mais postos de trabalho (maior número de pessoas empregadas), o setor de serviços, incluindo aí o turismo, vem gerando uma quantidade maior de riqueza para o município (Tabela 3). Em Jijoca de Jericoacoara, os serviços representam o segmento produtivo que mais emprega e gera riqueza para o município.

A expansão urbana pode ter sido motivada por deslocamentos internos, por busca de melhores oportunidades, ou ainda, de visitantes exógenos que fixaram residência nos municípios atraídos pelas oportunidades de negócios associados ao turismo, seja como empreendedores ou trabalhadores em equipamentos turísticos. Em Jericoacoara, pode-se perceber que visitantes estrangeiros decidem fixar residência ou adquirir uma segunda residência, no local, atraídos pela potencialidade turística local ou pela condição de praia paradisíaca e tranquila. Um fator apontado por Dias (2017), no caso de Barreirinhas, indica deslocamentos por grupos familiares inseridos em áreas pertencentes ao parque, motivados por conflitos sociais entre o poder público e os moradores locais quanto à posse da terra.

Outros dados de referência para apresentar o cenário socioeconômico local são os setores produtivos principais e sua relação com a população economicamente ativa ocupada. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais em Barreirinhas, 47,72% trabalhavam no setor agropecuário, 1,25% na indústria extrativa, 4,69% na indústria de transformação, 6,68% no setor de construção, 0,32% nos setores de utilidade pública, 8,59% no comércio e 27,61% no setor de serviços. Em Jijoca de Jericoacoara, 20,93% trabalhavam no setor agropecuário, 0,00% na indústria extrativa, 7,51% na indústria de transformação, 5,41% no setor de construção, 1,48% nos setores de utilidade pública, 12,58% no comércio e 49,99% no setor de serviços (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2019a; 2019b).

Os dados apontaram que a atividade produtiva principal da população está relacionada ao setor primário, em Barreirinhas. O setor de serviços, que engloba o turismo, está em segundo lugar, e pode ser ampliado pelo fluxo de turistas que se intensifica na localidade. Ao comparar os dados de 2010 relativos à

ocupação de pessoas por setor produtivo com o PIB valor adicionado em serviços e na agropecuária, no mesmo ano, pode-se observar que, predominantemente, as pessoas trabalham no setor agropecuário (47,72%) seguido do setor de serviços (27,61%), entretanto, a parcela do PIB específico do setor de serviços (R\$ 105.598,00) foi 2,3 vezes superior ao do setor agropecuário (R\$ 46.561,00), indicando que o setor de serviços, embora não empregue a maioria da população, gera riqueza superior ao município. Os dados mais recentes do PIB, datados de 2016, mostram um aumento na parcela relacionada ao setor de serviços de 3,22 vezes, quando comparados ao ano de 2010. Enquanto, que o PIB do setor agropecuário teve um crescimento de 1,33 vezes entre 2010 e 2016.

Os dados de Jijoca de Jericoacoara apontaram coerência entre a riqueza gerada e o setor que mais emprega a população no município, o de serviços. Destaca-se, portanto, o setor de serviços como o principal setor produtivo local, tanto no quesito emprego quanto no quesito geração de riqueza. Dentro deste segmento produtivo de serviços, inclui-se todas as atividades relacionadas a cadeia produtiva do turismo, sendo os principais: serviços de hospedagem, alimentação, agenciamento, prestação de serviço de traslados e condução de turistas.

O índice Gini é um fator econômico importante a ser observado, pois aponta disparidades entre a distribuição de renda da população, ou seja, diferenças entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Em Barreirinhas, o índice Gini passou de 0,49, em 1991, para 0,63, em 2000, e para 0,61, em 2010. Em Jijoca de Jericoacoara, passou de 0,46, em 1991, para 0,65, em 2000, e para 0,59, em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL, 2019a; 2019b). Embora os índices de desenvolvimento (IDH e indicadores do turismo) tenham resultados positivos, o índice Gini, que varia entre 0 e 1, sendo o 0 uma situação de total igualdade e o 1 completa desigualdade de renda, apontou, em 2010, um grau mediano de concentração de renda nas localidades.

Ambos os municípios, em 1991, mostraram maior igualdade na distribuição da renda, mesmo que a renda não fosse elevada. Em 2000, a desigualdade na distribuição de renda ampliou e, na década seguinte, se retraiu um pouco. O turismo pode ter motivado esses números pela inclusão, em sua população, de empreendedores exógenos com poder aquisitivo mais elevado e pela vilegiatura, com a aquisição de segundas residências por visitantes frequentes, que desfrutam das localidades em certos períodos do ano. Essa situação é comum,

especialmente, em Jericoacoara, que recebe visitantes estrangeiros por vários meses durante um ano.

A partir dos dados expostos, conclui-se que Barreirinhas é um município com baixos indicadores sociais e Jijoca de Jericoacoara possui indicadores medianos, muito embora, seus IDHMs encontram-se em ascensão. Ambas municipalidades possuem um grande potencial para a geração de riqueza, especialmente no setor de serviços, indicador que apresenta bons resultados com o passar dos anos. O crescimento e expansão da atividade proporciona aumento da oferta turística, representada pelos estabelecimentos de A&B, equipamentos hoteleiros, agenciadores do turismo e prestadores de serviços, como toyoteiros, guias, condutores, dentre outros.

Em Barreirinhas, o potencial no segmento de serviços pode ser canalizado para a instalação de novos empreendimentos turístico-hoteleiros, uma vez que os números destes equipamentos ainda são pouco expressivos e o desenvolvimento turístico e o fluxo da demanda turística estão em expansão, na região do Lençóis Maranhenses. Como será visto mais a frente, as regras impostas pelo ICMBio e Conselho de Turismo Municipal, quanto ao cadastramento de prestadores de serviços e instalação de empreendimentos, favorece sobremaneira o empreendedorismo local e impede que empreendedores exógenos se estabeleçam facilmente na destinação.

No caso de Jijoca de Jericoacoara, os dados apontam que a vocação do município é no segmento de serviços, e que já existem investimentos significativos no setor turístico, os quais devem ser direcionados de modo a evitar uma massificação turística mais ostensiva. Em Jericoacoara, destacam-se, no aumento da oferta turística, os meios de hospedagem que, segundo pesquisa da Secretaria de Turismo (Setur), em 2014, teve aumento de 134,94% de unidades habitacionais, no período de 2000 a 2010, enquanto, em todo Ceará, o aumento correspondeu a 34,66%. Em 2010, Jericoacoara oferecia 109 estabelecimentos hoteleiros, com 1.144 unidades habitacionais e 3.202 leitos (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016).

Diante deste cenário, com investimentos adequados e sustentáveis para a ampliação das riquezas, neste setor produtivo, pode-se reduzir as disparidades socioeconômicas ainda marcantes nos municípios.

4.2 Interfaces socioambientais existentes entre o PNLM, o PNJ e as comunidades de acesso

O PNLM foi criado pelo Decreto Federal nº 86.060 de 02 de junho de 1981 com o objetivo de preservar o ecossistema ímpar dos lençóis maranhenses, fomentar a educação ambiental e promover a visitação pública.

Em período próximo ao da criação do PNLM, houve a constituição da APA de Jericoacoara pelo Decreto nº 90.379 de 29 de outubro de 1984, que simbolizou o elemento embrionário para a instituição do PNJ. A partir da recategorização de parte da APA, o Decreto s/nº de 04 de fevereiro de 2002, criou o PNJ com uma área de 8.416 hectares. A APA foi, posteriormente, extinta pela Lei nº 11.486 de 15 de junho de 2007 que redefiniu os limites do PNJ, ampliando o polígono que constitui seu limite para uma área de aproximadamente 8.850 hectares. Do mesmo modo que o PNLM, os objetivos que justificaram sua fundação, envolvem a preservação de seus recursos naturais, a proteção de amostras dos ecossistemas costeiros, a realização de pesquisas científicas e a prática da educação ambiental e do turismo ecológico.

Nota-se que esses espaços protegidos incorporam, desde sua gênese, a vocação para a prática do turismo, oficializada pelos órgãos ambientais competentes. Como reforçou o ICMBio (2018), os Parnas possuem alta potencialidade turística e abrigam uma biodiversidade composta por ecossistemas e biomas como manguezais, cerrado, restinga, campos de dunas e lagoas interdunares.

Hoje, seguindo a tendência mundial quanto ao uso público dos Parnas, essa vocação é replicada em planos, programas e campanhas federais que fomentam o aumento da demanda turística com vistas a alcançar a sustentabilidade financeira das UCs e promover a conscientização da sociedade sobre a importância da proteção ambiental (MTUR; MMA, 2014). Para citar alguns, tem-se: “Turistando nos Parques” (2019), “Visite os Parques” (2018), “Programa de Turismo nos Parques” (2008) e “Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais” (2006). A promoção dos Parnas como atrativos potenciais para a prática do turismo, junto ao imaginário turístico, evidencia o encadeamento da turistificação desses espaços naturais (Ver Anexo A).

Entretanto, diferentemente, de outros países como Estados Unidos, Canadá e Espanha, os Parnas brasileiros, de um modo geral, carecem de infraestrutura para acolhimento, recepção e fiscalização que congreguem os objetivos conservacionistas e os recreacionais.

Ambos os Parnas estudados, possuem extensão territorial que incorpora mais de um município. O PNLM é o mais extenso, com 155 mil hectares, em uma área que abrange três municípios maranhenses: Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz. Os dois últimos ainda possuem fluxo turístico ínfimo, condição que pode vir a mudar, com a inauguração de obras infraestruturais de acesso, citadas anteriormente, e investimentos em divulgação turística e requalificação dos municípios.

Barreirinhas está localizada no limite sul do parque e representa o principal acesso para esta UC que configura a principal atração turística local. A grande extensão territorial constitui uma limitação à adequada gestão, pois dificulta o trabalho, principalmente, de fiscalização (Figura 12).

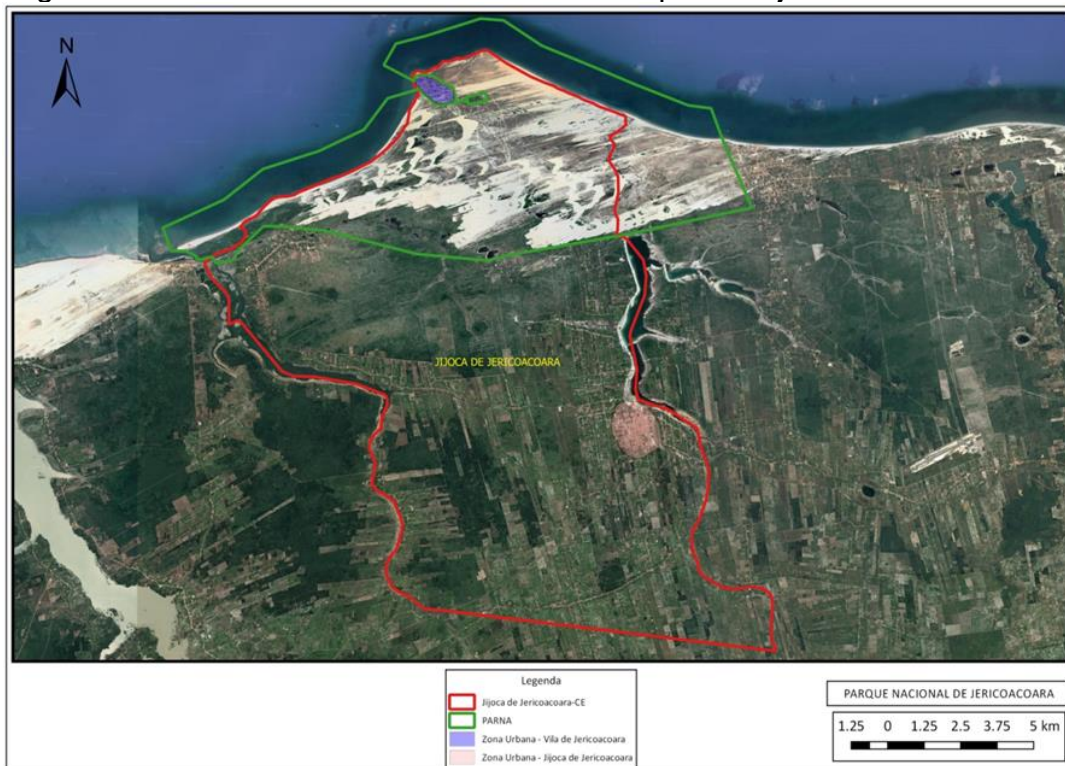
O PNJ é menor em área, e abrange dois municípios, Jijoca de Jericoacoara (82,8%) e Cruz (17,2%). A Área da Marinha/União correspondente a parte oceânica possui 25,97% da área total da UC. Um dos maiores desafios para a sua gestão sustentável é a localização da vila de Jericoacoara, encravada no interior do parque, o que implica que os deslocamentos humanos e de bens materiais diversos, obrigatoriamente, devem transitar pelo interior do parque para acessar a praia (Figura 13).

Figura 12 – PNLM e sua interface com o município de Barreirinhas



Fonte: a autora (2018).

Figura 13 – PNJ e sua interface com o município de Jijoca de Jericoacoara



Fonte: a autora (2018).

O ordenamento do uso da área dos Parnas é de responsabilidade do órgão ambiental gestor, o ICMBio. Como explica Dias (2017), desde a sua criação até o ano atual, 2019, a gestão dos Parnas foi assumida por três órgãos ambientais. Inicialmente, até 1989 foram administrados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), vinculado ao Ministério da Agricultura. Em 1989, ocorreu a extinção do IBDF e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama), órgão vinculado ao MMA, que passou a gerenciá-los. A partir de 2007, com a criação do ICMBio, a gestão de todas as UCs federais, incluso do PNLN e PNJ, é de competência deste órgão, também vinculado do MMA.

Os Lençóis Maranhenses, que compõem o ambiente característico do PNLN, assemelham-se a um enorme deserto (embora apresente alta pluviosidade) de dunas de coloração branca. As dunas são constituídas por areias quartzosas marinhas e iniciaram sua formação há 13 mil anos, o que na concepção dos geólogos, é um tempo recente. É uma raridade ecológica, cuja dinâmica atual resulta da ação simultânea dos seguintes agentes: ventos, clima, deriva litorânea, regime de marés e correntes marítimas (MMA; IBAMA, 2003).

O vasto campo de dunas se estende desde o Golfão Maranhense até a foz do Rio Parnaíba, entretanto, a área que compete ao PNLN é delimitada pelo Rio Preguiças. Este curso fluvial separa os grandes lençóis, a oeste, dos pequenos lençóis, situados à margem direita do rio. Entre as dunas de areias encerram-se inúmeras lagoas perenes e temporárias distribuídas nesta área do litoral oriental do Maranhão. As dunas e lagoas compõem o cenário que atraem a demanda turística para a região (Figura 14).

Aziz Ab'Saber (2001, p. 98), descreveu os Lençóis Maranhenses de modo inusitado:

[...] um campo de dunas da ordem de aproximadamente 1.500 quilômetros quadrados, completados a leste por dois pequenos 'lençóis'. As dunas regionais se estendem ao longo da costa em um eixo leste-oeste, por 75 a 80 quilômetros, adentrando de 25 a 30 quilômetros na mancha central. Em seu corpo total, os Lençóis Maranhenses têm um formato de pastel alongado com terminações bem marcadas para outros setores e ecossistemas da planície costeira do nordeste maranhense.

Figura 14 – Dunas e lagoas do PNLM



Fonte: a autora (2009).

O PNJ, por sua vez, encontra-se inserido no bioma caatinga, considerado exclusivamente brasileiro, que abriga uma grande riqueza e diversidade de espécies animais e vegetais, muitas delas endêmicas. Contudo, constatou-se que a área do parque não apresenta características típicas do bioma e preponderam feições de restinga, mangue e vegetação de praia, características de ambientes costeiros (ICMBio, 2011). Optou-se, portanto, enquadrar, o PNJ no Bioma Zona Costeira e Marinha, que encerram cerca de 12% de todas as espécies de peixes conhecidas e responde por 90% dos pescados mundiais.

O PNJ e o PNLM possuem notável valor biológico dentro do bioma costeiro, por conter remanescentes de mangue, dunas e restingas, ambientes importantes para a manutenção dos processos bioecológicos locais e regionais.

No PNLM, ocorre o predomínio de vegetação de restinga em alguns pontos de campo de dunas livres e em todo o entorno da UC. Devido à fragilidade desse ecossistema quanto às condições do solo arenoso, ventos, temperatura, salinidade, solo instável, insolação forte e direta, não é aconselhável o manejo para a prática de lavouras, pastagem plantada e silvicultura. Além da restinga, que representa 89,4% da paisagem do parque existe os manguezais que representam 10,2% e as matas ciliares, que representam apenas 0,4% (MMA; IBAMA, 2003) (Figura 15).

Figura 15 – Vegetação característica do PNLM



Fonte: a autora (2009; 2019).

Ecossistemas importantes como os de dunas, presentes em ambos os Parnas, são responsáveis pelo transporte e aporte de sedimentos na linha do litoral e armazenamento hídrico. Estes ambientes estão entre os mais impactados pela ação antrópica, sofrendo com a descaracterização em função do pisoteio, tráfego de veículos e a supressão da vegetação, o que pode ocasionar a mudança na dinâmica natural, tornando dunas fixas em dunas móveis.

Existem, de outro lado, processos naturais relativos à movimentação das dunas. A dinâmica atuante no complexo de dunas e lagoas dos Lençóis Maranhenses é decorrente de dois agentes climáticos, as chuvas e os ventos. A ocorrência dos dois agentes determina o soterramento de lagoas e de vegetação de restinga arbustiva, bem como, o deslocamento e migração de dunas (SANTOS, 2008), com observação de processo natural de recuperação. De outro lado, os processos antrópicos intensificados pela massificação turística prejudicam e aceleram os processos naturais, causando impactos ambientais negativos nas dunas.

A dinâmica costeira, da região, é completamente dependente do aporte de areia proveniente das dunas presentes ao longo de, praticamente, toda planície costeira cearense e controlam os processos geodinâmicos da linha de costa. A interferência antrópica nestes processos inviabiliza o fluxo de sedimentos e acarreta rápidas mudanças no padrão morfodinâmico, alterando a quantidade de areia que define perfis de praia de acordo com a ação do clima de ondas. Com a continuidade do transporte de sedimentos pela ação das ondas e sem uma reposição a partir dos setores de transporte ou trânsito de sedimentos, é desencadeada uma erosão acelerada, que modifica a dinâmica e o padrão das dunas. Decorre, desse processo,

a importância da preservação do PNJ que é a ponta de um complexo sistema de dunas e lençóis, que passa pelo Delta do Rio Parnaíba e se estende até os Lençóis Maranhenses (ICMBio, 2011). O PNJ e PNLM possuem, portanto, ambientes interdependentes.

Santos (2008) constatou que a Lagoa do Peixe, um dos pontos de atratividade do PNLM, passava por processo de soterramento, predominantemente natural, o que poderia impactar nas atividades turísticas pela drástica redução de profundidade e consequente perda das características naturais. O desaparecimento do ambiente lacustre significaria uma perda considerável para o turismo local e agentes envolvidos, como agências de turismo, toyoteiros, moradores locais e turistas, pois representa uma lagoa permanente que permite banho durante todo o ano, além de localizar-se próxima ao estacionamento do setor da Lagoa Azul, com relativa facilidade de acesso.

A duna é um tipo de formação natural muito comum nas proximidades da costa de todo o trecho que compreende as áreas dos municípios de Jijoca de Jericoacoara e de Barreirinhas. Resultado de combinação de condições naturais, principalmente o vento e a areia, a ação da natureza se expressa em formações consideradas atrações turísticas. Na praia de Jericoacoara, a emblemática Duna Pôr do Sol (Figura 16), localizada a beira-mar, próxima da vila, é ritualisticamente ocupada pelos turistas para assistir ao pôr-do-sol, devido a sua grande altura e posição privilegiada em frente ao mar.

O clima do litoral oriental do Maranhão, onde se localiza o PNLM, é do tipo zona equatorial, com seis meses seco e predominância de temperatura média anual de 28,5°C, pela proximidade do equador. No período chuvoso (julho), a temperatura média é de 30°C e no período seco (novembro) é de 31°C, sugerindo a manutenção de temperaturas elevadas durante o ano todo. (MMA; IBAMA, 2003).

Figura 16 – Duna Pôr do Sol (ao fundo)



Fonte: a autora (2019).

O Ceará, no entanto, apresenta diferenças paisagísticas significativas em relação ao Maranhão. A região costeira cearense constitui uma exceção climática, ecológica e paisagística em relação à costa brasileira, sendo dominada pelos climas quentes secos e conhecida simbolicamente como o lugar aonde a semiáridade sertaneja chega ao mar (AB'SABER, 2000).

Sendo assim, a região onde está localizado o PNJ possui um clima quente e úmido, com verões chuvosos (que podem se estender de dezembro a maio, com variações entre os municípios) e invernos menos chuvosos (de junho a novembro) As temperaturas médias são parecidas às da região do PNLM e variam entre 26°C a 27°C.

A precipitação pluviométrica média na região do PNJ é de 1.034mm por ano. No caso do PNLM, cuja precipitação varia entre 1473mm a 1623mm (MMA; IBAMA, 2003), as chuvas têm uma importância fundamental para a formação das lagoas, pois regula o volume das águas neste ambiente lacustre durante os períodos sazonais que se alternam entre período chuvoso, de janeiro a junho, e de estiagem, de julho a dezembro. O ciclo anual das chuvas se caracteriza por apresentar os maiores índices pluviométricos registrados nos meses de março e abril com acentuado declínio nos meses subsequentes.

Essa condição é importante para a dinâmica turística local, uma vez que, em épocas de pouca chuva, as lagoas não apresentam o nível de água ideal para

torná-las atrativas, tanto em relação à profundidade que permita um banho satisfatório, quanto em relação ao visual que possibilita um cenário de águas límpidas e cristalinas. A imagem turística dos Lençóis Maranhenses divulgada pelo trade, algumas vezes, não condiz com a experiência turística vivenciada pelos visitantes, pois esta dinâmica não é explicada a eles.

Gastão (2010, p. 03) observou que as dunas dos Lençóis Maranhenses “[...] vêm sofrendo modificações rápidas e intensas, promovendo assim, problemas socioambientais”. Novas dinâmicas socioeconômicas poderão surgir com a reconfiguração da paisagem local, inclusive com alteração e/ou interrupção no fluxo de turistas atraídos pela beleza paisagística do PNLM, composta por lagoas e dunas.

A região dos Lençóis Maranhenses é influenciada pelos ventos oriundos da Zona de Convergência Intertropical e das altas pressões semi-estacionárias do Atlântico Sul. A velocidade dos ventos atinge média de 8,3m/s no período seco e 6,1m/s no período chuvoso, variando de vento regular a moderado. No período seco a velocidade do vento aumenta, podendo alcançar velocidades iguais ou superiores a 14,1m/s, caracterizando-se como ventos fortes. Os ventos deslocam-se em rajadas sucessivas promovendo mudanças significativas na dinâmica costeira (MMA; IBAMA, 2003).

Essa singularidade na dinâmica dos ventos permite a prática de esportes náuticos que utilizam os ventos como força motriz, como é o exemplo do kitesurf, modalidade que vem ganhando destaque, na região de ambos os parques.

As principais feições morfológicas encontradas no PNLM são: as praias, os lençóis de areia, as dunas e as planícies de inundação. As praias são depósitos de sedimentos, mas comumente arenosos que são acumulados por ação das ondas. Os lençóis de areia são formados por dunas transgressivas que não possuem face de deslizamento e são orientadas segundo o sentido dos ventos dominantes. As dunas costeiras são ambientes construídos a partir da conjugação de agentes climáticos e oceanográficos. E, por fim, as planícies de inundação são áreas pouco elevadas acima do nível médio das águas, sujeitas ou não a inundações por ocasião das cheias. No período seco, quando o nível das águas é mais baixo, ocorre significativo aumento da planície, bem como um certo avanço das dunas livres sobre essa feição morfológica (MMA; IBAMA, 2003). Essa particularidade morfológica reflete nas comunidades inseridas na zona primária do PNLM, uma vez que suas

residências são afetadas pelas inundações, obrigando-as a construir novas moradas, de tempos em tempos.

Em termos geomorfológicos, o PNJ destaca-se pelo predomínio de depósitos sedimentares do Grupo Barreiras, à frente dos quais se desenvolveram numerosos campos de dunas, alimentados pelos sedimentos oriundos da plataforma continental interna, como por exemplo, no delta do Rio Parnaíba e em Jericoacoara no Ceará (NICOLODI, PETERMANN, 2010). Em sua paisagem, apresenta dunas, falésias, vegetação de caatinga, lagoas, rios, enseadas, mangues e serrotes, uma espécie de formação dunar fixada por vegetação.

Uma das formações rochosas características da localidade é o Serrote, constituído por duas pequenas serras de formação rochosa que ficam à direita da vila de Jericoacoara. É um dos poucos lugares no PNJ onde há vegetação arbustiva, de formação cristalina. O Serrote já foi bastante usado pela população local para a extração de pedras para construção. Além disso, protege a vila de Jericoacoara dos ventos e das areias das dunas. No topo do Serrote fica situado um farol que funciona à base de energia solar e serve de mirante natural.

A hidrografia do PNLM é caracterizada pela presença de rios, córregos, lagos, lagoas e lagoas. Alguns destes ambientes constituem-se em atrativos turísticos naturais e, portanto, são elementos da oferta turística da região. Em Barreirinhas, localidade objeto de estudo, os passeios ofertados com maior frequência que aproveitam os recursos hidrológicos locais, incluem: Circuito Lagoa Bonita, Circuito Lagoa Azul, Lagoa da Esperança (lagoa perene), Passeio pelo Rio Preguiças e Passeio pelo Rio Formiga em Boia Cross.

Alguns dos principais atrativos turísticos do PNJ são recursos hidrológicos locais, como a Lagoa Azul e a Lagoa de Jijoca, situadas nas proximidades do PNJ. A Lagoa de Jijoca é formada pelo barramento das águas dos Córregos do Paraguai e do Mourão, que acontece devido à migração de dunas móveis na planície costeira. A pesca na lagoa é fonte de renda e de sustento para muitos moradores locais. Ambas as lagoas possuem infraestrutura turística para atender o fluxo de turistas que é crescente (Figura 17).

Figura 17 – Infraestrutura construída à beira da Lagoa de Jijoca



Fonte: a autora (2019).

A fauna presente na região do PNLM é formada por aves, mamíferos, peixes, insetos, abelhas e outros. Uma particularidade é que existem cerca de 112 espécies de aves e o local serve de importante ponto para espécies migratórias da América do Norte (CARVALHO, 2007). Na região do PNJ a fauna aquática, encontrada nos ecossistemas estuarinos, mangues e lagoas costeiras, possui riqueza de espécies. A fauna terrestre está bem representada pelas aves, também com espécies migratórias oriundas do hemisfério norte. Os mamíferos são mais difíceis de serem avistados por apresentarem hábitos mais discretos e com atividade na sua maioria noturna. Há também registros de espécies ameaçadas de extinção como o gato-do-mato-pequeno, a jaguatirica e a suçuarana, conhecida também como onça-parda (ICMBio, 2011).

Ambos os Parnas possuem Planos de Manejo, cuja finalidade é servir de instrumento técnico de gestão com vistas a preservação e a conservação máxima de seus elementos naturais, além dos usos voltados às atividades culturais, recreativas e científicas. A definição de um zoneamento, que proponha o desenvolvimento físico de cada zona a partir de suas finalidades e estabelecendo diretrizes básicas para o manejo da área, faz parte do Plano de Manejo destas UCs.

As zonas podem ser estabelecidas da seguinte forma: a) zona primitiva: compreende as áreas naturais que apresentam pequena intervenção humana, com o objetivo de preservar os recursos e facilitar atividades de pesquisa científica; b) zona de uso extensivo: possui em sua maior parte áreas naturais que podem ter alterações antropogênicas, com o objetivo de manter um ambiente natural com

mínimo impacto e facilidade de acesso para uso público recreativo e educativo. c) zona de uso intensivo: constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, cujo objetivo é facilitar a recreação intensiva e educação ambiental e oferecer infraestrutura e equipamentos para as atividades de administração e fiscalização. d) zona de uso especial: contém áreas necessárias à administração, manutenção e serviços dos Parnas.

Entre 2002 e 2003, o Ibama coordenou o processo de elaboração do Plano de Manejo do PNLM, aprovado pela Portaria nº 48 de 15/09/2003 (MMA; IBAMA, 2003), cujo zoneamento está descrito no quadro 5.

Quadro 5 – Zoneamento do PNLM e caracterização das zonas

ZONAS	CRITÉRIO DE ZONEAMENTO	CARACTERIZAÇÃO GERAL				
		MEIO FÍSICO	MEIO BIÓTICO	MEIOS SOCIO-ECONÔMICO	PRINCIPAIS CONFLITOS	USO PERMITIDO
Zona Primitiva - Baixa Grande. - Queimada dos Britos. - Lagoas Interdunares.	- Representatividade: Alta. - Riqueza de espécies: Alta. - Suscetibilidade: Alta. - Variabilidade ambiental: Média. - Grau de conservação: Médio-alto. - Acessibilidade: Baixa.	Dunas e Lagoas interdunares.	Mata de restinga.	Presença humana.	Questão fundiária; Residentes na área; Visitantes eventuais; Presença animal domésticos.	Pesquisa científica; Proteção; Uso público restrito.
Zona de Uso Extensivo Maior área do Parque, abrangendo: - Praia dos Veados; - O estuário da Baleia; - O lago de Travosa; - Parte do lago de Santo Amaro; - O litoral: praia dos Lençóis Pequenos e dos Lençóis Grandes; - A maior parte do campo de dunas livres, com as lagoas interdunares; - Lagoas Azul, Bonita e da Esperança; - Burti Amarelo; - As paleodunas dentro do limite do Parque.	- Representatividade: Média-alta. - Riqueza de espécies: Média. - Suscetibilidade: Média-alta. - Variabilidade ambiental: Alta. - Grau de conservação: Médio. - Acessibilidade: Baixa.	Litoral; Planícies fluvio-marinhas; Campo de dunas livres e fixas; Lagos e lagoas interdunares; Planície de defloração eólica.	Mata de restinga e manguezal.	Presença humana esparsa, disposta em pequenos núcleos. Visitação nas áreas das lagoas consolidadas.	Questão fundiária; Residentes na área; Existência de espécies exóticas/domésticas; Desmatamento e caça; Atividade Agrícola.	Pesquisa científica; Proteção; Uso público controlado.
Zona de Uso Intensivo - Cantinho Santo Antônio. - Atins/Santo Inácio.	- Representatividade: Média. - Grau de conservação: Médio. - Acessibilidade: Média. - Potencial de Uso Público: Alta.	Planície fluvio-marinha; Campo de dunas livres com lagoas interdunares.	Mata e campo de restinga.	Moderado Uso Público.	Questões fundiárias; Residentes; Atividades Agrícolas; Espécies exóticas.	Instalação e equipamentos para uso público e pesquisa; Estacionamento, Administração e Proteção.
Zona de Uso Especial - Distrito de Travosa. - Todos os Postos de Fiscalização.	- Grau de conservação: Baixo. - Acessibilidade: Baixa-média. - Proteção: Baixa. - Presença de Infra-estrutura: Média-alta. - Ocorrência de núcleo populacional: Alta.	Planície fluvio-marinha. Dunas e lagos.	Manguezal; Mata e Campo de Restinga.	Ocorrência de núcleo populacional; Presença de energia elétrica e meios de comunicação.	Questão fundiária; Atividade agropecuária extensiva; Espécies exóticas.	Proteção; Pesquisa científica; Trânsito dos moradores.

Fonte: MMA, IBAMA (2003).

A Zona de Amortecimento (ZA) do PNLM (Figura 18), que totaliza 2.673,14 km², é delimitada pelos municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas, excluindo as sedes municipais destes três últimos; e a área de influência que inclui os municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro, Barreirinhas, Paulino Neves e Tutóia, totalizando 6.661,21 km² (CARVALHO, 2007).

No que concerne ao PNJ, seu Plano de Manejo foi aprovado pela Portaria nº 84 de 20/10/2011 (MMA, 2011). Expressivamente menor, a ZA do PNJ inclui

áreas pertencentes aos municípios de Jijoca de Jericoacoara, Cruz e terras dos municípios de Acaraú e Camocim. A ZA tem uma área terrestre total de 249,6Km².

Neste processo, novas finalidades e usos do espaço foram definidas para as áreas dos parques, que apenas passaram a ser efetivadas com a criação do ICMBio. Em decorrência disso, geram-se conflitos socioambientais ligados, em especial, às regras de acesso aos parques e regularização fundiária.

No caso do PNLM, muito embora Dias (2017) relatou que os grupos residentes no interior do Parna passaram a sentir a aplicação das novas regras e intervenções dos gestores ambientais por meio de restrições, proibições e sanções, na prática, os moradores continuaram exercendo suas atividades produtivas cotidianas e construindo e reformando suas moradias.

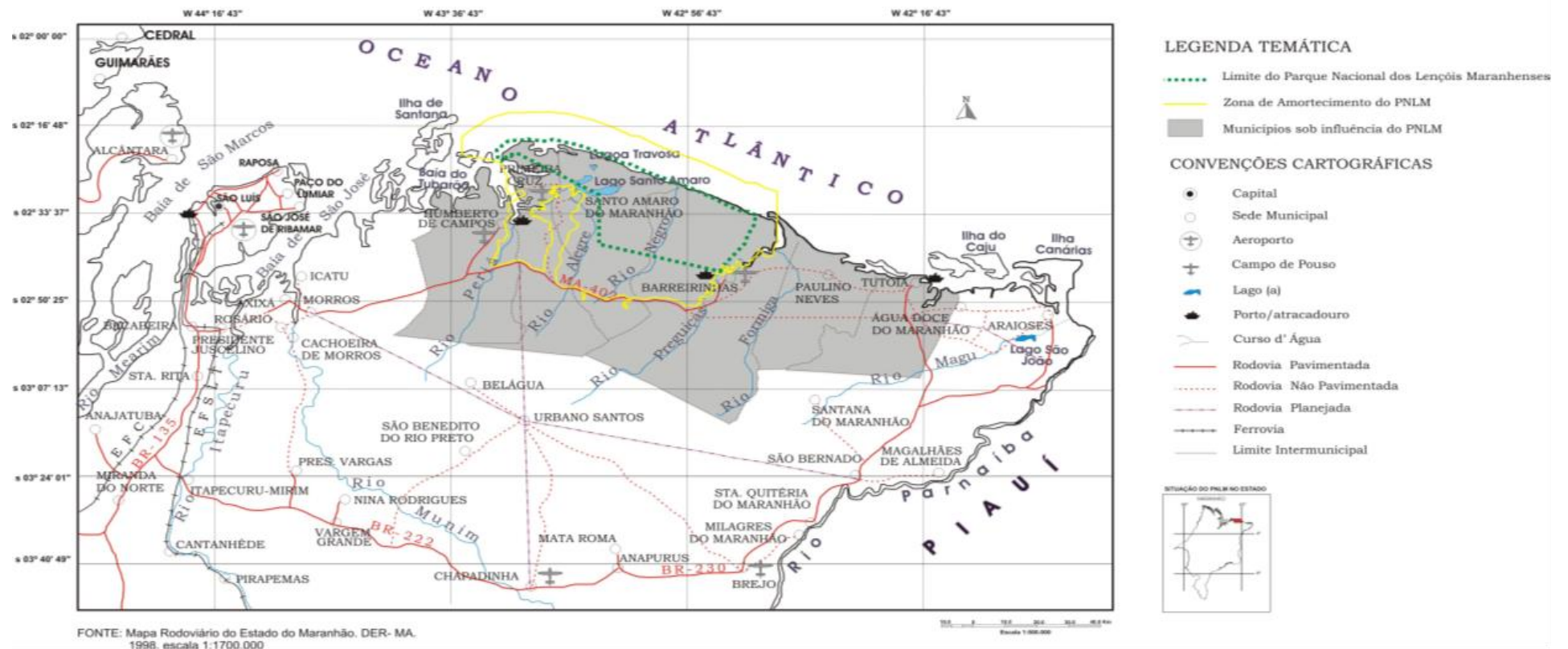
Existem, contudo, restrições quanto à instalação de infraestruturas básicas urbanas que impedem melhorias nas condições de vida dessas comunidades, como instalação de postos de saúde, escolas, vias de acesso asfaltadas etc. Muito embora seja um empecilho ao desenvolvimento local, novas oportunidades e práticas econômicas estão sendo geradas, como o recente recebimento de turistas nas residências rústicas dessas comunidades.

Em termos de uso público destes espaços, admite-se a prática de atividades consideradas de uso indireto pela legislação ambiental brasileira nas UCs de proteção integral, categoria em que se encontram os Parnas. Destacam-se, no PNLM, as práticas de turismo e atividades correlatas, como visitação de lagoas e esportes náuticos como kitesurf (DIAS, 2017).

Cabe destacar que as práticas de turismo devem estar associadas a atividades de baixo impacto ambiental. O turismo de massas, neste contexto, é desaconselhado pela forma como se desenvolve, com um número volumoso de pessoas em um determinado destino. Tratando-se dos Parnas, esses locais de interesse turístico são, prioritariamente, locais frágeis do ponto de vista ambiental.

O fomento do turismo e atividades vinculadas no PNLM e no PNJ iniciou, em décadas diferentes, entretanto, a motivação turística foi similar, a busca por ambientes naturais costeiros para práticas recreativas e contemplativas (HIERNAUX-NICOLAS, 2002).

Figura 18 – Zona de amortecimento e área de influência do PNLM



Fonte: MMA, IBAMA (2003).

Os primórdios da visitação turística, em Jericoacoara, ocorreram entre as décadas de 1970, de modo esporádico e aventureiro, e 1980, de modo mais organizado. Portanto, a instauração de uma nova lógica de ocupação territorial, focada num processo de turistificação ocorreu antes mesmo da criação do PNJ, sendo intensificado após sua instauração. A determinação da área como espaço protegido foi motivada, em parte, pelo crescimento da atividade turística, como uma forma de proteger os ambientes naturais aí existentes.

No PNLM e arredores, o turismo teve início nos anos 1980, à época de sua criação, de forma pontual e rudimentar e vinculado a eventos locais (vaquejada regional), ações promocionais realizadas pela Empresa Maranhense de Turismo (Maratur), inserção como polo turístico maranhense no Plano Maior e construção da rodovia MA-402.

4.3 Barreirinhas e Jericoacoara enquanto destinos-âncoras da Rota das Emoções

Antes de adentrar no ponto principal do tópico, a Rota das Emoções, cabe um pequeno adendo, a fim de contextualizar a sua gênese, dentro das ações governamentais desenvolvimentistas com foco no turismo. Reiterando o que fora dito, anteriormente, a inserção do turismo no escopo de políticas e programas governamentais, com vistas a alavancar o desenvolvimento regional, ocorreu a partir dos anos 1980 (PEREIRA; DANTAS; GOMES, 2016).

Em 2003, criou-se o Ministério da Integração Nacional, cujo objetivo primordial, foi implementar programas regionais de desenvolvimento. A principal diretriz de atuação do ministério foi calcada na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que surgiu “[...] sob a égide de promover a redução das desigualdades regionais, buscando sob o avivamento das possíveis potencialidades de desenvolvimento de cada macrorregião específica, promover uma melhoria na qualidade de vida no país” (MATOS, 2013, p. 153).

As metas gerais estabelecidas na PNDR forneceram as bases para o surgimento do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte (PDSRT), em 2009. Matos (2013) asseverou que o plano emergiu sob o argumento de trazer dinamismo socioeconômico aos municípios abarcados pela

região do meio-norte²⁶, que apresentavam um quadro de intenso atraso e estagnação econômica, instigando, para isso, as potencialidades turísticas aí presentes. Visando a implementação do PDSRT, desenvolveu-se a rota turística, hoje, denominada de Rota das Emoções. Sua concepção mostrou-se um avanço em termos de políticas públicas balizadas na integração regional, contudo, falhou na “ausência de um debate que evoque a necessidade de considerar o turismo como bem social generalizado” (MATOS, 2013, p. 154).

Ressaltou-se a apropriação da espacialidade, referida à área, pela atividade turística, pautada na atração acentuada de fluxos turísticos e na promoção de uma reconfiguração ideológica que marca o imaginário turístico.

[...] no espoco desse turismo regionalizado a minimização do debate sobre demandas, acessos e ofertas para demarcar as áreas do plano em favor de um acentuado estímulo de atração de fluxo turístico, em prol da promoção de uma reconfiguração ideológica referida à área de estudo. Assim, é possível notar o uso da ferramenta imagética como veículo na tomada do processo de reformulação daquela espacialidade, enquanto região a ser apropriada pela atividade turística (MATOS, 2013, p. 158).

Um fator de destaque em relação às localidades, portanto, é a sua inserção como destinos-âncoras no roteiro turístico integrado, que engloba 15 municípios dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará e destaca três atrativos naturais, PNLN, Delta da Parnaíba e PNJ. A Roteirização Turística pode ser entendida como o processo que estrutura a oferta, em um produto rentável e comercialmente viável. Com sua comercialização pelos agentes turísticos, a tendência é o incremento no fluxo de visitantes e a captação de mais investimentos privados para os destinos localizados ao longo do percurso.

O processo inicial que motivou a roteirização baseou-se em uma prática de mercado existente na região, desde os anos de 1990, em que os viajantes, em sua maioria mochileiros, percorriam o território entre Jericoacoara, Delta e Lençóis Maranhenses. Essa prática foi sendo amadurecida por meio de uma parceria das unidades locais do Sebrae²⁷, prefeituras municipais, governos estaduais e

²⁶ Inclui áreas no nordeste maranhense, norte piauiense e noroeste cearense.

²⁷ O Sebrae é uma entidade privada sem fins lucrativos que oferece apoio aos pequenos negócios. É um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento que atua em diversas áreas produtivas, dentre elas o turismo, e trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte (SEBRAE, 2019).

empresários locais e culminou na criação do Roteiro Integrado Cepima²⁸ e a comercialização destes destinos de modo integrado. Este foi o projeto embrionário que antecedeu a Rota das Emoções.

A rota, como está estruturada, hoje, foi formatada, em 2005, para a prática dos segmentos turísticos de aventura, de esportes ao ar livre e ecoturismo, sendo resultado do Projeto da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização, implementado pelo Sebrae, enquanto órgão executor e o MTur, com função institucional. A partir deste momento, o Sebrae iniciou o processo de ordenamento da atividade na região, com sensibilização dos parceiros institucionais.

Em 2006, dentro da trajetória de consolidação da rota, cabe destacar o papel da Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS), consórcio celebrado entre os governos dos três estados e que foi responsável pela sua formalização institucional da rota. Foi o primeiro passo para estabelecer o processo de governança e para direcionar as ações de mercado. A ADRS fazia o papel de promotor, enquanto o Sebrae tem a função de ordenamento.

Entre 2006 e 2007, criou-se a marca da rota, pensada para projetos institucionais do Sebrae, que por ter sido bem aceita pelo mercado, virou de domínio público. Neste período, o trade começou a se engajar de modo mais efetivo ao projeto. O ano de 2009 representou um marco, pois a rota foi premiada pela Embratur, concorrendo com 92 outros destinos. Este fato impulsionou a marca e deu visibilidade ao roteiro.

Em 2010, houve a extinção da ADRS e o Sebrae assume, como órgão oficial, para implementar e formatar os projetos da rota. A particularidade é que os projetos do Sebrae são formatados para uma duração anual e devem ter metas e resultados a serem cumpridos neste curto período. Dessa forma, o Sebrae vem formatando, ao longo do tempo, diferentes projetos estruturantes que são aplicados, nesta região, sempre fortalecendo a marca da rota.

No período entre 2009 a 2011, o projeto denominou-se “Rota das Emoções e sua competitividade no mercado”. Entre 2012 a 2015, denominou-se “Rota das Emoções e seus novos desafios” com remodelagem das ações operacionais de técnicos e gestores. As atividades focavam em cursos de atendimento ao cliente e ações pontuais, passou-se a fazer campanhas massivas de

²⁸ Grande parte das informações inseridas no tópico foram fornecidas pelo Coordenador Estadual da Rota das Emoções/Sebrae, em entrevista.

divulgação da rota, em eventos internacionais e a participar de ações com a Embratur. Entre 2016 e 2017, o projeto intitula-se “Projeto Cadeia de Valor”, com foco no mercado e nos segmentos que compõem a cadeia produtiva do turismo, direta ou indiretamente.

No ano de 2018, o projeto era titulado “Destino Turístico Inteligente – Rota das Emoções CE/MA/PI”. Para o ano de 2019, o projeto estruturante é denominado “Investe Turismo/CE/MA/PI” e atuará juntamente com o projeto anterior, Destino Turístico Inteligente, ainda em fase de finalização. O Investe Turismo trata-se de um convênio firmado entre o Sebrae Nacional e o MTur para a promoção de destinos turísticos, estando aí incluídos os destinos componentes da rota. Uma das metas é o fortalecimento da parceria entre MTur, Embratur, Sebrae e governos estaduais e municipais.

O trabalho realizado pelo Sebrae, neste projeto, é de parceria entre seus pares regionais e estaduais. O escopo das ações descritas e objetivos propostos são os mesmos para os três estados envolvidos, entretanto, cada gestor local tem a responsabilidade de cumprir sua missão naquele território. As ações são materializadas por meio de capacitações, cursos, palestras, seminários, num processo coletivo, e por meio de consultorias, em um processo individualizado, com trabalho focado em uma empresa, em um empreendedor.

O público-alvo que o Sebrae atende dentro da Rota das Emoções são os empreendimentos da cadeia produtiva do turismo, hotéis, pousadas, restaurantes, agências de turismo e serviços associados, melhor colocando, o mercado, representado em maior peso, pelo mercado imobiliário.

Como colocado pelos autores Pereira, Dantas e Gomes (2016), esse público engloba investidores e seus projetos turísticos privados e têm por objetivos primordiais a criação de demandas e tendências/gostos diversos para abarcar diferentes nichos de mercado. Percebe-se, entretanto, no caso do Sebrae, o não privilégio aos grandes empreendimentos turísticos, uma vez que, atende às micro e pequenas empresas.

Dentro do rol de empreendimentos, entram microempreendedores, como guias locais, toyoteiros, buggueiros, artesãos, dentre outros. Na visão de Gestor6, todos esses agentes têm um papel importante na recepção dos turistas e no funcionamento geral do roteiro integrado. Por ser integrado, necessita do engajamento de todos os envolvidos não apenas no município, bem como entre os

municípios cearenses e demais municípios integrantes da rota. Existem subprojetos associados à rota, que favorecem, por exemplo, o artesanato e as artesãs, com cursos de liderança e capacitações.

Com foco no turismo, o Sebrae, além desses atendimentos coletivos e individuais, estimula a divulgação e promoção dos destinos turísticos da rota por meio de feiras e eventos, o que visa favorecer os empreendedores inseridos nela. É o caso dos Salões de Turismo regionais, o primeiro ocorrido em Parnaíba, no Piauí, a segunda edição ocorreu no Maranhão e a terceira, em Jericoacoara, Ceará. Ano passado o evento foi suspenso devido falta de recursos financeiros, entretanto, para o ano atual, recursos já foram disponibilizados para o 4º Salão.

A rota, hoje, é referência na formatação de outros destinos e roteiros, pois a partir dela foram criados instrumentos e metodologias que podem ser replicados em outras localidades. Para citar alguns: metodologia do selo de sustentabilidade, metodologia para trabalhar souvenir no artesanato, voucher digital como instrumento de ordenamento, dentre outros.

Desde a estruturação da rota pelo Sebrae, empreendedores, entidades e lideranças locais trabalham junto às comunidades, ao longo da rota, para ensinar-lhes sobre a importância do potencial turístico, e como podem obter desenvolvimento e sustento a partir do turismo, sem perder o foco na sustentabilidade e na competitividade do produto no mercado nacional e internacional. O Sebrae estimula, junto ao empresariado, que tome a frente da organização e execução do roteiro, entretanto, os gestores ainda não se sentem seguros em deixar o projeto.

Os dois extremos da rota são as duas localidades objeto de estudo, Jericoacoara e Barreirinhas, e perfaz um percurso de 600 km de distância entre elas (Ver Anexo B). A dimensão territorial extensa oferece vantagens para o desenvolvimento do turismo, como: variedade de atrativos, união e sinergia de forças entre os três estados. Sob outro ângulo, dificulta a articulação, identidade e coesão dos objetivos da rota (BRASIL, 2014). Inviabiliza, além disso, que todo o percurso seja visitado pelos turistas. O consumo dos atrativos é feito de modo superficial, em especial, dos que são menos conhecidos.

A proposta descrita no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções prevê que até 2020, o turismo será a principal atividade econômica dos municípios envolvidos na rota. De fato, a concretização

desse objetivo abarca unicamente os municípios de Jericoacoara e Barreirinhas, que vêm ampliando suas receitas no setor de serviços e concentram os fluxos turísticos.

Outras carências perceptíveis que interferem, negativamente, no fluxo turístico são: escassa participação das autoridades no desenvolvimento turístico; baixa participação comunitária no desenvolvimento turístico; pouca exploração de recursos culturais; mão de obra local pouco qualificada; infraestrutura de acesso insuficiente, que limita a conectividade aérea e terrestre; escassas iniciativas que encorajem o desenvolvimento empresarial entre os empresários da rota; e má distribuição e subaproveitamento da oferta hoteleira.

Um dos grandes desafios é a governança em nível municipal, pois a rota abarca 15 prefeituras municipais, 15 secretarias municipais de turismo, deveriam ser 15 conselhos municipais de turismo (porém nem todos os municípios possuem), além de inúmeros outros entes que compõem a estrutura e operam a rota (BRASIL, 2014). Barreirinhas e Jericoacoara têm conselhos municipais e estão em um nível mais estruturado quanto ao turismo. Neste contexto de governança, alia-se à questão do espaço temporal para desenvolvimento e execução das ações e projetos, que no caso do Sebrae é de um ano. Nas prefeituras, o tempo da gestão é quatro anos, o que provoca uma morosidade por parte dos gestores municipais.

Em análise dos destinos-âncoras, destacam as disparidades turísticas entre Jericoacoara, que possui um fluxo turístico intenso, e Barreirinhas, que ainda apresenta números acanhados em relação à visitação turística. Esses números são representados pelo número de visitantes registrados no PNLN e PNJ. As características ambientais singulares dos parques e sua divulgação promocional como atrativos vinculados a destinos turísticos consolidados do imaginário turístico, vêm atraindo, a cada ano, um fluxo maior de turistas.

Os dados oficiais, coletados do ICMBio (2019; 2018a), apontaram um crescimento significativo, em se tratando do PNJ²⁹. No caso do PNLN³⁰, o número dos visitantes foi apresentado em um documento do ICMBio (2018b) (Gráfico 5), entretanto, embora seja um documento oficial válido para uso em pesquisas, esses

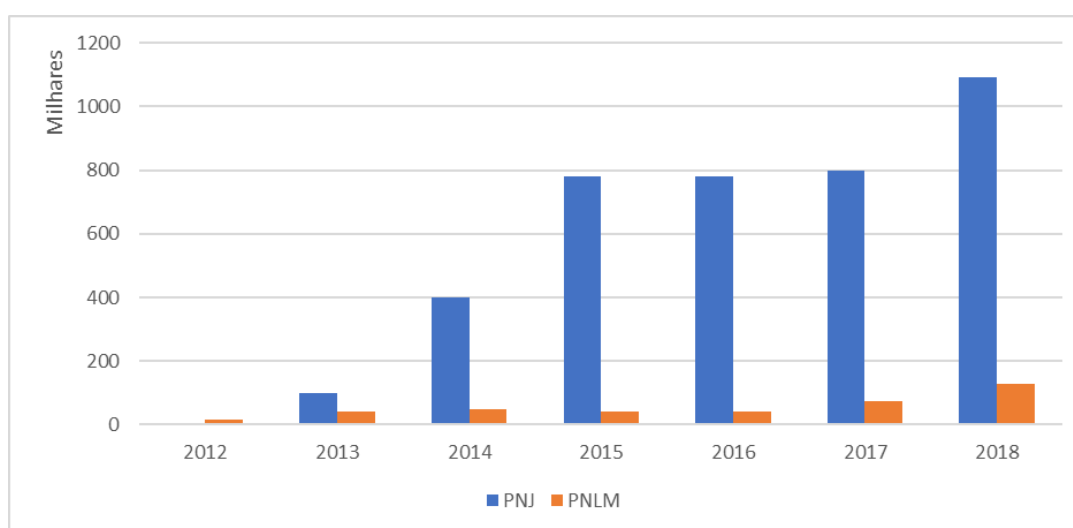
²⁹ Números oficiais são: 100.000 (2013), 400.400 (2014), 780.000 (2015), 780.000 (2016), 800.000 (2017) e 1.091.829 (2018) (ICMBio, 2018a, 2019).

³⁰ Números oficiais são: 16.800 (2012), 42.000 (2013), 47.000 (2014), 40.000 (2015), 40.000 (2016), 73.000 (2017) e 126.454 (2018) (ICMBio, 2018a, 2018b, 2019).

números foram refutados, em outro documento do mesmo órgão³¹. Mesmo com dados desconexos quanto à visitação do PNLM, implicando em uma limitação para a pesquisa, a área protegida figura, em 2018, como o 10º parque mais visitado no Brasil (ICMBio, 2019).

Comparativamente, o PNJ registra números mais robustos do que o PNLM, embora ambos sejam elencados entre os 10 parques mais visitados do Brasil.

Gráfico 5 – Evolução do número de visitantes no PNJ e PNLM



Fonte: a autora (2019) com dados do ICMBio (2018a, 2018b, 2019).

As capitais dos estados envolvidos, São Luís, Teresina e Fortaleza, são consideradas portões de entrada para a rota. Está sendo incluído como portão de entrada o Aeroporto de Cruz que atende Jericoacoara, como polo receptivo e distribuidor da demanda. Essa inclusão pode não impactar na demanda turística para a capital Fortaleza, pois o destino já está consolidado com demanda nacional e internacional cativa. Sob a perspectiva de Barreirinhas e sua relação de dependência com São Luís, analisa-se a possível implantação de um aeroporto no município como um elemento inibidor de demanda para a capital, que não é um destino consolidado no mercado turístico nacional e internacional. Em determinadas

³¹ “Não foram efetuados estudos atuais precisos capazes de oferecer com exatidão dados sobre o número de visitantes que o PNLM recebe por ano. No ano de 2006, no entanto, quando operava ainda a sede do Ibama na principal entrada do Parna, que dá acesso às lagoas Azul e Bonita, foram registradas 51.819 visitantes, especialmente, nos finais de semana e feriados” (ICMBio, 2017, p. 05).

situações, os Lençóis Maranhenses são o destino principal e a capital é um destino secundário para a demanda turística que visita o estado.

Do ponto de vista ambiental, aliar a gestão de espaços protegidos com a exploração comercial de recursos naturais enquanto atrativos turísticos, é um dos desafios para a gestão territorial da rota. A parceria firmada entre os órgãos ambientais e o Sebrae é essencial para sobrepor esse desafio. O ICMBio, neste processo, é responsável pelo ordenamento territorial do PNLM e PNJ e cabe ao Sebrae e agentes que operam a rota se adequar a ele. Outros entes são responsáveis pelo ordenamento das localidades, como prefeituras municipais, por meio de planos diretores e outros instrumentos normativos, a exemplo de Jericoacoara e, da mesma forma, os demais agentes necessitam adaptar-se.

Nota-se, no caso da rota, que pela experiência acumulada de 10 anos de existência, ela mesma (personificada em seus gestores e técnicos) é capaz de orientar os órgãos ambientais quanto à determinadas situações que envolvem a atividade turística em âmbito mercadológico e até mesmo político. Um exemplo é o ordenamento dos veículos nos espaços protegidos.

Uma das vantagens competitivas da rota é que agrega inúmeros segmentos turísticos, além do vetor principal de sol e praia ou litorâneo. Trabalha-se, em paralelo, esportes, artesanato, cultura, aventura, ecoturismo, dentre outros. Essa diversificação abre um leque de oportunidades para o trade e comunidades envolvidas.

5 MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDAS PELO TURISMO LITÔRANEO: produção do espaço e gestão do turismo em Barreirinhas/MA e Jericoacoara/CE

Os resultados apresentados, em continuação, são fruto de exaustiva pesquisa de campo e documental, seguindo o percurso metodológico descrito no capítulo inicial. Neste momento, são descritas as análises dos dados coletados nas observações *in loco* e nas entrevistas semiestruturadas junto à gestores locais³², elencados a seguir (Quadro 6), com respectivas nomenclaturas descritivas que facilitam a identificação no texto, respeitando a confidencialidade das identidades.

O uso da análise de conteúdo possibilitou inferir sobre as falas registradas dos gestores dos Parnas e dos gestores do turismo no concernente à sustentabilidade socioambiental, gestão do turismo e dos espaços protegidos.

Quadro 6 – Característica da amostra pesquisada

Nomenclaturas descritivas	Gênero	Órgão	Cargo	Função
Gestor1	Masculino	ICMBio	Chefe do PNLM	Analista Ambiental
Gestor2	Masculino	Sebrae	Coordenador Estadual Turismo e Cultura/Coordenador Estadual Rota das Emoções MA, PI e CE.	Analista Técnico
Gestor3	Feminino	Superintendência Turismo Lençóis Delta/Sectur	Superintendente	Analista Técnica de Turismo
Gestor4	Masculino	ICMBio	Chefe do PNJ	Analista Ambiental
Gestor5	Feminino	Setma/Prefeitura de Jijoca de Jericoacoara	Assessora Técnica	Assessora Técnica
Gestor6	Masculino	Sebrae	Coordenador do Sebrae Camocim/Gestor local do Projeto Rota das Emoções	Analista Técnico

Fonte: a autora (2019).

Foram estabelecidas, posteriori às entrevistas, sete categorias, com atendimento às regras de determinação da categorização. Atendendo à 1ª

³² Pontua-se como aspecto limitante a não realização de entrevista com gestores da Secretaria de Cultura e Turismo de Barreirinhas, embora tenham sido feitos contatos insistentes por cerca de 06 meses para sua aplicação. Em resposta, a secretaria, por meio do Assessor Técnico de Turismo, comunicou que, devido ao grande volume de trabalho, não seria possível atender à pesquisadora.

determinação, foram definidos os limites claros e formalizados de cada categoria a partir da identificação dos fatores agregadores a cada uma delas. Melhor dizendo, os fatores agregadores balizaram e limitaram os conteúdos analisados de cada categoria, em companhia e convergência com os postulados teóricos apresentados nos capítulos 2 e 3. Sendo assim, as categorias criadas se relacionam, diretamente, com os preceitos teóricos e fatores agregadores.

Em cumprimento à 2ª regra (exclusividade) de formulação das categorias, os conteúdos analisados foram classificados em apenas uma das categorias identificadas. O não atendimento a esta regra, levaria à ausência de confiabilidade que pede a 5ª regra. A 3ª regra dita a homogeneidade das categorias, que não devem ser amplas em demasia a ponto de abarcar inúmeros conteúdos. As categorias aqui apresentadas são distintas entre si, ao mesmo tempo que, seus conteúdos são próximos e similares, pois abordam, sobretudo, o turismo nas localidades objeto de estudo. A 4ª regra (exaustividade) é contemplada na categoria “Outros”, incluindo conteúdos diversos ao tema principal que foram apresentados pelas falas dos pesquisados. A 5ª regra (confiabilidade) diz que os mesmos dados aqui analisados devem ser passíveis de classificação igual por analistas diferentes.

Enquanto limitações na aplicação da pesquisa de campo, elencam-se os seguintes fatores:

a) a análise da estruturação e organização do município de Barreirinhas foi feita sob a visão da esfera estadual, devido à não adesão à pesquisa do gestor público de turismo municipal;

b) a parca afinidade profissional e técnica dos entrevistados com áreas fora de suas competências. Percebeu-se que algumas categorias possuíam conteúdo mais consistente que outras. Para ilustrar, a categoria Gestão do Turismo, Turismo Sustentável e Impactos Econômicos do Turismo não são descritas, com maior detalhamento, pelos analistas ambientais do ICMBio, enquanto as categorias Gestão dos Parques Nacionais e Sustentabilidade Ambiental/Social, por serem foco principal das atividades técnicas desempenhadas pelos gestores, são amplamente esmiuçadas. Da mesma forma, os gestores ligados ao turismo não desenvolveram conteúdo extenso ao tratarem da categoria Gestão dos Parques Nacionais.

A clarificação das categorias formuladas é apresentada no Quadro 7, a seguir, evidenciando a relação causal entre categorias, justificativa para sua formulação e referencial teórico.

Quadro 7 – Agregação dos fatores e a construção das categorias

Agregação de Fatores	Categorias	Breve Justificativa	Preceitos teóricos
Infraestruturas e serviços públicos – luz, água, saneamento, lixo; Estacionamento/Tráfego urbano; Políticas públicas de âmbito geral; Parcerias; Legislação/Infrações e licença ambiental	Ordenamento Municipal	Turismo é um fenômeno sistêmico e multifacetado, interconectado à inúmeros elementos/atividades. Relações de complementaridade no turismo. Políticas públicas de ordenamento urbano que atendam a demanda turística e população residente.	Beni (2007); Scott, Cooper e Baggio (2008); Cruz (2001).
Âmbito e formas de atuação do órgão gestor; Divulgação e promoção do turismo litorâneo regional e municipal/ Planejamento Turístico; Rota das Emoções; Infraestruturas turísticas/Aeroporto/Rodoviária.	Gestão do turismo	Articulações em rede no turismo são fundamentais para as parcerias. Marketing turístico e estratégias para sobrevivência dos destinos (ciclo de vida do produto turístico). Infraestruturas turísticas visando aumento do fluxo e o desenvolvimento local. Configuração espacial e reordenamento territorial nas zonas costeiras devido ao turismo litorâneo e vilegiatura. Formatação de roteiros com vistas ao desenvolvimento regional, a partir de destinos-âncoras.	Scott, Cooper e Baggio (2008); Butler (1980); Cruz (2001); Barretto (2014); Dantas (2002, 2009, 2013, 2014); Panizza e Pereira (2009); Pereira (2012); Pereira, Dantas e Gomes (2016);
Concessão de áreas do parque; Gerenciamento das UCs e mecanismos de auxílio; Papel do ICMBio / Relação com a sociedade; Trânsito de veículos nas trilhas e dunas; Uso turístico do parque; Regras do ICMBio; Infraestruturas dentro do parque e para atividades do ICMBio; Populações inseridas no parque/regularização fundiária/redimensionamento do parque.	Gestão dos Parques Nacionais	Modelo de proteção ambiental adotado pelo governo brasileiro com categorias restritivas e não articuladas com as populações tradicionais. Embates e conflitos nas esferas privadas e públicas a respeito da condução da gestão das UCs. Práticas e mecanismos adotados para a gestão sustentável de UCs. Importância dos Parnas para as comunidades de acesso. Turistificação dos Parnas e visão economicista da conservação ambiental. Impactos ocasionados pelo turismo nos Parnas.	Diegues (2008); Brasil (2018); Eagles, Bowman e Tao (2001); Eagles e McCool (2010); Freitas (2015); Hiernaux-Nicolas (2002); ICMBio (2011); Meireles, Dantas e Vicente da Silva (2011); Silva Filho e Silva (2008). Silva e Ribeiro (2018).
Capacidade de carga/NBV; Uso do espaço/natureza/atravessos; Mudanças ambientais; Mudanças sociais nas comunidades; Relações entre grupos sociais	Sustentabilidade Socioambiental	Dimensões da sustentabilidade e suas relações entre si e com o turismo. Mecanismos para a gestão sustentável em espaços naturais. Produção do espaço e sua apropriação para uso turístico. Reconfigurações socioespaciais impostas pela turistificação. Impactos negativos e positivos do turismo em âmbito social e cultural. Deslocamento da população nativa para áreas menos valorizadas e afastadas devido à pressão imobiliária. Condição de servilismo e contatos	Sachs (2002); Cruz (2007); Lefebvre (2000); Krippendorf (2001), Archer e Cooper (1998), Cooper (2001); Hall e Lew (2009); Davis (1964); Fratucci (2007, 2014); Jung (2018); Knafou (1999);

		secundários firmados entre os grupos sociais envolvidos, turistas, empreendedores e população local.	Meethan (2001); Minohara, Dazzi e Santos (2016); Molina (2007 e 2011).
Exploração do turismo como principal atividade econômica. Empreendimentos da cadeia produtiva do turismo/Empreendedorismo; Trabalho e renda pelo turismo; Especulação imobiliária.	Impactos econômicos do Turismo	Contribuição do turismo para o desenvolvimento econômico das localidades analisadas. Estratégias para incremento do fluxo turístico a fim de otimizar as receitas, com consequente massificação dos destinos e especulação imobiliária. Indícios de overturismo e, por consequência, a turismofobia e saturação do destino. Supervalorização do turismo e dependência econômica. Cadeia produtiva do turismo e seu papel no desenvolvimento econômico local.	Archer e Cooper (1998); Gabriel (2017); Vanhove (2017); Krippendorf (2001); Milano (2017); Scheyvens (2002); Stabler, Papatheodorou e Sinclair (2010) Costa e Nascimento (2010); Koens, Postma e Papp (2018); Peeters et al. (2018).
Ações para sustentabilidade turística; Voucher digital; Taxa de Turismo Sustentável (TTS)	Turismo Sustentável	Importância em incorporar ações sustentáveis para manutenção dos destinos no mercado turístico. Ordenamento dos fluxos turísticos para evitar a saturação e overturismo. Instrumentos para a consecução do turismo sustentável.	Candiotto (2009); Dias (2008); Passos (2018) Ruschmann (2015); Salvati (2005); Saviolo, Delamaro e Bartholo (2005); Silva (2008); Swarbrooke (2000);
Atividades diversas desenvolvidas pelas instituições pesquisadas	Outros	Na análise de conteúdo, atende a 4ª regra (exaustividade) na qual as categorias devem contemplar todos os conteúdos possíveis apresentados pelas falas dos pesquisados, mesmo que não sejam assuntos tão pertinentes ao trabalho ou que sejam apresentados numa única fala por um dos entrevistados.	Carlomagnoe Rocha (2016); Bardin (2004).

Fonte: a autora (2019).

Nos tópicos posteriores, serão apresentados os resultados das análises dos dados coletados, em pesquisas documentais e bibliográficas diversas e fruto das observações sistemáticas *in loco*. Em seguida, são apresentadas as análises das entrevistas realizadas, a partir das categorias e fatores agregadores, por meio de quadros explicativos que facilitam a visualização das discussões e identificação dos autores das falas.

Com vistas a reforçar a consecução dos objetivos propostos, as categorias serão estruturadas em tópicos temáticos, relacionando-os aos três

objetivos traçados para a pesquisa, a saber: a) averiguar as reconfigurações socioambientais ocorridas, nas comunidades que dão acesso aos parques nacionais, a partir do desenvolvimento do turismo litorâneo e da criação das áreas protegidas (tópicos 5.1 e 5.4); b) descrever os fatores que vêm gerando impactos na gestão sustentável dos Parnas e das comunidades de acesso (tópico 5.2 e 5.5); e c) analisar as ações dos gestores locais quanto às questões referentes ao turismo litorâneo intenso e predatório, nas comunidades e nos espaços protegidos (tópicos 5.3 e 5.6). Embora as categorias estejam estruturadas em tópicos construídos a partir dos objetivos, cabe ressaltar que, determinadas categorias, podem responder à mais de um objetivo proposto.

Após exaustivas tentativas para unificar as análises das localidades em tópico único, notou-se que se tornaria demasiado grande e de difícil leitura. Optou-se, desse modo, desmembrar as análises por locais estudados, primeiramente, Barreirinhas e, em seguida, Jericoacoara. Ao final do capítulo, as interpretações serão inter-relacionadas, com sua apresentação em forma de quadro comparativo entre as localidades, traçando uma relação causal entre os resultados obtidos e a consecução dos objetivos propostos.

Contrapondo, portanto, os dados coletados de maneira primária com os dados coletados por pesquisas documentais, bibliográficas, iconográficas e hemerográficas, discorre-se, a seguir, sobre as transformações socioambientais experimentadas pelas comunidades estudadas, em particular, pelo processo de turistificação de seus espaços e pelo fluxo de turistas em vias de atingir o overturismo.

5.1 Reconfigurações socioambientais promovidas pelo turismo litorâneo em Barreirinhas/MA

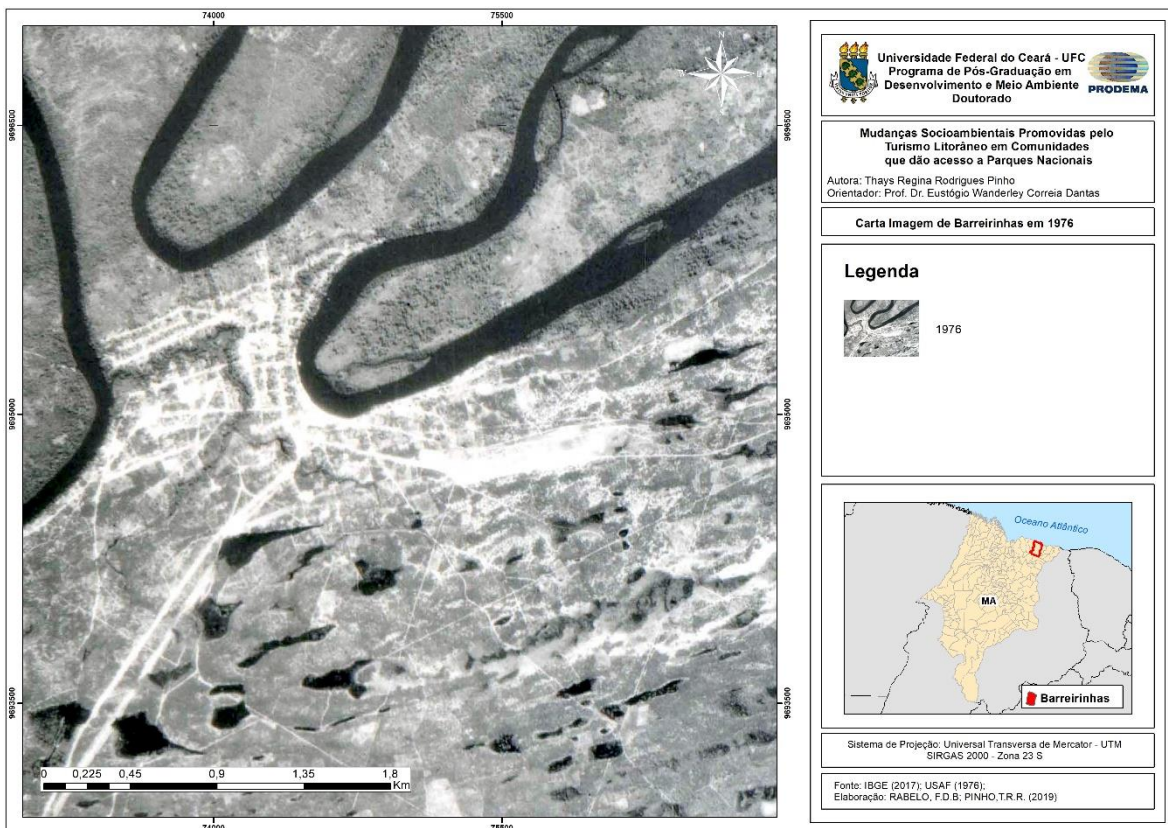
Nos anos de 1970, Barreirinhas vivenciou mudanças sociais promovidas, especialmente, pela descoberta do potencial petrolífero e de gás na região. A atividade, embora comprometedoras do ponto de vista ambiental, foi vista como uma potencial fonte de recursos para o local³³.

³³ Em década posterior, o combustível existente mostrou-se de baixa qualidade, inviabilizando sua exploração em larga escala.

Este fato pode ter motivado a acomodação, na localidade, de pessoas externas à municipalidade, entretanto, não representou um significativo aumento populacional quando comparado a épocas posteriores. Na Carta Imagem de Barreirinhas de 1976 (Figura 19) pode-se observar o baixo adensamento populacional em seu centro urbano. Nota-se, na imagem, a configuração de certos elementos urbanísticos, como a rua principal que dá acesso ao centro urbano. Verifica-se, ainda, que não existia uma ocupação significativa às margens do Rio Preguiças.

Neste período, inexistem registros da prática do turismo na localidade, possivelmente, limitada pela dificuldade de acesso ao município. O principal fator de atratividade turística da região, o PNLM, ainda não havia sido criado, o que corrobora a ausência ou a escassez de práticas turísticas. Os registros do Cadastur (MTUR, 2019) apontaram a instalação de um estabelecimento hoteleiro, nesta década, que pode ter sido motivada pelas necessidades de alojamento vinculadas a atividades comerciais e de negócios e que, não necessariamente, estariam ligadas à prática do turismo litorâneo.

Figura 19 – Carta Imagem de Barreirinhas em 1976



Fonte: RABELO; PINHO (2019) a partir de dados do IBGE (2017) e USAF (1976).

O aumento do fluxo turístico, em Barreirinhas, foi influenciado por dois fatores-chave. O primeiro, em 1981, foi a criação do PNLM, que promoveu em maior escala a divulgação das belezas naturais presentes no seu interior e em comunidades do entorno. A partir dos anos de 1990, mudanças em sua configuração socioespacial e econômica são identificadas, com instalação de equipamentos e serviços turísticos. A produção do espaço turístico à época está vinculada à transformação de residências dos moradores em pousadas para recebimento de turistas e introdução de equipamentos turísticos.

O segundo fator-chave para o desenvolvimento do turismo ocorreu, em 2002, com a conclusão das obras da rodovia MA-402 que faz a ligação entre a capital e Barreirinhas, e que facilitou o acesso ao município. Até então, as comunidades que ali habitavam, viviam em relativo isolamento, uma vez que o acesso fluvial impunha longos períodos de viagem. Outrora pacata, a cidade transforma-se, em duas décadas, em um polo turístico que atrai turistas nacionais e estrangeiros. Desde então, o município vem recebendo vários investimentos em infraestrutura urbana que foram intensificados nos últimos 10 anos. A infraestrutura turística passou por melhorias significativas, com construção de hotéis e resorts de grande porte.

À época da construção da rodovia, que liga Barreirinhas à capital, originou-se um embate por parte da população local quanto aos impactos associados ao turismo, contrapondo o crescimento econômico com o vício e miséria e a preservação com a degradação. Entendia-se a necessidade da sua construção, como uma forma de levar progresso e explorar o potencial turístico local, entretanto, exigia-se o controle, a fim de não promover a degradação do PNLM (D'ANTONA, 2000).

O crescimento populacional é outro elemento que requer investigação dentro da pesquisa, pois pode estar relacionado com as melhorias socioeconômicas evidenciadas nas localidades, indireta ou diretamente, promovidas pelas atividades produtivas ligadas ao turismo. Sendo assim, as comunidades, que viviam em certo isolamento, modificaram suas relações sociais, costumes, modos de vida, diante da vinda de turistas originários de localidades as mais variadas, trazendo seus costumes, motivando a instalação de serviços turísticos e a turistificação dos espaços no centro urbano do município.

As reconfigurações socioambientais, à luz das falas dos entrevistados, no município de Barreirinhas, restringindo-se o espaço territorial de análise ao seu centro urbano e áreas adjacentes, são descritas a partir das categorias de análise e fatores agregados apresentados nos quadros 8, 9 e 10, a seguir.

Quadro 8 – Categoria: Ordenamento Municipal

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Infraestruturas e serviços públicos – luz, água, saneamento, lixo	<p>“[...] emergencial em toda a região, não só no parque, como nos povoados, em geral, de Barreirinhas e Santo Amaro, instalação de fossas sépticas, de engenharia, ou ciclo de banana³⁴ ou qualquer outro tipo de fossa [...]”.</p> <p>“Esse ano, devido às chuvas excessivas, houve vazamento das fossas nas residências da grande maioria da população, inclusive na minha”.</p> <p>“tem que ser prioridade fazer uma fossa séptica”.</p> <p>“estamos bem atrasados quanto a reciclagem do lixo, ainda não tem muita coisa não”.</p>	Gestor1
	<p>“[o projeto Blitz do Turismo] trabalha com serviço de limpeza nos principais pontos turísticos da cidade”.</p> <p>“possuímos uma equipe de 20 colaboradores que fazem a manutenção dos logradouros públicos com limpeza, roçagem e capina, atendendo a diversas demandas”</p>	Gestor3
Políticas públicas de âmbito geral	<p>“desconheço a existência de políticas públicas específicas para o meio ambiente”</p> <p>“[...] uma vergonha que os municípios dos Lençóis Maranhenses, que é o cartão postal do Estado, estejam na lista dos 10 mais pobres do estado. Quer dizer que nunca tem investimento nesses municípios, mesmo sendo dos lençóis”</p> <p>“o secretário de (turismo de) Santo Amaro dá o sangue para organizar, mas os caras (comunidade) não reconhecem que ele está se esforçando [...] pensa sempre que está enchendo o saco. Então é difícil a pessoa entender que organizar as normas, criar normas, não é para prejudicar, é para melhorar [...] eu sinto um pouco de ingratidão dos moradores nesse sentido”</p>	Gestor1
Parcerias	<p>“tem uma relação muito boa, tanto com o prefeito daqui (de Barreirinhas) como o de Santo Amaro [...] desenvolvem ações conjuntas [...] em Barreirinhas é mais através da secretaria, tanto (de) turismo como (de) meio ambiente, os dois são bem parceiros nossos”</p> <p>“[...] a gente tem feito um trabalho muito bacana na parceria do voucher e outras questões também com o conselho, fez as bandeiras (para sinalização). São as bandeiras que a gente põe nas dunas para sinalizar os acessos temporários [...]”.</p> <p>“convênio com a prefeitura municipal para cessão de servidores ao ICMBio (para suprir carência de funcionários)”</p>	Gestor1
	<p>“programa mais qualificação profissional, vai de porta em porta nos estabelecimentos da Beira Rio para que as pessoas participem das capacitações, mas é muito difícil”</p>	Gestor3

Fonte: a autora (2019).

³⁴ Acredita-se que o gestor esteja fazendo referência ao processo denominado círculo de bananeiras, uma tecnologia apropriada para o reuso de águas cinzas, provenientes da cozinha, lavagem de roupa e banho.

Infraestruturas e serviços públicos

A instalação de infraestruturas de acesso, caso da inauguração da rodovia, que liga o povoado de Sangue à Santo Amaro, na concepção do Gestor1, ampliou o cenário de precariedade dos serviços públicos básicos prestados à comunidade. Os turistas, além de usufruírem da precária infraestrutura juntamente com a população local, demandam outros serviços e estruturas específicas, sobrecarregando os serviços públicos.

A infraestrutura de saneamento básico da região é deficitária. Quanto aos serviços básicos urbanos, como a limpeza pública urbana, avaliou-se que o cenário de precariedade, no atendimento a este serviço, pode ter motivado a criação do projeto “Blitz do Turismo” pela Superintendência do Turismo. As ações do projeto visam minimizar os efeitos negativos que uma cidade suja pode provocar no imaginário turístico dos visitantes.

A equipe do projeto é formada por 20 profissionais que realizam o trabalho de roçagem, de capina e varrição. É plausível fazer uma analogia com os estudos de Cruz (2001), nos quais descreveram como as políticas públicas de turismo funcionam como políticas públicas de outros segmentos, como de planejamento urbano.

Ocorrem demandas para limpeza urbana, não apenas para a área turística, mas em áreas fora da rota planejada, que são atendidas quando possível. A “Blitz do Turismo” atende municípios da região, como Tutoia e Santo Amaro, porém, por limitação logística, atende em menor amplitude territorial. O direcionamento da limpeza para espaços, cujo fluxo turístico é maior, em detrimento de outros espaços públicos do município, demonstrou que o poder público reforça a criação de espacialidades próprias para o turismo, culminado no processo de turistificação.

Políticas Públicas de Desenvolvimento

Conquanto os municípios que abrigam o PNLM, incluindo Barreirinhas, estejam em posição de destaque e visibilidade turística nacional, devido aos Lençóis Maranhenses, não possuem um desenvolvimento socioeconômico representativo e estão na lista de IDHM baixo. Aspecto que pode significar uma falha na gestão regional, no que concerne a adoção e implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional. Demonstrou, ademais, que os planos e programas

desenvolvimentistas, pautados na atividade turística como elemento basilar para reverter o quadro de intenso atraso e estagnação econômica dos municípios do Meio-Norte, a exemplo do PDSRT e Rota das Emoções, não vêm atingido seu propósito fundamental.

Em contrapartida, citou-se a existência de um programa estadual voltado para os municípios com menores IDHM, lançado em 2015. O Plano Mais IDH visa reverter e elevar os índices de desenvolvimento, nos 30 municípios com indicadores sociais mais frágeis do estado. Entretanto, não foram encontrados resultados oficiais que referendassem o sucesso do plano.

Parcerias

A organização do turismo, na região dos Lençóis Maranhenses, foi possível, a partir de ações de intervenção e parcerias firmadas, entre diversas esferas do poder público (federal, estadual e municipal) e entidades privadas (como Sebrae).

Dessas ações, sobressaem-se o PDSRT; o Prodetur I e II; o Plano Maior – Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Maranhão; o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Turismo na Região dos Lençóis Maranhenses; o Projeto Roteiro Turístico Integrado MA-PI-CE (cuja a Rota das Emoções é um dos seus desdobramentos) e o Programa de Turismo nos Parques³⁵ (GRAÇA, 2010). Esses esforços envolveram: aplicação de recursos na localidade, construções de infraestruturas e ações de marketing por meio de promoção e divulgação dos atrativos turísticos locais. Gerou, por fim, a consolidação de uma imagem turística vinculada às principais potencialidades turísticas aí presentes, os atrativos naturais.

As articulações em redes, por meio de parceria, favorecem o desenvolvimento turístico local. É o que alguns gestores relataram, ao perceberem que a organização do trade municipal tem reflexos na participação comunitária nas capacitações que oferecem. Em termos de parceria e cooperação, entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva do turismo, ressalta-se a assinatura, em maio/2019, de um termo de cooperação entre Secretaria Estadual de Turismo e ICMBio, visando a estruturação e promoção do PNLM, com ações a serem

³⁵ Criado em 2006 por iniciativa do MMA, ICMBio, MTur e EMBRATUR. Estabeleceu prioridades para 06 Parnas brasileiros, dentre eles o PNLM, com a perspectiva de ampliar a visitação pública e para isso recursos foram investidos no parque e em municípios do entorno.

implementadas, durante os próximos três anos, para a região. Uma das contribuições do governo estadual é para a divulgação e conscientização ambiental, junto aos visitantes e comunidade, com cursos de capacitação e qualificação da população do entorno³⁶, o que vem acontecendo conforme relatos dos entrevistados.

Quadro 9 – Categoria: Gestão do Turismo

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Âmbito e formas de atuação do órgão gestor	<p><i>“tem a área de abrangência dos dois polos citados: Lençóis Maranhenses de Delta das Américas – totalizando 8 municípios. Por ser Um “braço” da SETUR –MA , no objetivo da descentralização da ações- a ideia é transferir todas as ações, projetos e programas da SETUR-MA para a região”</i></p> <p><i>“os cursos estão sempre atrelados ao turismo, mas o nosso foco não é só as pessoas que estão trabalhando com o turismo, é a comunidade de uma forma geral”</i></p> <p><i>“programas como: Mais qualificação profissional, palestras sobre o enfrentamento ao abuso e exploração sexual infantil com a vertente do turismo, conseguinte somos o apoio a equipe da regionalização – com os polos, assim como a equipe do Ceprama com o artesanato, ao Observatório do Turismo com as pesquisas de demanda”</i></p> <p><i>“Somos o apoio ao Observatório do Turismo, programa da SETUR ao qual a universidade federal do maranhão, abraçou e apoia. São pesquisas de demandas, onde mostra o perfil do visitante, de onde eles vêm, qual gasto médio, o que visitaram, de que forma chegaram até a cidade, enfim [...]”</i></p> <p><i>“[...] em Araisos acontece o projeto da Cata do Caranguejo, importante atividade correlata ao turismo e a pequenas produções”</i></p> <p><i>“Não temos a abrangência que gostaríamos de fato, a ainda não trabalhamos as vertentes que, de fato, poderiam ser trabalhadas no entorno. Só em Barreirinhas são mais de 220 povoados, ainda temos mais 7 municípios que ainda carecem de uma atenção redobrada. Mas onde temos acesso, onde conseguimos já chegar com alguma atividade específica da Superintendência [...]”</i></p>	Gestor3
Divulgação e promoção do turismo litorâneo regional e municipal/Planejamento Turístico	<p><i>“[...] vê nitidamente que os municípios não estão preparados para receber o dobro de turista [como propõe o governo, cuja meta é dobrar o número de visitantes nas UCs federais]”</i></p> <p><i>“o secretário de (turismo de) Santo Amaro dá o sangue para organizar, mas os caras (comunidade) não reconhecem que ele está se esforçando [...] pensa sempre que está enchendo o saco. Então é difícil a pessoa entender que organizar as normas, criar normas, não é para prejudicar, é para melhorar [...] eu sinto um pouco de ingratidão dos moradores nesse sentido”</i></p>	Gestor1
Rota das Emoções	<p><i>“A rota é mais uma iniciativa privada. É uma criação do Sebrae, esse produto, então é mais voltado para os empreendedores”.</i></p>	Gestor1

³⁶ <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/governo-e-icmbio-firmam-parceria-para-promocao-e-estruturacao-nos-lencois-maranhenses>

	<i>“[...] a estrada de lá (Jericoacoara) para cá (Barreirinhas), é muito ruim. [...] É a verdadeira estrada das emoções”.</i>	
	<i>“temos uma importante obra que foi a Estrada que Liga Barreirinhas a Paulino Neves, uma importante obra dentro da Rota das Emoções [...]”</i>	Gestor3
Infraestruturas turísticas/Aeroporto/Rodoviária/Rodovias	<i>“[a inauguração da rodovia que liga o povoado de Sangue à Santo Amaro] aumentou o fluxo de turistas na localidade, porém “[...] não chegou nenhuma infraestrutura para a cidade”. “foi feita a reconstrução da ponte para a Lagoa Azul, principal via de acesso, que mede 70 metros e foi feita com estrutura de ferro e madeira e custou cerca de 200 mil reais”</i>	Gestor1
	<i>“Existem alguns projetos em fase de conclusão, porém ainda não podem ser divulgados, pois existe uma preocupação do Governo do Estado em não sobrepor outras esferas” “Outra estrada de acesso foi a que liga o povoado de Cardosa (onde também possui uma vocação para o turismo), além das inúmeras escolas (que a meu ver a educação é a base de todas as mudanças significativas para a sociedade). Temos, em Santo Amaro, a construção da ponte que tira do sufoco em alguns períodos do ano para a travessia ao município, além da praça revitalizada do principal ponto de acesso do município de Santo Amaro, além das escolas dignas, em Primeira Cruz, temos ruas dignas entregues a população [...]”</i>	Gestor3

Fonte: a autora (2019).

Âmbito e formas de atuação dos órgãos gestores

Uma das instâncias do turismo estabelecidas, na cidade de Barreirinhas foi a Superintendência de Turismo Lençóis e Delta, implantada em maio/2018, pelo Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (MARANHÃO, 2018). Embora não verbalizado, de modo explícito, nas entrevistas, pode-se inferir que a superintendência atua em ações de governança local, assumindo determinados papéis na organização e estruturação do destino turístico e de sua cadeia produtiva.

A criação de um órgão de turismo, de esfera estadual, para atuar na região dos Lençóis Maranhenses indica, portanto, possíveis ingerências locais. Neste caso, a utilização dos recursos estaduais, em ações que não lhe compete, pode demonstrar a incapacidade de gestão, por parte dos órgãos municipais, e a necessidade de intervenções de outras instâncias para assumir seu papel.

Na tentativa de reverter o quadro deficitário, no quesito capacitação profissional no setor de serviços, as ações da superintendência focam em qualificações, realizadas junto à comunidade, que visam, sobretudo, alcançar melhorias no atendimento ao público e impulsionar o turismo na região.

Conquanto oportuniza-se capacitações em diversos segmentos da cadeia produtiva do turismo, o engajamento da comunidade local e trade não é efetivo,

demonstrando que é preciso maior amadurecimento e sensibilização do empresariado para a importância dessas ações. A resistência, por parte do trade local, em se capacitar ou capacitar seus colaboradores pode simbolizar, ademais, um aspecto inibidor do desenvolvimento local.

A participação do ICMBio, na gestão turística da região, é manifestada por meio de sua representação como membro do Conselho de Turismo de Barreirinhas, sendo o Gestor1 o titular da cadeira e a coordenadora de uso público, sua suplente.

Divulgação e promoção do turismo litorâneo regional e municipal/Planejamento Turístico

Graça (2010) afirmou que os Lençóis Maranhenses representam uma construção midiática, através de forte investida de marketing, articulada pelo poder público e trade turístico (mercado), com vistas a propagar discursos e formar uma imagem para mercantilizar o patrimônio natural, estimulando, dessa forma, uma demanda turística. A autora foi além, ao afirmar que se efetivou a produção de um lugar turístico, passando a ser inserido na dinâmica global do capital. Trata-se, portanto, da turistificação dos espaços naturais, em prol da geração de renda e divisas.

Rota das Emoções

Notou-se o pouco engajamento do Gestor1 com o projeto Rota das Emoções, embora tenha afirmado que participa de reuniões vinculadas ao roteiro. Mesmo não verbalizando, em palavras, o Gestor1 transpareceu negatividade no tocante ao roteiro. Verificou-se, sob outro ângulo, que, na concepção dos gestores do turismo, a rota tem o mérito de captar turistas, considerado um produto consolidado, trabalhado nos contextos dos polos Delta e Lençóis, do Estado do Maranhão.

A carência existente, quanto ao atendimento ao público, em Barreirinhas, e outros municípios maranhenses, foi apontada como elemento comprometedor da qualidade do produto da rota, bem como interferir na experiência turística da demanda. Essa lacuna procura ser suplantada com as capacitações oferecidas pela Superintendência de Turismo.

Infraestruturas turísticas de acesso

A implantação de estruturas aeroportuárias, em Cruz, e, em Barreirinhas³⁷, prevê a facilitação da acessibilidade aos destinos da rota e incrementos no fluxo turístico na região. São instalações que, na visão dos gestores do turismo, possibilitarão a conectividade entre os dois destinos-âncoras. Entretanto, identificaram-se falhas estruturais e lacunas na gestão e na operacionalização do roteiro, que possui uma extensa dimensão territorial e, pode não permitir essa conectividade.

Faz-se oportuno refletir sobre a instalação de estruturas que intensificam o fluxo turístico, na localidade, sem um planejamento adequado. A estratégia de ampliação dos fluxos turísticos, com vistas a ganhos econômicos em larga escala, enseja o overturismo. Os perigos deste fenômeno incluem, entre outras coisas, a massificação dos atrativos e a turismofobia. Jericoacoara, por exemplo, vem adotando medidas que podem conduzir, num futuro próximo, a um cenário semelhante.

Em paralelo, a instalação de outras infraestruturas turísticas, necessárias para impulsionar o turismo, em toda a região dos Lençóis Maranhenses, esbarra em impasses entre as instâncias públicas. A instalação do portal da cidade de Barreirinhas e a revitalização da Beira Rio, principal avenida do centro urbano do município, foram alguns projetos assumidos pela instância municipal, não executados. Por outro lado, o Centro de Convenções do município terá sua obra concluída, com recursos do governo federal³⁸.

A participação e manutenção dos municípios maranhenses nos Polos Lençóis e Delta, definidos pelo Programa Federal de Regionalização do Turismo requer o cumprimento de critérios estabelecidos pelo MTur. Um deles é a existência de instância de governança. A instância do Polo Lençóis foi reativada recentemente, entretanto, é perceptível as dificuldades que permeiam os municípios da região, quanto ao processo de união e integração do trade e do poder público.

³⁷ Existe um projeto em andamento para a implantação do aeroporto de Barreirinhas, entretanto, não existe prazo para sua consecução. Trata-se de uma demanda do trade local que ficará em aberto, na atual gestão, por mudanças na gestão turística do estado.

³⁸ O Ministério do Turismo anunciou, no dia 18/06/2019, a liberação de R\$ 2,2 milhões para que seja construído o Centro de Convenções, em Barreirinhas. ([http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12735-mtur-repassa-r\\$-34-milh%C3%B5es-para-infraestrutura-tur%C3%ADstica-mais-de-300-cidades.html](http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12735-mtur-repassa-r$-34-milh%C3%B5es-para-infraestrutura-tur%C3%ADstica-mais-de-300-cidades.html))

Quadro 10 – Categoria: Gestão dos Parques Nacionais

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Concessão de áreas do parque	<p><i>“Concessão do uso público [...] conceder espaços para a iniciativa privada”</i></p> <p><i>“[...] mas parece que ele (o presidente) vai mudar tudo, a gente não sabe, o ministro esteve aqui esses dias e colocou que vai rever todos os projetos básicos (de concessão)”.</i></p> <p><i>“[...] a questão de desonerar a gente (ICMBio) de uma atribuição que é muito mais turística do que ambiental”</i></p> <p><i>“[...] enquanto a gente podia estar focado no fundiário, nas fossas, no lixo, na educação ambiental, a gente perde metade do nosso trabalho na questão do ordenamento turístico”.</i></p> <p><i>“O grande lance (positivo) da concessão é tirar da gente essa parte de turismo e liberar a gente para fazer a parte ambiental. A gente concessionou o que a gente não gosta de fazer, operação turística, o concessionário vai fazer igual, a concessão vai fazer o cadastro que a gente faz hoje. Então, eles vão cadastrar, o dinheiro que a gente cobra hoje de cadastramento que vai para o governo, vai para o caixa único da união, vai ficar para a agência, em forma de estacionamento. Então, vai chamar de estacionamento, não vai chamar de taxa de cadastramento. Ele (turista) vai pagar para usar o estacionamento que vai ser organizado pelo concessionário. E o ingresso. Então ele (concessionário) vai fazer o cadastramento, organizar o estacionamento, manutenção de trilhas, sinalização de trilha e venda de produtos nos atrativos. Não vai mexer na operação. Para não mexer na economia local”</i></p> <p><i>“[...] uma torre de observação em Atins, observação de aves que serviria também de fiscalização, um mirante na lagoa azul e só, por enquanto, não tem nada muito miraculoso”,</i></p> <p><i>“[...] não tem nada de obrigação, não tem que fazer um hotel na beira da lagoa”.</i></p> <p><i>“[...] o concessionário, uma questão natural do capitalismo, enquanto a gente trabalha aqui por amor a causa [...], eles vão querer fazer tudo sair pelo preço de menor custo, não (sei) até onde que pode ser prejudicial isso, pode ser que não, pode ser que tudo dê certo, mas se pegar um mau concessionário, que faça uma placa mal feita para poder economizar, manutenção de trilha o cara (concessionário) não faça direito, os produtos [...] são de baixa qualidade, então esse medo é de que o poder do mercado acabe trazendo serviços de baixa qualidade”.</i></p> <p><i>“[...] como você faz uma concessão aqui se tudo não é mais parque (nova reconfiguração proposta pelo PL nº. 465/2018)”</i></p>	Gestor1
	<p><i>“é o grande modelo de negócio”</i></p> <p><i>“é um parque gigantesco, o ICMBio não tem nem recursos financeiros nem mão de obra, nem know how, expertise para fazer a promoção e exploração comercial do parque”.</i></p> <p><i>“que se for feita a concessão que tem que ser feita a sustentabilidade dos negócios que são gerados”.</i></p> <p><i>“as empresas que ganham têm obrigação de fazer investimento” “um plano de investimento”.</i></p>	Gestor2
Gerenciamento das UCs e mecanismos de auxílio	<p><i>“[...] a gente distribui as várias atividades do ICMBio, do parque entre nós três”.</i></p> <p><i>“Acesso especial aos deficientes é [...] por onde vai passar os cadeirantes, (passar) os idosos para acessar os locais (atrativos)”</i></p> <p><i>“Autorização direta [...] é para autorizar atividades não sujeitas ao licenciamento [...] por exemplo, os postos de gás</i></p>	Gestor1

	<p>fora do parque” “Autos de infração à proteção [...] infrações ambientais” “Cadastro de condutores de veículos, visitantes e carros [...], autorizados a entrar no parque” “Compensação Ambiental [...] recursos para [...] implementação da UC, modificação do plano de manejo ou regularização fundiária” “a gente está perdendo esse recurso, grande parte”, “[...] (a UC) tem bastante (recurso) de implementação, mas o que os governos têm feito ultimamente, é retirado deste recurso para cobrir gastos ordinários do orçamento, por exemplo, a gente tem 1 milhão para implementar a unidade, eles pegam esse valor para pagar vigilante, coisas que seriam para ser feitas com o orçamento do ministério [...]” “Comunicações com operadoras de turismo [...] sobre realização de reuniões” “Conselho Consultivo [...] oficializado em 2018” “Convênios e parcerias [...] convênios firmados entre o ICMBio e outras instituições” “Demarcação de Limites [...] marcos inseridos no parque” “Educação Ambiental [...] ações para sensibilização e conscientização ambiental” “Energia Elétrica [...] para comunidades no parque” “Licenciamento ambiental para atividade poluidora [...] legislação específica” “Pesquisa [...] no interior do parque” “faz análise da proposta do pesquisador e emite autorizações” “Planaf é o nosso plano de proteção (ambiental)” “Portaria de uso público [...] revisada para inclusão de novas atividades [...] náuticas”. “suprimento de fundos [...] uma placa quebrou, limpeza do telhado, [...] roçagem. Coisas de pequeno valor” “uso de imagem [...] propagandas, filmes que vão usar a imagem dos lençóis, tem que pagar, uso a nível comercial” “Utilização para uso público, autorização para eventos, sinalização [...]” “agora, por exemplo, vai ter um pessoal que quer fazer um campeonato de surf na Travosa [...] analisa a documentação, vê a logística, quantas pessoas vão, qual é a data” “Denúncias” “Doações” “Fiscalização” “Gestão de Pessoas” “Gestão de Veículos” “Levantamento de bem patrimonial” “Material controlado” “Programa de voluntariado”</p>	
<p>Papel do ICMBio/Relação com a sociedade</p>	<p>“Eu tenho sentido isso na pele. No começo eu não dava muito valor, agora que eu já estou aqui há 10 anos, eu vejo que as crianças que eu via ontem, hoje já estão todas grandes. Se eu tivesse feito educação, em pouco tempo teria resolvido muita coisa. Então eu estou vendo a importância cada vez mais disso (educação ambiental)” “[...] a gente direciona, por exemplo, precisamos fazer o cadastro, aí pega o currículo dos voluntários e analisa quem tem aptidão mais relacionada com esse trabalho de cadastro”. “[...] monitoramento num feriado, que é uma coisa mais simples, pega pessoal mais próximo daqui do IFMA, que está começando agora a faculdade, que quer se envolver, faz as informações nas balsas”. “[...] mutirões são realizados e organizados pra limpeza da praia, pois chega muito lixo do oceano [...] a participação da comunidade é satisfatória [...] no ano passado, foram realizados três grandes mutirões”. “eles (comunidade) não entendem a importância de ser um espaço protegido, um parque, acho que não tem essa consciência” “[...] porque uma vez a gente fez, estava em condição melhor de equipe de fiscalização, a gente fez um ano inteiro de fiscalização (contra pesca) de arrasto. Deu uma</p>	<p>Gestor1</p>

	<p>espantada nos barcos. E começou a aparecer camarão na praia. O pessoal começou a pegar camarão com rede de mão. Aí viram que funciona mesmo (as ações conservacionistas do ICMBio). Então, nessa época, a gente viu que o pessoal (comunidade) viu a importância. Mas fora isso, não tem muito (consciência)”.</p>	
	<p>“para eles, o parque nacional é um ente que está ali e não sabem a real influencia que tem, um em relação ao outro. A importância de se conservar já se tem algo neste sentido, pois a própria televisão, a escola, já incentivam”</p>	Gestor2
Trânsito de veículos nas trilhas e dunas	<p>“se vai usar carro ou não, se vai passar por cima de duna [...]” “sinalização dos atrativos, as placas indicativas e bandeiras que orientam os trajetos no interior do parque, de modo provisório” “(sobre a Portaria de uso público, aprovada em 2017, que estabeleceu a proibição de entrada no parque de veículos particulares) [...] essa proibição era voltada mais para os grupos de fora, ‘ralizeiros’ do Ceará, do Piauí que vinham bagunçar aqui [...]” [...] quando a gente proibiu particular, o (local) que mora em Barreirinhas desde que nasceu e quer ir para o parque, não pode, ficou proibido também” “o morador que deseja ir a Lagoa Azul [...] a gente coloca que vai fazer o monitoramento da lagoa azul, ele vai lá tira foto, como se fosse uma contrapartida, mas ele tem uma missão para fazer. Mas foi a forma de autorizar o cara (comunidade) que é daqui (a entrar), e só pode ser amigos do parque quem é de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro”. “[...] os acessos e o número de veículos que entram no parque são controlados” “Um dos fatores que causa mais interferência ambiental [...] é a questão do trânsito de veículos em dunas e trechos de areia [...] Os veículos canalizam a água por onde passa e provocam mudanças no ambiente” “essa é a preocupação que tem com o trânsito em dunas e trechos de areia [...] estaria mais ligado ao trânsito de veículos automotores [...] a própria poluição da água através do óleo, é uma coisa quase que irreversível”</p>	Gestor1
Uso turístico do parque	<p>“[...] é o que dá mais visibilidade. Se a gente não faz isso, a gente perde muita força, ninguém mais acredita na gente” “[...] que o pessoal é mais ingrato com a gente, que é justamente garantir que só eles podem operar o turismo” “[...] conversar para ver se modifica um pouco o projeto, porque do jeito que está não vai ser bom para ninguém, nem para o morador [...]” “[...] (câmaras técnicas dentro do conselho consultivo sobre o uso público) para implementar atividades que não existem hoje, como o quadriciclo, sobrevoo que não está portariado, o próprio velejamento de kitesurf, bicicleta, canoagem [...]” “[...] já tem uma portaria que é só para carros, a gente pretende regulamentar e inserir tudo na mesma portaria, para ter uma normativa de todas essas atividades” “recentemente, atuaram [...] dois grupos grandes de veículos de fora, que vieram para bagunçar mesmo. O nome do grupo era desorganização. Escreveram na duna desorganização e os carros (estavam) tirando fotos”.</p>	Gestor1
Regras do ICMBio	<p>“(quanto ao cumprimento das regras impostas pelo parque) não [...] pegam muito no pé dos moradores” “a gente ao invés de sair multando todo mundo, a gente vai fazer um estudo detalhado de quanto foi desmatado, [...] vai ter que ter uma medida punitiva no final, porque está virando bagunça”. “[...] uma minoria (de empresários) aceita as normas e</p>	Gestor1

	<p><i>cumprir, a maioria acha que é ‘encheção’ de saco. É muito complicado isso. difícil convencer que está fazendo para o bem”.</i></p> <p><i>“[...] pessoal ingressar em local que não é para ingressar com veículo motor. É mais isso de turista que acontece. E bebida”.</i></p>	
Infraestruturas dentro do parque e do ICMBio	<p><i>“hoje se um turista se acidenta no parque, ele é resgatado por uma Toyota que vem sacudindo. Atravessa o parque numa balsa”</i></p> <p><i>“o parque nacional, hoje, não é acessível. O cadeirante não consegue ir. Alguém com uma necessidade, uma limitação não consegue ir, porque o nível de esforço é muito grande”</i></p>	Gestor2
	<p><i>“(sobre a construção da sede do ICMBio, inaugurada em 2016) Aqui não foi licitação, foi a gente que escolheu, o design, que era dinheiro de doação, dinheiro privado, então a gente podia escolher sem licitar [...] o preço mil vezes menor do que uma licitação. Tanto é que sobrou recurso que deu para fazer essa pista, o muro da frente, sobrou para fazer a cozinha [...]”.</i></p> <p><i>“a gente tem dois barcos, três quadriciclos, duas camionetes antigas, uma Toyota e uma bandeirante, duas Land Rovers que estão paradas aí na frente e algumas canoas”</i></p> <p><i>“[...] era um recurso que [...] ficava depositado lá, numa conta do Funbio, e como era uma ONG não deixava o dinheiro parado, o dinheiro rendia [...] a gente ganhava por mês quase 200 mil reais de rendimento do dinheiro aplicado [...] fez quase o dobro de coisa do que tinha que fazer com o dinheiro original”.</i></p>	Gestor1
Populações inseridas no parque/regularização fundiária/redimensionamento do parque	<p><i>“Regularização fundiária [...] desapropriar áreas do parque com pagamento de indenização” “[...] cadastramento para elaboração de Termo de Compromisso”</i></p> <p><i>“nas áreas retiradas do parque vão ter hotéis, operadoras de turismo, não vai ter como controlar [...]”</i></p> <p><i>“[...] hoje, como ele (morador) está dentro do parque a gente tolera, pois sabe que ele é tradicional, então não faz nada, quando ele for de fora, não vai tolerar mais, porque é de fora do parque, não dá mais para tolerar, senão vai misturar com tudo que está fora”.</i></p> <p><i>“[...] tem controle da pressão ambiental (construções) e sanitária mais ou menos, tem como controlar”.</i></p> <p><i>“dentro do parque, onde o processo (de regularização fundiária) foi formalizado, essa área toda aqui a gente já indenizou. É grande. Isso aqui é nosso, (o local) é estratégico, é caminho de Atins, o caminho passa aqui no meio”.</i></p> <p><i>“[...] no conselho quando veio o projeto de lei, as comunidades se uniram e disseram que não querem deixar de ser parque, mesmo sendo prejudicadas (pelas regras). O medo (é) de serem expulsos por causa da especulação imobiliária, que é o que vai acontecer, e eles mesmo vão vender (seus terrenos e casas)”</i></p>	Gestor1

Fonte: a autora (2019).

Considerações sobre o processo de gestão do PNLM

A gestão do PNLM é feita por uma equipe reduzida, composta por três funcionários do ICMBio (chefe, chefe substituto e coordenadora de uso público) e voluntários que auxiliam em ações do parque. O processo de gestão é auxiliado por mecanismos e instrumentos gerenciais. Um dos mecanismos é o uso de sistemas

informatizados, a exemplo do Serviço Eletrônico Informatizado (SEI), um software público que possibilita a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema. Ademais, permite visualizar todas as atribuições específicas de responsabilidade dos gestores do PNLM e do PNJ. Porém, é plausível afirmar que os recursos humanos e financeiros, disponibilizados para o parque, não são suficientes para a sua gestão eficiente. Fato que se replica no PNJ.

Os conflitos advindos, com a criação da UC, estão presentes, especialmente, em relação as restrições de uso do PNLM, como a proibição da pesca com tarrafas, proibição de retirada de madeira do mangue e lenha para construção de estruturas para proteção das embarcações e construção de cercas, proibição de uso do carvão nos fogões das residências, dentre outros (D'ANTONA, 2000).

Alguns desses conflitos persistem até a atualidade, como é o caso da pesca e, em parte, resultam da pouca consciência ambiental da comunidade quanto ao espaço protegido. O Gestor¹ argumentou que as comunidades, embora estejam sujeitas a regras proibitivas de uso dos recursos naturais, no interior do parque, não desejam serem excluídas de seu território.

As atividades de fiscalização e controle mostram-se comprometidas pela deficiência no quadro de pessoal. Em adição, a ação fiscalizatória dos agentes do órgão ambiental tem gerado conflitos socioambientais, entre gestores e grupos familiares, que residem no interior do parque, pois os gestores consideram, estritamente, as normas relativas à UCs de proteção integral. A forma de atuação dos gestores, na concepção da comunidade, demonstra uma estratégia sorrateira para desocupação gradual do território do PNLM, sem que nenhuma medida indenizatória tenha sido efetivamente realizada pelo Estado (DIAS, 2017).

Dentre as ações desenvolvidas pelo ICMBio, a que mais contribui para o bem-estar e sustentabilidade local, é resguardar que as práticas turísticas sejam realizadas pela própria comunidade local, melhor dizendo, que apenas a comunidade local tenha a competência para conduzir os turistas pelos atrativos locais.

Em relação à educação ambiental, o Gestor¹ elogiou o trabalho de duas voluntárias que desenvolveram um relevante trabalho junto as escolas municipais locais, com atendimento à mais de 800 crianças. A educação ambiental é uma das

principais funções das UCs, entretanto, as atividades são escassas e envolve, no geral, orientação geral dos visitantes e palestras para grupos que visitam a área.

Dentro do conselho consultivo, foi organizada uma agenda específica para tratar da educação ambiental, um reconhecimento da importância deste trabalho. A comunidade passou a valorizar as ações do ICMBio de preservação ao vivenciarem, em suas práticas cotidianas, melhorias dos recursos e processos naturais, caso relatado pelo Gestor1 quanto ao aumento de exemplares de camarões nas praias locais.

Os conflitos no cumprimento das regras impostas pelo uso público restritivo do parque ocorrem quando existem excessos por parte dos moradores locais, pontuou o Gestor1, que citou o fato que ocorreu, recentemente, em Queimada dos Britos, de não autorização, por parte do órgão ambiental, para construção de quatro residências. Comprovou-se, neste sentido, que existe o descumprimento das regras, ao mesmo tempo, reforçou que o governo tem sua parcela de culpa ao não solucionar a questão fundiária. Quanto às infrações praticadas por turistas, a equipe faz autuações para coibir o descumprimento das regras, em especial, quanto à entrada de veículos e bebidas alcóolicas no parque.

Da mesma forma, empresários e operadores criam resistência no cumprimento das medidas restritivas. As colocações corroboraram o que fora exposto sobre o trabalho de educação ambiental não ter sido valorizado desde o início da atual gestão. Ações, nesse sentido, se implantadas, em tempos passados, poderiam reforçar para a população a importância do parque e sua função no processo de preservação e conservação ambiental. Poderiam conduzir, em paralelo, a uma conscientização focada na sustentabilidade ambiental e, não apenas, na valorização dos espaços naturais como recursos turísticos para ganhos econômicos, como se destaca, atualmente.

Regularização fundiária e permanência das comunidades tradicionais no interior do PNLM

A questão fundiária é um dos temas mais controversos a ser gerenciado no PNLM, devido aos inúmeros moradores que residem no parque e os conflitos resultantes, no tocante à permanência das comunidades tradicionais e as restrições de uso impostas por esta categoria de UC.

Embora a polêmica venha encontrando vasto campo para se desenvolver, um dos resultados da regularização fundiária foi materializado, em março de 2019, com o pagamento indenizatório de uma área de 252,40 hectares. Este processo, em específico, foi iniciado em novembro de 2018, com a assinatura da escritura pública de desapropriação amigável do Sítio Mata Fome. A área é importante por ser um dos caminhos que conduz à comunidade de Atins. O Gestor1, à época, relatou a importância de regularizar a área para servir de exemplo para outros proprietários que tenham interesse na indenização e para o desenvolvimento de pesquisas sobre a recuperação da vegetação (ICMBio, 2018).

Dois pontos divergentes compõem os embates sobre as comunidades tradicionais inseridas no PNLM: a visão idílica sobre suas práticas, usada como justificativa para sua permanência nas áreas protegidas, e a visão preservacionista, que exige a expropriação das populações de seu locus habitual de moradia, por conceber a ação humana inapta ao equilíbrio ambiental. Modelos de gestão de áreas naturais, com fins conservacionistas, podem incluir, de modo mais harmonioso, populações tradicionais que aí residem e suas práticas produtivas, conforme detalharam Silva Filho e Silva (2008).

Nesta perspectiva díspar, concorda-se com os autores, Silva Filho e Silva (2008), ao afirmarem que se faz oportuno uma investigação, por meio de um tratamento individualizado, para o maior detalhamento das práticas telúrico-culturais, a fim de coibir aquelas com maior impacto lesivo ao meio ambiente e manter as que se mostraram menos agressivas e, portanto, mais sustentáveis.

Futuras mudanças socioambientais podem ser operadas em Barreirinhas e no PNLM, a partir de um instrumento normativo em tramitação no Senado Federal. Trata-se do PL do Senado nº. 465/2018, de autoria do Senador Roberto Rocha (PSDB/MA) que se aprovado, irá impactar diretamente na gestão do PNLM e nas comunidades inseridas em suas adjacências.

A proposição visa redefinir os limites do parque, a fim de promover ajustes na delimitação realizada no seu processo de criação, mantendo a preservação dos ecossistemas que ensejaram a sua criação e excluindo a maior parte das comunidades que estão, hoje, no interior da UC (BRASIL, 2018).

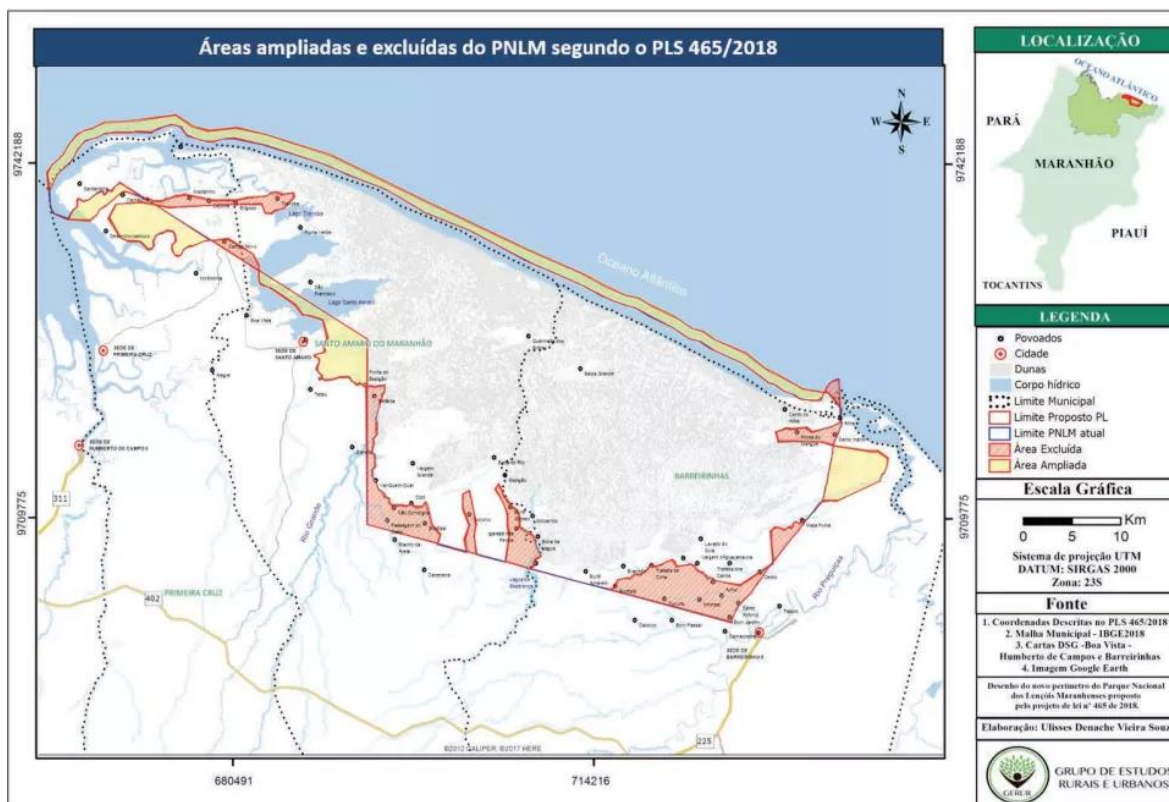
Todavia, é plausível afirmar que, por trás da proposta de revisão dos limites do parque, pode existir um viés político-econômico exposto no documento, camuflado em um discurso social. O conteúdo do PL afirma que a inclusão indevida

de comunidades, no parque, gerou problemas graves no tocante ao seu desenvolvimento social e econômico, como a proibição da construção de equipamentos públicos sociais essenciais à população, a exemplo de escolas e unidades de saúde. Mas, sobretudo, impediu o desenvolvimento turístico, com a instalação de empreendimentos como restaurantes, pousadas e hotéis, em localidades da região cuja vocação econômica é o turismo (BRASIL, 2018). Em outras palavras, para o autor da PL, o PNLM é um impeditivo ao desenvolvimento local, devido restrições impostas às comunidades, quanto à instalação de empreendimentos turístico-hoteleiros. Este aspecto pode ser o que, de fato, motiva a nova delimitação territorial do parque.

A partir da elaboração do Plano de Manejo do PNLM, em 2003, o Ibama, órgão gestor competente à época, constatou que aproximadamente 215 famílias residiam no interior da UC. Hoje, como relata Dias (2017), são aproximadamente 23 comunidades remanescentes no interior do parque, onde as famílias realizam atividades, de modo combinado, como agricultura, pesca, extrativismo, artesanato, criação de animais e outras. O PL afirmou que existem 2.654 pessoas morando em locais que pertencem à UC (BRASIL, 2018).

A nova configuração espacial proposta ao parque possui reentrâncias e recortes territoriais que podem dificultar o controle de atividades impactantes (Figura 20). É preciso maior reflexão sobre o projeto e maior diálogo entre propositores, ministério e gestores.

Figura 20 – Nova reconfiguração territorial do PNLM a partir do PL 465/2018



Fonte: PL 465 (BRASIL, 2018).

A redefinição de limites pode criar outra problemática, em relação as comunidades envolvidas, pois, uma vez que estejam fora da área do parque, não será tolerada a prática de atividades produtivas em seu interior, como vem sendo feito com a pesca tradicional.

Ao contrário da observação do Gestor1, que não acredita ser sustentável a retirada dos territórios comunitários dos limites do parque, Dias (2017) relatou que os gestores criam dificuldades para permanência dos grupos familiares em seu interior. Colocou que a atuação dos agentes do órgão ambiental contribui para a desocupação gradual da UC, ainda que existam formas pontuais de resistência por parte das famílias para garantir sua permanência.

Aos poucos, como alertou Dias (2017) vai ocorrendo um esvaziamento destas comunidades, uma vez que não lhes é permitido construir ou instalar estruturas que promovam melhorias sociais, como por exemplo, a instalação de escolas e fornecimento de energia elétrica.

Como foi apontado nas entrevistas, a expansão do fornecimento de energia elétrica para comunidades inseridas no parque ficou inconclusa, desde

2015, devido ao não envio de projeto por parte da Companhia Energética do Maranhão (Cemar). Como a transmissão de energia elétrica é uma atividade sujeita à licenciamento, é de competência do Ibama realizar o processo de licenciamento e autorizar a instalação na UC federal. As comunidades, por sua vez, cobram do ICMBio a resolução desta questão, cuja competência não lhe cabe. A imagem do órgão é afetada, pois as comunidades não compreendem os procedimentos e competências associados aos órgãos ambientais. Em algumas localidades, existe o fornecimento de energia elétrica, entretanto, a Cemar foi autuada por ter feito a instalação sem seguir os trâmites legais.

Recentemente, diante dos conflitos sobre as questões fundiárias, foi solicitada, a partir de ação judicial, a confecção de termo de compromisso a ser celebrado junto às comunidades inseridas no parque. O juizado solicitou, ademais, três documentos aos gestores: a revisão do Plano de Manejo do parque; o levantamento fundiário de todo o parque, materializado no cadastramento de moradores que vem sendo elaborado com as famílias residentes no parque, desde 2012; e o termo de compromisso. Entretanto, no entendimento dos gestores, a revisão do Plano de Manejo não estava condicionada às outras duas solicitações. E ao conduzir a questão para a diretoria, ficou acordado que não seria necessário realizar a revisão, o que demandaria recursos financeiros e tempo para elaboração.

Realizando o mapeamento das propriedades dos moradores, com uso de imagens de satélites fornecidas pelo Google Earth e drones, o Gestor¹ faz o acompanhamento e marcação de áreas desmatadas, no interior do parque, especialmente, nas comunidades tradicionais. Uma das motivações para o desmatamento é a dinâmica ambiental local que provoca alagamentos, em determinadas épocas, sendo necessário o deslocamento dessas pessoas para áreas firmes, dentro da própria comunidade.

Falta de recursos financeiros e a concessão para prestação de serviços

Os recursos para realizar as atividades de manutenção dos imóveis, veículos e barcos são escassos. São feitas, por meio de fundos ou através de contratos firmados, entre os órgãos competentes. A manutenção e limpeza das áreas de visitação é feita, em cooperação, com a prefeitura e associação dos condutores de visitantes.

A utilização indevida, pelo governo, de determinados recursos que deveriam ir para o PNLM, a partir das compensações ambientais, demonstrou as fragilidades no sistema de gestão das UCs e a não priorização das ações de proteção ambiental. Ferindo, portanto, o objetivo primordial de criação dos Parnas.

A escassez de recursos financeiros para a implantação de estruturas necessárias à proteção ambiental foi suplantada, em um determinado período, pela doação de um recurso, no ano de 2008. Enquanto estruturas implantadas com o recurso, citaram-se: galpão para a guarda de embarcações; sede do PNLM; reforma completa do posto de Atins, que estava abandonado e foi revitalizado; pista de acesso à sede do PNLM; e muro da frente da sede. Existia um plano de trabalho vinculado a doação que deveria ser cumprido. Foi importante esse gerenciamento de recursos, pois conseguiu-se investir na construção de várias estruturas e na manutenção dos equipamentos e veículos.

Em 2017, o ICMBio publicou chamada pública para a concessão de prestação de serviços de apoio à visitação pública e cobrança de ingresso. Medida aplaudida e incentivada pelos órgãos públicos diante da carência de recursos financeiros para manter as UCs. A proposta de concessão de serviços como estacionamento, transporte no interior da UC, aluguel de equipamentos (bicicletas), lanchonetes, restaurantes, passeios de barco, trilhas guiadas, lojas, áreas de acampamento, atividades de interpretação, dentre outros, estava prevista, desde 2003 (DIAS, 2017).

As concessões têm respaldo na Lei 13.668/2018 e geram embates e conflitos nas esferas privadas e públicas, em especial, a respeito da condução da gestão das UCs no Brasil. Recentemente, em abril/2019, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em visita ao PNLM, argumentou ser favorável às concessões. Pontuou que se o PNLM for concedido ao setor privado poderá se tornar um dos principais destinos de ecoturismo do mundo (ROCHA, 2019).

Na concepção do Gestor1, atribuições como: cadastramento de veículos, fiscalizações nas balsas para identificar bebidas ou itens proibidos nos carros, quantitativo de pessoas nos carros, cujo limite são treze pessoas, são atividades que deveriam ser de responsabilidade do Ministério do Turismo.

Os quesitos de segurança nas práticas turísticas e acessibilidade aos atrativos no interior do PNLM, segundo Gestor2, serão melhorados com implantação de estruturas obrigatórias pelo processo de concessão de uso. De negativo, existem

inquietações quanto à valorização dos princípios capitalistas de lucratividade e baixo custo, em detrimento dos princípios ambientais e de qualidade.

Trânsito de veículos nas trilhas e dunas

A grande extensão territorial do parque é um fator limitante para execução das tarefas de fiscalização e controle, em especial, quanto à entrada de veículos no interior do PNLM. Um dos principais impactos adversos causado pelo adensamento turístico é resultado dos veículos 4x4 que circulam pela a área. Dentre os veículos automotores que transitam na área, estão caminhonetes com tração 4x4 e quadriciclos (Figura 21).

Figura 21 – Exemplo de veículos que causam impactos ambientais



Fonte: a autora (2019).

Figueiredo (2019) alertou que, em levantamentos feitos por funcionários do PNLM, 1 mil hectares da área são, hoje, estradas. As rotas abertas impactam sobre a vegetação nativa, desmatando-a. Nas dunas, o tráfego dos veículos ameaça ninhos de aves e tartarugas. Outro fator preocupante é a contaminação da água das lagoas por óleo dos motores, pois os veículos circulam por áreas alagadas. O problema associado a poluição das águas é agravado, posto que as lagoas estão conectadas, alastrando a poluição por toda extensão do parque.

Em 2017, houve a proibição expressa de circulação de veículos particulares e excursões em 4x4 de pequeno porte pela área primitiva do parque, com o propósito de reduzir os impactos aos ecossistemas. Podem circular carros

credenciados para condução de visitantes e veículos essenciais à população residente no interior do parque, conforme regulamento específico.

A partir do conflito gerado pela proibição de entrada de veículos particulares no interior do PNLN, criou-se um programa denominado “amigos do parque”, com vistas a contornar os embates junto à comunidade local. Mediante a adoção de ações simples, o morador local que deseja entrar, no parque, para usufruir dos seus atrativos, deve, em contrapartida, realizar uma “pequena missão” de monitoramento, com registro fotográfico e relato de atividades ao ICMBio.

Uso turístico do parque

A visitação pública, por sua vez, tem um caráter sazonal, com afluência maior de visitantes no período de férias escolares, com forte concentração nos meses de janeiro e julho.

5.2 Fatores que geram impactos à sustentabilidade local

Em atendimento ao segundo objetivo proposto pela pesquisa, são apresentadas as discussões relativas aos fatores que interferem na sustentabilidade local. As análises demonstraram antagonismos no que se refere às conceituações relativas à sustentabilidade em suas dimensões, ambiental e econômica. A conquista da sustentabilidade econômica foi relacionada à ampliação da renda e geração de divisas, em detrimento da sustentabilidade ambiental, provocando massificação e saturação do ambiente.

Quadro 11 – Categoria: Sustentabilidade Socioambiental

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Capacidade de carga/NBV	<p><i>“NBV, que não está tão ligado a carga do ambiente, está ligado mais a satisfação do turista”.</i></p> <p><i>“[...] vamos supor que a lagoa suporta fisicamente 1000 (turistas), mas o cara (turista) com 1000 (pessoas) não se sente tão legal [...] o NBV permite fazer esse ajuste para não impactar negativamente na percepção do turista” [...] tentando viabilizar esse estudo por meio do conselho de turismo”</i></p> <p><i>“o fator de risco do turismo é quando é excedido essa capacidade de suporte do ambiente [...]quanto a questão dos veículos, que trafegam em trilhas não definidas, sem sinalização e sem controle”.</i></p>	Gestor1

	<i>“o ICMBio não tem a capacidade de carga do parque, no Plano de Manejo tem assim, 50 pessoas de manhã, 50 pessoas a tarde. 50 pessoas é uma Toyota, tem dias que tem lá 170 toyotas, 130, 80, 90 [...]”.</i>	Gestor2
Uso do espaço/natureza/atrativos pelo turismo	<i>“Quase que por toda cidade (percebe a turistificação dos espaços). Muito se ‘vende’ que: ‘tem que está bom para quando o turista chegar’, ‘o turista precisa ter...’, ‘o turista não gosta de...’, o ar que a cidade respira é o turismo”</i>	Gestor3
	<i>“acho positivo que os espaços sejam exclusivos para o turismo, partindo do princípio que faz parte da afinidade e do saber fazer do local”.</i>	Gestor2
Mudanças ambientais	<i>“(desconhece outros fatores naturais ou antrópicos, além dos fatores associados ao turismo) [...] que estejam contribuindo para provocar alterações socioambientais na comunidade” “os alagamentos ocorridos recentemente nas comunidades fazem parte de ciclos naturais daquele ambiente” “(mudança) no ambiente pode ocorrer pelo impacto direto dos instrumentos de visitação nos recursos naturais do parque e ecossistemas conexos [...] porque acaba estragando [...] os ecossistemas considerados atrativos turísticos primordiais para o turismo local”. “(aumento da pluviosidade) é um [...] fluxo constante, (que ocorre naturalmente) de 10 em 10 anos, de 15 em 15 anos tem histórico de chuvas como essas”. “não existem [...] estudos ou demandas referentes às mudanças climáticas na região. “não existe nada muito científico nem técnico sobre o tema. Isso envolve mais a secretaria de meio ambiente”</i>	Gestor1
	<i>“(Mudanças) Ambientais, percebemos as mudanças em todo o planeta, aqui alguns períodos têm se estendido mais, chuvas em períodos maiores, o que acaba por favorecer de certa forma a atividade turística, período de verão tem sido de temperaturas elevadíssimas” “Desconheço (pesquisas sobre mudanças climáticas). Mas acredito que o Instituto Federal do Maranhão com sede em Barreirinhas possa possuir pesquisas em questões nesta linha – pelo curso de Biologia” “Muito pouco conhecimento (sobre mudanças climáticas), quase nada na verdade. Mas acredito que mudanças climáticas podem afetar sim não só um turismo, mas um produto já formatado e até regiões inteiras”</i>	Gestor3
Mudanças sociais nas comunidades	<i>“Sim, sem dúvidas (existem mudanças). Sociais, a interação do local com o turista tem sido uma das maiores, o que faz com que o morador busque qualificar-se para esta mais apto, novas relações, novo meios de enxergar fora da realidade local” “São mudanças que precisam ser analisadas e estudadas tendo em vista observar todos os pontos- positivos e negativos” “a maioria dos turistas que vão para lá (Atins), são estrangeiros” “é o que a gente sempre fala quando vai nessas comunidades, que, por exemplo, daqui a três anos Barreirinhas não vai ser a mesma, porque a quantidade de pessoas que vêm para Barreirinhas, a quantidade de pessoas que vai para Santo Amaro (está crescendo) então o turismo está chegando [...] as pessoas têm que estar inseridas dentro da atividade turística, porque não dá para você morar dentro desta cidade turística e praticamente não estar inserida, e a maioria das pessoas dessas cidades elas vivem de comércio e do turismo, então, o que a gente faz, a gente está ali para estar orientando as pessoas em tomar posição, de não ficar só sendo</i>	Gestor3

	<i>espectador”</i>	
	<i>“só vai ter esse mecanismo de mudança se a atividade encontrar com receptores que estejam dispostos a lidar com eles [...] tem comunidade que [...] tem dez moradores, cinco mudaram a vida porque passaram a viver da exploração do turista e cinco não mudou nada, eles não querem saber de turista. É uma questão bem complexa, porque é muito pessoal de cada família. É muito relacionado com aptidões, talento para cuidar, simpatia e querer ter paciência para pegar ‘encheção de saco’ de turista que vem para reclamar, às vezes”.</i>	Gestor1
	<i>“Começa na escola. Aquela criança que está lá, mora na cidade que é turística, que ele tem que ter esse cuidado com o meio ambiente porque o turista vai muito da observação. Se ele chega num lugar bagunçado, ele bagunça também. Se ele chega num lugar que não é, que tem a pegada de educação, ele tende a se comportar também”.</i>	Gestor2
Relações entre grupos sociais	<i>“os moradores necessitam melhorar em relação ao turista, especialmente, quanto ao atendimento [...] não é mal-educado, mas assim, indiferente [...] acho que dá para melhorar bastante isso”.</i> <i>“Mas é o jeito deles (da comunidade), é cultural. A gente acostuma e vê que eles são acolhedores também. Mas o jeito, quem é de fora, estranha um pouco”.</i> <i>“os moradores recebem [...] na residência deles, essa é graça para os turistas, chegar num lugar rústico, dormir na rede, comer uma galinha caipira. Então é bem improvisado”.</i>	Gestor1
	<i>“No geral, percebemos um bom relacionamento, isso quando a comunidade é inserida e obtém usufrutos também desta relação. É claro que alguns conflitos sempre existem, é natural de todo processo, pois é natural que parte da população que não se sente privilegiada pela atividade e, desta forma, não ver o turismo da mesma forma de outrem”</i>	Gestor3
	<i>“[...] o cara (empreendedor exógeno) que chega de fora e quer montar uma agência, para poder ganhar a inscrição no voucher tem que passar pelo conselho de turismo”</i>	Gestor2

Fonte: a autora (2019).

Uso do espaço/natureza/atrativos pelo turismo

No centro urbano da municipalidade, manifestou-se com mais ênfase a turistificação dos espaços, com concentração de equipamentos turístico-hoteleiros para o atendimento dos turistas, como pousadas, hotéis, agências de viagens e estabelecimentos de A&B. Diante dos apontamentos, a visão mercadológica destacou-se nas falas dos gestores.

Em decorrência da turistificação, reconfigurações espaciais são impostas às localidades, que reformulam sua identidade enquanto espaço social para tornarem-se destinos turísticos, fato que afeta sua sustentabilidade ambiental e

social. Sob este aspecto, terrenos e residências tornaram-se valiosos bens a serem negociados. Atendendo ao mercado imobiliário turístico, terrenos são comprados para construção de novos equipamentos turísticos e residências de nativos são vendidas e transformadas em empreendimentos turístico-hoteleiros, ou ainda, utilizadas para a prática da vilegiatura.

Mudanças socioambientais

Silva (2008), em análise da atividade turística na localidade, assegurou, há cerca de uma década atrás, ser notório o incremento da infraestrutura urbana, da expansão de equipamentos e serviços turísticos, da especulação imobiliária e da circulação intensa de turistas advindos de várias localidades nacionais e estrangeiras. Questões preocupantes para a sustentabilidade local que ainda persistem no município.

Dias (2017), em período mais recente, apresentou outros problemas associados ao turismo. O fluxo intenso de turistas, nas praias locais, afeta grupos de pescadores em seus ambientes de pesca. O autor denunciou alguns impactos negativos, em localidades com maior trânsito de turistas, como contaminação das águas das lagoas e dos peixes, e redução de ambientes, como praias e lagoas. Positivamente, relatou que o turismo possibilitou ganhos econômicos com o mercado turístico, uma vez que os nativos participam da produção e comercialização de castanha de caju e de produtos artesanais, vendem artesanato e prestam serviços como condutores ou guias para as agências de turismo.

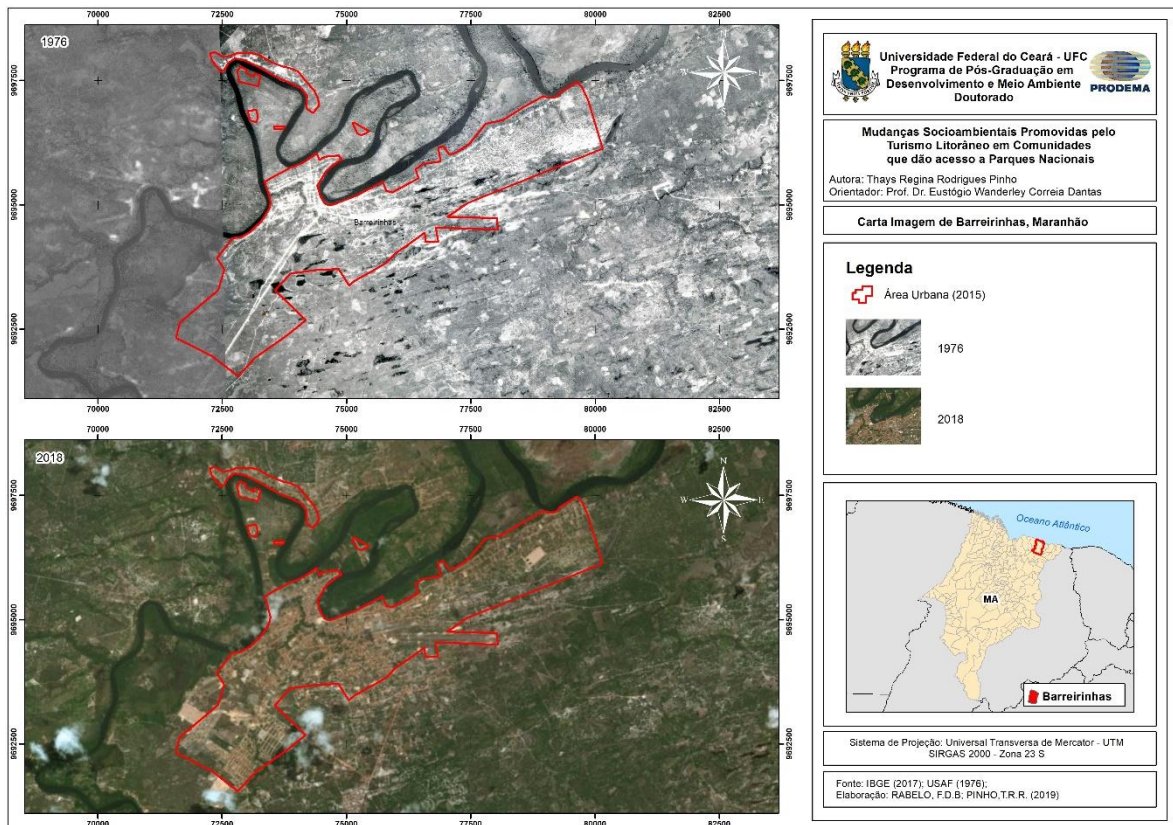
Dentro da produção artesanal, averiguou-se uma mudança de atitude, por parte das comunidades que trabalham com o buriti, com adoção de práticas sustentáveis e formação de consciência ambiental. Intuitivamente, os artesãos foram percebendo a importância da conservação dos recursos naturais no processo produtivo.

Uma das reconfigurações socioespaciais marcante, na comunidade, é a expansão urbana na sede municipal. Na Figura 22, é apresentada essa evolução, traçando um comparativo, entre as imagens de 1976 e 2018. É indicado, no mapa, o limite da área urbana, definido pelo IBGE, em 2015. Nota-se que, em 1976, a ocupação urbana ficava aquém deste limite e existia pouca ocupação urbana à margem esquerda do Rio Preguiças. Em 2018, ultrapassaram-se esses limites, com ampla expansão da urbanização, inclusive às margens do rio. Avalia-se que o

aumento demográfico e ampliação da área urbana, percebidos, no mapa, seja um possível resultado do desenvolvimento turístico, com atração de pessoas externas ao município, como visitantes temporários ou moradores permanentes, ou ainda, como empreendedores do setor turístico.

Tasso (2011) indicou, à época, um aumento significativo no número de trabalhadores informais junto ao setor de serviços, no qual está incluído o turismo, vinculado à descontinuidade das práticas econômicas tradicionais. Este fato, refletiu no crescente processo de urbanização, com busca de oportunidades e benefícios resultantes do turismo, no ponto central da municipalidade.

Figura 22 – Expansão urbana do centro de Barreirinhas



Fonte: RABELO; PINHO (2019) com dados do IBGE (2017) e USAF (1976).

Os baixos indicadores socioeconômicos aliado ao crescimento urbano desenfreado sob a égide do desenvolvimento turístico regional, culminaram em um cenário refletido pelo desordenamento territorial.

Cenário turístico local emergente, possuidor de uma linha tênue que se vê refletida por um lado pelas precárias condições de vida de grande parte de sua população e por outro lado pela exploração desenfreada de um

potencial natural singular, por parte de grandes empreendedores externos (TASSO, 2011, p. 60).

Em 2005, o secretário de turismo e cultura de Barreirinhas à época, relatou preocupação quanto a instalação do turismo de massa no município, sua saturação enquanto destinação turística e as consequências negativas para o turismo devido à poluição do Rio Preguiças.

Muitos empreendimentos, em contraposição, se instalaram às margens do rio, em especial, pousadas e hotéis. A ocupação, sem o devido planejamento urbano, vem impactando, adversamente, nos ecossistemas da região, quanto à qualidade da água que abastece os municípios e poluição associada à urbanização. A atividade turística pode agravar os problemas ambientais, uma vez que, devido às belezas naturais existentes nesses espaços, são os locais mais procurados para a instalação de equipamentos hoteleiros, especialmente, os de grande porte, a exemplo do Porto Preguiças Resort e Gran Lençóis Flat Residence. Existem, ademais, diversos empreendimentos turístico-hoteleiros de médio e pequenos porte situados às margens do rio (Figura 23).

Dentre as comunidades diretamente afetadas pelo turismo, que recebem turistas ocasionais e temporários, destacam-se 02 (duas) comunidades: Mandacaru e Atins. A comunidade de Mandacaru (Figura 24), uma vila de pescadores e artesãos, localizada às margens do Rio Preguiças, é um dos pontos de parada dos passeios de barco que saem da sede do município de Barreirinhas. Na localidade, avista-se o Farol das Preguiças administrado pela Marinha do Brasil, conhecido por Farol de Mandacaru, construído em 1940, que possui 32 metros e é um dos atrativos do local (Figura 25). Encontra-se, temporariamente, fechado para visitas para realização de reformas.

Figura 23 – Meio de hospedagem e restaurante à beira do Rio Preguiças



Fonte: a autora (2019).

Figura 24 – Comunidade de Mandacaru com Rio Preguiças ao fundo



Fonte: a autora (2009).

Figura 25 – Farol Preguiças localizado em Mandacaru



Fonte: a autora (2019).

As pequenas embarcações (Figura 26) seguem até o Caburé, uma península próxima a foz do rio que possui uma infraestrutura rústica de alimentação e de hospedagem, ou ainda, se destinam a comunidade de Atins, em sua foz.

Figura 26 – Embarcação utilizada para passeios pelo Rio Preguiças



Fonte: a autora (2019).

Na comunidade de Atins, percebeu-se um crescimento no fluxo de turistas, na grande maioria estrangeiros. Segundo relatos orais de moradores, condutores, guias e trabalhadores locais, a localidade vem sendo “invadida” pelos visitantes alóctones. Alguns se instalaram na área, comprando terrenos dos nativos,

construindo suas residências temporárias e/ou empreendimentos hoteleiros e expropriando os nativos de seu lócus habitual de moradia.

Atins e Jericoacoara possuem similaridades, quanto à instauração da atividade turística, muito embora, encontrem-se em fases diferentes dentro do ciclo de vida³⁹ de uma destinação. Jericoacoara é um destino consolidado dentro do mercado turístico, comercializado como um produto turístico estruturado e trabalhado como polo indutor para o turismo regional.

Atins, por seu turno, encontra-se na fase de nascimento, fase inicial de um destino turístico. Quanto às similaridades no processo de instalação do turismo, pode-se fazer uma analogia entre a Vila de Jericoacoara de outrora com o povoado de Atins do presente. Ambas possuem elementos naturais paisagísticos singulares e foram concebidas como vilas de pescadores com difícil acesso. O acesso à Jericoacoara é feito pelas dunas ou pela praia em veículos tracionados. Da mesma forma, o acesso à Atins é pelas dunas fazendo uso de veículo tracionado. Pode-se, ainda, acessar o povoado pelo Rio Preguiças, em barcos pequenos (voadeiras, canoas, barcos de passeio à motor, dentre outros).

Embora Atins não seja objeto específico, deste estudo, por não se caracterizar como comunidade de acesso ao PNLM e estar em fase inicial de desenvolvimento do turismo, um breve exame comparativo entre ambas localidades se faz interessante, por replicar, em Atins, de modo verosímil, alguns fatores e situações experimentados, em Jericoacoara, no passado. Idealmente, as falhas identificadas durante o percurso turístico trilhado, na vila cearense, poderiam servir de alerta e aprendizado para a nova destinação maranhense que surge.

O potencial turístico do povoado começa a ser destaque, por meio de ferramentas imagéticas, na mídia internacional, bem como o foi em Jericoacoara, quando, em 1984, foi classificada como uma das dez mais belas localidades do mundo pelo jornal internacional “The Washington Post” (MOLINA, 2011).

A publicação, no caso de Atins, foi na revista norte-americana Vogue, referência mundial em estilo, que descreve o povoado como “paraíso escondido que merece ser visitado” (BORRELLI-PERSSON, 2019). Claramente, é perceptível a

³⁹ Butler (1980) desenvolveu o ciclo de vida do produto turístico ou *tourism area life cycle* (TALC) composto por seis fases distintas: nascimento; crescimento, maturidade; saturação; renovação; prolongamento; e declínio. Trata-se de uma importante ferramenta de análise do turismo a medida que delinea estratégias para um produto turístico.

formação de uma imagem turística do local, com vistas a captação de novos visitantes, que tem como elemento de atratividade principal o PNLM.

Atins, nos últimos cinco anos vem se firmando como um dos pontos preferidos para praticar o kitesurf. O povoado que possui cerca de 1000 (mil) habitantes e conta com abastecimento de água por meio de poços semiartesianos, no período entre julho a setembro (período de férias escolares na Europa), recebe o dobro de sua população. As mudanças promovidas pelo turismo são percebidas no aumento da oferta hoteleira, no fluxo mais acentuado de estrangeiros, no deslocamento dos nativos para outros povoados, como Santo Inácio, na diminuição da pesca devido ao kitesurf que afasta os peixes do local e na capacitação de jovens e crianças em idiomas estrangeiros e técnicas hoteleiras para atender ao padrão dos novos empreendedores (MOLINARI, 2018).

Por outro lado, segundo relatos orais dos moradores, o avanço do mar vem se tornando uma ameaça nas localidades próximas a Atins e obriga a população a se deslocar para áreas mais interioranas. Pode afetar, inclusive, os empreendimentos que se instalaram na área e, alguns, já se sentem ameaçados pelo fenômeno. A península do Caburé, por exemplo, que tem, de um lado, o Rio Preguiças e, de outro, o Oceano Atlântico e representa um dos atrativos mais visitados pelos turistas, pode desaparecer, em alguns anos, com o estreitamento da faixa de areia. Neste caso, o avanço do rio e do mar é resultado do movimento das correntes e das marés, que alteram a Foz do Rio Preguiças (G1, 2007).

As mudanças sociais promovidas, na comunidade, com a criação do Parna referem-se, principalmente, à visibilidade turística dada ao município de Barreirinhas, principal comunidade de acesso ao PNLM. A partir desta visibilidade, o seu núcleo urbano experimentou melhorias sociais, com a instalação de infraestruturas urbanas, construção de empreendimentos turísticos e geração de postos de trabalho, além do efeito multiplicador do turismo na cadeia produtiva que favoreceu o comércio local e a geração de divisas para o governo.

A formação de uma conscientização turística, junto às comunidades do município, e a intensificação do fluxo turístico, com intuito de obter melhorias econômicas, são estratégias adotadas pelos agentes ligados à atividade.

Sobre os relatos de exploração sexual de menores, que, infelizmente, se manifesta no município, ações para coibir são postas em prática por meio do

Programa Turismo Sustentável Infância, com realização de palestras de conscientização, junto às crianças.

Relações entre grupos sociais

Pode-se comprovar, nas falas dos entrevistados, a existência de contatos secundários, baseados em relações comerciais (DAVIS, 1964) e de servilismo (KRIPPENDORF, 2001). O contato entre moradores locais e turistas é de distanciamento, com espaços específicos para a prática do turismo (turistificação dos espaços), na Beira Rio, e espaços específicos para a convivência social dos moradores, na Rua 31 de março. Além disso, ao lidar com culturas diferentes, é necessário fazer ajustes comportamentais para atingir o padrão de qualidade e de atitudes exigido pelo público estrangeiro.

Outrossim, as relações servilistas entre clientes/turistas e empregados/garçons são diferenciadas quando o cliente é residente da localidade. Embora estejam trajados com roupas melhores e possuam dinheiro para consumir, existe uma diferenciação no atendimento para o cliente turista e o cliente local, que opta por não frequentar os lugares turísticos, a fim de evitar constrangimentos. Embora haja conflitos entre os grupos sociais, turistas e comunidade, e reclamações pontuais por parte da comunidade, a atividade vem dando a base de sustentação econômica para o município.

A comunidade local acolhe os empreendedores alóctones, com ressalvas, indício de uma autopreservação mercadológica, pelo aumento de estabelecimentos turísticos e hoteleiros, na região, e o medo de perder mercado ou pulverizar os ganhos advindos com a atividade. Os gestores orientam a comunidade a se posicionar frente ao mercado competitivo como forma de inibir a vinda de empreendedores externos à comunidade.

Quadro 12 – Categoria: Impactos Econômicos do Turismo

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Exploração do turismo como principal atividade econômica.	<p><i>“(a comunidade) detém o monopólio do negócio turístico, não está [...] aberto para os particulares (empreendedores exógenos) competir com eles, ou seja, a comunidade que opera o turismo no parque e região”</i></p> <p><i>“Acho que só mais o turismo mesmo é trabalhado em Barreirinhas, não existe outras atividades que sejam</i></p>	Gestor1

	<p><i>trabalhadas como o turismo”.</i> <i>“[...] o que sustenta a região de Santo Amaro e Barreirinhas é o turismo e tem crescido”</i> <i>“o turismo é o carro chefe mesmo (da economia local)”</i> <i>“[...] o maior impacto nosso na economia é esse, a gente praticamente garante o sustento da população através do controle que a gente faz aqui [...]”.</i> <i>“[...] eles vivem da criação de animais, de mandioca, de turismo, [...] de pesca, é bem pobre mesmo (as outras comunidades de Barreirinhas)”.</i> <i>“a turistificação dos espaços naturais do parque pelos gestores públicos e privados favorece a atração de turistas e incrementos na economia”</i></p>	
	<p><i>“[...] percebemos que grande parte da renda local não se caracteriza tão precisamente do comercio, ou poder público e sim da atividade turística”</i> <i>“entendem a importância (da atividade e ações da superintendência) e já conseguem visualizar que a mudança pode vir por conta da atividade. Em alguns pontos, como já havia citado anteriormente, onde a população não consegue perceber retorno econômico do turismo ainda existe resistência”</i></p>	Gestor3
<p>Empreendimentos da cadeia produtiva do turismo / Empreendedorismo</p>	<p><i>“em Barreirinhas, teve uma época (12, 13 anos atrás) faltava a questão da maturidade empresarial mesmo [...] chegou uma época que você tinha um preço do pão para turista e um preço de pão para o local, Coca-cola para o turista custava 5 e para o local 3 reais”</i></p>	Gestor2
	<p><i>“[...] Cada dia abre novas agências, restaurantes, nenhum está fechando. As pousadas estão tendo clientes. Está girando a economia legal com esse tipo de organização que a gente fez, monopolizando o trabalho para quem é daqui e é profissional de turismo daqui. Então, está dentro da expectativa”.</i> <i>“(o critério definido pelo conselho para o estabelecimento de novos empreendimentos) é meio arbitrário [...] não tem critério nenhum [...] levantar a mão e não levantar a mão e pronto, se não der maioria, ele não entra, não ganha [...] Ele (o empreendedor) vai lá se apresenta, fala de onde é, qual é o objetivo dele com a agência [...] tem que estar presente [...] sabe exatamente quem foi que não aprovou ele. É estranho isso [...] o último que participei, foi aprovado, mas o cara (empreendedor) fazia parte do conselho [...] tem esse joguinho aí”.</i> <i>“[...] tem muita gente de fora que empreendeu aqui, tem bastante. Uma das maiores agências é São Paulo turismo [...] já está aqui há muito tempo, é antiga, emprega bastante gente aí”</i></p>	Gestor1
<p>Trabalho e renda pelo turismo</p>	<p><i>“(com interrupção na prática da atividade turística) e, por consequência, afetar a renda e economia local”</i> <i>“[...] não consigo entender como esse pessoal do interior vive, porque a plantação de mandioca é uma vez no ano que eles tiram a farinha [...] o resto, pequenas (agriculturas)... temperos, não dá dinheiro. Eles vivem produzindo e comendo, auto sustento, mas não é uma atividade econômica não, não existe [...] venda de produtos em grande escala ou uma produção organizada de algum produto, com rótulo, com marca, com etapas, não tem nada disso”.</i> <i>“ao mesmo tempo que é uma fonte de renda nova, é uma atividade que depende muito da aptidão de cada um”</i> <i>“[...] esse pessoal não entende [...] quando fala que tem que ter uma categoria D para dirigir, o cara (morador) fala que é frescura, não é frescura, é porque senão vai chegar todo mundo aqui na época de temporada com categoria B e todo</i></p>	Gestor1

	<i>“mundo vai tirar o crachá” “quando fala que vai ter que ter uma inscrição no Cadastur, é porque o cara (comunidade) vai ter que ter uma agência cadastrada no município [...] (para atuar na localidade) [...] são regras que somos tachados de chato que, na verdade, é para garantir que o mercado vai ser deles”.</i>	
Especulação imobiliária	<i>“as pessoas vêm de fora, se inserem aqui na comunidade e estão tomando o espaço que, às vezes, seria da comunidade”</i>	Gestor3

Fonte: a autora (2019).

Supervalorização do turismo enquanto atividade econômica

Os gestores fizeram apontamentos, em suas falas, que expressaram a dependência ou a valorização do turismo enquanto atividade econômica no município e na região. Na sede municipal, a principal atividade econômica é o turismo e o comércio. Nas comunidades do entorno, existe a prática da agricultura de subsistência, que pode ser influenciada por falta de alternativas produtivas ou falta de investimentos, por parte do poder público ou privado, em outros setores produtivos. A vocação econômica do município tende para o setor primário, entretanto, ao analisar os indicadores econômicos da municipalidade, asseverou-se que a riqueza gerada pelo PIB do setor de serviços é superior ao PIB do setor agropecuário, prenúncio de uma mudança na conjuntura econômica local, alicerçada no setor de serviços.

A dinâmica produtiva, em Barreirinhas, sofre influência de sua grande extensão territorial, pois favorece a concentração das atividades turísticas e hoteleiras, no núcleo central e, em algumas comunidades específicas, a exemplo de Atins e Mandacaru, mencionadas anteriormente. Em Mandacaru, especificamente, pode-se relatar a vivência mais próxima dos moradores com a atividade turística, que buscam alternativas para complementação de renda, comercializando produtos artesanais e alimentícios, em estruturas precárias (Figura 27).

Figura 27 – Estrutura de A&B em Mandacaru



Fonte: a autora (2019).

A dependência econômica ao turismo se tornará problemática, caso a destinação tenha seus fluxos turísticos interrompidos e avance para a fase de saturação, dentro do seu ciclo de vida (BUTLER, 1980), fato não perceptível no município e que tardará a ocorrer, pois registra uma baixa demanda turística se comparado à Jericoacoara. Porém, existem indicativos de massificação turística, em períodos de alta estação, época em que as lagoas recebem um público grande, transportado em veículos 4x4, que formam filas gigantescas nos atrativos.

Na visão do Gestor1, existe um relativo exagero ao atribuir ao PNLM o sustento principal da comunidade, em realidade, uma concatenação de fatores movimenta a economia. Contrapondo-se a fala do gestor, o PNLM representa o principal fator de atratividade que motiva o deslocamento da demanda turística para o local. Representa, portanto, um elemento dinamizador do turismo, que, por consequência, dinamiza a economia.

Impactos econômicos do turismo – trabalho e renda

Alguns entrevistados relataram a existência de sustentabilidade econômica, nas destinações e nos empreendimentos turísticos, entretanto, o que, de fato, ocorre são impactos positivos promovidos pelo turismo como a geração de renda e emprego.

A sustentabilidade econômica, aplicada aos destinos turísticos, é a capacidade de produção, distribuição e utilização equitativa das riquezas produzidas pelo turismo. Sob esta perspectiva, somente será alcançada quando as riquezas geradas pela atividade forem distribuídas, igualmente, entre as comunidades

envolvidas e, ainda, apresentar baixos índices de desigualdade no quesito distribuição da renda.

A economia local está baseada na pesca artesanal, na agricultura, no artesanato, no comércio, e, mais recentemente, no turismo. A pesca e a agricultura vêm aos poucos deixando de representar a base econômica local, em função do uso de modelos tradicionais não eficientes⁴⁰ e pelo incremento da demanda turística.

Carvalho (2007, p. 61) ressaltou que o turismo pode ter alterado hábitos de consumo e formas de produzir passadas de geração a geração. Como exemplificou a autora, a produção artesanal, em Barreirinhas, deixou de ter o caráter manual com a introdução de instrumentos e equipamentos para aumentar a produtividade e atender a demanda turística crescente.

As práticas de subsistência tradicionais foram alteradas pelo turismo. As comunidades locais costeiras, em sua maioria, formada por pescadores, cuja relação com o mar é de subsistência, encontram-se, de modo progressivo, ameaçadas quanto a sua permanência à beira-mar, em virtude da ocupação dos terrenos pelas segundas residências, empreendimentos hoteleiros e imobiliários e por especuladores.

Os conflitos perpassam pela posse do território, pela transformação dos pescadores e sua família, em subempregados assalariados nos equipamentos de lazer e turismo, e pela alteração na dinâmica socioeconômica, em que os habitantes locais deixaram a atividade tradicional para se tornarem proprietários de pequenos negócios ou trabalhadores assalariados.

As comunidades locais vêm abandonando as práticas tradicionais ligadas ao setor primário para dedicarem-se a atividades relacionadas à construção civil e ao turismo e confecção de artesanato com o buriti (Figura 28). Cabe destacar, no processo do artesanato com o buriti, a cadeia envolvida para sua fabricação, que envolve e remunera várias pessoas.

Diversos setores estão envolvidos, direta e indiretamente, com a atividade formando a sua cadeia produtiva. Os dados apontam que o turismo interage com 52 outras atividades produtivas da economia (SEBRAE, 2008) Destacaram-se, no município, atividades que compõem a cadeia como: toyoteiros, condutores de

⁴⁰ Essas técnicas estão relacionadas à agricultura e pesca primitiva e não sustentável, com uso de técnicas rústicas, como queimada e desmatamento que ocasionam o empobrecimento do solo e perda da biodiversidade, e como pesca predatória, sem preocupação com o período de defeso.

embarcações diversas, artesãos, condutores de turismo, donos de restaurantes, pousadas, agências de viagens e de veículos para transporte de turistas.

Figura 28 – Artesanato feito com buriti



Fonte: a autora (2019).

Empreendedorismo

Estimula-se o empreendedorismo, nos cursos de capacitação, e sugere-se um melhor posicionamento do artesanato no mercado turístico local e a identificação de inovações e diferenciais competitivos, nos passeios que são ofertados. O estímulo ao turismo comunitário e ao empreendedorismo e a valorização de elementos culturais e naturais próprios da comunidade, por parte dos promotores e organizadores do turismo, foi apresentado por meio de um discurso imbuído de conotação mercantilista, enquanto componentes da oferta turística.

Sob outro espectro, são vários os casos de empreendedores externos que estabeleceram seus negócios, no local, e a atratividade local continua ensejando a vinda de novos empreendimentos. Na concepção do Gestor1, as regras criadas para o credenciamento e registro de empresas e profissionais como operadores do turismo, visam beneficiar as comunidades da região, pois funcionam como um instrumento de proteção para o mercado turístico local. O registro no Cadastur do MTur é exigido na perspectiva de proteger as empresas locais.

Especulação imobiliária

A implantação do Polo Turístico dos Lençóis e o fortalecimento da Rota das Emoções vêm ampliando o quadro de especulação imobiliária na região do parque e área de amortecimento, com construção de casas para vilegiatura e complexos turísticos em zonas críticas do ponto de vista ambiental, constituídas por dunas, praias e restingas e expropriação da população nativa.

5.3 Ações para o turismo sustentável

Ações que objetivem inserir as dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2002) na cadeia produtiva do turismo são necessárias e urgentes, com vistas a reverter a provável massificação do local. Embora os conceitos técnicos, envolvendo sustentabilidade, tenham sido apresentados, pelos entrevistados, de modo truncado, foi possível identificar, em suas falas, a importância de incorporar ações sustentáveis para manutenção dos destinos no mercado turístico.

Relatou-se, por alguns entrevistados, a prática de um turismo não convencional, focado em bases comunitárias sustentáveis, dentro do PNLM, que vem ocorrendo, de modo embrionário, nas comunidades de Queimada dos Britos, de modo mais intenso, e de Baixa Grande, em menor número. Trata-se do acolhimento de turistas, em sua maioria estrangeiros, nas residências dos nativos que aí residem.

Quadro 13 – Categoria: Turismo Sustentável

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Ações para sustentabilidade turística	<p><i>“Mas vejo outra vertente, a cidade precisa, primeiro, ser boa a população, satisfazer os desejos e necessidade dos locais, só então, naturalmente, ela será ótima para o turista também”</i></p> <p><i>“O desafio maior é fazer com que as pessoas entendam e que isso possa gerar uma mudança de comportamento em cada um. Estamos falando de anos de exploração sem consciência, como explicar que pode ser usado de forma consciente? A mudança de comportamento, passa pela educação, é um trabalho primoroso, porém de formiguinhas. Quando todos puderem entender que precisa haver uma mudança primeira de comportamento seu, em busca do bem comum, acredito que tudo ficara mais fácil e claro, parece utópico, mas é como vejo”</i></p> <p><i>“Percebemos em diversos discursos, grupos e contextos que, o que se buscar é sempre a sustentabilidade. Porém se pegarmos a base do conceito em si, ainda temos uma longa caminhada pela frente. Percebemos alguns empresários bem direcionados nesse segmento e nesta linha de pensamento (pela própria “venda” do destino), porém ainda</i></p>	Gestor3

	<p>percebemos [...] a perda de um pouco do que seria o real sentido da sustentabilidade”</p>	
	<p>“as vantagens da implantação do voucher [...] instrumento de ordenamento, que facilita o planejamento do turismo sustentável na região”</p> <p>“o turismo não é sustentável por completo [...] mas muito dos turistas que vão lá tem um pensamento sustentável. Não são turistas que vão para o destino para acabar com o destino, eles têm uma pegada de preservação”.</p>	Gestor2
	<p>“o principal desafio para alcançar a sustentabilidade ambiental turística e garantir a conservação ambiental, é conciliar o aumento do fluxo de turismo com a preservação dos recursos”</p> <p>“O maior desafio para atingir o objetivo da sustentabilidade é esse, porque não tem só que proteger o meio ambiente, quanto manter a economia girando [...] vai ser conciliar crescimento populacional e fluxo turístico com a conservação dos recursos naturais”.</p> <p>“o turismo na medida do possível, é sustentável [...] sustentabilidade está associada a proteção ambiental dos recursos e controle de atividades impactantes”</p> <p>“[...] não é 100% sustentável, porque os carros muitas vezes passam [...] e derramam óleo na água, isso é terrível. Não é 100% limpo e sustentável não, mas dentro do possível, do contexto geral do estado, dos municípios, acho que a gente tem feito um trabalho mais ou menos garantindo a proteção dos recursos do parque”.</p>	Gestor1
Voucher digital	<p>“há cerca de 6 anos conseguiram obter um modelo que pareceu ideal”</p> <p>“o voucher é um sistema de gestão e ordenamento e não de cobrança de ingresso [...] é uma grande ferramenta de arrecadação do poder público municipal”.</p> <p>“é exemplo em nível nacional [...] utiliza outro instrumento de arrecadação, diferente dos instrumentos utilizados em Jericoacoara ou em Bonito”</p> <p>“é uma realidade que não vai alterar, não tem volta, é preciso se adequar a ela”</p> <p>“para o turista não tem impacto algum”.</p> <p>“ao pensar no recolhimento do dinheiro, questionou-se para onde o dinheiro iria. Para atender essa demanda, criou-se a Lei do Fundo Municipal de Turismo”.</p> <p>“quem manuseia (o fundo) é a prefeitura e o conselho municipal (de turismo). E continuam as dúvidas, mas a maioria (dos recursos) vai para a prefeitura, 50% da arrecadação quem gerencia é o conselho municipal”</p> <p>“o voucher lhe dá todos os números e muito mais: de onde vem, de onde vai, de que país, aí isso enquanto ferramenta de mercado (é bom), visitantes por estado, por região, por mês. Previsão de arrecadação. Só em setembro de 2018, foi 209 mil reais de arrecadação. Faixa etária de quem está vindo”.</p> <p>“vão [...] mostrar o seguinte, [número de turistas] por circuito, por lagoa [...] e olho que hoje a Lagoa Azul está horrível, está lotada. Vai dar 1000 pessoas lá. O empresário pode dar opções diferentes para o turista. Você não quer ir para a Lagoa Bonita, só tem 300 pessoas lá hoje? Amanhã, não tem tanto, aí você vai [...] vai se fazendo ajustes”</p>	Gestor2
	<p>“[...] o turista paga na forma de imposto. Eles criaram uma forma de parar de sonegar imposto. Então quem paga o voucher é a agência, mas quem dá o dinheiro do pagamento é o turista” “[...] não tem um site, uma coisa que mostre para a gente para onde vai esse dinheiro [...] a gente está brigando por isso, porque tem que ter um sistema de transparência desse voucher”.</p>	Gestor1

	<i>“(o voucher) é para usar uma parte no parque, então já consertaram algumas pontes, fizeram duas pontes, arrumaram recentemente, nos povoados do Tratado de Cima e Tucuns”.</i>	
TTS	<i>“a Taxa de Turismo Sustentável de Jericoacoara, por exemplo, é cobrada do turista”.</i>	Gestor2

Fonte: a autora (2019).

Voucher Digital

Em relação aos mecanismos e instrumentos de gestão e ordenamento para alcance do turismo sustentável, foi instituído, em Barreirinhas, o voucher digital, a partir da Lei Municipal nº 762/2017. Silva (2008) relatou que sua concepção teve como premissa basilar a tentativa de réplica ao modelo adotado em Bonito/MS. A investida frustrada para sua implementação, em 2011, esbarrou em questões relacionadas à: insatisfações do empresariado local com o modelo de governança proposto, conflitos entre trade e gestores públicos municipais, a rejeição dos turistas em pagar a taxa, devido à exiguidade na transparência de aplicação dos recursos; e operacionalização dispendiosa para o empresariado, embates que conduziram à sua suspensão, em 2012 (COSTA; SILVA; NASCIMENTO, 2012).

Silva e Ribeiro (2018) relataram os esforços para superação desses embates, objetivando a retomada do voucher, o que pode ter culminado na sua regulamentação por meio de instrumento legal, em 2017. Segundo consta no dispositivo, o voucher é um sistema de controle dos fluxos de turismo aos atrativos naturais locais, assegurando a preservação do ecossistema, o controle das informações, a carga de circulação nos atrativos, a segurança empregada na operação, os valores acordados pelos produtos turísticos e a segurança do visitante.

Regulamenta, em paralelo, a relação entre o trade turístico (agências de turismo, meios de hospedagem, guias, condutores de visitantes, transportadoras turísticas e serviços de alimentação) e o município de Barreirinhas. O uso do voucher deveria ser obrigatório pelos turistas nos locais de visitação, inclusive em atrativos públicos, como o PNLN, entretanto, não foi observada essa prática durante as observa es *in loco* e pesquisas de campo.

Segundo Passos (2018), o voucher objetivou operacionalizar o ordenamento turístico municipal e funciona fazendo uso de uma pulseira eletr nica, com o controle de informa es sobre origem, tempo de permanência, tipo de hospedagem, locais visitados e outros. Pelo caráter inovador do projeto, Barreirinhas

recebeu o Prêmio Nacional do Turismo de 2018, concedido pelo MTur, um dos prêmios mais importantes do setor no país (PEREIRA, 2019).

Os recursos são provenientes do Imposto sobre Serviços (ISS) e são administrados pela prefeitura. Foi feita uma câmara técnica para tratar da transparência dos recursos advindos com o voucher, mas se desconhece os resultados concretos referente a isso. O voucher permite fornecer ao poder público municipal e trade todos os números referentes ao turismo na região, o que foi corroborado pelo Gestor6 que apresentou dados numéricos gerados pelo voucher. Diante das informações fornecidas, os gestores podem direcionar suas ações, evitando massificação turística nos espaços do PNLM, favorecendo a conservação ambiental e garantindo experiências turísticas positivas aos visitantes.

Os números vão conduzir a tomada de decisões dos empresários em relação a quais atrativos devem ofertar para seus clientes, naquele dia. O sistema, portanto, permite identificar o número de vouchers vendidos e, com esses números, o agenciador aponta para os turistas, os locais que estejam com menor número de turistas, contribuindo para manter a capacidade de suporte dos atrativos.

Na prática, a aplicação do voucher é permeada de contradições e carece de transparência quanto a sua gestão e aplicação dos recursos. Ao contrário da TTS, aplicada, em Jericoacoara, cuja prestação de contas quanto ao uso dos recursos arrecadados, foi disponibilizada via rede de alcance mundial. Enquanto alguns gestores defenderam a ampla utilização do voucher, apontaram estar em uso e representar um mecanismo de sucesso, para outros, sua aplicação está suspensa e em processo de reestruturação.

Traçando um comparativo entre os avanços do turismo elencados por Silva e Ribeiro (2018), na região, com os resultados atuais obtidos, infere-se que:

a) os representantes do poder público, em especial da esfera municipal necessitam estreitar o diálogo com seus pares, para que se avance na conquista de um desenvolvimento regional em bases turísticas sustentáveis;

b) o ensejo de implementar o voucher digital, como um instrumento de ordenamento e arrecadação, tornou-se realidade, na visão de alguns gestores, entretanto, mostrou-se um tema controverso para outros. É preciso, portanto, uma maior transparência quanto ao seu funcionamento e aplicação dos recursos, em razão de constituir um valoroso instrumento para alcance do turismo sustentável e desenvolvimento local;

c) o credenciamento de empresas e condutores de turismo, embora favoreça a comunidade local, no sentido de garantir a operação do mercado turístico pelos nativos, gera embates, pois a comunidade não compreende com clareza o porquê da regulamentação. A incompreensão pode estar relacionada aos baixos índices de escolaridade e qualificação da população que não favorecem a consolidação de uma conscientização ambiental e social;

d) o tráfego de veículos, no interior do parque, não é fiscalizado, de modo sistemático, por falta de recursos e pessoal, o que deixa dúvidas sobre sua redução. Os dados apresentados por Figueiredo (2019), a partir de levantamentos feitos pelos gestores do PNLM, apontaram que, 1 mil hectares da área, são estradas, cuja vegetação nativa foi desmatada, e por onde circulam veículos livremente;

e) a qualificação profissional, fruto dos cursos técnicos do IFMA, não se mostrou efetiva, uma vez que outras instituições públicas tentam suprir esta carência, por meio de cursos de capacitação e qualificação para a comunidade e trade;

f) o processo de concessão para a iniciativa privada do manejo da visitação foi interrompido com a mudança de governança em esfera federal. A interrupção, mesmo que provisória, frustrou as expectativas dos gestores que vinham se articulando, desde anos anteriores, para a consecução deste objetivo. Os fundamentos basilares, que compunham as expectativas dos gestores, tratavam do repasse, para a iniciativa privada, de atribuições vinculadas ao ordenamento e visitação turística, as quais são, em dado momento, incompatíveis com as atribuições vinculadas à proteção e conservação ambiental e a arrecadação de recursos financeiros para a gestão adequada da UC.

Por fim, persistem os desafios para o alcance de uma gestão sustentável na região dos Lençóis Maranhenses, que deverá superar novos obstáculos, com a recente mudança de gestão no PNLM.

5.4 Reconfigurações socioambientais promovidas pelo turismo litorâneo em Jericoacoara (CE)

A redefinição do espaço da vila de Jericoacoara, em decorrência de seu uso pelo turismo litorâneo é uma realidade que atesta que a atividade pode promover uma ressignificação do espaço que se apropria.

Uma mudança simbólica, com repercussão no imaginário turístico, trata-se de sua denominação⁴¹, outrora nominada Vila (de pescadores) de Jericoacoara, e presentemente, denominada praia de Jericoacoara, ou, simplesmente, Jeri, uma vez que a tranquilidade que remete à condição de vila e os pescadores, em sua maioria, já não se encontram ali. Percebe-se, por outro lado, a primazia do turismo, como atividade econômica, e a migração de atividades produtivas tradicionais para atividades mercantilistas associadas ao turismo.

As mudanças produzidas na Vila de Jericoacoara se iniciaram, a partir da década de 1970 e início da década de 1980. Nos primórdios da visita turística, viajantes esporádicos visitavam a vila em busca de tranquilidade e contato mais próximo com a natureza. Os turistas, na maioria hippies, acampavam nas praias, nos quintais das casas e construíram efêmeras territorialidades com respeito ao lugar das comunidades nativas, até então, isoladas (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016). Os visitantes contribuíram para a construção e propagação da imagética turística representada por praia paradisíaca e selvagem, passando a ser espaço reconhecido para o turismo, muito embora, a produção do turismo, nesta época, fosse feita de modo mais harmônico com a natureza e a comunidade.

Na segunda metade dos anos de 1980, o processo de turistificação se intensificou, motivado, sobretudo, pelo uso da ferramenta imagética, em propagandas internacionais de seus atrativos naturais. Segundo Arruda (2007, p. 57):

Logo no início dos anos de 1980, Jericoacoara passa pelo processo acelerado de turistificação, que acaba por determinar o incremento de sua população e conseqüentemente agrava os problemas de ordem socioambiental [...] Com o turismo, ocorre a implantação de uma lógica de ocupação do território diferenciada. O incremento da população, com o crescimento vegetativo associado ao fluxo de imigrantes gera pressão crescente sobre o ambiente natural, extrapolando os limites iniciais da ocupação do território, cujos desdobramentos causam problemas de natureza diversa.

Instaura-se, a partir de então, uma nova lógica de ocupação territorial diferente da que fora estabelecida por séculos pelos pescadores que respeitavam os limites impostos pelo ambiente no qual viviam. Estes, utilizavam os recursos naturais existentes, ao redor, para produção de equipamentos para a pesca e para estruturação da vila (Figura 29). As casas, por exemplo, eram construídas em locais

⁴¹ No presente estudo, são utilizadas as nomenclaturas: praia, vila, Jeri, comunidade para se referir ao espaço territorial do Distrito da Vila de Jericoacoara, como é definida oficialmente.

apropriados, a partir de técnicas seculares e empregavam materiais simples como madeira, palha, pedra e argila (Figura 30).

Figura 29 – Jericoacoara como vila de pescadores nos anos 1980



Fonte: Conselho Comunitário de Jericoacoara (2019).

Figura 30 – Tranquilidade da Vila de Jericoacoara nos anos 1980



Fonte: Conselho Comunitário de Jericoacoara (2019).

Ao longo dos anos 1990, a praia atraiu esportistas e turistas com maior poder aquisitivo, o que exigiu infraestrutura turística mais organizada. Como consequência da política de valorização turística do litoral pelo poder público, houve um aumento no contingente populacional, representado por empreendedores alóctones e retorno da população autóctone que havia migrado para outras regiões.

Ampliaram-se, em paralelo, os problemas socioambientais de ordens diversas (MEIRELES; DANTAS; VICENTE DA SILVA, 2011).

Nos anos 2000, Jericoacoara foi reconhecida como destino elitizado pelos altos preços praticados na comunidade e infraestruturas sofisticadas. A produção do turismo, neste período, está vinculada à implantação de um turismo que atendessem um público mais exigente que buscava a proximidade com a natureza.

No início da década de 2010, segundo apontaram Meireles, Dantas e Vicente da Silva (2011), o debate converge para variável de uso associada à circulação de milhares de turistas desejosos por usufruir das belas paisagens, associadas a ambientes litorâneos tropicais semiáridos e do conjunto de práticas marítimas modernas associadas a este ambiente, como windsurf e kitesurf.

A praia destaca-se, atualmente, como um dos principais destinos turísticos litorâneos do país, que recebe um intenso fluxo de turistas domésticos e estrangeiros. A demanda é motivada por uma imagem turística propagada desde os anos de 1980, como fora mencionado.

Os recursos midiáticos, existentes à época, fizeram uso de informação imagética focada na propagação das belezas naturais de Jericoacoara, colaborando para sua consolidação como destino turístico. Dessa forma, as informações imagéticas veiculadas para divulgação, do local, contribuíram e vêm contribuindo para promover mudanças socioespaciais, na localidade, a medida em que instigam a demanda turística a visitar Jericoacoara.

Em 1984, o jornal Washington Post Magazine classificou Jericoacoara como uma das dez praias mais belas do planeta (MOLINA, 2007). Trinta anos depois, em 2014, o jornal americano Huffington Post elegeu Jericoacoara a quarta melhor praia do planeta, em lista publicada no blog de viagens Minube (OPOVO ONLINE, 2014). Em 2016, venceu o prêmio Travelers' Choice Destinos (Tripadvisor), ficando, em primeiro lugar, da América do Sul e, em terceiro lugar, do mundo. Como ressaltaram Brandão e Coriolano (2016), a imagem é imprescindível para o desenvolvimento mercadológico do turismo.

Essa manifestação simbólica se materializa por meio de seu atrativo mais emblemático, a Pedra Furada (Figura 31), formação rochosa de cerca de cinco metros de altura, com um grande buraco esculpido pela ação das ondas, que se tornou símbolo reconhecido internacionalmente, utilizado para divulgação do local.

Uma vez por ano, a posição do sol ao se pôr, coincide com o furo da Pedra e forma um grande espetáculo de beleza.

Figura 31 – Pedra Furada



Fonte: a autora (2019).

Hoje, a praia é visitada por um público heterogêneo, que engloba público das classes A, B e C, formado por turistas conscientes e não conscientes, por turistas alternativos e de massa, por vilegiaturistas e excursionistas, por turistas de lazer e até de eventos e negócios. O turista tem um papel importante na definição das práticas territoriais turísticas, pois, sem eles, o turismo não de processaria. Para cada público são ofertados serviços e infraestruturas, elitizadas ou populares, que lhes atendem conforme seu poder aquisitivo (Figura 32 e Figura 33).

Figura 32 – Estruturas populares de A&B em Jericoacoara



Fonte: a autora (2019).

Figura 33 – Estruturas elitizadas de A&B em Jericoacoara



Fonte: a autora (2019).

Entretanto, Jericoacoara ainda é associada, no imaginário turístico, a um local de prática do turismo de luxo, reforçado pela mídia, em razão da existência de hotéis com piscinas na varanda, barracas de praia que cobram R\$ 100,00 pelo uso de um espaço exclusivo e festas regadas à champanhe (RIZZO, 2019). E essa condição encarece os serviços prestados na vila para os turistas e para os moradores locais.

As reconfigurações socioambientais, descritas a partir das falas dos entrevistados, em Jericoacoara, são ordenadas nos quadros, a seguir. A consolidação do turismo, no local, certamente oportuniza rentabilidade econômica à comunidade de acesso, contudo os dados levantados durante a pesquisa indicam sinais de desgaste ambiental e problemas sociais.

Quadro 14 – Categoria: Ordenamento Municipal

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Infraestruturas e serviços públicos – luz, água, saneamento, lixo	<p>“a capacidade do sistema em receber os resíduos líquidos está saturada”</p> <p>“[...] a minha preocupação é o que está dentro do chão, o esgoto, que numa chuva dessa que dá, aí a chuva vem e alaga tudo”.</p> <p>“[...] a quantidade de esgoto das pousadas que entram no lençol freático que contamina os poços profundos”</p> <p>“nem todos os empreendimentos [...] estão conectados à rede de esgoto”.</p> <p>“[...] as coisas chegam muito enlatadas lá, industrializadas e gera uma quantidade de lixo”</p> <p>“(sobre o projeto de reciclagem) É o lixo gerando dinheiro, gerando emprego e renda”</p> <p>“[...] houve uma conscientização da comunidade. Ou faria esse processo de controle imediato do lixo, há uns 2 ou 3 anos atrás, ou então seria um caos”.</p>	Gestor6

	<p>“[...] essa mensagem já vem sendo trabalhada, não só com os empresários, mas também com a comunidade, é tanto que o lixo foi uma das coisas que puxou isso, porque a usina ela se apresentou mais no destino quando eles, os empresários, começaram a sentir na pele mesmo o problema do lixo no destino Jericoacoara”.</p> <p>“a coleta seletiva em Jericoacoara [...] não é só referência regional, mas ela vem sendo replicada [...] em destinos turísticos”.</p>	
	<p>“a Arce iniciou um trabalho para regularizar a situação (sanitária) [...] fizeram um diagnóstico geral, estão colocando relógio nesses poços, estão vendo a questão da contaminação da água”.</p> <p>“[...] manter um aterro sanitário, além de ser caro, muitas vezes é inviável, porque aonde tiver o aterro, não pode fazer mais nada, por causa do chorume e todos os equipamentos, todas as contaminações, os rejeitos, os resíduos que ficam no subsolo”</p> <p>“[...] a gente tem aquela grande quantidade de vidro, grande, grande, grande, principalmente nos feriados”</p> <p>“(sobre a adesão comunitária aos Ecopontos, da Enel, com troca de resíduo por descontos na conta de luz, alegam) [...] mas o desconto é tão pouquinho”</p> <p>“[...] só em você pensar que está colaborando com o meio ambiente, que está ajudando aquilo lá a ser transformado, reciclado e virar uma coisa nova”.</p> <p>“(resíduo úmido gerado pelos empreendimentos hoteleiros restos produzidos pelo café da manhã servido aos hóspedes) [...] lixo do café da manhã das frutas”</p> <p>“Na questão da água, por incrível que pareça, no Réveillon, por exemplo, nós somos, atualmente aqui (em Jijoca) quase 22 mil habitantes, lá em Jeri, mais ou menos 4 mil habitantes, em que mil são flutuantes, 6 meses, Europa, 6 meses, Jeri. E num Réveillon são geralmente umas 10 mil pessoas, era antes, agora são 20 mil, 30 mil pessoas, e eu posso garantir para você que nunca faltou água”</p> <p>“a energia elétrica é mais deficitária, [...] porque realmente são muitos ar-condicionados, muitas coisas assim que exigem, a piscina, tudo exige a questão da eletricidade”.</p> <p>“[...] o pessoal diz que não vai limpar (a lagoa) porque a prefeitura já tem obrigação, sim, a prefeitura tem obrigação, já cumpre muito bem o seu papel, [...], só que a população não cumpre a sua missão”.</p> <p>“[...] a gente tem uma natureza linda para aproveitar, só que as pessoas não respeitam. Eles só querem usufruir e não querem deixar nada em troca, que é o ajudar a cuidar da natureza, só quer poluir”</p>	Gestor5
Políticas públicas de âmbito geral	<p>“[...] nós somos muito bem amparados. O prefeito [...] é muito antenado tanto na questão do turismo, desenvolver o turismo, como na questão ambiental”.</p> <p>“(sobre o selo ambiental enquanto política pública mabinetal) [...] com certeza, o turista vai gostar de estar lá e saber que aquela pousada e restaurante é focada e preocupada tanto com o turismo sustentável (como) com a questão ambiental”.</p>	Gestor5
Estacionamento/Tráfego urbano	<p>“o ordenamento planejado com identificação de setores e locais para os veículos objetiva a não geração de problemas ambientais maiores no futuro”</p> <p>“[...] quanto mais se controla, mas a coisa vai se aprumar, mais você vai conseguir controlar entradas e saídas [...] isso aí é preservação de circulação, de mobilidade”.</p>	Gestor6
	<p>“desconheço políticas públicas de meio ambiente para a região”</p>	Gestor4

	<p>“[...] a gente tem uma grande preocupação com a questão dos carros dentro da vila. [...] e em parceria com o Detran [Departamento de Trânsito], [...] proibir a circulação de veículos, (com) placas de fora, [...] e ter um controle”.</p> <p>“Infelizmente, num feriado prologando, você vai se deparar com muito carro lá e a vila, é o que estou falando, de pescadores, pequena, não comporta muito carro. Aí as pessoas geralmente dizem, só vou dar uma voltinha e deixar as malas, não, eles vão ficar com o carro por lá. Então a gente tem que ter esse controle maior. Porque senão fica tudo bagunçado mesmo e a questão dos atropelamentos, que não pode ter dentro da vila, então quanto menos carro você tiver lá, quando mais puder caminhar em paz, sem se preocupar que vai ser atropelado por um buggy, por um quadriciclo, mil vez melhor”</p> <p>“(fechar a vila) não é uma opção [...] não precisa ser tão radical. É limitar e controlar [...] o prefeito quer limitar, controlar a quantidade de carros para manter o equilíbrio, porque tem que ter equilíbrio, porque senão é só destruição mesmo”.</p>	Gestor5
Legislação/ Infrações e licença ambiental	<p>“recebemos muitas e muitas denúncias ambientais e somos poucos para atender tudo, toda a demanda”.</p> <p>“[...] uma carvoaria ilegal [...] a gente tem que ir lá investigar e barrar, interditar”.</p> <p>“[...] uma fossa, (esgoto) que deixou vazar [...]”, “questão dos resíduos sólidos, a questão dos grandes geradores [...] não obedeceu o que está na lei, [...] têm a obrigação de comprar o saco (de lixo) lá direto, [...] e levar lá para a usina (de reciclagem) [...] ou pagar para o pessoal da usina tirar (o resíduo)”. “[...] a gente tem que acompanhar tudo isso e a equipe é mínima e pequena e a gente trabalha mais com a ferramenta humana [...]”</p> <p>“[...] para a pessoa chegar a ser multada, a gente já foi lá, já conversou, já pediu [...], já notificou, mas mesmo assim não (resolve), aí a gente é obrigado porque a denúncia [...] tem prazo, geralmente, é 15 dias para responder, então se a gente vê que a pessoa não está nem aí, aí a gente multa”</p> <p>“[...] as punições severas, que muitas vezes não é só de dinheiro, por exemplo, se degradou, aí vai ter que replantar, a gente é muito sério nisso, por isso tem as equipes de meio ambiente só para cuidar disso”.</p> <p>“(devido ao) crescimento (turístico-imobiliário) absurdo [...] já está tendo um controle das licenças ambientais [...] foi contratada uma equipe de advogado ambiental, engenheiros ambientais, só para tomar conta das licenças ambientais municipais”</p> <p>“[...] tem decreto para tudo, para as caipirinhas, para os guarda-sol, para proteger todos eles [...]”</p> <p>“a equipe tenta resolver os conflitos (ambientais, principalmente) da melhor forma [...] quando a gente tem algum conflito, aparece alguma coisa assim, a gente vai, [...] mostra a lei [...] a pessoa já se corrige também. Se não se resolver, aí a gente vai para o foro, aí a discussão é maior”.</p>	Gestor5
	<p>“Existem leis municipais que regulamentam [...] altura, tamanho e estrutura das construções”</p>	Gestor6
Parcerias	<p>“parceria com o governo estadual é forte e mantém relações próximas com os secretários estaduais de turismo e meio ambiente”</p> <p>“A gente é muito amparado também pelo Sebrae que presta um serviço muito legal, junto com a gente, sempre em parceria, nessas questões”</p> <p>“[...] tem lá em Jeri a Associação dos Empresários, [...] que também a gente trabalha em parceria e aqui, em Jijoca, (tem) também a nova associação de todos os restaurantes e</p>	Gestor5

	<i>pousadas da Lagoa de Jijoca de Jericoacoara</i> ”.	
	<i>“não sei informar se existe articulação entre as políticas ambientais estaduais e municipais”</i>	Gestor4

Fonte: a autora (2019).

Infraestruturas e serviços públicos

Em Jericoacoara, três questões associadas ao ordenamento municipal afetam a qualidade de vida dos moradores e dos visitantes: o tráfego de veículos na comunidade e no PNJ, o saneamento precário e a gestão dos resíduos sólidos. Esses elementos interferem na qualidade turística do local e, por outra parte, o turismo amplia seus efeitos por inserir na comunidade um fluxo volante de pessoas que necessitam usufruir dos serviços públicos locais.

Um dos desafios pertinentes à gestão municipal é a carência de infraestrutura de saneamento. Durante o trabalho de campo, no período chuvoso, observou-se o uso de sacos de areia, nas ruas, para contenção e manutenção das estradas de areia. De outra forma, a água da chuva arrasta os sedimentos e compromete as vias de circulação. A beleza paisagística fica comprometida, o que interfere na atratividade local.

Gestor6 considerou que a preocupação maior, hoje, dentro da questão ambiental é a água. Vê com olhos preocupantes a contaminação dos lençóis freáticos pelos resíduos líquidos gerados pelos empreendimentos do local.

Até o segundo semestre de 2009, o esgoto das residências e pousadas era depositado em fossas. Era comum, porém, ocorrer transbordamentos e o esgoto se espalhar pelas ruas de Jericoacoara, além disso, havia o despejo ilegal dos resíduos na área do PNJ, o que estava ocasionando graves impactos ambientais. Está em funcionamento, desde 2009, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Jericoacoara, construída para solucionar o problema.

Em teoria, todas as residências, edificações e estabelecimentos comerciais, dentre eles, os equipamentos turísticos, seriam ligados a rede de esgoto e este seria transportado para a ETE. Na prática, não é desse modo que ocorre. De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), de 2014, a comunidade possuía 1.131 domicílios e apenas 632 (52%) estavam adequadamente conectados à rede de esgoto que cobria 88% dos domicílios. Em 2018, embora a cobertura da rede tenha sido ampliada para 99% dos domicílios, a adesão ao sistema, incluindo da rede hoteleira, ainda tem números inexpressivos (JUNIOR,

2018). Diante do acentuado crescimento populacional, com cerca de 3 mil moradores, esse é um grave problema que pode comprometer a sustentabilidade local.

Como corroborou a Sema (2019), o fluxo turístico e expansão imobiliária provocaram impactos quanto ao uso da rede de esgoto e de poços, muitos sem as devidas outorgas e com inadequações. Identificou-se, por meio de diagnóstico técnico, que as irregularidades poderiam ensejar riscos de colapso hídrico e graves degradações ambientais na região, devido aos seguintes problemas: uso inadequado e ociosidade do sistema de esgotamento sanitário, uso descontrolado e inadequado de águas subterrâneas, ausência de drenagem de águas pluviais, uso e ocupação irregular do solo, e desrespeito às normas pertinentes ao licenciamento ambiental (MPCE, 2018).

Em setembro de 2018, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), visando a resolução de irregularidades no saneamento básico e recursos hídricos no município, com propostas de soluções e respectivas obrigações. Diversas entidades foram signatárias, a saber: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce), dentre outras (MPCE, 2018).

Como pontuou Gestor5, a gestão atual é consciente de que o saneamento é um ponto fraco na localidade e afirmou que a gestão municipal identificou uma quantidade significativa de poços profundos cavados sem autorização. Citou, ainda, um projeto que vai garantir recursos da ordem de R\$ 25 milhões para o município, destes, R\$ 5 milhões destinados à Jericoacoara para serem aplicados em saneamento básico.

Uma das principais problemáticas no âmbito ambiental do município, segundo Gestor5, é o tratamento e a destinação do lixo, especialmente, por não existir um aterro sanitário na região. De fato, como apontaram os dados da Sema, o Ceará registra 310 lixões e apenas 08 aterros sanitários (OPOVO, 2018), dentre seus 184 municípios.

A geração de lixo, na localidade, foi assunto abordado reiterada vezes por Gestor5 e Gestor6. Faz-se necessário dar uma destinação adequada ao lixo, especialmente em Jericoacoara, que tem uma carga muito grande de resíduo, especialmente industrializados, fato que pode ser um reflexo da sociedade urbana

industrializada que valoriza elementos de consumo em massa, em detrimento de elementos locais.

Um evento em particular, ocorrido nas festividades de final de ano, em 2014, foi o promotor de ações mais efetivas para gerenciar o problema. À época, a prefeitura teve problemas com a empresa responsável pela coleta pública do lixo e, em acréscimo, um dos veículos que fazia o recolhimento quebrou. O fato gerou inúmeros transtornos e uma repercussão imagética negativa do destino na mídia (MTur, 2015).

Com o objetivo de minimizar os impactos provocados pelo volume de lixo gerado na vila, a prefeitura por meio da Setma deu início a um projeto em parceria com a Associação Empresarial Eu Amo Jeri e o Conselho Consultivo de Jericoacoara para a coleta seletiva e reciclagem do lixo. Gestor5 afirmou que o projeto está consolidado, em Jericoacoara, e que, na sede do município, está em fase de implantação.

Ao afirmar que o projeto de reciclagem de lixo foi implantado por uma necessidade empresarial, expressa-se bem o domínio do espaço como uma fonte fundamental e persuasiva de poder social, que se articula com outras formas de poder, como o dinheiro e o tempo, e sua capacidade de influenciar a produção do espaço (LEFEBVRE, 2000). Dito em outras palavras, o mercado, representado pelos empreendimentos turísticos, percebeu a problemática do lixo, pois estava afetando negativamente os seus negócios, a partir daí, foi possível a tomada de atitude da criação de uma cooperativa para atender, prioritariamente, a demanda mercadológica, embora, primeiramente, devesse atender aos anseios da comunidade local no atendimento de suas necessidades básicas, incluso aí a limpeza urbana.

O trabalho de separação e armazenamento do resíduo é realizado na Usina de Triagem de Material Reciclável (Figura 34), um antigo galpão reformado pela prefeitura para tal finalidade. A Associação Eu Amo Jeri se responsabilizou pela compra de equipamentos de prensa para processar os resíduos. A gestão do espaço é feita pelas três entidades. A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Jijoca de Jericoacoara, parceira do projeto, fornece a mão de obra. Segundo o gestor municipal, 20 famílias trabalham no projeto e o resíduo processado segue para Fortaleza para ser vendido.

Os custos de implementação e manutenção da coleta seletiva, na praia de Jericoacoara, envolveram desafios peculiares, dentre eles, a geração de resíduos

é três vezes maior que a média nacional, mais de 50% dos resíduos são de secos recicláveis, a localização geográfica dificulta o transporte e a destinação, e baixo valor do material que é reciclável.

Figura 34 - Usina de Triagem de Material Reciclável



Fonte: Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (2019).

A efetivação da coleta seletiva ocorreu a partir de ações da gestão municipal com criação de estratégias que permitiram a sua viabilidade financeira. Somado a isso, privilegiou-se a inclusão socio produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade como agentes condutores do processo.

As estratégias adotadas foram descritas na Lei nº. 489/2017, que dispõe sobre a coleta seletiva no âmbito municipal, e englobaram: a regulamentação do sistema de coleta seletiva por meio de legislação específica; a contratação dos catadores como prestadores de serviços; a aplicação por meio de dispositivos legais do princípio da responsabilidade compartilhada (grandes geradores de resíduos devem, eles próprios, dar destinação aos recicláveis, sem depender do sistema público); e a cooperação entre setor público, privado e comunidade local que buscaram uma solução simultânea e compartilharam os custos financeiros em prol do destino turístico.

A formatação do sistema permite que a coleta seletiva seja confiável e resiliente do ponto de vista econômico e político. Torna-se, ainda, atrativa para

receber investimentos da iniciativa privada em logística reversa⁴² e do governo federal. Em 2017, foi registrada pela prefeitura, somente na praia de Jericoacoara, a produção de cerca de 30 toneladas de resíduos sólidos por dia, destes, 15 toneladas eram de lixo úmido e 15 de recicláveis (NOGUEIRA, 2017). Gestor5 alertou que existe muito resíduo sendo gerado, um dos principais, é o vidro. Em períodos de maior concentração de turistas, o volume gerado deste resíduo é enorme.

Os recursos arrecadados com a venda dos materiais recicláveis são direcionados para manutenção do espaço, pagamento de adicional de insalubridade para a equipe de trabalho, combustível para o veículo de coleta, material para limpeza, material para acondicionamento dos resíduos e outros (MTur, 2015).

A prefeitura desenvolveu, segundo Gestor5, um trabalho de sensibilização junto à comunidade que reside na sede do município para a separação do lixo, em orgânico e seco. Mesmo assim, é uma árdua missão, pois não existe o engajamento da comunidade. Alertou sobre a necessidade do convencimento da população em aderir às campanhas e ações de coleta, separação e destinação adequada dos resíduos.

O fluxo intenso de turistas na comunidade não promove problemas de escassez de recursos básicos, como ocorre em destinos massificados, como afirmou Gestor5. A falta de água, por exemplo, pode ser um grande problema em períodos de alta temporada em destinos praieros. Segundo a representante da secretaria, não é o caso de Jericoacoara.

A condição de destino turístico lhe rende algumas regalias, como coloca Gestor5. A Cagece e a Enel prestam plantão de 24 horas, na comunidade, para remediar problemas com o abastecimento de água, porque têm consciência da especificidade de Jericoacoara.

Políticas públicas de âmbito geral

O envolvimento de Gestor5 com diversas ações públicas, ambientais e de turismo, demonstrou o seu comprometimento em desenvolver o município de forma sustentável e a multifuncionalidade como característica pessoal marcante. Entretanto, verificou-se que a tomada de decisão dentro do processo de gestão

⁴² É um instrumento de desenvolvimento econômico e social que consiste num conjunto de ações, procedimentos e métodos utilizados para viabilizar a coleta e restituição de resíduos sólidos do setor empresarial.

turística é conduzida, do modo empírico, e que existem limitações no tocante aos conhecimentos técnicos ambientais e turísticos.

A atuação do gestor municipal mostrou-se participativa e envolve ações que vão desde da participação em comitê contra a dengue; apresentação de programas de rádio com temas que envolvem problemáticas da atualidade; realização de caminhadas, no entorno da lagoa, pelo projeto “Viva mais Vida”; e participação e organização de eventos ligados ao turismo e meio ambiente.

Estacionamento/Tráfego urbano

O tráfego intenso e desordenado de veículos, que circulam pelas vias de terra ou areia da comunidade, causa poluição sonora e riscos aos pedestres, pois não há estrutura de trânsito compatível com a demanda existente. Esse tráfego intenso afeta, também, algumas comunidades do entorno por onde passam as principais estradas que dão acesso a Jericoacoara, principalmente Preá, Lagoa Grande (em determinada época do ano), Mangue Seco e Guriú.

A preocupação pertinente, da gestão municipal, conduziu os gestores a adotarem medidas para coibir o tráfego por meio de leis e construção de estruturas de estacionamento. Em 2010, a Lei Municipal nº. 289 foi promulgada com o objetivo de proibir e regulamentar a circulação de veículos automotores, salvo aqueles devidamente autorizados, a saber: estejam credenciados a entidade turística legalizada, sejam licenciados no município de Jijoca de Jericoacoara e obedeçam às normas dispostas na Lei 9.503/97, que trata do Código de Trânsito Brasileiro.

O dispositivo legal municipal além de instituir a proibição de circulação e do estacionamento dos veículos, aprovou a terceirização do estacionamento público, construído na entrada da comunidade. Em dezembro de 2018, a Lei Municipal nº. 541 autorizou o município a regulamentar o acesso e circulação por meio de decreto. Medida consumada, recentemente, em abril/2019, para aplicação em junho/2019, baseada em um estudo de demanda realizado pela Setma e, após inúmeras reuniões com cooperativas de transporte turístico. O objetivo, segundo a prefeitura, é acabar com o tráfego de veículos particulares e fomentar a geração de emprego com a contratação de traslados de cooperativas para o deslocamento de turistas, como noticiou importantes jornais (G1, 2019).

Parcerias

Os entrevistados citaram parceiros de diferentes instâncias públicas e privadas, no desenvolvimento das ações dos órgãos onde atuam. Foi mencionado o projeto Selo Empresa Sustentável, de adesão voluntária, desenvolvido pela Sema por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Sustentável (Codes), cujo objetivo é incentivar a sustentabilidade ambiental no município de Jijoca de Jericoacoara (SEMA, 2019).

Na concepção do gestor municipal, a gestão turística está atrelada a parcerias, convênios e acordos firmados para promover o turismo local. As parcerias com instituições, como Sebrae e associações locais, para desenvolver o turismo foram citadas e são valorizadas.

Existem, na área, UCs estaduais que se inter-relacionam de forma direta com o parque, como a APA da Lagoa de Jijoca. A pouca interação interfere, em parte, no processo de governança ambiental local. Um trabalho em parceria seria fundamental para a gestão sustentável do turismo, da UC e da comunidade local.

Quadro 15 – Categoria: Gestão do Turismo

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Âmbito e formas de atuação dos órgãos gestores	<p><i>“existe pouca interação entre os gestores do parque e os gestores do turismo”</i></p> <p><i>“a interação entre as UCs existentes na área não é feita de modo efetivo”</i></p>	Gestor4
	<p><i>“A comunidade apoia as ações da secretaria em parte [...] pois tudo que é novo, causa estranheza”.</i></p> <p><i>“[...] sempre procura escutar todo mundo e ver o que a gente pode se juntar. As secretarias daqui trabalham todas de forma uniforme [...]”.</i></p> <p><i>“não é que a gente quer separar público (excursão) e elite”</i></p>	Gestor5
Divulgação e promoção do turismo regional e municipal/Planejamento Turístico	<p><i>“[...] para trazer tanto o pessoal aqui (para) conhecer Jeri, praia e lagoas, tanto para levar o pessoal daqui para a serra que ainda não conhece [...] passar um dia agradável lá e tanto o pessoal de lá vir conhecer aqui também, (por meio) desse intercâmbio serra, Jericoacoara e lagoa”</i></p> <p><i>“Tudo em Jeri é diferente, tudo é específico, porque ela é uma ilha pequena e ela precisa de muito cuidado [...]”.</i></p> <p><i>“(enquanto política pública de turismo) tem o Fortexo (Fórum Regional do Turismo do Extremo Oeste) (que discute) [...] diretamente com os secretários de turismo, a questão do turismo, do desenvolver e como desenvolver o turismo, na região do Ceará [...]”</i></p> <p><i>“(a comunidade) [...] só sabe, muitas vezes, usufruir de tudo e [...] não quer ajudar a cuidar”</i></p> <p><i>“[...] a gente está tendo muito problema aqui na lagoa, aumentou demais, acho que aumentou mais de 70% a questão de excursões”</i></p> <p><i>“Jericoacoara para você ter uma noção, tem grupo de</i></p>	Gestor5

	<p>idosos, a gente está recebendo, excursão, grupos de idosos de passeio, fechados com as agências e operadoras de turismo e grupos, por exemplo, de japoneses que estão vindo já [...]”</p> <p>“[...] esse turismo de primeiro mundo, que o pessoal faz questão de falar que a gente já tem, tem a questão da gastronomia fina e tudo o mais [...]”</p> <p>“[...] charme e encanto que a vila de pescador promove no imaginário dos turistas”</p> <p>“Jericoacoara ainda tem a essência dos nativos que todo mundo se apaixona [...] e encanta”.</p> <p>“[...] não tem mais vila de pescador? tem, tem sim, esse encanto, essa coisa da humildade das pessoas, deles não levar(em) muito a (sério a) questão do monetário, [...] em primeiro lugar. Eles vão pela essência mesmo e vão encantando os turistas”.</p> <p>“[...] que eles (os turistas) vêm em busca mais é disso mesmo, além da natureza, de conhecer os nativos, saber do que a gente vive”</p>	
	<p>“(fazer) [...] ajustes ambientais, porque o que está em jogo é o destino”</p> <p>“[...] tem o comércio, tem a farmácia, tem o borracheiro está sendo beneficiado e pode também contribuir com o atendimento ao turismo”.</p> <p>“De uma forma ou de outra, todos tem a ver com o turismo, sociedade em geral, a comunidade, a instituição de ensino [...] tomar conhecimento daquilo que está gerando emprego e renda naquele território, mas também tentar melhorar de alguma forma, porque é sempre bem-vindo, mesmo que não esteja no escopo do projeto, qualquer ação, qualquer pessoa que queira colaborar, porque isso é um processo contínuo”</p> <p>“[...] há um trabalho de conscientização no decorrer desses anos, tocou muito nesta tecla, em campanhas, salões que acontecem na comunidade, mostrando que aquela comunidade que mora ali naquele entorno, que depende daquele turismo, ela precisa também cuidar, desde que não seja diretamente um empresário, cuidar como? Atender bem [...]”</p> <p>“[...] Jeri foi um destino que foi se construindo no decorrer do tempo, eu acho que não foi com uma construção planejada, [...] foi naturalmente ocorrendo”</p> <p>“[...] que seja de uma forma planejada, estruturada, para não ocorrer como outros cantos por aqui, porque depois de crescer, se reestruturar é mais difícil, mas se você já cresce planejado, onde é que pode, onde é que não pode (construir), da comunidade já se envolvendo e da prefeitura já fazendo o loteamento dos espaços [...]”</p> <p>“[...] mantém-se (a denominação de vila) pelo efeito mercadológico que provoca no imaginário dos turistas, [...] vila é bem suave o nome, quando diz vila dá ideia de um espaço pequeno”</p> <p>“[...] nós fomos [...] para feira para divulgar o destino, que a feira era à noite, [...] fizemos a feira à noite, participamos da feira com os empresários, divulgando o destino [...]”</p>	Gestor6
	<p>“o principal fator de atratividade da área é o turismo litorâneo e a prática de atividades correlatas”</p>	Gestor4
Rota das Emoções	<p>“política pública de turismo que existe na região”</p>	Gestor5
	<p>“o roteiro se encontra consolidado junto ao mercado turístico nacional”</p> <p>“a governança, no âmbito da rota, é um grande desafio pelo fato de integrar numa coletividade diversos sujeitos em nível municipal e regional, tanto de contexto público e privado. Ao longo dos anos, foram ampliadas algumas formas de trabalhar essa governança, obtivendo sucesso em alguns momentos”</p>	Gestor6

	<p><i>“[...] nós estamos numa nova fase, trabalhando o projeto de liderança, para que os empreendedores possam não só cuidar do seu empreendimento em si, mas que ele tenha também aquela preocupação do contexto geral, porque um depende do outro”.</i></p> <p><i>“o Sebrae é apenas um agente no processo de gestão da rota, que conquista recursos para dar andamento aos projetos e ações, [...] necessita do esforço de cada empreendedor, de cada empreendimento, agindo coletivamente para que se obtenha sucesso”</i></p> <p><i>“[...] resultados advindos não são direcionados apenas para o Sebrae, alcança a todos os envolvidos [...]”</i></p> <p><i>“[...] conscientizar os empreendedores [...] fazer se apropriar do projeto [...] tomar conta daquilo que é deles, que é o roteiro, que os resultados são para eles [...]”</i></p> <p><i>“não só ficar em Jeri, mas ficar em Camocim [...] (tem) muitos atrativos, não são só em Jeri [...] tem a praia de Tatajuba, que já é Camocim, grudado à Jeri. Ai tem a Cruz, (que) tem a praia do Preá que é muito bela também [...]”</i></p> <p><i>“os destinos da rota cresceram devido às divulgações, promoções, eventos, salões (do turismo) que foram feitos ao longo dos anos, favorecendo a sua consolidação no mercado”</i></p>	
Infraestruturas turísticas/Aeroporto/Rodoviária/Rodovias	<i>“a ampliação do fluxo de turistas no parque em decorrência da operação (do aeroporto) não foi perceptível”</i>	Gestor4
	<i>“Aumenta o tempo de permanência do turista na comunidade”</i>	Gestor6
	<i>“turismo é muito bom, maravilhoso, mas através dos aeroportos a gente sabe muito bem, tráfego de pessoas, tráfico de drogas, aumenta, infelizmente, e vai contaminando os interiores”.</i>	Gestor5

Fonte: a autora (2019).

Âmbito e formas de atuação dos órgãos gestores

O gestor municipal descreveu a estrutura organizacional da Setma como uma equipe enxuta, composta por poucos profissionais, o que demonstrou ser um desafio na consecução das ações da pasta que engloba três âmbitos complexos e interdependentes: turismo, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

A estrutura organizacional formal da Setma, oficializada pela recente Lei Municipal nº 133/2019 que dispõe sobre a reestruturação administrativa da prefeitura, é constituída pelos seguintes órgãos: Gabinete do Secretário; Assessoria Técnica de Turismo; Assessoria Técnica de Desenvolvimento Econômico; e Assessoria Técnica de Meio Ambiente (Figura 35).

Figura 35 – Estrutura Organizacional da Setma



Fonte: Adaptado da Lei Municipal nº 133/2019.

O entendimento do processo de gestão pública municipal do turismo não está vinculado às atribuições do gestor do PNJ, não obstante, em um contexto holístico e sistêmico, as ações promovidas pelos gestores turísticos irão interferir, diretamente, na gestão do espaço protegido. Isto posto, o gestor deve conhecer as políticas associadas ao turismo para executar suas atividades em consonância ao turismo, uma vez que o PNJ é o principal atrativo turístico local. Uma consequência da falta do engajamento, entre os gestores, está no fato de Gestor4 pouco abordar essa categoria.

Gestor6 citou, dentro do processo de gestão do turismo, os Comitês Municipais de Turismo (Comturs) que funcionam de modo efetivo, dentro dos municípios, onde as decisões da comunidade em relação a melhorias do destino e de algumas ações locais são apresentadas.

Na concepção de Gestor6, o turismo é um processo contínuo, ele perpassa diretamente por empreendimentos turísticos específicos, e indiretamente por empreendimentos comerciais e de serviços que são beneficiados pela atividade turística. Desse modo, infere-se que o entrevistado possui uma visão sistêmica do turismo (BENI, 2007).

A gestão do turismo, para Gestor6, segue o viés de conscientização para o turismo. O conteúdo da fala do gestor coincidiu com o que os autores Pereira, Dantas e Gomes (2016) descreveram como a formação de um juízo de valor associado à conscientização turística, por meio do convencimento da comunidade autóctone quanto ao potencial e vocação turística do local.

Existem duas abordagens para o conceito de políticas públicas de turismo. Um refere-se ao conjunto de projetos, programas e atividades realizadas pelo governo com participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados para assegurar o desenvolvimento da atividade na região. A outra abordagem traz um sentido político que tem a política pública como um processo de decisão.

A fala de Gestor5 apontou o Fortexo como política pública de turismo para a região, o que comprovou o parco conhecimento sobre essas abordagens. Em realidade, o Fortexo não é uma política pública e, sim, um espaço para sua elaboração. Trata-se de um órgão colegiado, com atribuições consultivas e propositivas, que tem por objetivo fortalecer o turismo, integrando e fomentando as ações que buscam o desenvolvimento sustentável da região. Promove ações conjuntas que viabilizem a implantação e a difusão do desenvolvimento do turismo em âmbito regional, além de incentivar a integração dos diversos atores envolvidos no processo, utilizando-se de estratégias ambientais, econômicas, culturais e sociais que assegurem o crescimento socioeconômico da região. É composto pelas secretarias municipais do Turismo de Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Chaval, Cruz, Itarema, Granja, Jijoca de Jericoacoara e Itarema e conta ainda com a participação de entidades públicas, privadas, comunitárias, economias mistas e ONG's.

Um dos desafios da Setma, na gestão do turismo, é a sensibilização da comunidade local quanto às ações desenvolvidas. Os técnicos são caracterizados como agentes de mudança para alcançar a conscientização ambiental (e turística), que têm no diálogo, uma ferramenta para o sucesso do trabalho de gestão.

Divulgação e promoção do turismo regional e municipal/Planejamento Turístico

Jericoacoara reúne um conjunto de atributos tais como a praia, as dunas e a paisagem que se constituiu um enorme apelo para visitantes, sendo inclusive destino de atratividade internacional.

Segundo o MTur (2018), Jericoacoara figura no topo do ranking do turismo nacional, a partir de uma categorização dos municípios brasileiros que adotam o turismo como estratégia de desenvolvimento. A classificação dos municípios é feita em categorias que variam de “A” a “E” e avaliam 04 variáveis de desempenho econômico: número de empregos, de estabelecimentos formais no setor de hospedagem, estimativas de fluxo de turistas doméstico e internacionais. A localidade subiu da categoria “B” (2015) para a categoria “A” (2018) no Mapa do Turismo Brasileiro. É com esse panorama de supervalorização do destino turístico que a Setma gerencia as ações de turismo na comunidade.

Quanto à ampliação da demanda turística, a diversificação da oferta de passeios a atrativos turísticos, fora dos limites do parque ou da comunidade, visou atender uma demanda, cada vez mais, crescente e inclui passeios terrestres aos estados do Piauí (Delta do Parnaíba e Sete Cidades) e do Maranhão (Lençóis Maranhenses).

Um dos atrativos turísticos de maior visitação é a Lagoa de Jijoca. Gestor⁵ e Gestor⁶ relataram que o atrativo vem sofrendo pressão e impactos por conta do turismo intenso. Pensando numa solução, os empreendedores se uniram para cobrar do poder público ações para a conservação da lagoa, questão que perpassa pela parca conscientização ambiental da comunidade local, que contribui no agravamento dos impactos. Foi relatado que a população se exime da responsabilidade de preservar os recursos naturais, pois acreditam ser o papel do poder público.

Outro ponto de pressão, na gestão turística do município, são os excursionistas⁴³, cuja demanda aumentou, significativamente, na localidade, em especial, na área da lagoa. O conflito é agravado pelo perfil dos excursionistas que, embora usufruam das estruturas turísticas instaladas na área, não consomem produtos e serviços oferecidos nos empreendimentos. Em falas recorrentes, a concepção formada é que muitos excursionistas usufruem das paisagens naturais, não deixam retornos positivos para o local e poluem os ambientes.

Rota das Emoções

⁴³ Também conhecido como "turista itinerante", excursionista é a pessoa que se desloca individualmente ou em grupo para local diferente de sua residência permanente, por período inferior a 24 horas, sem efetuar pernoite (EMBRATUR, 1992) (MTur, 2019).

A diversificação de destinos e atrativos, por meio da consolidação da Rota das Emoções, pode contribuir para o desenvolvimento turístico dos arredores e minimizar os efeitos da massificação turística em Jericoacoara. Em realidade, a rota deveria estimular essa diversificação e não concentrar esforços, em demasia, nos destinos centrais.

A comunidade precisa incorporar esse sentimento de pertencimento ao roteiro e, na visão de Gestor6, reside aí o espírito da liderança e da governança, que, num contexto integrado, dentro de um território extenso, se torna desafiador. Existem experiências de trabalhos coletivos com divulgação do processo de liderança da rota, mostrada em âmbito nacional.

Infraestruturas turísticas/Aeroporto/Rodoviária/Rodovias

As infraestruturas turísticas implantadas, na região, objetivam atender a demanda crescente. Gestor4 afirmou que, em Jericoacoara, muitas melhorias foram feitas, embora não detalhe quais, e apontou a inauguração do aeroporto e a construção da rodoviária, como exemplos.

Segundo Gestor5, o prefeito negocia, atualmente, a construção de uma rodoviária para o município. Acredita ser um projeto importante, pois é um município turístico e precisa de infraestrutura para receber e captar turistas. O projeto foi feito aproveitando uma estrutura predial pública abandonada.

O fluxo de turismo deve ampliar ainda mais na região. O asfaltamento de uma rodovia que liga a CE-085 até a praia vizinha de Preá, facilitou o acesso à Jericoacoara por via terrestre.

Outra infraestrutura instalada, na região, que estimula o turismo de massa é o Aeroporto Regional Comandante Ariston Pessoa que atende o município de Jijoca de Jericoacoara, embora esteja localizado no município vizinho de Cruz. Na opinião de Gestor5, de Gestor6 e de Gestor2, o aeroporto facilitou o acesso ao município e à comunidade, com aumento do fluxo. Estima-se, portanto, para os próximos anos, um aumento na demanda turística do PNJ e localidades de seu entorno, chegando por via aérea.

Em operação desde 2017, o aeroporto foi construído com capacidade para receber 03 voos diários e até 600 mil passageiros por ano, em voos regulares e fretados (MTur, 2018). Atualmente, opera com 01 voo diário regular, segundo coloca a Gerente de Unidade Aeroportuária de Jericoacoara, Sra. Kennia Gomes

Campos⁴⁴. A representante do Consórcio Aeroportos Ceará, instituição que administra o referido aeroporto, informou que os voos têm procedência de Guarulhos (SP), Campinas (SP) e Confins (BH).

No momento, não estão operando com voos internacionais e não indicou uma previsão de quando ocorrerá. As aeronaves que chegam, ao local, possuem capacidade entre 118 e 162 lugares, o que dá uma média de 140 passageiros diários. Esses dados podem oferecer indícios quanto ao aumento do fluxo turístico para o local. Sobretudo, porque privilegia a demanda turística que se destina à região do PNJ, incluindo a praia de Jericoacoara, pois sua localização, mesmo distante 21 km da praia, permite economizar cinco horas de viagem, tempo estimado do percurso entre Fortaleza até Jericoacoara via terrestre. A Setma estimou um aumento de 20%, nos três anos seguintes, à sua inauguração. Gestor⁵ ressaltou que esse aumento poderia ser maior se não fosse pelo alto custo da passagem.

Este projeto de cunho turístico foi considerado impactante para a região do PNJ e pautou discussões quanto aos impactos socioambientais associados à sua construção. Como fora apresentado no Plano de Manejo do PNJ (BRASIL, 2011), este empreendimento poderia causar pelo menos dois impactos na UC e suas imediações: a poluição sonora e atmosférica. A primeira, provocada pelos altos ruídos emitidos pelas aeronaves que pode provocar o afugentamento da fauna, podendo, inclusive, causar diminuição da dispersão de sementes de várias espécies de árvores, alterando a dinâmica populacional da biota local. Já a poluição atmosférica diz respeito aos gases emitidos pelos motores e turbinas das aeronaves, ou ainda à emissão de combustível durante a decolagem. Estes impactos podem ocasionar problemas de sono e respiratórios nas populações residentes na região do PNJ. Até o momento, não foram feitos estudos mais aprofundados que os validassem.

Na visão do secretário, Ricardo Wagner, o aeroporto deve alterar o novo perfil turístico do local, deixando-o mais elitizado e incentivado a construção de hotéis de primeira categoria (RIZZO, 2019). Ao contrário da fala do secretário, o aeroporto está associado ao fluxo de massas, o que pode levar à saturação ou até mesmo declínio da destinação, por meio do overturismo, caso não haja um

⁴⁴ Em entrevista via telefone, no dia 03/05/2019.

planejamento adequado para ajustar a quantidade da demanda às estruturas existentes.

Percebe-se, com a instalação da estrutura aeroportuária, a formatação de uma nova dinâmica de regionalização do turismo na localidade, com o enfraquecimento da relação de integração e “dependência” com a capital e com a emergência de um novo polo centralizador de recepção e distribuição de turistas distanciado da capital (DANTAS, 2009), o polo de Jericoacoara. Isso se manifestou na fala de Gestor2, que comunicou a inclusão oficial do aeroporto como um dos portões de entrada para a rota.

Dois desdobramentos podem ocorrer, em consequência disto, as demandas turísticas de outros municípios localizados nas proximidades, inclusive aí os municípios da Rota das Emoções, podem ser relegadas a plano inferior, com a centralização de políticas públicas e ações privadas no polo central, ou os municípios do entorno podem ser beneficiados pela saturação do turismo, em Jericoacoara, o que fomentará a busca pela diversificação de atrativos no seu entorno.

Quadro 16 – Categoria: Gestão dos Parques Nacionais

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Concessão de áreas do parque	<p><i>“A assinatura do contrato de concessão prevê obrigações de prestação de serviços e instalação de infraestrutura pelo concessionário”</i></p> <p><i>“[...] na atual conjuntura e, em função da diminuição crônica dos recursos destinados à gestão das UCs, é válido realizar concessões em UCs que tenham viabilidade econômica, para que haja o provimento de serviços adequados para os usuários”.</i></p>	Gestor4
	<p><i>“[...] tema ainda em discussão e amadurecimento no município [...] o prefeito acompanha de perto a discussão [...] não tenho uma opinião formada [...] Acredito que se não prejudicar a população nem afetar a sua fonte de renda, será bom para todos”.</i></p>	Gestor5
	<p><i>“a população enxerga a concessão como uma espécie de privatização e acredita que vai perder seus trabalhos e sua fonte de renda”.</i></p> <p><i>“[...] acham que se for privatizar, [...] pode correr o risco de na privatização que é a concessão, colocar pessoas de fora para trabalhar lá dentro e eles perderem o trabalho”.</i></p> <p><i>“[...] tem pessoas da comunidade que acreditam ser [...] importante privatizar por que [...] vai fazer com que aquela empresa que tiver com a concessão, vá fazer os devidos cuidados no trajeto, na questão da segurança, das estruturas, da sinalização, de algo que hoje se pode melhorar, mas depende de recurso”.</i></p> <p><i>“[...] eles (o ICMBio) pensam em cercar toda a área do</i></p>	Gestor6

	<p>parque para que o acesso seja mais controlado ter só um canal de entrada e de saída, e a partir daí ter um controle maior [...] então isso aqui são investimentos que só uma empresa de porte que tem recursos que pode fazer isso lá”</p> <p>“[...] a comunidade deseja defender o seu território, mas [...] tem que estar preparado, qualificado, pra poder fazer a coisa no formato profissional e, com segurança, e que atenda os padrões, que exigências que tem que ter para manter o controle e a segurança daquele destino”</p> <p>“[...] enxergo a concessão de modo positivo”</p>	
Gerenciamento das UCs e mecanismos de auxílio	<p>“o processo de gestão envolve uma equipe técnica com 04 analistas ambientais e colaboradores terceirizados, que conduzem localmente as atividades [...]colaboração do Batalhão de Polícia do Meio Ambiente do estado nas ações de proteção. Esporadicamente [...] colaboração de pessoal de outras unidades do ICMBio ou outras instituições parceiras [...]”.</p> <p>“os recursos humanos e financeiros disponibilizados para a gestão do parque não são suficientes para uma gestão apropriada”</p> <p>“ferramentas e mecanismos utilizados para a gestão do parque [...] Conselho Consultivo em funcionamento, Plano de Manejo e Termo de Compromisso com populações tradicionais em elaboração”</p> <p>“o SEI agilizou de forma significativa a tramitação de documentos”.</p> <p>“Quando existe a necessidade, são constituídas Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho vinculados ao conselho consultivo para tratar de discussões mais específicas”.</p> <p>“Existem três portarias institucionais (Portaria nº 08/2016; Portaria nº 83/2016 e Portaria nº 579/2017) para a regulamentação de serviços turísticos”</p>	Gestor4
	<p>“tem o Conselho Consultivo do parque que auxilia a sua gestão [...] é um conselho que [...] reúne várias pessoas e entidades e ali eles colocam as ideias, discutem e sai até uns encaminhamentos do processo de participação coletiva e de consciência, portanto leva-se a informação para a reunião, como da reunião leva para a comunidade”.</p> <p>“[...] mutirões para limpeza do parque com adesão dos bugueiros, das pessoas da comunidade, que já conscientes daquele processo de sustentabilidade [...] se empenham nessas campanhas, já que o município não tem toda estrutura de pessoas, mas aí eles fazem através da sensibilização”</p>	Gestor6
	<p>“(falta de equipamento e pessoal do ICMBio como limitantes à gestão) [...] só tem um carro para fazer a fiscalização toda num parque gigantesco”.</p> <p>“são realizados, por ano, quatro mutirões para limpeza da Lagoa de Jijoca e seis mutirões, em Jericoacoara, que se estende até a praia do Preá. A gente entra como parceira nesta ação”</p>	Gestor5
Papel do ICMBio / Relação com a sociedade	<p>“(o parque) colabora no apoio a geração de renda e na promoção de lazer”</p> <p>“a relação entre comunidade e gestores é conflituosa ou não, dependendo [...] da pauta e dos encaminhamentos relacionados à gestão da área e que influenciam na comunidade”</p> <p>“[...] nas discussões sobre regulamentação de atividades no parque ou sobre a concessão de espaços do parque para a iniciativa privada [...] tivemos intensa participação, em outros não [...] como apoio na conservação de atrativos da UC”</p> <p>“a comunidade entende a importância da atividade turística, entretanto não percebem com exatidão a sua relação com o parque nacional”.</p> <p>“A participação comunitária se dá pelos instrumentos citados</p>	Gestor4

	<p>como conselho consultivo, grupos de trabalho, câmaras técnicas e reuniões com grupos de interesse mais específicos na UC”</p>	
	<p>“ICMBio realiza cursos e [...] tudo que ele puder trazer na questão de seminários, palestras, roda de conversa, ele está sempre levando lá (na comunidade)”</p> <p>“o programa de voluntários [...] são estudantes da área de meio ambiente e de turismo, ai eles selecionam, como se fosse um concurso para estagiar lá [...]a população pode atuar com a equipe do parque, em ações de conservação da natureza [...] pesquisa, visitação, comunicação, educação ambiental e proteção [...]”</p> <p>“[...] a comunidade de Jericoacoara entende a importância do parque”</p>	Gestor5
	<p>“o parque tem importante [...] papel no sentido de fazer o controle da conservação daquele ambiente”.</p> <p>“os gestores, ao longo dos anos, têm feito um trabalho de conscientização ambiental [...] junto à comunidade local e levam [...] a mensagem de que é importante cuidar do ambiente, num processo educativo, fazem também um processo de fiscalização, apesar de que hoje eles estão muito limitados [...]”.</p> <p>“[...] elas tomem parte e se sintam responsáveis de fazer a fiscalização lá na ponta, e não só de fiscalizar, mas também de cuidar e de educar, através da orientação, do lixo, da questão da pesca [...]”.</p> <p>“(sentimento de empoderamento dos atores sociais) A comunidade [...] tem, de certa forma, uma relação (por) participar do conselho do parque, eles (se) sentem privilegiados e eles mesmos fiscalizam”.</p>	Gestor6
	<p>“(conflitos resultam da) falta de diálogo e ordenamento”</p> <p>“os conflitos não deixam de ter [...] o importante é entender o lado de um, o lado de outro”.</p>	Gestor2
Trânsito de veículos nas trilhas e dunas	<p>“por mais que eles (condutores) saibam as trilhas que eles têm que seguir para sair daqui e chegar em Jericoacoara, aonde ele pode subir e tirar foto, onde ele não pode, ele sempre vai desobedecer”.</p> <p>“[...] geralmente os de fora, carros com placas de fora, sabem que é um parque nacional, que tem que ser respeitado, mas quer subir em qualquer lugar e que por isso acontecem os acidentes”.</p>	Gestor5
	<p>“[...] existe aquele chamado pirata, que não se qualificou, não se credenciou e ainda que entrar (no parque), quer ganhar um dinheirinho no formato, [...] clandestino, e aí isso aí é preocupante, mas aí está tendo a fiscalização, mas a fiscalização não é tão constante, não tem uma estrutura de estar todo dia”</p> <p>“[...] são exceções e [...] eles mesmo, dentro daquele carro, se um sai da rota, a própria pessoa que está no carro, já faz questionamento, pela consciência. As vezes visitantes e até mesmo trabalhador local que vai naqueles carros [...]”</p> <p>“apoio do município e da comunidade no processo de fiscalização [...] ICMBio não tem recursos financeiros nem humanos suficientes para investir contra todos os veículos clandestinos”</p> <p>“[...] do jeito que está lá hoje, ele é aberto, então tem as trilhas, mas qualquer um que não esteja consciente pode entrar por outro percurso [...]”</p>	Gestor6
Uso turístico do parque	<p>“[...] há cinco anos, em Jericoacoara, os turistas praticavam kitesurf em qualquer lugar, não existia restrição para a sua prática [...] hoje não, existe um zoneamento que diz que aqui ali não pode”.</p>	Gestor2

	<p><i>“nem a equipe nem as ações de fiscalizações [...] aumentaram no mesmo ritmo do número de visitantes”.</i></p> <p><i>“aumento do fluxo de turistas na localidade pode impactar diretamente na conservação ambiental do parque”</i></p> <p><i>“A visita pública não gera recursos [...] não existe a cobrança de taxa para entrar no parque”</i></p>	Gestor4
Regras do ICMBio	<p><i>“parte da sociedade local entende e concorda com as regras da unidade, outra parte gostaria que não houvesse nenhuma regulamentação/controle de suas atividades”.</i></p>	Gestor4
	<p><i>“[...] não existe respeito às regras e sempre existe conflito”</i></p> <p><i>“[...] não pode circular carro, veículo, moto, mas eles sempre se fazem de alienados, falam que não sabem, [...] sempre tem, [...] um carro lá embaixo, fazendo o que não deve na beira da lagoa. Geralmente, são placas de fora e, muitas vezes, placas de nativo também, e motos circulando também, que não pode [...]”.</i></p>	Gestor5
	<p><i>“[...] papel e responsabilidade do guia para conduzir turistas na prática do esporte [...] aquele cara que vai estar dando aula de kite, que deve obedecer a certos padrões, certas regras, checar o equipamento, manter o equipamento com um nível de segurança [...]”</i></p>	Gestor6
Infraestruturas dentro do parque e para atividades do ICMBio	<p><i>“Nos últimos 10 anos, foram realizadas pequenas reformas nas instalações do ICMBio, na praia de Jericoacoara, e obras de sinalização [...]”.</i></p> <p><i>“A comunidade local, infelizmente, contribui negativamente na conservação destas infraestruturas, com eventuais depredações”</i></p>	Gestor4

Fonte: a autora (2019).

Concessão de uso para a iniciativa privada

Para reverter a carência de recursos e investimentos, os órgãos ambientais vêm se articulando para a concessão de espaços, dentro do parque, para uso da iniciativa privada. Na visão dos gestores, pode ser um elemento positivo para o processo de gestão, especialmente, para a geração de recursos financeiros.

No processo de concessão, a empresa passará a cobrar de alguma forma pelo uso dos espaços concedidos, entretanto, promoverá melhorias estruturais no parque necessárias para o bom atendimento aos turistas cada vez mais exigentes. As estruturas necessárias, segundo apontou o Gestor6, referem-se: a) um controle mais efetivo dos veículos que trafegam no território do parque, embora exista um cadastro dos veículos, existem veículos clandestinos e particulares que adentram a área; b) instalação de pontos de apoio, como guaritas, lojas para venda de artesanato local; c) instalação de pontos de acolhimento dos turistas; d) fiscalização permanente.

Na visão de Gestor6, a concessão conduzirá à profissionalização de alguns trabalhos que exigem especialização adequada em sua consecução. A polêmica, quanto a isso, é a solicitação da comunidade para assumir determinadas ações dentro do parque. Na opinião do entrevistado, a comunidade tem competência para assumir determinados trabalhos básicos, porém existem outros mais elaborados que exigem uma qualificação técnica.

Gerenciamento das UCs e mecanismos de auxílio

A criação de UCs, como a APA da Vila de Jericoacoara, em 1984, extinta em 2007, e o PNJ, em 2002, criou uma categoria diferenciada de espaço, o espaço ambientalmente protegido. Esta condição impôs inúmeros desafios quanto ao uso do espaço, dentro da lógica da sustentabilidade, e conforme as restrições previstas, em lei, para os espaços protegidos. A criação da APA, especificamente, é considerada um marco para o fomento do turismo, fato que motivou o desenvolvimento de formas mais organizadas de turismo, aliado à divulgação da localidade de modo mais expressivo.

Como pontuaram os autores Meireles, Dantas e Vicente da Silva (2011, p. 23),

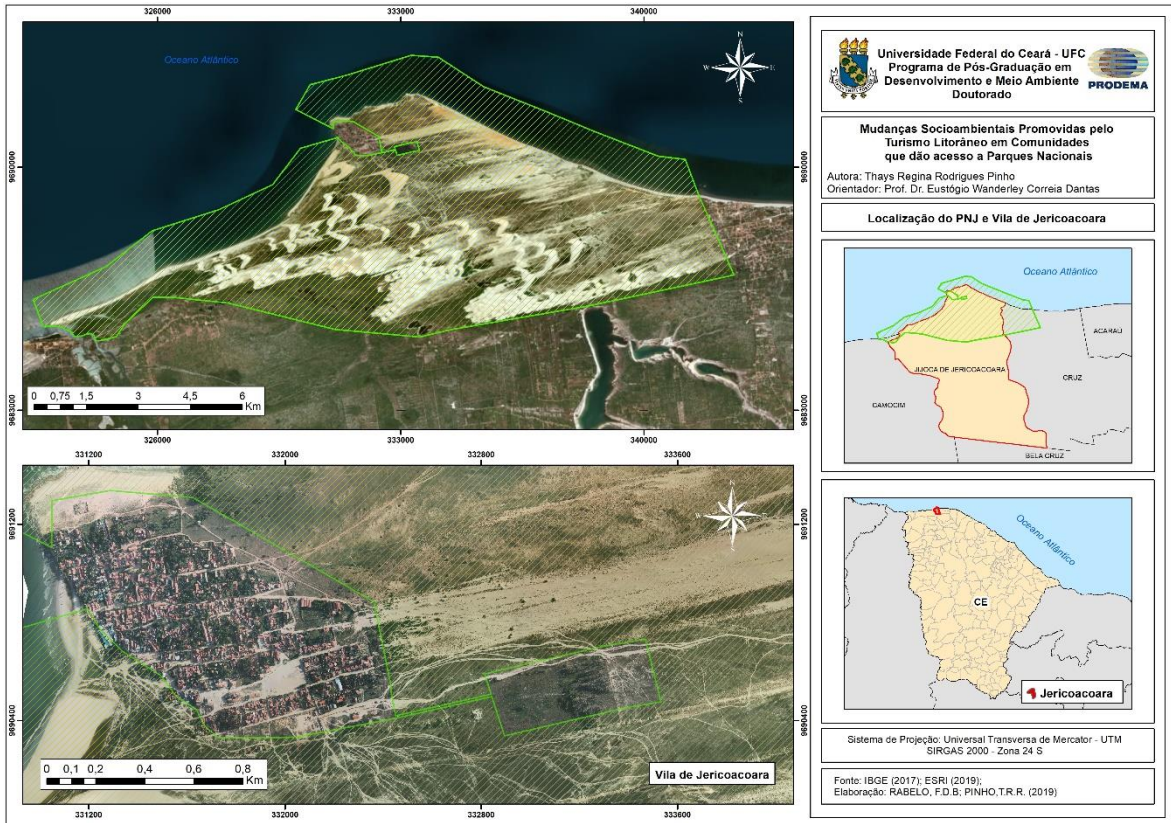
Tal lógica, pautada na racionalidade do desenvolvimento sustentável, conduz a dois níveis de reflexão concernente ao limite natural de suporte da área em foco: o primeiro, na escala da vila, pautado na constatação da ampliação do volume de investimentos de caráter turístico e da necessidade de ampliação de infraestrutura capaz de lhe dar sustentação; o segundo, na escala do parque, no tocante ao aumento gradativo do fluxo de veículos transportando turistas [...], trabalhadores [...], mercadorias para atender tanto à demanda da população autóctone como dos negócios, [...].

Do ponto de vista de Gestor5, em períodos anteriores, existia uma barreira muito grande por parte dos órgãos ambientais, devido a visão conservacionista restritiva quanto ao uso público de Jericoacoara. No início da criação do PNJ, cogitou-se fechar a vila para visitação pública. E, hoje, mesmo com o entendimento que o local sofre pressões ambientais e processo de degradação e erosão, devido a massificação turística, para a gestão municipal, a comunidade deve permanecer como um destino receptor de turistas.

A localização da vila litorânea de Jericoacoara, representa um desafio para a gestão do PNJ, pois está circundada pela área da UC (Figura 36). Isso indica uma forte interdependência entre os objetivos de conservação do parque e as

atividades diretamente praticadas na comunidade, como acessos, transporte, pesca, crescimento populacional e, principalmente, turismo. Neste sentido, o planejamento e gestão do uso público do parque deve prever essa interação.

Figura 36 – Localização do PNJ e vila de Jericoacoara




Fonte: RABELO; PINHO (2019) com dados do IBGE (2017) e ESRI (2019).

Os recursos, que são disponibilizados para a gestão do PNJ, são provenientes do ICMBio e de compensações ambientais (Figura 37).

Figura 37 - Recursos executados pelo PNJ em 2018

Recursos Executados em 2018 (Orçamento ICMBio e Compensação Ambiental)	
SERVIÇO	CUSTO
BR SUPPLY (água, gás de cozinha, mat. de escritório, alimentação voluntariado e reuniões)	R\$ 13.750,00
Vigilância	R\$ 133.476,00
Limpeza	R\$ 30.456,00
Apoio Administrativo	R\$ 58.668,00
Veículos (abastecimento e manutenção)	R\$ 24.280,00
Água/esgoto	R\$ 18.839,00
Luz	R\$ 6.200,00
Reforma rede hidráulica	R\$ 8.337,50
Operação Reveillon (passagens + diárias)	R\$ 24.815,00
TOTAL	R\$ 318.821,50



Fonte: ICMBio (2019).

Ao analisar os gastos do PNJ, notou-se que vigilância, apoio administrativo e limpeza representam os maiores valores que oneram a UC. O PNJ teve um aumento de 1000% em visitação, nos anos de 2013 a 2018, passando de 100 mil visitas, no ano de 2013, a 1,09 milhão, em 2018. Figura no ranking de visitação dos parques nacionais, como o terceiro mais visitado, no Brasil. Os números representam a apropriação destes espaços naturais para uso turístico e sua ampla divulgação junto aos mercados. É a turistificação sendo posta em prática com fins de ampliação dos fluxos turísticos e dos benefícios econômicos associados. Nem a praia de Jericoacoara, nem os ecossistemas inseridos no PNJ suportarão, por longo tempo, esse crescimento vertiginoso da demanda turística, o que poderá conduzir à degradação ambiental e ao overturismo.

Essa expressividade numérica da demanda turística, não se replica nos recursos executados para sua gestão, os quais não tiveram um aumento substancial nos anos citados. O orçamento executado no parque, em 2003, foi de R\$ 223 milhões (FIGUEIREDO, 2019). Em 2008, este número subiu para, aproximadamente, R\$ 319 milhões (ICMBio, 2019). Entre os anos de 2017 e 2018, a

verba executada reduziu em 16%, em contrapartida, a visitação ao parque cresceu 36%.

Papel do ICMBio / Relação com a sociedade

Quanto ao papel do PNJ junto às comunidades, o seu Plano de Manejo indicou que a interação das comunidades com o parque variava conforme os aspectos relacionados a pesca, ao trabalho em atividades turísticas, ao plantio em áreas próximas ao parque e ao uso das estradas que passam pelo parque e dão acesso a Jericoacoara. E a percepção sobre o parque variava entre maior ou menor simpatia, ou até mesmo de hostilidade e desconfiança.

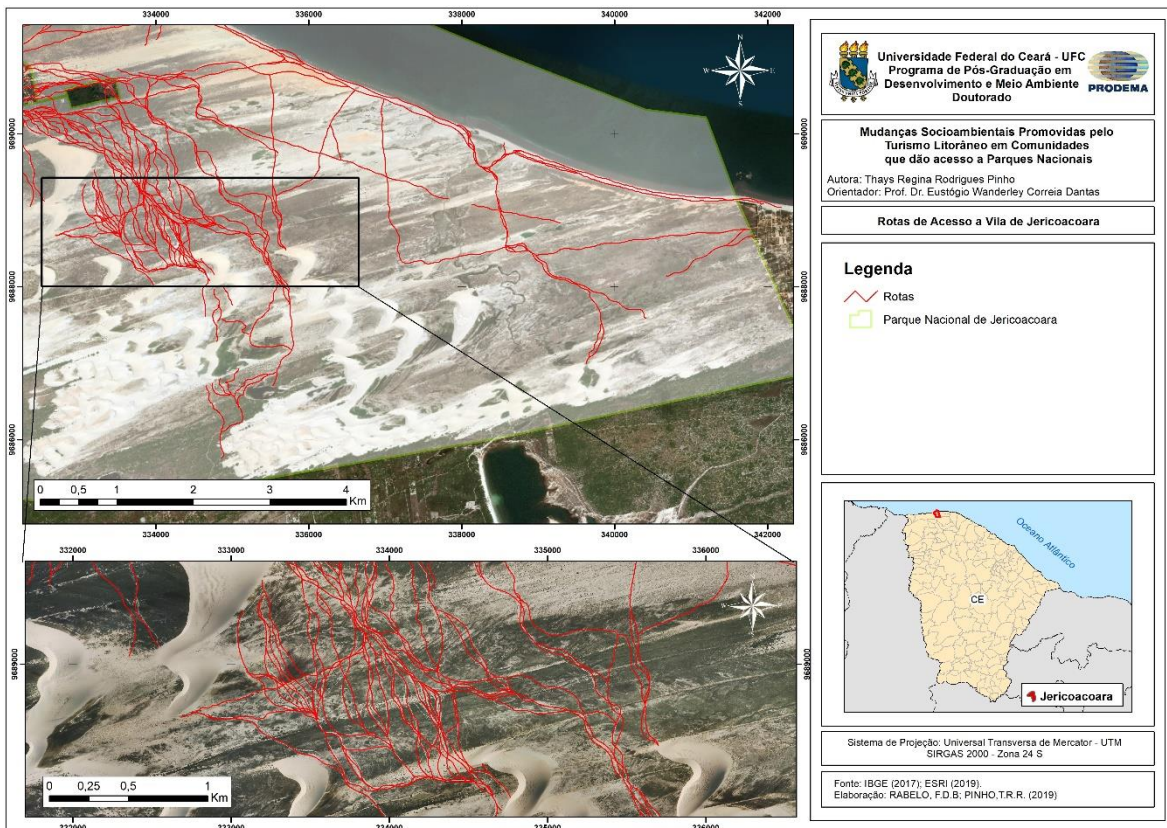
Desenvolver ações de educação ambiental junto à essas comunidades resultarão no reforço de uma consciência ambiental e o entendimento dos propósitos do parque. Essa questão é apontada, em algumas entrevistas, e deve ser trabalhada, a fim de inserir a sociedade como parceira no processo de gestão dos espaços protegidos. Pois, mesmo com a colaboração de parceiros, a equipe limitada não favorece as ações de fiscalização por parte do ICMBio.

Trânsito de veículos nas trilhas e dunas

A área do parque acaba sofrendo forte pressão devido a concentração das atividades turísticas em Jericoacoara, cujo acesso é feito através de trilhas existentes na área da UC. Arruda (2007) e Meireles, Dantas e Vicente da Silva (2011) detalharam em seus estudos os impactos induzidos no PNJ em decorrência do tráfego de veículos, relacionados a danos à biota, ao conjunto de unidades morfológicas da planície costeira e processos erosivos com remobilização de areia. Os impactos estão associados a sazonalidade climática, com remobilização de sedimentos, no período de ventos mais intensos, e interferência nos ecossistemas lacustres, no período chuvoso.

A crescente visitação ao PNJ significa maior fluxo de veículos, tanto no parque quanto na comunidade, uma vez que Jericoacoara além de ser centro de recepção passa a ser centro de distribuição dos fluxos de turistas para o parque e área do entorno. Esse fluxo desordenado impacta diretamente, no parque, com a extinção de vegetação e da fauna e com a migração do campo de dunas. A intensificação do tráfego de veículos pelo PNJ pode ser visualizada na Figura 38 que apresenta as inúmeras rotas de passagem pelo parque para chegar à comunidade.

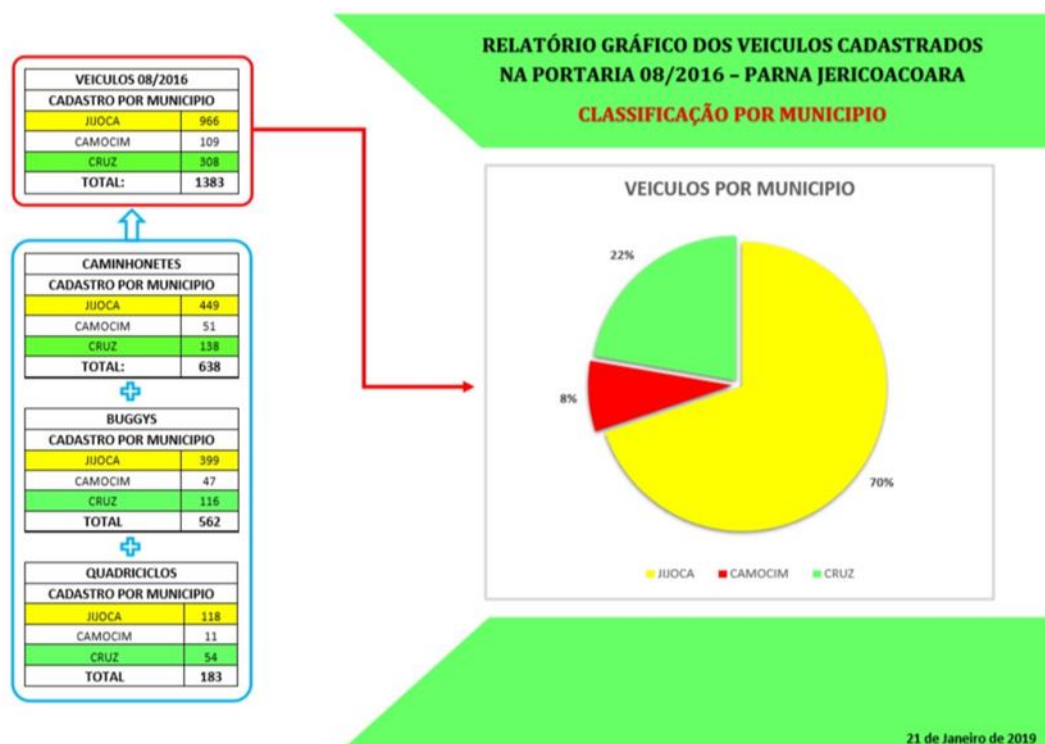
Figura 38 – Rotas de acesso à vila de Jericoacoara



Fonte: RABELO; PINHO (2019) com dados do IBGE (2017) e ESRI (2019).

A Portaria nº 08/2016 regulamentou os procedimentos necessários para o cadastramento e autorização dos serviços turísticos e transporte coletivo de passageiros em veículos do tipo buggy, quadriciclo e caminhonete jardineira no PNJ (ICMBio, 2016a). Este instrumento normativo entrou em processo de revisão desde 2018, tendo a primeira etapa do processo concluída, o que constituiu em reuniões com representantes de cada categoria (ICMBio, 2018h). A figura 39 mostra o quantitativo de veículos cadastrados por municípios que atendem ao PNJ, a partir da Portaria nº 08/2016.

Figura 39 - Veículos cadastrados pela Portaria 08/2016 - PNJ



Fonte: ICMBio (2019).

Percebeu-se que o quantitativo de veículos cadastrados, entre caminhonetes, “buggys” e quadriciclos, em Jijoca de Jericoacoara é de 966 veículos. Em Camocim, município vizinho à Jijoca, possui 109 veículos cadastrados e, em Cruz, são 308 veículos. Estes veículos estão autorizados a realizar o transporte de pessoas até Jericoacoara e realizar passeios turísticos pelo parque, em trilhas pré-definidas. Existem ainda os veículos de moradores, os clandestinos e particulares não cadastrados que realizam o traslado e os passeios mesmo sem ter autorização para isso. Esse tráfego intenso traz um prejuízo irreparável para o parque.

Embora existam trilhas pré-definidas a serem seguidas, o tráfego de veículos clandestinos e por locais proibidos ocorre com frequência, segundo os relatos. As colocações dos gestores geraram dúvida, quando afirmaram que a comunidade desrespeita as regras, mas não são eles que trafegam em locais proibidos, são apenas os turistas forasteiros.

Outro cuidado apontado por Gestor6, quanto à segurança das práticas de transporte turístico, trata-se da condução dos veículos, como buggy, toyotas e outros veículos com tração 4x4. O ICMBio tem exigido cursos de direção defensiva, carteira de motorista válida, curso de primeiros socorros e carro em bom estado de

conservação para a obtenção de licença para trafegar pelo parque. Os condutores de veículos cadastrados têm recebido treinamento para todas essas questões.

Uso turístico do parque

Aponta-se como um dos desafios inquietantes aliar a gestão do PNJ e alcance dos objetivos relativos à conservação ambiental aos fluxos robustos de visitação. O PNJ registrou um número disparatado de 1,09 milhão de visitantes, em 2018. Em contraposição, o município de Jijoca de Jericoacoara possui uma população estimada em 19.587 habitantes, dos quais, aproximadamente 2,5 a 3 mil pessoas, residem na vila.

Com esses dados, pode-se estimar que visita, por ano, Jericoacoara, um volume de pessoas que equivale a mais de 55 vezes a população total do município. Considerando que todos os visitantes do PNJ passaram pela comunidade, esta razão chega a uma proporção maior que 360 vezes o número de residentes da vila. São números colossais, diante de um espaço territorial ínfimo e confinado aos limites do PNJ, o que pode comprovar a massificação, na localidade.

As análises demonstraram que os gestores federais vêm priorizando a visitação pública das UCs e, por consequência, o processo de turistificação dos seus espaços naturais, vislumbrando uma oportunidade para garantir sua sustentabilidade econômica. Dentro desse processo de turistificação dos espaços e formação de um imaginário turístico, o parque se transmuta em um atrativo turístico, que utiliza a ferramenta imagética para sua ampla divulgação. Sob esse aspecto, a comunidade imbuída de conscientização turística enxerga o parque como elemento de destaque para a prática do turismo, portanto, importante para ser conservado. Condição que, na prática, não se materializa tão facilmente.

Regras do ICMBio

O engajamento da comunidade, nas ações do parque, ocorre com a adesão às campanhas ambientais e pelo zelo que tem com o parque. Alguns gestores descreveram o envolvimento positivo entre parque e comunidade, com decisões compartilhadas. Entretanto, relataram a existência de casos de pessoas da comunidade que negligenciam, em determinados momentos, as regras e cometem atos inadequados.

A Portaria nº 83/2016 estabeleceu normas e procedimentos para o cadastramento e autorização de uso para atividade comercial de instrução de esportes náuticos à vela (ICMBio, 2016b). Segundo Gestor6, as atividades praticadas na comunidade, correlatas a um destino de sol e praia, que mereceriam maior atenção no quesito segurança seriam os esportes náuticos, a exemplo do kitesurf, que vem se consolidando como principal atividade náutica da localidade. Existe um zoneamento que limita sua prática a determinados locais. A preocupação dos gestores é quanto ao manuseio dos equipamentos para que não ocorram acidentes. Um trabalho relacionado ao turismo de aventura segura foi feito em parceria com as associações locais, como a associação de kitesurf.

A Portaria nº 579/2017 estabeleceu normas e procedimentos para o exercício das atividades comerciais de condução de visitantes e condução embarcada de visitantes para o passeio ecológico do cavalo-marinho (ICMBio, 2017).

Outro desafio para a gestão dos espaços naturais protegidos refere-se ao cumprimento das regras ambientais preservacionistas associadas à UC de proteção integral (modelo adotado pelo Snuc da natureza intocada). Segundo os entrevistados, os conflitos mais emblemáticos, quanto às regras de conservação, referem-se ao setor de transportes, regulamentado por portaria específica.

As análises apontaram que existem contrassensos nas palavras proferidas pelos entrevistados, no que tange a existência de uma consciência ambiental por parte da comunidade. Em determinadas falas, a comunidade não respeita as regras de conservação e de tráfego nas trilhas, em outras situações, a comunidade participa de campanhas de limpeza.

Colocaram-se, ainda, ações executadas pelos moradores que alargaram os problemas ambientais e suas consequências para os recursos naturais. Caberia, aqui, um trabalho efetivo de conscientização e sensibilização da comunidade local para que percebam a necessidade de ações sustentáveis, a fim de manter a qualidade ambiental do local e, em consequência, manter a atratividade turística, fonte de renda para a população. Seria, portanto, uma sugestão para futuros estudos relacionados às localidades.

5.5 Fatores que geram impactos à sustentabilidade local

Foi possível identificar elementos relacionados às dimensões da sustentabilidade, nas falas dos entrevistados, com reforço nas dimensões ambiental, econômica (benefícios econômicos) e política (ao se referir a legislação que regulamenta a proteção ambiental).

Quadro 17 – Categoria: Sustentabilidade Socioambiental

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Capacidade de carga/NBV	<p>“[...] a definição da capacidade de carga do destino [...] é isso que [...] vai justificar a ida de clientes ou a não ida de clientes”</p> <p>“[...] uma oportunidade para dar vazão ao entorno, aos destinos menos conhecidos e divulgados”</p> <p>“[...] é urgente a capacidade de carga no destino [...] capacidade de hospedagem, [...] mas também ambiental [...] a capacidade de uso da água, de utilização, [...] dos esgotos, porque assim quanto mais gente, mais esgoto, mais água, mais energia”</p> <p>“se isso extrapolar (o número de turistas) é um risco ao invés de ser uma oportunidade, então isso já está sendo olhado, trabalhado, estão sendo feitos estudos, análises [...]”</p> <p>“[...] a velocidade que ele (turismo) tomou no passado, eu diria que hoje tem que dar mais uma freiadinha nesta velocidade, por causa da capacidade de carga na visão da sustentabilidade estrutural e ambiental, isso é uma preocupação muito forte”</p>	Gestor6
	<p>“[...] já está muito lotado, cheio de empreendimentos lá”.</p> <p>“[...] aqui não tem mais esse negócio de baixa temporada. Está tudo igual, tudo igual [...] Jeri aumentou muito, muito [...]”</p>	Gestor5
	<p>“(para manter a atratividade local) estudo de capacidade de suporte com definição de um número balizador de visitação para a Vila de Jericoacoara e para o parque”</p>	Gestor4
Uso do espaço/natureza/atrativos para o turismo	<p>“(turistificação) transformação de um espaço de morada (ou outras atividades) em espaço de empreendimentos turísticos”.</p> <p>“os espaços da localidade, sejam residências ou não, estão sendo transformados em espaços para uso exclusivo do turismo”</p> <p>“Jericoacoara é um exemplo desta turistificação [...] com alteração do uso e ocupação do solo de residências para meios de hospedagem, restaurantes e outros prestadores de serviço”</p>	Gestor4
	<p>“Jeri tem que estar sempre limpinha, bonitinha para receber todo mundo bem”.</p> <p>“(sobre turistificação dos espaços) Jericoacoara, ela tem um diferencial que na hora que você entra lá, parece que você entra em outro portal, em outro mundo [...] O pôr do sol é lindo, você fica encantado, você vai no café Jeri, vê a cidade em 360º graus, aí você fica encantado, aí você vai lá no clube dos ventos, é a mesma coisa”.</p>	Gestor5

	<p><i>"[...] todo lugar que você for, se torna um cartão postal [...] Jeri é realmente reconhecida mundialmente como uma das praias mais belas do mundo, [...]"</i></p>	
	<p><i>"[...] está associado a própria evolução e conhecimento do destino [...]"</i> <i>"vila de Jericoacoara deixou de ser uma vila, para se tornar um grande polo turístico, porque os ambientes, as estruturas estão sendo voltadas puramente para o turismo".</i> <i>"[...] hoje é muito mais empreendimento do que moradia do nativo"</i> <i>"[...] gera aquele impacto de estar usando um espaço que por natureza era deles [...]"</i></p>	Gestor6
Mudanças ambientais	<p><i>"(sustentabilidade ambiental) [...] componentes que integram os recursos naturais e atrativos turísticos [...] a questão do ambiente, da natureza, das trilhas, da água, dos mananciais"</i> <i>"[...] é necessário que a comunidade adquira atitudes ambientalmente sustentáveis para alcançar uma conscientização ambiental"</i> <i>"[...] mudanças promovidas é um processo evolutivo natural da humanidade [...]"</i> <i>[...] no decorrer do tempo, houve uma mudança pela própria questão da natureza, ambiental, não só em decorrência do turismo que foi explorado, mas eu acho que outros fatores globais influenciaram para que a ausência do peixe naquele ambiente, a mudança das águas pela questão ambiental, isso é um fator, não pode deixar de ser considerado [...]"</i> <i>"[...] para identificar outros fatores [...] são necessários estudos mais aprofundados e ter conhecimento técnico [...]"</i> <i>"[...] a mudança se deu nesse aspecto, do ambiente, mais da forma de vida, do próprio crescimento da estrutura que é uma realidade, que continua em evolução [...]"</i> <i>"Sabe-se que a exploração de moradias no entorno, a utilização de espaços que seriam de arborização pela construção de casas nas proximidades daqueles rios, influencia no processo do clima e do ambiente, da água"</i> <i>"(impactos das mudanças) [...] degradação do parque"</i> <i>"(análise ecossistêmica) [...] com a mudança do entorno, não digo só em Jeri, é no entorno, por exemplo, aqueles rios, aqueles riachos, aqueles assoreamentos que você não pode construir, tem que manter aquilo ali. Não é só dentro de Jeri [...]"</i> <i>"[...] existem discussões sobre o tema (mudanças climáticas), no sentido de descrever como estão influenciando algumas mudanças ambientais na região. No entanto, não sei [...] dizer propriamente os fatores, vamos dizer as causas"</i></p>	Gestor6
	<p><i>"a questão da duna pôr do sol [...] reduzindo seu tamanho, [...] pelo pisoteamento dos turistas [...] interrupção do fluxo natural dos ventos que trazem as micropartículas de areia, promovendo o deslocamento das dunas na região, que ocorre por consequência das questões ambientais e construções irregulares [...] quando eu tenho uma construção que não é para ter, o que vai acontecer com esse vento, com essa areia, ela não vai seguir o fluxo normal, não vai ser destinada para onde deveria ir"</i> <i>"[...] a questão dos alagamentos da época da lagoa cheia, o que pode o que não pode construir".</i></p>	Gestor5

	<p>“[...] pode haver mudança nos ventos, na pluviosidade, entre outros fatores”</p> <p>“[...] pode diminuir a frequência dos praticantes de esportes náuticos e de outros visitantes”</p> <p>“Concordo que ocorrem (as mudanças climáticas) e podem afetar a comunidade e o parque de alguma forma [...]”</p>	Gestor4
Mudanças sociais nas comunidades	<p>“Além disso, há um encarecimento no custo da moradia no local”</p>	Gestor4
	<p>“está crescendo demais, Jericoacoara está crescendo absurdamente”</p>	Gestor5
	<p>“[...] cada dia vai sempre chegando mais gente para explorar o turismo como atividade no sentido de olhar positivo”</p> <p>“[...] alguns (nativos) venderam até suas casas que se tornaram hotéis deles ou de outras pessoas. Se foi deles no início, hoje já são outras pessoas que tomam conta, gringos, estrangeiros que começaram a ir lá e gostar”</p> <p>“(espaços) que foram vendidos, eles mesmo venderam o local, suas casas [...]”</p> <p>“[...] (têm trabalhado) a pesca como resgate cultural [...] não para ser a atividade que eles estão vivendo daquilo”</p> <p>“[...] a própria atividade turística que deixou de ser a coisa mais natural e começou a ser a indústria do turismo, isso vai crescendo, cada vez mais, e vai dando aquele dinheiro pra eles e como os peixes vão ficando mais difícil, alguns pescadores [...] venderam até suas casas que se tornaram hotéis deles ou de outras pessoas [...]”</p>	Gestor6
Relações entre grupos sociais	<p>“[...] quando um cliente chega numa comunidade, quando ele sai da pousada e vai a um restaurante, ele faz um percurso, por exemplo, Jericoacoara, então tem pessoas que moram ali no entorno [...], as vezes a pessoa chega dá um bom dia, uma boa tarde, pede uma informação, no decorrer do percurso tem a chegada num atrativo, se depara com a comunidade de uma forma geral que ali mora, e que as vezes, não é um empresário, mas que de uma forma ou de outra, indiretamente, pode ser beneficiado, porque o dinheiro que é gerado pelo empresário, que contrata ali um garçom, que mora ali na comunidade, que tem um filho ou uma filha que mora lá na comunidade e não está trabalhando, mas indiretamente está sendo beneficiado, essa pessoa tem que ter esse entendimento de que é importante sempre cuidar bem [dos turistas e do turismo]”</p> <p>“[...] a relação (entre visitantes e visitados) é harmônica”</p>	Gestor6
	<p>“[...] é uma relação de amistosidade e aproximação, porque a comunidade tem a compreensão da importância do turismo para seu desenvolvimento social”</p> <p>“há grupos que não gostam de forasteiros e outros se relacionam bem”</p>	Gestor4
	<p>“o relacionamento é de acolhimento, respeito”</p> <p>“[...] não existem conflitos por causa do número excessivo de turistas”</p> <p>“tem pessoas aqui que vem passar as férias [...], 4 a 5 vezes por ano. Ai eles ficam 1 mês, dois meses, três meses. E tem gente que chega aqui de Minas, da Bahia, de qualquer parte do Brasil, já não quer ir embora, quer morar lá. Porque é uma terapia”.</p> <p>“[...] não existem conflitos entre os moradores e empreendedores de fora [...] A gente abraça todo mundo, o sol brilha para todo mundo [...] ninguém tem medo de</p>	Gestor5

	<p><i>concorrência, porque tem público para todo mundo”</i> <i>“[...] não é um conflito é uma mágoa por parte da comunidade [...] os empresários têm que enxergar o nativo, sim, se ele puder ser aproveitado dentro do comércio dele, mas também tem muitos nativos que são acomodados, preferem ganhar o dinheiro mais fácil”.</i> <i>“[...] eles (excursionistas) chegam com cooler, que em qualquer restaurante se ele chegar, o dono pode muito bem não aceitar [...] a pessoa não consome nada e ainda deixa o lixo”</i></p>	
--	--	--

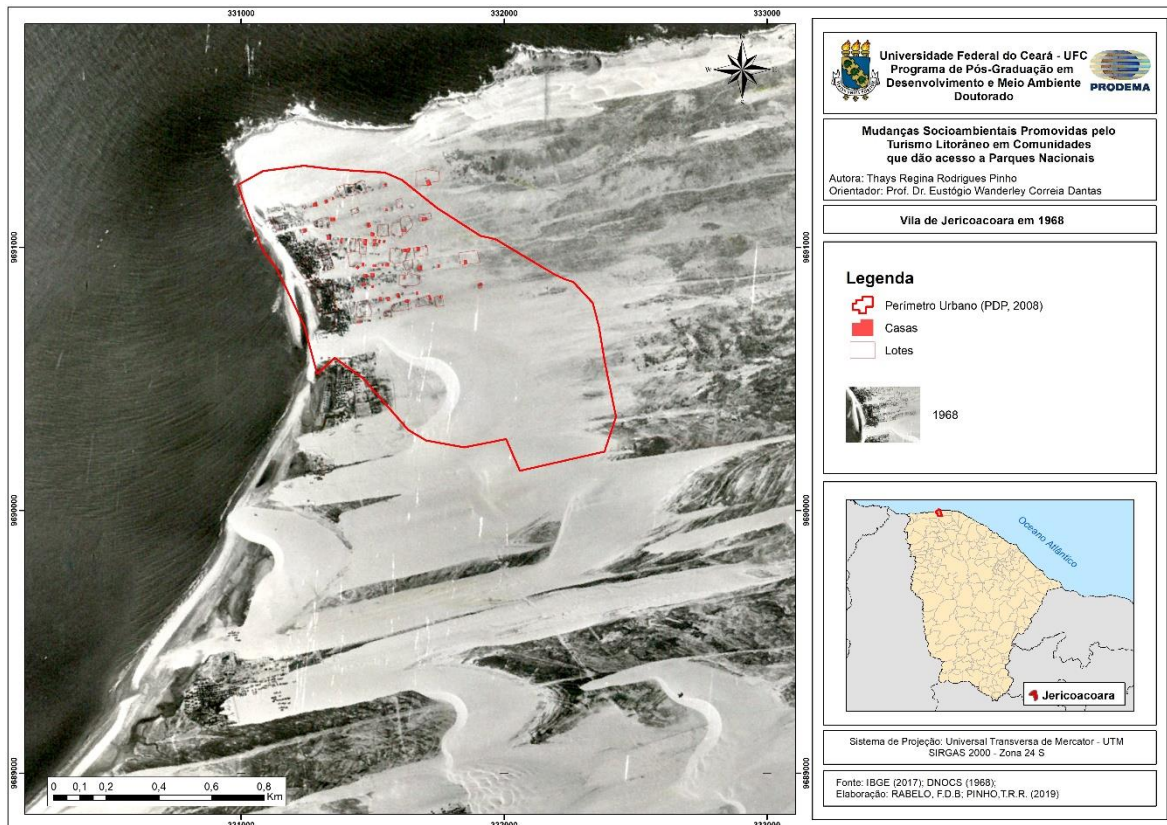
Fonte: a autora (2019).

Uso do espaço/natureza/atrativos para o turismo

O crescimento populacional e a expansão urbana, em Jericoacoara, influenciam na sustentabilidade local, uma vez que criam situações adversas sob o ponto de vista ambiental e social. No processo de produção do espaço da comunidade, observou-se, ao longo dos anos, uma urbanização, prioritariamente turística, criando espaços turistificados. De outro lado, a migração por parte de visitantes alóctones, atraídos pela atratividade turística da localidade, levou ao crescimento populacional da comunidade.

As reconfigurações espaciais experimentadas, em Jericoacoara, em decorrência, sobretudo, do desenvolvimento do turismo litorâneo são apresentadas em imagens aéreas da comunidade, com periodização diferenciada. A primeira imagem, datada de 1968, mostra a configuração espacial da localidade, antes do início e consolidação das práticas turísticas (Figura 40).

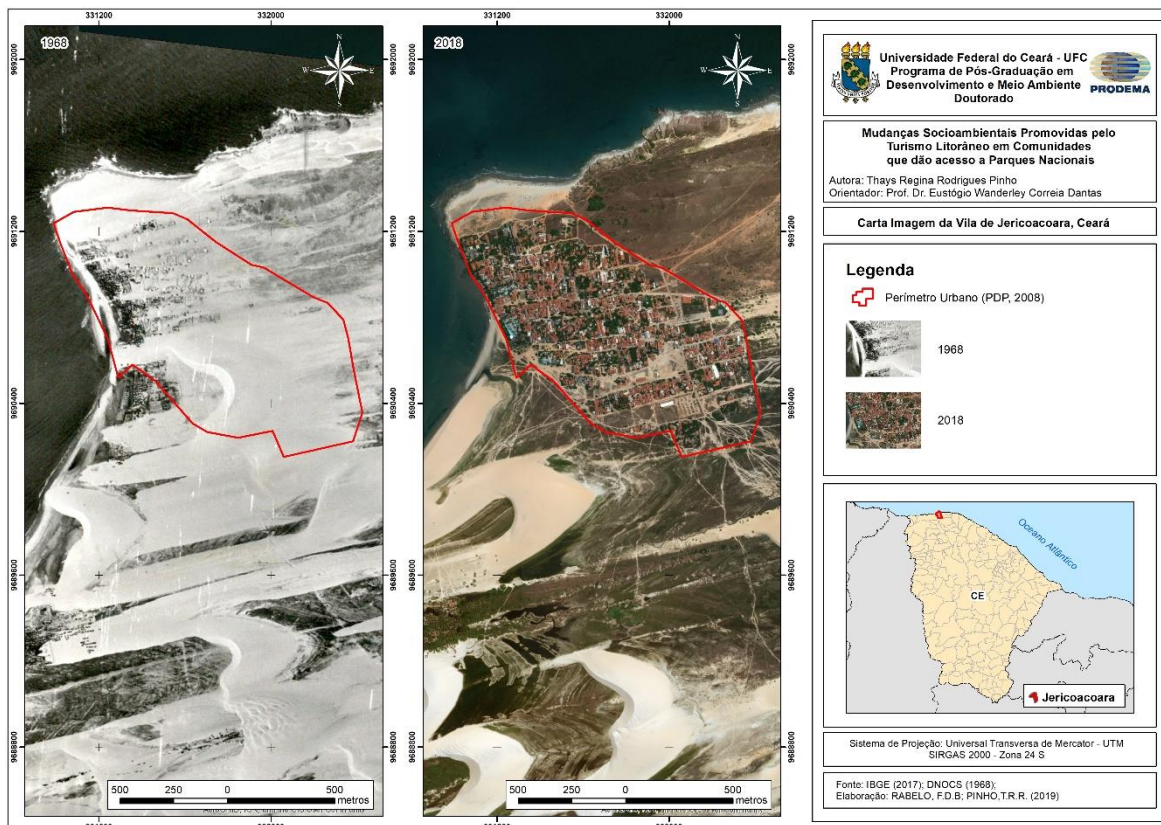
Figura 40 – Vila de Jericoacoara em 1968



Fonte: RABELO; PINHO (2019) com dados do IBGE (2017) e Dnocs (1968).

O polígono vermelho simboliza os limites territoriais do perímetro urbano da comunidade, definidos no PDP de 2008. Observa-se que a comunidade ocupava um território bem inferior ao do polígono, demonstrando o pouco adensamento populacional. Outro elemento representado por retângulos vermelhos trata-se das construções existentes, à época, na comunidade. Notou-se que as construções eram dispersas. A expansão urbana, em Jericoacoara, pode ser observada ao analisar, comparativamente, as imagens de 1968 e 2018 (Figura 41).

Figura 41 – Expansão urbana em Jericoacoara



Fonte: RABELO; PINHO (2019) com dados do IBGE (2017) e Dnocs (1968).

Identificou-se, em 2018, um aumento expressivo de construções na comunidade. Porém, ficaram restritas ao limite do perímetro urbano estabelecido pelo Plano Diretor Participativo (PDP) de 2008, evidencia de que o limite do PNJ foi respeitado. Notou-se, ademais, que as construções se aglomeraram, especialmente, na parte central da comunidade. Isso demonstra que a comunidade está estreitando seus espaços de circulação e mobilidade urbana com a construção de novas edificações.

Neste novo processo de reprodução espacial, os espaços são quase em sua totalidade, voltados ao turismo e aos tipos de turistas que ali frequentam, e comprovou que o “turismo funciona como indutor da organização espacial e mobilização de fluxos, com transformação de espaços geográficos em lugares turísticos” (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016, p. 4).

A turistificação é identificada como uma prática socioespacial que vem remodelando de modo significativo a produção do espaço urbano. Essa condição, gera conflitos que envolvem desde a intervenção externa nos espaços, a partir de

peças advindas de fora da comunidade, até por políticas concebidas para favorecimento de determinados agentes em detrimento da comunidade e da conservação ambiental. Por consequência, as poucas residências pertencentes à nativos começam a ficar ilhadas em meio a pousadas, lojas, hotéis, restaurantes e bares (Figura 42).

Figura 42 – Turistificação dos espaços com instalação de equipamentos voltados para a prática do turismo



Fonte: a autora (2019).

Dantas (2002, p. 53) expôs que a ocupação do litoral estimula a urbanização do litoral, faz modificações na dinâmica natural e ocasiona a “litoralização” que implica fenômenos de transformação intensiva do litoral, resultando em novas formas espaciais ligadas à sociedade de lazer e, por outro lado, ao movimento de residência, refletindo no modo de vida urbana no litoral. Evidenciou-se, assim, em Jericoacoara, uma urbanização turística.

A turistificação dos espaços, analisando a fala de Gestor5, conduz a uma pressão para que os ambientes da comunidade estejam sempre prontos para receber os turistas. Percebeu-se, no entanto, que o gestor municipal não domina os conceitos sobre o assunto, à medida que discorre sobre a paisagem natural existente, em Jericoacoara, e não sobre a apropriação dos espaços pelo turismo.

Pode-se inferir que os atrativos naturais e artificiais elencados fazem parte do acervo turístico consolidado no imaginário social. Este dado corrobora o fenômeno de apropriação dos espaços (pelo menos, parte dele, representados pelos atrativos locais) pelo turismo.

Mudanças socioambientais

A atividade turística é forte no município e a sua intensificação, nas duas últimas décadas, tem mudado o perfil das localidades do entorno do PNJ. A praia de Jericoacoara concentra a maior parte do fluxo de turistas e, como desdobramento, concentra a maior parte dos impactos associados a ele, inclusive no âmbito de visibilidade turística.

Confirmou-se, nas falas dos gestores, a apropriação do espaço habitual dos nativos por moradores alóctones, muito embora, relataram que ainda restam moradores autóctones em Jericoacoara. Os nativos são expropriados de seu lócus habitual para residir no entorno de Jericoacoara, nas comunidades próximas, e têm que se deslocar, diariamente, para trabalhar na vila, um percurso de 10 a 20 quilômetros, que lhes onera por ser feito em veículos particulares.

Na praia de Jericoacoara, hoje, incluída como zona de amortecimento do PNJ, houve conflitos quanto ao seu crescimento urbano desordenado que avançava para além das fronteiras do parque, sendo necessária a intervenção pública e criação de regulamentos específicos para inibir tal ação. O crescimento desordenado ainda é uma realidade, mas envolve, de modo mais específico, o território da comunidade e não do parque.

Em determinadas situações, é evidente a degradação visual dos espaços, uma possível decorrência da massificação turística aliada a falta de planejamento urbano e turístico. Algumas reconfigurações do espaço são apresentadas, a seguir, e demonstram a deterioração paisagística da vila, com provável impacto na atratividade turística local (Figuras 43 e 44).

Figura 43 – Deterioração paisagística devido a massificação turística



Fonte: a autora (2019).

Figura 44 – Deterioração paisagística fruto da expansão urbana



Fonte: a autora (2019).

A gestão municipal procurou inibir a expansão urbana, impondo maiores restrições para construção de novos empreendimentos, sejam de maior ou menor porte. A cautela maior na liberação de licenças para obras na comunidade, segundo Gestor6, deve-se à capacidade de carga que começa a ficar comprometida. O ordenamento do uso e ocupação do solo, tornou-se um dos principais desafios para

a localidade. Sua expansão constante e sem planejamento já demonstra problemas para a circulação das pessoas.

Os gestores discorreram sobre os impactos ambientais e ações antrópicas na comunidade, especialmente, em relação ao planejamento desordenado das construções e estruturas para o turismo. Notam-se, desse modo, empreendimentos sendo construídos, em toda a vila, e bem próximos ao mar, que são invadidos pela maré, durante os períodos de forte ressaca.

Outra situação comum de conflito trata da competição pelo uso do espaço e dos recursos naturais para atividades como o turismo, em contraposição às atividades produtivas tradicionais, como a pesca e a agricultura de subsistência. Dentre as transformações sociais e econômicas associadas a introdução dessas atividades modernas, perceberam-se, em Jericoacoara, novas fontes de geração de trabalho e renda; novo perfil da mão-de-obra requisitada pelos setores da economia, deslocamento de comunidades, transformações no modo de vida da população e mudanças culturais. As atividades tradicionais vão, aos poucos, sendo substituídas pelas atividades turísticas, cuja inserção na comunidade, a leva a ter outro tipo de relação com o meio e com os outros.

Os impactos relativos à atividade turística se fizeram notar pela ampliação do fluxo de visitantes, relatada nas falas dos pesquisados, e no aumento dos voos que chegam à região. Sobre o fluxo intenso de turistas que se destinam à Jericoacoara, Gestor5 alertou que o destino não apresenta mais um período de sazonalidade turística. Nos tempos atuais, o fluxo é constante, independente do período do ano.

Outro indício do incremento do número de visitantes é a concentração de pessoas, nos espaços da praia e do parque. A massificação turística pode ser comprovada, a partir das numerosas filas existentes para o registro fotográfico dos atrativos turísticos, que, nos meses de férias escolares, pode demandar dos visitantes uma longa espera (Figura 45).

Figura 45 – Longas filas para registro fotográfico dos atrativos como resultado da massificação turística



Fonte: a autora (2019).

O excesso de visitação e adensamento da zona turística é apontado por Gestor4 como um fator que pode estar promovendo mudanças ambientais na localidade, como a diminuição da duna do pôr do sol, impactos sobre a desova das tartarugas marinhas nas praias com o intenso pisoteio nas areias da área protegida e impactos sobre as dunas existentes em toda a extensão do parque.

A comunidade de Jericoacoara abarca moradores nativos, que estão se tornando minoria, e moradores alóctones, provenientes de outros lugares do Brasil e do exterior, que se tornam a cada dia, maioria na localidade e empreendem abrindo negócios associados ao turismo.

Vale ressaltar que uma consciência social em prol do turismo vem sendo estabelecida na localidade desde os anos de 1990, até mesmo na socialização de seus indivíduos (DAVIS, 1964). A consolidação desta conscientização se materializou, na fala dos entrevistados, ao associar, de modo inerente, os fatores sociais, ambientais, econômicos e políticos do município ao desenvolvimento prioritário do turismo.

As mudanças socioambientais são percebidas, pelos entrevistados, na comunidade, a partir de elementos da paisagem que vem se modificando por constatações empíricas. Os gestores descreveram algumas mudanças negativas promovidas pelo turismo: o aumento dos resíduos; a conscientização turística exacerbada, em detrimento, de uma conscientização ambiental; a especulação imobiliária e uso do espaço para a expansão turístico-imobiliária, fatores que podem impactar na sustentabilidade local.

Relações entre grupos sociais

No que tange as relações estabelecidas entre visitantes e visitados, notou-se que os contatos sociais existentes, entre turistas e comunidade local, são marcados, da mesma forma que, em Barreirinhas, por relações associadas, quase exclusivamente, às práticas turísticas, muitas vezes, de caráter servilista (KRIPPENDORF, 2001) e impessoal. O que Davis (1964) descreve como relações secundárias. Os entrevistados não descreveram as relações existentes com essas palavras, embora relataram, em suas falas, que comunidade e turistas têm relacionamentos baseados no comércio turístico.

A interação social existente entre os moradores e os turistas é baseada, muitas vezes, em contatos quantitativos, ou seja, os turistas não mantêm uma relação de afetividade com os moradores, firmando laços secundários, não duradouros. Tal fato, pode causar impactos e conflitos sociais nos residentes, pois à medida que percebem a presença dos turistas, sem ocorrer a interação através de laços primários, sentem-se em uma posição inferior a deles, pois acreditam que esta distância é intencional, aflorando um sentimento de inferioridade por parte dos autóctones em relação aos turistas.

Embora alguns gestores expressaram que as interações entre visitantes e visitados sejam harmônicas, determinadas falas apontaram o contrário e descreveram, sutilmente, as relações conflituosas e focadas em ganhos materiais (contatos quantitativos). Essas sutilezas apresentadas no conteúdo não são, por vezes, perceptíveis para os próprios entrevistados. Em outro momento, apontaram que o conflito aparece em algumas atitudes em relação aos empreendedores alóctones⁴⁵, especialmente, ao analisar as visões contrastantes de ambos. Infere-se, aqui, um conflito relacionado ao uso dos espaços e sua apropriação pelos turistas que se tornaram residentes.

Segundo as falas dos entrevistados, não existe saturação turística ou intolerâncias e hostilidades aos turistas (AIRES; FORTES, 2011), por parte da comunidade, que conduza a uma aversão à atividade (NEHER, 2018; GABRIEL, 2017).

São marcantes os benefícios socioeconômicos promovidos pelo turismo, muito embora, o destino esteja caminhando para a saturação ambiental, como

⁴⁵ Empreendedores provenientes de outros estados ou países que investiram na comunidade e se tornaram residentes permanentes ou visitantes frequentes.

apontaram, mesmo que implicitamente, as falas dos entrevistados, ao tratarem de questões relacionadas aos resíduos sólidos, saneamento, crescimento urbano acelerado e alto fluxo turístico.

Quadro 18 – Categoria: Impactos Econômicos do Turismo

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Exploração do turismo como principal atividade econômica	“[...] (se acabar o turismo) vai desempregar brincando ali, dezenas e milhares de pessoas”	Gestor2
	“a comunidade tem a compreensão de que sua renda vem da atividade turística”.	Gestor4
	<p>“[...] o foco maior mesmo de sustentabilidade (econômica) é o turismo”.</p> <p>“[...] não enxergo a comunidade sem o turismo”</p> <p>“[...] tem pessoas que estão mandando turistas lá da França para cá, das operadoras de turismo. tem pessoas que estão mandando turistas para cá de São Paulo. Então tem todos esses empregos indiretos de pessoas que estão em locais diferentes e sendo alimentadas pelo turismo de Jericoacoara. Inclusive o governo (do estado e do município) vê como um diamante [...]”</p> <p>“[...] Camocim, Itarema que tem a praia da Baleia, todo mundo tem ciúmes da gente”.</p>	Gestor5
Empreendimentos da cadeia produtiva do turismo / Empreendedorismo	<p>“o turismo gera negócio”</p> <p>“[...] (a comunidade) sentiu a necessidade de trabalhar o turismo como um negócio [...] organizar sua casa, fazer uma pousadinha, um restaurante [...], porque não tinha sentido só dar gratuitamente”</p> <p>“[...] os que vêm de fora têm uma visão diferenciada e a ousadia de empreender e de construir, enquanto os nativos não estavam preparados para o empreendedorismo”</p> <p>“(os nativos) [...] estão na onda de explorar o turismo [...] faz uma pousada domiciliar na casa deles, [...] ajeita ali para hospedar e acaba adaptando a própria residência dele para gerar uma renda”</p> <p>“Outra opção para os moradores é empreender no setor de alimentação, fazem um restaurante, uma pequena lanchonete ou um ponto de alimentação”</p> <p>“Acontece muito lá que tem muitos estrangeiros que são proprietários de empreendimentos, porque eles foram turistas visitantes, e gostaram e acabaram adotaram aquele lugar para viver lá, aí montaram seu empreendimento, seu negócio [...]”</p> <p>“[...] é um conflito em tipos de empreendimentos”</p> <p>“[...] antigamente o turista que vinha pra Jeri era, ele tinha um certo patamar de padrão financeiro, hoje, vamos dizer, numa linha mais popular, a pessoa chega lá com pouco investimento, consegue chegar lá em Jeri, [...], não vai nem gastar tanto com uma pousada de porte maior, porque tem aquelas de porte menor”</p> <p>“Agora, se o outro tem um cardápio mais incrementado, se</p>	Gestor6

	<p>tem uma pousada mais sofisticada, o outro tem uma mais simples, aí já são questões de investimento, de capacidade de empreendedorismo, capacidade de ser empreendedor ou não, de investidor. Ai o mercado é livre para isso”</p> <p>“(os turistas) [...] têm um padrão de exigência, padrão nacional e internacional, que vem da Europa e de outros lugares [...] um nível de exigência bem elevado e apurado”</p> <p>“[...] começaram a ver que aquilo ali (a falta de sustentabilidade) era uma ameaça, que eles iam perder clientes e que o destino ia perder a oportunidade de trabalhar com aqueles clientes”</p>	
	<p>“[...] a demanda comercial sempre vai ser positiva, cada hora abre 5, 6 empresas, tanto aqui (em Jijoca), como em Jericoacoara. Então, só tende a crescer mesmo, cada vez crescer mesmo”.</p>	Gestor5
Trabalho e renda pelo turismo	<p>“[...] os jovens da localidade precisam se ocupar para não gerar outros problemas sociais”</p> <p>“(impactos negativos das mudanças) [...] a (retração na) geração de empregos”</p> <p>“Com o advento do turismo, eles começaram a ter ganhos [...] não só da pesca, mas vendendo a estadia, o ambiente, no início, eles [...] davam hospedagem em suas casas [...]”</p> <p>“(em Camocim, cidade vizinha) não tem emprego. E a questão do turismo ainda está engatinhando. Está começando a fazer várias coisas lá na área do turismo, que é riquíssimo [...], as paisagens [...], mas tem que ser muito bem trabalhado”</p> <p>“O conflito, com o passar do tempo, acabou, pois os nativos passaram a analisar o turismo e suas estruturas construídas como uma fonte de renda”</p> <p>“[...] num cenário nacional e mundial de desafio de emprego e renda, o destino turístico [...] é uma fonte de trabalho, de renda e que tem gerado muitas oportunidades para todas as pessoas de um modo geral”.</p> <p>“[...] a transferência de atividades produtivas, da pesca para o turismo, pode ter sido motivada pela pesca ser limitada enquanto geração de recursos”</p>	Gestor6
	<p>“[...] na questão das crocheteiras [...] elas vão para Jeri vender o seu crochê, que é muito bem vendido, [...] E os seus maridos ficam trabalhando na roça, na zona rural, como moto táxi, como outras coisas assim, mas a âncora da família, a sustentabilidade na questão de dinheiro, de fazer reforma na casa, em construir, é da mulher [...]”</p> <p>“[...] os pescadores vão para alto-mar, todos os dias, 3 ou 4 horas da manhã e voltam com suas canoas e jangadas, cheias de peixe, onde os próprios donos de restaurantes, lá na hora, negociam o peixe fresco para os seus restaurantes, que por isso que Jeri é conhecida, dificilmente você vai lá para comer o peixe congelado, geralmente é fresco, que é uma delícia”.</p> <p>“[...] tem todo dia aqui no comércio da rua, carros de todas as localidades, trazendo as pessoas para fazer compra. Usar a casa lotérica, usar o banco [...] para tirar sua aposentadoria, [...] circula muito dinheiro e muito comércio. Principalmente dia de domingo”.</p>	Gestor5
Especulação imobiliária	<p>“[...] pressão para ocupação ilegal das áreas, o encarecimento dos preços praticados, na região do parque, tanto em moradias quanto em hospedagem”</p> <p>“[...] expropriação da comunidade para locais mais distantes e precários sem infraestrutura pública e de serviços”</p> <p>“(a Lagoa) sofre problemas com a pressão imobiliária turística com construções irregulares muito próximas de sua margem”</p> <p>“[...] (o deslocamento) faz parte do desafio [...], mas hoje, [...], eles têm um emprego lá na região mesmo, não precisa</p>	Gestor6

	<i>ir para fora, para outro estado, para grande centro, como São Paulo, buscar emprego, porque lá mesmo eles já têm sua fonte de renda”</i>	
	<p><i>“Viver e trabalhar em Jericoacoara é muito caro”</i></p> <p><i>“[...] em Jeri você passava num beco, antigamente, era 10 metros, agora é meio metro. Ai eu tenho um quartinho aqui, vou fazendo mais um quartinho, ai só cabe a pessoa nos becos. Aquilo que eu falei, o metro quadrado lá vale ouro, então tem muita construção neste sentido, quando a prefeitura pisca, já construíram um cômodo, [...] é a coisa mais absurda do mundo e a gente sofre muito nesses conflitos, geralmente de construções irregulares”.</i></p> <p><i>“[...] como tem gente que constrói irregularmente nos becos, têm gente que constrói irregularmente, perto de lugares que não é para construir, como perto das dunas. Então é um dos conflitos diários ambientais que a gente vai sofrer sempre, não adianta. É uma briga constante”</i></p> <p><i>“[...] porque num terreno eles (os visitantes alóctones) começaram a comprar com valores absurdos, [...] o metro quadrado de Jeri já está valendo mais que França e Itália”</i></p> <p><i>“[...] eles conseguem dividir, por exemplo, se eles têm um terreno grande, que o metro quadrado é os olhos da cara, ele dá só aquele pedacinho e fica com outro. Eles não são bobos não”</i></p> <p><i>“na questão de aluguéis de casa, a gente vê muita dificuldade, as pessoas que vão alugar suas casas em Jeri, porque em alta temporada, geralmente, eles fazem questão de pedir a casa, inventa qualquer coisa e pede a casa para alugar a casa, porque fica no preço maior, mais valorizado”</i></p> <p><i>“eles não abandonaram lá (a vila) totalmente não [...] os nativos donos de empreendimentos turísticos, muitas vezes, arrendam o espaço e se mudam para outros locais, mas depois regressam [...] eles arrendam aquela pousada, aí depois eles voltam, tem a casa de aluguel, aluga aquela casa para período de carnaval, depois ela volta [...]”</i></p>	Gestor5

Fonte: a autora (2019).

Exploração do turismo como principal atividade econômica

O turismo e o parque são percebidos, dentro do imaginário social atual, como fatores positivos, pois geram retornos financeiros. As análises das falas apontaram que, para os gestores, o turismo oportuniza melhorias sociais e, sobretudo, econômicas e, por isso, deve ser estimulada nos destinos.

Pesquisas indicaram mudanças econômicas significativas, em Jijoca de Jericoacoara, após ter se tornado núcleo indutor do turismo, segundo MTur (2008). Segundo Brandão e Coriolano (2016), mais de 80% da economia do município vem do turismo, sendo a principal atividade geradora de renda.

Práticas econômicas monocultoras, por outro lado, são preocupantes, a medida em que seu declínio pode significar a estagnação econômica de toda a municipalidade. As colocações dos gestores corroboraram a dependência econômica local com o turismo, ao discorrer sobre o possível declínio do destino⁴⁶

⁴⁶ Fases de vida de uma destinação turística.

dentro do mercado turístico, caso não sejam superados os problemas socioambientais da atualidade.

Empreendimentos da cadeia produtiva do turismo / Empreendedorismo

Jericoacoara vem recebendo um fluxo de visitantes tão intenso que vem diversificando seu público. Atualmente, a maior diversificação de turistas por faixa econômica, instalação de empreendimentos que atendam diferentes nichos de mercado, instalação de empreendimentos para melhoria do acesso, caso do aeroporto, vêm contribuindo para o aumento exponencial de turistas.

Baseando-se nas experiências de Gestor6, dentro de um horizonte temporal, do início da atividade turística até os tempos presentes, a localidade era uma vila de pescadores e vivia-se, sobretudo da pesca, e essa configuração sofreu mutações, engendrando novas práticas econômicas na comunidade. Com o decorrer do tempo, o incremento das ações públicas e privadas para fomentar a atividade turística culminou na sua consolidação dentro do mercado turístico como um destino forte.

Gestor5 apontou que os principais setores produtivos, depois do turismo, são, nesta ordem, o artesanato de crochê, a pesca e a agricultura. Contraditoriamente, afirmou que a pesca é uma atividade marcante na localidade, embora, os demais gestores e estudos científicos expuseram a diminuição desta prática tradicional. Algumas inconsistências, sobre o tema, foram identificadas, pois, nas falas de Gestor5 e Gestor6, colocou-se que a pesca deixou de ser uma atividade econômica representativa em Jericoacoara.

O comércio aparece como integrante do setor produtivo municipal, representado, principalmente, por restaurantes, pousadas, lanchonetes, bares, mercantil, lojas de confecções e de moda praia. O artesanato, considerado setor informal, ganha destaque na tipologia do crochê. Este é o conjunto das atividades mais importantes que dinamizam a economia local.

Brandão e Coriolano (2016) analisaram o turismo sob o viés convencional, que busca o desenvolvimento econômico, e o contra hegemônico, que promove o desenvolvimento local, por meio do engajamento da população. As autoras revelaram que, em Jericoacoara, existe a preponderância de empreendimentos turísticos que incorporaram o modelo de turismo do tipo convencional, melhor dizendo, “[...] absorve atividade produtiva moderna, com foco

global, que reproduz organizações desiguais em territórios capitalistas” (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016, p. 08).

Um exemplo disto é a oferta de empregos com baixa remuneração ao exercerem funções em postos de trabalhos oferecidos pelos empreendimentos turísticos, como camareira, jardineiros, serviços gerais e outros. Ou ainda prestam serviços como condutores de turismo, motoristas de buggy ou transporte de tração para a locomoção dos turistas, instrutores de voo, kitesurf e windsurf, vendedores ambulantes e passeio de jangadas.

A maior parte dos estabelecimentos prestadores de serviços turísticos é de empreendedores externos à comunidade. Muitos vieram como turistas e, ao perceber as carências de serviços, passaram a ser residentes investindo e comercializando produtos e serviços turísticos (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016). O trade turístico local comercializa o lugar turístico, apropriando-o para o mercado, o lugar materializa-se, neste contexto, como uma mercadoria turística.

Embora ocorra a predominância do turismo convencional, na comunidade, identificaram-se, de modo embrionário, manifestações pontuais de turismo de base local no entorno de Jericoacoara. Segundo Brandão e Coriolano (2016), em paralelo aos serviços do turismo convencional, a comunidade de Nova Jeri vem oferecendo serviços inseridos no eixo do turismo comunitário, propiciando oferta turística a demanda que busca maior contato com comunidade e inserção na cultura local. O turismo contra hegemônico (BRANDÃO; CORIOLANO, 2016) manifesta-se, por parte de famílias que hospedam turistas, alugando quartos da casa e vendendo refeições a preços mais acessíveis. Proposta replicada, em Barreirinhas, como citado anteriormente, junto às comunidades tradicionais residentes no interior do PNLM.

As colocações expostas por Gestor5 sobre a instalação de empreendedores externos à comunidade, denotou a existência de relações de mercado perfeitas, em que todos lucram. Sabe-se que as relações de concorrência e competitividade, no mercado, não funcionam de modo tão perfeito.

Existem os empreendimentos turístico-hoteleiros de maior porte (luxo) e os que possuem uma estrutura menor, instaladas para atender o público de menor poder aquisitivo. Independente de possuir uma estrutura maior ou menor, os empreendimentos podem e devem sempre receber bem os turistas.

Trabalho e renda

Um ponto referente ao aspecto econômico é oportunizar aos membros da comunidade postos de trabalho com salários justos. Em relação ao parque, o processo para ocupar um cargo, envolve a realização de concurso público, o que dificulta o acesso da população local, deficitária em termos socioeconômicos se comparada com populações de outras cidades mais desenvolvidas do país. Um meio de atender, em específico, a comunidade, sem fazer uso de concurso público, seria o voluntariado e concessão de bolsas.

Identificou-se, em uma das falas, um ponto de desacordo nas relações entre nativos e empreendedores quanto à contratação de pessoal externo à comunidade para executar trabalhos nos empreendimentos turísticos. É fato que os empreendedores optam por pessoal especializado, entretanto, poderiam identificar, na comunidade, pessoas que possuíssem um certo nível de escolaridade para treiná-los. Argumentando a favor dos empreendedores, Gestor5 apontou que existem nativos acomodados, que não procuram estudar ou crescer profissionalmente.

Em relação aos benefícios associados ao turismo, os gestores descreveram a ida de pessoas para a localidades, vindas de outros municípios e arredores, em busca de emprego no turismo, o fomento do comércio local e a ida de investidores para empreender. Além dos empregos diretos, gerados pelo turismo existem os empregos indiretos, o que assegura uma movimentação financeira, no município, alta e, por consequência, tornou-se referência para os municípios próximos.

Na opinião dos gestores, o turismo modificou o desenvolvimento local e a vida da comunidade, sobretudo, no aspecto econômico. Citaram os exemplos positivos das crocheteiras que, hoje, possuem suas casas próprias e adquiriram bens, a partir da venda do artesanato que produzem; e dos motoristas que realizam o transporte de turistas, que adquirem, de início uma moto, depois investem em um buggy, até chegar à compra de Hilux. Isso indica a evolução daquele indivíduo na cadeia produtiva do turismo e o desenvolvimento socioeconômico advindo com o turismo.

Como foco no mercado, a conscientização de todos, para um bom atendimento ao cliente, turista ou não, é uma das atitudes que o Sebrae estimula na comunidade na qual presta assistência.

Por parte dos autóctones, como analisa Gestor6, o deslocamento para áreas mais afastadas da vila não é um ponto conflitivo, entre os grupos sociais (turistas e nativos), pois eles acreditam que o mais importante é ter uma fonte de renda e o turismo lhes proporciona isso.

Para ilustrar as melhorias socioeconômicas no município, citaram o exemplo das artesãs, que fundaram uma associação e, com a ajuda do Sebrae, conquistaram independência financeira com o trabalho confeccionado e vendido aos turistas. Eram pessoas sem recursos financeiros para iniciar seu negócio e, hoje, têm uma visão apurada, mesmo não possuindo elevado grau de instrução e escolaridade. As artesãs da associação conseguem se articular, trabalham com as tendências de mercado e compreendem o conceito de sustentabilidade. A partir desta articulação, conseguiram comprar e construir suas casas nos arredores de Jericoacoara e possuem uma qualidade de vida melhor.

A comunidade vive relativamente bem por conta da renda gerada pelo turismo. A valorização do turismo, como atividade econômica, está consolidada no imaginário social da população ali residente, com propagação de uma consciência turística entre todos seus membros.

Especulação Imobiliária

O turismo é a atividade que mais causa impactos ao espaço e, em paralelo, a que dá maior visibilidade ao local. Como consequência, a especulação imobiliária é uma realidade em Jericoacoara. O número elevado de estrangeiros interessados em se instalar e abrir negócios, na comunidade, amplia o problema. O interesse por empreendimentos turísticos, como meios de hospedagem e restaurantes, provoca elevação exorbitante nos preços dos imóveis. Pequenos terrenos e casas mais próximas à praia são avaliados em “milhões”.

Diante disso, muitos nativos sentem-se pressionados e tentados a vender seus bens imóveis (Figura 46), e a maioria o faz, em um processo de expropriação. Os gestores declararam, entretanto, que ainda existem nativos residindo na localidade e reiteraram que, como em outras localidades turísticas, o nativo fica deslumbrado pelos ganhos financeiros que pode obter com a venda de suas casas e terrenos.

Da mesma forma, os custos com aluguel cresceram, exponencialmente, levando-os a se deslocarem para comunidades adjacentes, aumentando, assim, a

densidade demográfica dessas localidades, como nas áreas denominadas Nova Jeri, praia do Preá, no município de Cruz, Mangue Seco e Guriú. Essas localidades viraram comunidades dormitórios, nas quais as pessoas pernoitam, mas trabalham em Jericoacoara.

O abismo existente, entre turistas e moradores, é nítido, enquanto os primeiros podem optar por hotéis, pousadas e apartamentos alugados para sua estadia, aos moradores locais restam, cada vez menos, opções de residências a preços acessíveis, já que os proprietários de imóveis perceberam que podem lucrar mais com aluguéis temporários.

Figura 46 – Imóveis a venda em Jericoacoara



Fonte: a autora (2019).

Em 2001, houve um debate em torno da liberação da construção de novos hotéis e pousadas, que havia sido proibido em 1992, e da alteração do limite vertical das construções, passando de 1 pavimento para 2 pavimentos.

A regularização imobiliária de Jericoacoara foi finalizada, em parceria pela prefeitura do município e governo do estado, em 2005, segundo colocou Molina (2011) em seu estudo. Entretanto, perceberam-se desajustes no ordenamento imobiliário da vila. Em 2015, promulgou-se uma lei municipal que demonstrou que o poder público tentou contornar a problemática da desordem urbana, favorecendo os proprietários de edificações irregulares. Em 2017, houve uma reedição desta lei, denominada Lei Complementar Municipal nº 475/2017, que possibilitou, aos proprietários, a regularização perante a prefeitura de imóveis construídos até maio/2017, por meio de procedimento administrativo e pagamento de multa

compensatória, sem haver a necessidade de adequação do imóvel às regras urbanísticas locais (PEIXOTO, 2017).

O MPCE, por meio da Promotoria de Justiça de Jijoca de Jericoacoara requereu uma ação judicial, em 2017, para coibir as edificações urbanas irregulares na vila e seu entorno. A decisão, como reportou Peixoto (2017), objetivou revogar a lei municipal que anistiou empreendedores e moradores em situação irregular com suas edificações, quanto à altura ou área ocupada. À época, encontravam-se, nesta condição, cerca de 100 edificações, cuja permissão foi concedida em gestões municipais anteriores.

A prefeitura, como relatou Peixoto (2017), avaliou a iniciativa como positiva, no sentido de resguardar o patrimônio natural, entretanto, solicitou um estudo mais aprofundado quanto às etapas de adequação dos imóveis para evitar prejuízos aos empreendimentos turísticos, como meios de hospedagem, restaurantes e todo o trade que se beneficia da movimentação dos visitantes. A gestão municipal sugeriu a assinatura de um TAC, com vistas a regularizar os imóveis em um prazo determinado. A questão encontra-se em tramitação.

5.6 Ações para o turismo sustentável

Quadro 19 – Categoria: Turismo Sustentável

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Ações para sustentabilidade turística	<p><i>“[...] o turismo praticado, atualmente, não é sustentável [...] Na intensidade em que as atividades turísticas ocorrem e com as ações de manejo que são realizadas, o turismo acaba não sendo sustentável”</i></p> <p><i>“A sustentabilidade pode ser alcançada, provendo serviços para os usuários e com aportes de recursos humanos e financeiros para a UC”</i></p> <p><i>“[...] o maior desafio para alcançar a sustentabilidade turística e garantir a conservação ambiental no parque é realizar o manejo da unidade em conformidade com o atual número de visitantes, que envolve cerca de 1,09 milhão por ano, e dos seus impactos associados”</i></p>	Gestor4
	<p><i>“[...] desenvolver o turismo é bom, só que ele tem que ele tem que ter sustentabilidade e tem que estar em equilíbrio com a natureza, com o meio ambiente”</i></p> <p><i>“[...] desafios ambientais [...] não é nem reeducar nem nada, [...] é só sensibilizar e se conscientizar que ela mora num paraíso, ela mora num cartão postal, [...] ela tem que ajudar de alguma forma, que isso chegue para os tataranetos delas”.</i></p> <p><i>“[...] se todas as pessoas que fossem construir qualquer coisa, se preocupasse com a questão ambiental, seria um mundo perfeito”.</i></p> <p><i>“o turismo praticado na localidade pode ser classificado</i></p>	Gestor5

	<p>como sustentável” “[...] a gente fala muito da questão ambiental e do turismo. as palestras que a gente faz de vez em quando. E a gente vai plantando a sementinha” “Outra ação para frear a contaminação da lagoa diz respeito ao fechamento do beco do Boqueirão, local em que [...] mesmo tendo a lei desde o ano 2000, protegendo a APA e a APP [...]”</p>	
	<p>“[...] é necessário a conservação ambiental, levar a comunidade a ter ações sustentáveis [...] se não fizerem isso vai afetar acabar com o turismo. esse é o maior medo, o de perder o emprego, porque se não tiver turista, não tem emprego para eles” [...] maior desafio a ser trabalhado no destino [...] é a preservação do destino desse aspecto, na visão da sustentabilidade, não só a ambiental, mas a estrutural. Essa é a grande preocupação. Eu acho que eu votaria como o grande dilema a ser trabalhado lá [...] a continuidade do destino em função da sustentabilidade” “[...] sustentabilidade como elemento-chave para o destino [...] a prática da sustentabilidade ambiental nos empreendimentos instalados no local que devem seguir práticas e procedimentos corretos para evitar a contaminação do meio ambiente”</p>	Gestor6
TTS	<p>“é uma taxa simbólica que o turista paga, mas que para o município faz grande diferença, pois os recursos financeiros do governo federal e estadual até chegar [...] é quase zero. E a gente tem que se virar como pode” “[...] com esse dinheirinho de 5 reais de cada um a gente consegue ajudar, principalmente, a manter, mais ou menos, a cidade limpa, na questão da varrição, que não tinha antes o varredor” “Na praia do Preá também é possível ver os catadores fazendo a coleta dos recicláveis para enviar à usina” “gerou estranheza da comunidade, no início, por ser um projeto novo. Mas eles são isentos do pagamento da taxa. [...] quem paga é o turista e quando você vai entrevistar, está tudo mundo feliz, porque sabe que aqueles 5 reais que para ele não é nada, está servindo muito no final das contas”.</p>	Gestor5
	<p>“[...] eles já conseguiram gerar um valor bem significativo, [...] ouvi falar em quase 5 milhões, ai eles estão pegando essa taxa e revertendo em ações de melhorias (para o município)” “[...] na entrada da vila existe uma portaria⁴⁷ onde todos os veículos param e cobra-se de cada turista o valor de R\$ 5,00 por dia de permanência. Caso a pessoa não seja turista, vá realizar outra atividade, como negócios, não se cobra a taxa, mas é necessário a comprovação”</p>	Gestor6
	<p>“Existe a Taxa de Turismo Sustentável, praticada pela prefeitura, entretanto o recurso é revertido para o município e [...] não atende à demanda de gestão do Parque Nacional”</p>	Gestor4

Fonte: a autora (2019).

Ações para a sustentabilidade turística

O discurso de turismo sustentável aplicado à Jericoacoara vem, aos poucos, se mostrando frágil e inadequado, embora esteja inserida, de forma

⁴⁷ Em abril/2019, a prefeitura anunciou que o local de pagamento da Taxa de Turismo Sustentável sofreu alteração. Será cobrada na sede do município das 7h as 19h e na entrada da vila das 19h as 7h (G1, 2019).

contígua, em um parque nacional. Isso se deve ao processo de mercantilização dos espaços, expresso por meio da turistificação. A lógica mercantilista impõe uma produção do espaço com foco na urbanização turística, com reforço dos gestores públicos para o uso turístico do território.

Diante do fluxo de turistas estrangeiros, os empreendedores do setor, poder público e comunidade local despertaram para a necessidade de inclusão da sustentabilidade nos debates acerca do turismo e de suas rotinas, uma vez que, destinos turísticos insustentáveis não geram receitas nem são atrativos para os turistas.

Taxa de Turismo Sustentável

Na vila, desde setembro de 2017, existe a cobrança da TTS, no valor de R\$ 5,00 por dia, um sistema de arrecadação de recursos a serem revertidos em melhorias para a comunidade. A taxa foi criada pela Lei Municipal Complementar nº 107/2015 em seu artigo 180, alterada pela Lei Municipal Complementar nº 117/2017 e regulamentada pelos Decretos nº 31/2017 e 44/2017. Segundo explicitado nos documentos oficiais, o fato gerador da taxa é a utilização efetiva ou potencial, por parte dos visitantes, da infraestrutura física implantada e do acesso e fruição ao patrimônio natural de Jericoacoara. Do total arrecadado, segundo a Lei Complementar, 70% seriam destinados à Vila de Jericoacoara, no Decreto nº 44/2017, consta, porém, que apenas 40% serão, obrigatoriamente, destinados à comunidade em ações de preservação ambiental, com o intuito de assegurar a manutenção das condições ambientais e ecológicas no município de Jijoca de Jericoacoara e na vila.

Nos documentos citados não está explícito o destino dos outros 60%. Segundo OPOVO (2017), são partilhados entre governo estadual e o município com aplicação na limpeza pública, saúde e segurança. Existe um conselho, criado, especificamente, para gerir os recursos arrecadados com a taxa. Em análise dos documentos, referente a prestação de contas da TTS, observou-se que os valores arrecadados se mostraram significativos, no ano de 2018. Foram geradas receitas no valor de R\$ 2.534.386,91, enquanto as despesas foram de R\$ 2.512.217,78, no período de janeiro/2018 a junho/2018 (JIJOCA DE JERICOACOARA, 2018).

A verba arrecadada com a TTS, em Jericoacoara, segundo afirmou a prefeitura, vem sendo usada para obras de infraestrutura na cidade, como ampliação

da rede elétrica, limpeza pública, revitalização e instalação de banheiros públicos e reestruturação da usina de reciclagem local (FIGUEIREDO, 2019). In loco, pode-se observar de efetivo, a instalação de totens pela cidade, limpeza pública e melhorias na usina de reciclagem.

5.7 Outros aspectos elencados pelos gestores

Quadro 20 – Categoria: Outros

Fatores Agregados	Depoimentos	Autores das falas
Atividades/experiências diversas desenvolvidas pelas instituições pesquisadas	<i>“participo do Conselho de Turismo de Santo Amaro, instalado há pouco tempo” “[...] desde ontem vim aqui e não fiz nada, por causa da internet e (está) vários dias assim. Por isso agora estamos fazendo um revezamento, liberando (alguns da equipe), porque quando vem todo mundo, ninguém trabalha. Então as vezes, um fica em casa, [...] fazendo home office”.</i>	Gestor1
	<i>“visita técnica ao Parque Nacional de Iguaçu, no intuito de conhecer o modelo de gestão das concessões no parque”</i>	Gestor2
	<i>“[...] uma missão técnica, dentro do projeto, no ano passado, nós fomos ao destino cataratas do Iguaçu e essa missão não foi só, nós fomos pro festival Cataratas [...]”</i>	Gestor6
	<i>“[...] está em processo de aprovação, o Plano de Manejo da APA da Lagoa de Jijoca [...] importante passo para a conservação da lagoa, pois irá descrever quais usos são permitidos ou não em cada área” “secretaria de educação que vem capacitando os professores para a coleta seletiva e possui um núcleo de atendimento às crianças especiais do município com equipe multidisciplinar” “[...] a escola José Dionísio, ela é a primeira do Ceará com energia solar. Ela ganha geralmente o prêmio nota 10 sempre. Ai cada vez que ganha, a gestão ganha 200 mil reais, coordenada e monitorada por um grupo de gestor para ver e destinar esse valor... todas as salas são climatizadas”. “o processo educacional realizado no município [...] interfere principalmente na formação da mão de obra”</i>	Gestor5

Fonte: a autora (2019).

Jijoca de Jericoacoara tem índices de educação que surpreendem. Em 2018, o município apresentou um dos melhores indicadores no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), posicionando-se em 2º lugar do Ceará e, em 4º lugar do Brasil. O índice foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. É calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep (MEC, 2019).

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública tiveram nota média de 7.6 no Ideb. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 6.5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 10 de 184 (municípios cearenses). Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 1 de 184. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98.8 em 2010. Isso posicionava o município na posição 9 de 184 dentre as cidades do estado e na posição 834 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

Gestor6 descreveu o processo de gestão e a estrutura organizacional institucional. Em cada estado, o Sebrae tem a sua diretoria, formada por um diretor técnico, um diretor financeiro, um diretor administrativo e outros. Em um nível abaixo, estão os coordenadores estaduais, que ficam na capital. Geralmente, tem ainda um coordenador do setor de turismo, que se responsabiliza por todos os projetos de turismo que o estado possa ter. Existem, em adição, os escritórios regionais do Ceará, que abrangem uma determinada quantidade de municípios.

Gestor6 ressaltou que existe uma preocupação ambiental em outros destinos, que se assemelham a Jeri, no passado. Em Barroquinha, existe a Praia de Curimãs, uma pequena comunidade, com as características de Jericoacoara de dez anos atrás. Segundo o gestor, o Sebrae está desenvolvendo, nesta pequena vila de pescador, um trabalho de organização do turismo e preparação da comunidade, aos moldes do turismo comunitário, em parceria com a secretaria de turismo local.

5.8 Apontamentos sobre aspectos convergentes e divergentes nas localidades estudadas

Considerando os olhares e perspectivas dos gestores pesquisados, acerca das categorias analisadas, os quais são apresentados nos tópicos anteriores e, alinhando-os aos embasamentos teóricos, descritos ao longo da tese, são colocados apontamentos conclusivos, com o propósito de ratificar a consecução dos objetivos delineados para a pesquisa. Os contrapontos são apresentados, no Quadro 21, traçando um comparativo com as categorias analisadas e os objetivos.

Quadro 21 – Pontos convergentes e divergentes entre as localidades estudadas

Categorias analisadas	Objetivos atendidos	Pontos Convergentes	Pontos Divergentes
Ordenamento municipal	Objetivos a e b	Problemas relacionados à infraestrutura urbana precária, como saneamento básico e geração de resíduos; Indicadores de desenvolvimento não são altos; Políticas públicas não se mostraram efetivas para alavancar o desenvolvimento; Formação de parcerias para melhorias e desenvolvimento local.	Jericoacoara implantou projeto de sucesso na reciclagem dos resíduos sólidos; Atuação dos gestores públicos mostrou-se mais efetiva, em Jericoacoara; Extensão territorial e populacional diferentes, Barreirinhas tem território e população maiores; Normativas mais restritivas, em Jericoacoara, devido sua proximidade ao PNJ.
Gestão do Turismo	Objetivos a e b	Falta de planejamento turístico efetivo; Destinos considerados indutores do turismo pelo MTur; Destinos-âncoras dentro da Rota das Emoções; Aumento da divulgação turística dos destinos e seus atrativos naturais; Rota das Emoções, embora seja um roteiro consolidado no mercado nacional, não traz melhorias significativas para o desenvolvimento regional; Estratégia de ampliação dos fluxos turísticos (overturismo).	Esferas municipais do turismo não atuam com a mesma eficácia. Em Jericoacoara, a gestão pública do turismo mostrou-se mais organizada; Jericoacoara é um produto turístico consolidado no mercado turístico nacional e internacional, enquanto Barreirinhas está em fase de desenvolvimento; Implantação, em Jericoacoara, de infraestrutura aeroportuária que amplia o fluxo turístico.
Gestão dos Parnas	Objetivos a e b	Recursos humanos e financeiros escassos, comprometem a gestão e fiscalização ambiental; Utilizam mecanismos e instrumentos que auxiliam a gestão, como o SEI; A concessão do uso público está em debate e pode gerar recursos financeiros; Possuem normativas de uso público para controle de veículos e atividades nos Parnas; As regras restritivas impostas pelas UCs não são, no geral, respeitadas; Falta de conscientização ambiental sobre o papel dos Parnas; O uso turístico dos Parnas dá maior visibilidade às localidades; Turistificação dos espaços protegidos, com indícios de massificação; Inexistência de infraestruturas turísticas para atendimento aos visitantes.	A regularização fundiária no PNLM é mais complexa, devido ao grande número de população residente, em seu interior, e pela sua grande extensão territorial; Conflitos quanto às populações tradicionais são mais evidentes no PNLM.
Sustentabilidade socioambiental	Objetivo b	Necessidade de estudos para controle dos fluxos nas comunidades e nos Parnas	Jericoacoara, por sua localização e limitação territorial, encontra-se em vias de

tal		(capacidade de carga ou NBV); Turistificação dos espaços nas comunidades é visto como aspecto que faz parte do processo turístico; Conflitos entre turistas e nativos quanto ao uso dos espaços turísticos; Formação de uma conscientização turística mais efetiva do que conscientização ambiental; Relacionamentos entre turistas e nativos baseados em contatos secundários, a partir da comercialização de produtos e serviços turísticos.	saturação turística, devido ao volume de turistas (overturismo); Em Jericoacoara, a turistificação evidencia-se em toda a área da vila. Em Barreirinhas, os espaços turistificados, limitam-se aos espaços de maior fluxo turístico; Expropriação da comunidade local é mais evidente em Jericoacoara; Degradação paisagística dos espaços turistificados é mais evidente em Jericoacoara.
Impactos econômicos do turismo	Objetivo b	Exploração do turismo como principal atividade econômica; Empreendedores estrangeiros instalam empreendimentos turístico-hoteleiros nas comunidades; Crescimento no número de equipamentos turístico-hoteleiros; Substituição de práticas tradicionais produtivas pela atividade turística.	A especulação imobiliária, em Jericoacoara, é mais intensa, com terrenos pequenos sendo comercializados por milhões de reais.
Turismo sustentável	Objetivo c	Turismo praticado não segue o viés da sustentabilidade; Necessidade de conciliar o aumento do fluxo turístico com a preservação dos recursos naturais; Adoção de instrumentos para ampliar a arrecadação de recursos (voucher e taxa ambiental).	Em Jericoacoara, a transparência no uso dos recursos da TTS é mais efetiva; Voucher é visto como instrumento de gestão e ordenamento que permite controlar os fluxos turísticos. A TTS é um sistema de arrecadação somente; Impasses quanto ao voucher comprometem sua existência.

Fonte: a autora (2019).

O objetivo a) proposto, visou analisar as mudanças socioambientais imputadas pela gestão dos espaços protegidos e pelo desenvolvimento do turismo litorâneo, nas comunidades que dão acesso ao PNLM e PNJ, a saber: núcleo urbano de Barreirinhas e Praia de Jericoacoara. As reconfigurações, nas localidades, se manifestaram a partir de uma produção do espaço com foco no turismo e com sua valorização como atividade econômica rentável. As ações para o ordenamento local, realizadas pelo poder público e iniciativa privada, visam, sobretudo, a ampliação dos fluxos turísticos.

A gestão dos Parnas, da forma como vem sendo conduzida, reforça a condição dos espaços protegidos como elementos fundamentais da oferta turística

dos destinos considerados indutores do desenvolvimento regional. Corroborando, este fato, os números crescentes relativos à visitação turística no PNLM e no PNJ. Porém, o uso turístico massificado contradiz a essência das UCs que, dentro do SNUC, são categorias restritivas quanto ao uso público, sendo este o modelo vigente que deve balizar as ações nas UCs.

A concessão de espaços, nos Parnas, para a iniciativa privada pode ser uma importante ferramenta para atingir os objetivos conservacionistas. Esta estratégia de gestão visa minimizar os efeitos dos escassos recursos financeiros e humanos destinados às UCs com geração de receitas para a manutenção e preservação dos espaços naturais, tornando-as autossustentáveis.

A ampla divulgação turística de ambos os Parnas, com o intuito de obter maior fluxo turístico, torna verossímil a afirmação de que os espaços naturais sofrem um processo de turistificação. Embora existam evidências de ações conservacionistas, em prol da manutenção do equilíbrio ambiental dos ecossistemas presentes, a condição de atrativos turísticos, a serem explorados economicamente, vem se sobressaindo, paulatinamente. Situação que pode gerar sérios riscos para a sustentabilidade local, a medida em que o viés econômico torna-se prioritário sobre as outras dimensões, em especial, a social e a ambiental.

O objetivo b) propôs identificar quais fatores vêm gerando ou poderão gerar impactos na gestão sustentável dos Parnas e das comunidades de acesso. Os resultados apontaram que a atividade turística é o fator primordial de geração de mudanças nas comunidades e nos Parnas, afetando a sustentabilidade ambiental e social.

A condução da atividade, sem o ordenamento e planejamento necessário, pode levar a massificação dos espaços, gerando problemas aos ecossistemas e às comunidades tradicionais. O fluxo constante e intenso nas dunas de ambos os Parnas é um alerta para os gestores do turismo e UCs. Estudos apontaram riscos para a sustentabilidade ambiental, com poluição, redução da fauna nativa e alteração nas dinâmicas das dunas da faixa praial.

Em relação a sustentabilidade social, os conflitos estão associados à expropriação da população nativa de seus espaços para áreas periféricas com infraestrutura urbana precária, fruto da elevação dos preços devido à especulação imobiliária e turistificação dos espaços. Um ponto em debate relaciona-se ao crescimento populacional e instalação de novos empreendimentos turístico-

hoteleiros, nas localidades, ocasionando pressão urbana aos espaços naturais. Ademais, as relações entre visitantes e visitados mostraram-se estar pautadas em relações secundárias baseadas, sobretudo, na comercialização dos produtos e serviços turísticos.

Por fim, o objetivo c) pretendeu demonstrar como os gestores locais administram as questões referentes ao turismo litorâneo intenso e predatório nas comunidades e nos espaços protegidos. Os resultados apontaram que, em Jericoacoara, os gestores atuam, de modo antagônico, quanto ao ordenamento dos fluxos turísticos e ao ordenamento urbano. Ao mesmo tempo em que impõem mecanismos inibidores da demanda, tais como a cobrança da TTS e criação de dispositivos legais, que proibam a circulação de veículos pela comunidade, acatam e instigam a instalação de infraestruturas para o turismo de massas, caso da instalação do aeroporto de Cruz. Quanto ao ordenamento urbano, segundo os gestores do turismo, a liberação de licenças ambientais para a construção de novos empreendimentos, na comunidade, está mais restrita e criteriosa. Em contraposição, o número de empreendimentos turístico-hoteleiros é ascendente e demonstra tendência de crescimento para os próximos anos, da mesma forma que o fluxo de turistas.

Em Barreirinhas, os resultados demonstraram o pouco comprometimento dos gestores municipais do turismo, com o consequente envolvimento da esfera estadual em ações de ordenamento turístico local. É notória a tentativa de preencher as lacunas de uma gestão local inoperante, por meio da instalação da Superintendência de Turismo Lençóis Delta, vinculada à Secretaria Estadual de Turismo. É plausível afirmar que as ações da superintendência abarcam outros municípios da região dos Lençóis Maranhenses, como Santo Amaro e Paulino Neves, o que simboliza um fortalecimento turístico, a fim de desenvolver o principal produto turístico do Maranhão. Respalda-se, neste contexto, a condição de Barreirinhas como destino-âncora da Rota das Emoções e Destino Indutor do Turismo Regional.

A instauração de mecanismos para o ordenamento urbano e turístico, como o voucher digital, está marcada por impasses entre, poder público, comunidade local e trade, embora seja uma medida válida que visa ampliar a arrecadação municipal de impostos advindos da atividade turística e controlar o fluxo turístico nos atrativos naturais. Os objetivos do voucher são pertinentes, desde que,

exista o comprometimento com a sustentabilidade local e promova melhorias efetivas no município, que possui baixos índices socioeconômicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contraopondo-se a ordem de supervalorização econômica do turismo, estudos na área ambiental apontam os efeitos adversos que a atividade pode acarretar aos destinos turísticos, especialmente em se tratando da massificação turística, com concentração de altos fluxos de turistas em um mesmo local, em especial, nas áreas naturais mais frágeis.

A turistificação, de outro lado, é identificada como uma prática socioespacial que vem remodelando de modo significativo a produção do espaço em destinações costeiras. As mutações experimentadas geram conflitos que envolvem desde a intervenção externa nos espaços, a partir de pessoas advindas de fora da comunidade, até por políticas concebidas para favorecimento de determinados agentes em detrimento da comunidade e da conservação ambiental.

É preciso, portanto, cautela ao fomentar o turismo com o intuito de promover o desenvolvimento em localidades frágeis do ponto de vista ambiental, a exemplo dos parques nacionais. A priori, medidas preventivas e estudos de impacto tornam-se fundamentais para minimizar os riscos associados com a instalação de atividades turísticas. E deve se priorizar a consecução dos objetivos da sustentabilidade por meio do turismo.

O fomento do turismo em comunidades costeiras pode beneficiar o desenvolvimento local, a partir de riquezas geradas no setor de serviços e oferta de trabalho, por outro lado, pode criar paradoxos indesejáveis, como degradação dos espaços e conflitos sociais. Neste sentido, a condução do processo turístico e as consequências que dele se desdobrarão, dependerá da atuação dos atores sociais locais e do grau de envolvimento e participação deles na construção de uma realidade turística. Suas ações estarão pautadas no comprometimento que possuem frente a sustentabilidade.

Os objetos de estudo envolveram duas comunidades costeiras da região Nordeste, Barreirinhas, no Maranhão, e Jericoacoara, no Ceará, que apresentam similaridades quanto à localização contígua à parques nacionais costeiros, ampliação dos fluxos turísticos e caracterização como destinos prioritários na indução do desenvolvimento regional.

Os objetivos propostos que trataram de: averiguar as reconfigurações socioambientais ocorridas, nas comunidades que dão acesso aos parques

nacionais, a partir do desenvolvimento do turismo litorâneo e da criação das áreas protegidas; descrever os fatores que vêm gerando impactos na gestão sustentável dos Parnas e das comunidades de acesso; e analisar as ações dos gestores locais quanto às questões referentes ao turismo litorâneo intenso e predatório, nas comunidades e nos espaços protegidos, foram alcançados, conforme referenciado no capítulo anterior.

A partir das análises feitas nas duas comunidades costeiras, Jericoacoara e Barreirinhas, que dão acesso ao PNJ e PNLM, respectivamente, comprovou-se a **primeira hipótese** de que ambas vêm sofrendo reestruturações em suas dinâmicas socioambientais devido à turistificação de seus espaços. O excesso de visitação e adensamento da zona turística são fatores que podem estar promovendo mudanças ambientais, na localidade, a exemplo dos impactos associados a circulação de veículos pelas dunas de ambos os parques.

Este fato é marcante, sobretudo, em Jericoacoara, onde a apropriação dos espaços pelo turismo direciona o ordenamento territorial, com transformação da grande maioria das residências e edificações em estruturas para atender a demanda turística crescente, como meios de hospedagem, lojas, restaurantes, agências e instalações que de algum modo atendam ao turista.

Em Barreirinhas, por seu turno, a turistificação restringe-se a certos contextos territoriais, em áreas com maior fluxo de turistas, entretanto interfere, negativamente, nas relações entre comunidade local e turistas, que se sentem segregados dos espaços para a prática do turismo. Nas duas localidades são percebidas situações que decorrem ou sofrem influência deste processo: conflitos territoriais, especulação imobiliária, expropriação dos nativos, migração de visitantes alóctones etc.

Em resposta a **segunda hipótese**, os resultados apontaram que a governança local vem assumindo um papel para ampliar a turistificação, o que pode acarretar repercussões negativas no âmbito da sustentabilidade socioambiental. De fato, os gestores buscam privilegiar o desenvolvimento turístico local, por representar a principal vocação econômica, no caso de Jericoacoara, ou estar caminhando para se tornar a principal atividade econômica, no caso de Barreirinhas. Por meio da qual, portanto, é possível obter renda e emprego. Formas de privilégio ao turismo são percebidas na instalação de estruturas turísticas e na captação de maiores fluxos turísticos, com possível massificação das localidades e manifestação

do overturismo. Em determinadas situações, mostrou-se evidente a degradação visual dos espaços, uma possível decorrência da massificação, aliada a falta de planejamento urbano e turístico.

Destaca-se, aqui, que não é apenas a governança local que incentiva essa dinâmica, outras esferas públicas também o fazem, inclusive envolvendo os espaços naturais protegidos. A turistificação se estende para os espaços naturais protegidos com inserção dos atrativos naturais na dinâmica mercantilista do turismo. As análises demonstraram que as governanças, regional e federal, vêm priorizando a visitação pública das UCs e o processo de turistificação dos espaços naturais, vislumbrando uma oportunidade para garantir sua sustentabilidade econômica. Em paralelo, tem-se a formação de uma imagem turística, com vistas a captação de novos visitantes, ressaltando como elemento de atratividade principal os parques, em prol da geração de renda.

Dentro desse processo de turistificação e formação imagética de cunho turístico, o PNJ e o PNLM se transmutam em atrativos turísticos, que reforçam um ideário de paraíso perdido. Sob essa condição, a comunidade imbuída de forte conscientização turística enxerga os parques como elementos de destaque para a prática do turismo. Em contraposição, não percebe, com clareza, a importância da conservação ambiental para manutenção da atratividade turística. É preciso uma conscientização focada na sustentabilidade ambiental e, não apenas, na valorização dos espaços naturais como recursos turísticos, como se destaca atualmente.

A realidade das duas localidades escolhidas como objeto de estudo apresenta, dessa forma, alguns dos efeitos adversos do turismo, como expansão dos equipamentos e serviços turísticos, a intensa especulação imobiliária, o fluxo massivo de turistas, a degradação ambiental promovida pelo desenvolvimento desenfreado e se mostram preocupações presentes nos discursos de tempos passados e tempos atuais. Percebeu-se, ainda, a primazia do turismo como atividade econômica, especialmente em Jericoacoara, e a migração de atividades produtivas tradicionais para atividades mercantilistas associadas ao turismo, em ambas comunidades.

A **terceira hipótese** foi respondida, em parte, uma vez que os gestores locais direcionam ações pontuais, pensando nos possíveis impactos e cenários de transformações socioambientais devido ao turismo. Tais ações são válidas devido ao esforço dos gestores em implantar instrumentos que possam inibir fluxos

massivos, destinados às localidades e aos Parnas, que permitam o ordenamento e organização do turismo. Citam-se, como exemplos, a TTS, o voucher digital e as regulamentações que proíbem o trânsito de veículos não cadastrados nas dunas e trilhas dos Parnas.

Por outro lado, a implantação de infraestruturas de acesso que ampliam o fluxo turístico e campanhas de ampla divulgação dos destinos, junto aos mercados emissivos, podem impactar na sua atratividade, diante de um cenário de saturação turística e deterioração paisagística, frutos da massificação e do overturismo, comprometendo sua permanência no mercado turístico.

Ao analisar o contexto socioambiental das duas localidades, infere-se que, em Barreirinhas, o controle dos impactos socioambientais na área do PNLM, realizado pelo ICMBio, é mais efetivo do que em Jericoacoara, no PNJ. Vários fatores podem estar relacionados a esse aspecto. Um deles é a dependência direta entre o espaço comunitário e o espaço protegido, no desenvolvimento de suas atividades, uma vez que, tudo e todos necessitam adentrar os limites do PNJ para acessar a comunidade. Jericoacoara possui restrições de uso impostas pela prefeitura local, que são menos restritivas do que as impostas na UC federal, tornando-a polo de recepção dos turistas na destinação, que realizam ali suas estadas, em meios de hospedagem, e alimentam-se, nos empreendimentos de A&B.

No caso de Barreirinhas, as comunidades existentes na zona primária do parque são mais difíceis de serem acessadas e têm limitações estruturais, em especial, quanto à instalação de empreendimentos turísticos, por serem regidas pelas regras rígidas de uso do parque. A recepção dos turistas e a prestação de serviços aos visitantes são feitas nos arredores do parque, em geral, na sede do município de Barreirinhas, não existindo uma pressão turística tão próxima junto aos recursos naturais apropriados para o turismo.

Outro fator importante é a condução, pelo poder público competente, da promoção turística nas destinações analisadas. Em Jericoacoara, a intensificação na promoção internacional e nacional do destino dá uma maior visibilidade, o que provoca, por conseguinte, a intensificação do fluxo de visitantes com uma massificação turística nos atrativos, dentro do parque, e um tráfego intenso e constante nas trilhas existentes, nas dunas e faixa praial. Trata-se, portanto, de um destino que se encontra em fase de extrema maturidade, existindo indícios claros, a

partir das pesquisas realizadas, de que adentrará, sem demora, na fase de saturação, caso não sejam tomadas medidas que revertam o quadro atual.

Diferentemente, as ações promocionais nos Lençóis Maranhenses ainda são menos acentuadas que no destino cearense. Entretanto, já demonstra indícios de ampliação, diante da repercussão internacional da comunidade de Atins. Percebeu-se, recentemente, uma maior afluência de visitantes estrangeiros para esta comunidade, motivados pela prática de esportes náuticos como o kitesurf, embora os números ainda não se comparem aos de Jericoacoara. Em uma breve comparação, Atins pode ser comparada à Jericoacoara de outrora, quando ainda era uma vila de pescador que recebia visitantes esporádicos.

A massificação turística, nos atrativos existentes no PNLM, é percebida de modo sazonal, em feriados e alta estação. É possível, entretanto, encontrar ambientes com pouca ou nenhuma presença de turistas, ao adentrar o parque, fazendo caminhadas pelas dunas e afastar-se das lagoas principais mais próximas às paradas dos veículos. Em períodos de alta temporada, por seu turno, formam-se filas gigantescas de veículos para visitar os principais atrativos, a exemplo das lagoas interdunares.

Ambas as localidades, enquanto destinações turísticas inseridas em projetos e programas desenvolvimentistas, como é o caso da Rota das Emoções, carregam a difícil missão de serem indutoras do desenvolvimento regional. Comprovou-se, a partir dos indicadores socioeconômicos levantados, que os impactos econômicos e sociais positivos associados ao turismo não se exteriorizaram a contento nas localidades. Em outras palavras, os índices de desenvolvimento não são altos, mesmo com as ações que valorizam o turismo como atividade econômica vital. Valoriza-se, por outro ângulo, a atividade por dinamizar as economias nas comunidades e gerar empregos, mesmo que de âmbito informal.

Dentre as **limitações da pesquisa**, citam-se: a investigação foi restringida aos agentes públicos responsáveis pela gestão do turismo e dos espaços protegidos sobre os aspectos analisados; a parca afinidade teórica e técnica dos entrevistados com searas fora de suas competências, o que tornou o conteúdo de algumas respostas pobre e sem o aprofundamento esperado; e a não adesão à pesquisa por parte dos gestores municipais do turismo, no município de Barreirinhas, que não resultou o enfraquecimento do estudo, pela adesão do órgão de instância estadual, possibilitando suprir essa debilidade.

Enquanto delineamentos conclusivos, são sugeridas proposituras para pesquisas futuras, complementares a essa, que possibilitem dirimir questões não contempladas, neste estudo, e ampliar os conhecimentos sobre os temas aqui desenvolvidos. São elas:

a) investigar os agentes ligados ao mercado e à sociedade civil, organizada ou não, que têm participação efetiva e representativa no processo de turistificação;

b) analisar outras mudanças socioambientais que possam comprometer a atividade turística, uma vez que vem se tornando a principal fonte de renda para as comunidades estudadas. As mudanças climáticas, por exemplo, é um tema em destaque no meio acadêmico da atualidade. Constatou-se que não existem estudos sobre a temática nas comunidades e nos Parnas, embora estejam inseridos nas zonas costeiras, áreas de alta vulnerabilidade quanto aos efeitos das mudanças climáticas. As localidades poderão sentir os efeitos da elevação do nível do mar, mudanças nas dinâmicas dos ventos e das precipitações e aumento de temperatura, fatores que podem conduzir ao desaparecimento das localidades, perdas patrimoniais e perda da biodiversidade. Além do declínio dos destinos turísticos, com extinção da principal atividade econômica das comunidades, o turismo. Os gestores do turismo e dos espaços protegidos não demonstraram ter interesse ao tema nem conhecimento sobre o assunto, o que reforça a sugestão para estudos futuros;

c) diante dos conflitos percebidos e das estratégias adotadas, com sobressalto ao uso turístico e despreço à proteção ambiental, propõe-se um novo olhar para a gestão dos Parnas. Defende-se, particularmente, um modelo diverso ao da natureza intocada, que seja pautado na inserção humana, como elemento importante nos processos ecossistêmicos, e, portanto, elemento partícipe da conservação ambiental nos espaços protegidos.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. Fundamentos da geomorfologia costeira do Brasil Atlântico Inter e Subtropical. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Uberlândia, v. 1. n. 1. 2000. p. 27-43.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2001.
- AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AIRES, Jussara Danielle Gestor⁴; FORTES, Lore. O modelo Irridex de Doxey: breves considerações acerca de sua aplicação em Ponta Negra (Natal-RN). **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 1, n. 1, p. 23-33, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/viewFile/233/180>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 77, p. 53-61, maio 1991.
- ALVES, Larissa da Silva Ferreira; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Turismo e região nordeste brasileira: reconfiguração territorial litorânea da Colônia ao II PND. **Geosul**, Florianópolis, v. 31, n. 61, p. 7-32, jan./jun. 2016.
- AMBRIZZI, Tércio *et al.* **Contribuição do Grupo de Trabalho 1 ao Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas**. Sumário Executivo GT1. Rio de Janeiro: Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2013.
- ARAMBERRI, Julio. **Modern mass tourism**. Bingley, UK: Emerald, 2010.
- ARAÚJO, Luana Lima Bandeira. **A regionalização do turismo nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística (PDSRT) do Meio-Norte**. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFC, Fortaleza, 2013.
- ARCHER, Brian; COOPER, Chris. The positive and negative impacts of tourism. *In*: THEOBALD, William F. **Global Tourism**. 2 ed. Oxford: Routledge, 1998.
- ARRUDA, Maira G. C. **Parque Nacional de Jericoacoara: zoneamento para gestão e uso público**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Perfil Barreirinhas, MA**. 2019a. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barreirinhas_ma. Acesso em: 20 abr. 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Perfil Jijoca de Jericoacoara, CE.** 2019b. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/jijoca-de-gericoacoara_ce. Acesso em: 20 abr. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARREIRINHAS. **Lei nº 762**, de 02 de outubro de 2017. Institui o voucher digital no município de Barreirinhas e dá outras providências. Disponível em: <https://diario.famem.org.br/13537/>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** Campinas: Papyrus, 2014. Ebook.

BECKEN, Susanne; HAY, John. **Tourism and climate change: risks and opportunities.** Clevedon, UK: Channel View Publications, 2007.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: SENAC, 2007.

BHATTARAI, Utsab. Tourism and climate change: socioeconomic implications, mitigation and adaptation measures. **International Journal of Environment**, [s./], v. 4, mar./maio. 2015.

BORRELLI-PERSSON, Laird. **An Insider's Guide to Atins, a Hidden Paradise on the Northeast Coast of Brazil.** Vogue. 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.vogue.com/article/travel-guide-atins-brazil>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRANDÃO, Amaurícia Lopes Rocha; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Eixos do turismo: convencional e contra-hegemônico em Jericoacoara. **Formação (online)**, Presidente Prudente, vol. 3, n. 23, maio-ago/2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc. Brasília: DOU, 2000.

BRASIL. **Plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional da Rota das Emoções.** Brasília: Ministério do Turismo, 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº. 465/2018.** Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7891159&ts=1554339626825&disposition=inline>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRAZ, Ana Gabriela. **Especialistas defendem expansão do ecoturismo e turismo de aventura no Brasil.** Radioagência. Câmara de Deputados. 22 out. 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/498650-ESPECIALISTAS-DEFENDEM-EXPANSAO-DO-ECOTURISMO-E-TURISMO-DE-AVENTURA-NO-BRASIL.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BUCKLEY, Ralf; COGHLAN, Alexandra. Nature-based tourism in breadth and depth. In: SINGH, Tej Vir. **Critical Debates in Tourism**. Bristol, UK: Channel View Publications, 2012. Disponível em: <https://research-repository.griffith.edu.au/handle/10072/50081>. Acesso em: 21 jun 2018.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources, **Canadian Geographer**, [s.l.], 24, 1980, p. 5-12.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião; SOUZA, Marcelo Pereira de. **Área de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. 2 ed. São Carlos: RiMa, 2005.

CADASTUR. **Prestadores de serviços turísticos – Meios de Hospedagem**. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/cadastur-04>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pêsoa. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 16, vol. 1, p. 48-59, 2009.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 7, n. 1, 2016.

CARVALHO, Rossane Cardoso. **Turismo nos Lençóis Maranhenses: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão – MA**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARVALHO, Rafiza Luziani Varão Ribeiro. **Harold Lasswell e o Campo da Comunicação**. 2012. Tese (doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CINNER, J. E. *et al.* Vulnerability of coastal communities to key impacts of climate change on coral reef fisheries. **Global Environmental Change**, [s.l.], n. 22, p. 12-20, 2012.

CIRILO, Lecy. O imobiliário turístico e as questões socioambientais como influência na hospitalidade. Estudo de caso o nordeste brasileiro. **Gestion Turística**, Valdivia, edição especial, 77-94, mar. 2009 (Universidad Austral de Chile).

CLARKE, Jackie. A framework of approaches to sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, Oxford, v. 5, n. 3, 1997.

COOPER, Chris. *et al.* **Turismo: princípios e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORBIN, Alain. **O território do vazio – a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

COSTA, Helena Araújo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Motivações para empreender no turismo: um estudo sobre micro e pequenas empresas na costa

norte (CE, MA, PI). **Revista Turismo Visão e Ação**, Vale do Itajaí, v. 12, n. 3, p. 314-330, set./dez. 2010.

COSTA, Helena A.; SILVA, David Leonardo Bouças; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. A Governança sonhada para o Turismo: uma análise sobre o voucher único de Barreirinhas (Maranhão, Brasil), a partir da visão dos empresários do setor turístico. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, [s.l.], 2, 2012, p. 701-715.

CRUZ, Rita. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Tempos e lugares nos Lençóis Maranhenses: considerações sobre o modo de vida de comunidades residentes junto a um parque nacional. *In*: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. A construção da imagem turística de Fortaleza. **Mercator**, Fortaleza, ano 1, nº 1, 2002.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Metropolização turística em região monocultora industrializada. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 65–84, set. 2013.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. La maritimé sous les Tropiques: les contributions d'une étude réalisée à Fortaleza (Ceará). **Confins** (on-line), [s.l.], n. 20, 2014, publicado em 08 mar. 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8889>. Acesso em: 11 abr. 2018.

DAVIS, K. Grupos primário e secundário. *In*: DAVIS, K.. **A sociedade humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 11-32.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. Reinaldo Dias. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, Roseane Gomes. **Tempo de muito chapéu e pouca cabeça, de muito pasto e pouco rastro: ação estatal e suas implicações para comunidades tradicionais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. 2017. 193f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UFMA, São Luís, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos anos novos paradigmas, **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, 1 e 2, jan/jun., 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. [S.l.]: [s.n.], 2003. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

EAGLES, Paul F.J.; BOWMAN, Margaret E.; TAO, Teresa Chang-Hung. **Guidelines for Tourism in Parks and Protected Areas of East Asia**. Gland, Switzerland, Cambridge, UK: IUCN, 2001.

EAGLES, Paul; McCOOL, Stephen. **Tourism in National Parks and protected areas: planning and management**. Oxon: Cabi Publishers, 2010.

FERRARI, Sonia; GILLI, Monica; BOLLANI, Luigi. Analysis and segmentation of visitors in a Natural Protected Area: marketing implications. *In*: BATABYAL, Debasish. **Managing sustainable tourism resources**. Hershey, USA: IGI Global, 2018.

FIGUEIREDO, Patrícia. **Carros ameaçam dunas em Jericoacoara**: veja problemas do turismo em 4 parques nacionais. G1. Desafio Natureza, publicado em 30 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/03/30/carros-ameacam-dunas-em-gericoacoara-veja-problemas-do-turismo-em-4-parques-nacionais.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2019.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

FRATUCCI, Aguinaldo C. Os processos de turistificação do espaço e atuação dos seus agentes produtores. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 10, 2007. João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2007.

FRATUCCI, Aguinaldo C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo, v. 14, supl.1, s.87-s.96, nov. 2014.

FREITAS, André Vieira. A evolução do modelo brasileiro de áreas protegidas: caminho para uma articulação sistêmica? **Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade**, Brasília, v. 6, n. 2, 2015.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

G1. **Avanço do mar ameaça Lençóis Maranhenses**. Brasil. Meio Ambiente. Jornal Hoje. Publicado em 29 out. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL162087-5598,00-AVANCO+DO+MAR+AMEACA+LENCOIS+MARANHENSES.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

G1. **Prefeitura decreta fim de estacionamento de veículos na entrada da Vila de Jericoacoara, no Ceará.** G1 Ceará. Publicado em 27 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/04/27/prefeitura-decreta-fim-de-estacionamento-de-veiculos-na-entrada-de-jijoca-de-gericoacoara-no-ceara.ghtml>. Acesso em: 01 maio 2019.

G1. **Jijoca de Jericoacoara é eleita destino nº 1 da América do Sul.** Ceará. Publicado em 06 dez. 2016. Disponível em: g1.globo.com/ceara/noticia/2016/12/jijoca-de-gericoacoara-e-eleita-destino-n-1-da-america-do-sul.htm. Acesso em: 14 abr 2019.

GABRIEL, Ruan de Sousa. **“Turismofobia” avança em cidades europeias.** Época. Mundo, ago. 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/noticia/2017/08/turismofobia-avanca-em-cidades-europeias.html>. Acesso em: 13 ago 2018.

GASTÃO, Francisco Gleidson da Costa. **Caracterização dos lençóis maranhenses e dunas inativas (fósseis):** implicações paleoambientais. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) - Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

GRAÇA, Irlene Menezes. **Barreirinhas em tempo de mudança:** reconstrução de identidades nas rotas do turismo. 2010. Tese (Doutorado em Línguas e Culturas), Universidade de Aveiro, Portugal, 2010.

HALL, Colin Michael; HIGHAM, James. Introduction. *In*: HALL, Colin Michael; HIGHAM, James. **Tourism, recreation and climate change.** Clevedon: Channel View Publications, 2005.

HALL, Colin Michael; LEW, Alan. **Understanding and managing tourism impacts:** an integrated approach. London: Routledge, 2009.

HARVEY, David. **Justice, Nature and Geography of Difference.** Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 19 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. Turismo e imaginários. *In*: HIERNAUX-NICOLAS, Daniel; CORDERO, Allen; MONTIJN, Luisa Van Duynen. **Imaginários sociais y turismo sostenible.** Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2002.

IBGE. **Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Cidades. Barreirinhas.** Brasil: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/barreirinhas/panorama>. Acesso em: 21 jan. 2019.

IBGE. **Cidades. Jijoca de Jericoacoara.** Brasil: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/jijoca-de-gericoacoara>. Acesso em: 21 jan. 2019.

ICMBio. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Jericoacoara.** Brasília: ICMBio, 2011.

ICMBio. **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação:** com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais. Brasília: ICMBio, 2011.

ICMBio. **Portaria nº 08/2016**, de 28 de janeiro de 2016. Regulamenta os procedimentos necessários para cadastramento e autorização dos serviços turísticos... Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_Portaria_08_de_28_de_janeiro_de_2016.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

ICMBio. **Portaria nº 83/2016**, de 18 de agosto de 2016b. Estabelece normas e procedimentos para o cadastramento e Autorização de Uso para atividade comercial... Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/dcom_portaria_83_de_18_de_agosto_de_2016.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

ICMBio. **Projeto básico.** Concessão de prestação de serviços de apoio à visitação pública e cobrança de ingresso no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 2017. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/projeto_basico_chamamentopublico02_2017_parna_lencois_maranhenses.pdf. Acesso em: 13 ago 2018.

ICMBio. **Portaria nº 579/2017**, de 11 de outubro de 2017b. Estabelece normas e procedimentos para o cadastramento e autorização de uso... Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/Portaria_579_de_11_de_outubro_de_2017.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

ICMBio. **Dados de visitação 2007 – 2016.** 2018a. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/dados_de_visitacao_2012_2016.pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

ICMBio. **Parques do Brasil: visitar é proteger! Estratégias de implementação da visitação em unidades de conservação federais: prioridades de execução 2018-2020.** Coordenação Geral de Uso Público e Negócios – CGEUP/ICMBio. Brasília: MMA, 2018b. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/parques_do_brasil_estrategia_de_implementacao_visitacao_2018_2020_ICMBio.pdf. Acesso em: 01 ago 2018.

ICMBio. **Parque Nacional de Jericoacoara.** Unidades abertas à visitação. 2018c. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/190-parque-nacional-de-gericoacoara.html>. Acesso em: 29 jul. 2018.

ICMBio. **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Parques nacionais do Brasil. 2018d. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnalencoismaranhenses/guia-do-visitante.html>. Acesso em: 29 jul. 2018.

ICMBio. **Unidades de conservação**. 2018e. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>. Acesso em: 05 maio 2018.

ICMBio. **Visitação nos parques nacionais cresce 20% em 2017**. 02 mar. 2018f. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9484-visitacao-nos-parques-cresce-20-em-2017>. Acesso em: 14 jun. 2018.

ICMBio. **Brasil cria quatro novas unidades marinhas**. Últimas notícias. 19 mar. 2018g. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9509-brasil-cria-quatro-novas-unidades-marinhas>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ICMBio. **Transporte turístico passa por revisão em Jericoacoara**. Últimas notícias. 2018h. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9536-transporte-turistico-passa-por-revisao-em-jericoacoara>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ICMBio. **Lençóis Maranhenses realiza regularização fundiária**. Últimas notícias. Publicado em: 13 nov. 2018. 2018i. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10070-parna-dos-lencois-maranhenses-realiza-regularizacao-fundiaria>. Acesso em: 20 dez. 2018.

ICMBio. **Visitação bate novo recorde em 2018**. Últimas notícias. Publicado em: 14 fev. 2019. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10216-visitacao-em-parques-nacionais-bate-novo-recorde-em-2018> Acesso em: 21 abr 2019.

IPCC. **Climate Change 2014: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. Geneva, Switzerland: IPCC, 2014. 151 pp.

ISSA, Yara Silvia Marques de Melo; DENCKER, Ada de Freitas. Processos de turistificação: dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais. *In*: SeminTur – Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 4., 2006, Caxias do Sul. **Anais** [...] Caxias do Sul: UFCS, 2006. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tp/SemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-12.pdf Acesso em: 20 abr 2018.

JACKSON, Tim. **Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito**. São Paulo: Editora Abril, 2013.

JAFARI, Jafar. Foreword. *In*: VANHOVE, Norbert. **The economics of tourism destinations: theory and practice**. New York: Routledge, 2017.

JIJOCA DE JERICOACOARA. **Lei Municipal nº 289/2010**, de 30 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a proibição e regulamentação da circulação de veículos automotores na vila de Jericoacoara e dá outras providências. Disponível em: https://www.jijocadejericoacoara.ce.gov.br/arquivos/267/LEIS%20MUNICIPAIS_289_2010_0000001.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

JIJOCA DE JERICOACOARA. **Lei nº 489/2017**, de 11 de agosto de 2017. Dispõe sobre a coleta seletiva no âmbito do município de Jijoca de Jericoacoara e dá outras providências. Disponível em: https://jijocadejericoacoara.ce.gov.br/arquivos/28/LEIS%20MUNICIPAIS_489_2017_0000001.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

JIJOCA DE JERICOACOARA. **Lei Complementar nº 117/2017**, de 02 de outubro de 2017. Altera a Lei Complementar nº 107/2015, de 16 de outubro de 2015 e dá outras providências. Disponível em: https://www.cmjijocadejericoacoara.ce.gov.br/arquivos/71/_0000001.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

JIJOCA DE JERICOACOARA. **Decreto nº 31/2017**, de 30 de junho de 2017. Regulamenta o Art. 180 da Lei Complementar nº 107/2015, que trata da Taxa de Turismo Sustentável. Disponível em: https://jijocadejericoacoara.ce.gov.br/arquivos/107/DECRETOS_031_2017_0000001.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

JIJOCA DE JERICOACOARA. **Decreto nº 44/2017**, de 21 de agosto de 2017. Regulamenta o Art. 180 da Lei Complementar nº 107/2015, que trata da Taxa de Turismo Sustentável. Disponível em: https://jijocadejericoacoara.ce.gov.br/arquivos/132/DECRETOS_044_2017_0000001.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

JIJOCA DE JERICOACOARA. **Lei Municipal nº 133/2019**, de 01 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a reestruturação administrativa da Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara e dá outras providências. Disponível em: https://www.jijocadejericoacoara.ce.gov.br/arquivos/350/LEIS%20MUNICIPAIS_133_2019_0000001.pdf. Acesso em: 14 abr. 2019.

JIJOCA DE JERICOACOARA. Secretaria de Finanças. **Prestação de contas da Taxa de Turismo Sustentável**. 2018.

JUNG, Chanhoon *et al.* Analysis of environmental carrying capacity with emergy perspective of Jeju Island. **Sustainability**, [s.l.], v. 10, n. 5, 1681, 2018.

JUNIOR, Marcelino. **Jericoacoara se mobiliza em prol do saneamento básico**. Diário do Nordeste. Região. Publicado em: 20 fev 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/jericoacoara-se-mobiliza-em-prol-do-saneamento-basico-1.1895620>. Acesso em: 16 abr 2019.

KAJÁN, Eva; SAARINEN, Jarkko. Tourism, climate change and adaptation: a review. **Current Issues in Tourism**, [s.l.], v. 16, n. 2, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13683500.2013.774323>. Acesso em: 20 fev. 2017.

KIRSCH, Heitor Marcos; SCHNEIDER, Sergio. Vulnerabilidade social às mudanças climáticas em contextos rurais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 91, 2016.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. *In*: RODRIGUES, A. (org). **Turismo e Geografia**: referenciais teóricos e enfoques regionais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

KOENS, Ko; POSTMA, Albert; PAPP, Bernadett. Is overtourism overused? Understanding the impact of tourism in a city context. **Sustainability**, [s.l.], v. 10, n. 4384, 2018. doi:10.3390/su10124384.

KRIPPENDORF, Just. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4 ed. Paris: Anthropos, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEIPER, N. Environmental impacts and ecosystems for tourism. **Tourism Management**, [s.l.], p.160-189, 1995.

LEN ZEN, Manfred *et al.* The carbon footprint of global tourism. **Nature Climate Change**, [s.l.], n. 8, p. 522-528, 2018.

LEVY JR., M. J. Socialização. *In*: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Org.). **Homem e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **An introduction to tourism**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1997.

LIU, Zhenhua. Sustainable Tourism Development: a critique. **Journal of Sustainable Tourism**, [s.l.], v. 11, n. 6, 2003. Disponível em: <http://www.multilingual-matters.net/jost/011/0459/jost0110459.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MARANHÃO. **Superintendência de Turismo Lençóis e Delta apresenta resultados positivos na região**. Agência de Notícias. Publicado em: 09 jun. 2018. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/superintendencia-de-turismo-lencois-e-delta-apresenta-resultados-positivos-na-regiao>. Acesso em: 20 abr. 2019.

MARANHÃO. **MA-315 será a primeira ecorodovia do Estado.** Agência de Notícias. Desenvolvimento. Ações do governo. Data publicação: 06 jan. 2019. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/ma-135-sera-a-primeira-ecorodovia-do-estado>. Acesso em: 05 fev. 2019.

MATOS, Fábio de Oliveira. **Formação e limitações regionais do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (Brasil).** 2013. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, UFC, 2013.

MEADOWS, Donella; MEADOWS, Dennis; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento:** Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MEC. **Ideb – Apresentação.** 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 05 abr. 2019.

MEETHAN, Kevin. **Tourism in global society:** place, culture, consumption. New York: Palgrave, 2001.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; VICENTE DA SILVA, Edson. **Parque Nacional de Jericoacoara:** trilhas para a sustentabilidade. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

MILANO, Claudio. Turismofobia: cuando el turismo entra en la agenda de los movimientos sociales. **Marea Urbana** – Revista de la Taula Veïnal d'Urbanisme de Barcelona, Barcelona, jan. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323174493>. Acesso em: 04 abr. 2018.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatórios de Informações.** RI Bolsa Família e Cadastro Único. Barreirinhas (MA). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Benef%C3%ADcios>. Acesso em: 02 maio 2019.

MINOHARA, Rodrigo Hakira; DAZZI, Rudinei Scaranto; SANTOS, Alessandra Santos dos. Unidades de conservação e sustentabilidade: plano de manejo e aplicação da capacidade de carga no Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS). **Applied Tourism**, Vale do Itajaí, v. 1, n. 3, p. 81-103, 2016.

MMA. CNUC. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação.** Atualizada em 28/01/2019. www.mma.gov.br/cadastro_uc. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80229/CNUC_FEV19%20-%20B_Cat.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

MMA. **Parques nacionais batem novo recorde de visitação.** Publicado em: 14 fev. 2019. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/15401-parques-nacionais-batem-novo-recorde-de-visita%C3%A7%C3%A3o.html>. Acesso em: 08 mar. 2019.

MMA. **Unidades de conservação e mosaicos**. 2018. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha/unidades-de-conservacao-e-mosaicos>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MMA. **Programa turismo nos parques**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao16122010111448.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018.

MMA; Ibama. **Plano de manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. São Luís: [s.n.], 2003.

MOLINA, Fábio Silveira. **Turismo e produção do espaço**: o caso de Jericoacoara, CE. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, USP, 2007.

MOLINA, Fábio Silveira. A produção do espaço pelo e para o turismo: o caso da praia de Jericoacoara, Ceará, Brasil. *In: O processo de bolonha e as reformas curriculares da geografia em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/produ%C3%A7%C3%A3o_do_espa%C3%A7o_pelo_e_para_o_turismo_o_caso_da_praia_de_jericoacoara_cear%C3%A1_brasil. Acesso em: 30 abr. 2018.

MOLINARI, Davi. **Atins é a meca dos kitesurfistas**: população de vilarejo nos Lençóis Maranhenses dobra durante férias escolares na Europa. Diário de Urbelândia. Turismo. 16 dez. 2018. Disponível em: <https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/19121/atins-e-a-meca-dos-kitesurfistas>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MPCE. **TAC visa resolução de irregularidades no saneamento básico e recursos hídricos de Jijoca de Jericoacoara**. Publicado em 04 set. 2018. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/2018/09/04/tac-visa-resolucao-de-irregularidades-no-saneamento-basico-e-recursos-hidricos-de-jijoca-de-jericoacoara/>. Acesso em: 15 out. 2018.

MTUR; MMA. **Ações de gestão do conhecimento para o aprimoramento da política nacional de turismo**. Parques Nacionais. [S.l.]: [s.n.], 2014.

MTUR. **Boas práticas**: coleta seletiva de lixo na vila de Jericoacoara. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/08_12_2015/04_12_15_boas_praticas_coleta_seletiva_de_lixo_na_vila_de_jericoacoara.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.

MTUR. **Turismo e sustentabilidade**: orientações para prestadores de serviços turísticos. Brasília: MTUR, 2016.

MTUR. **Jericoacoara atinge o topo do turismo nacional**. Últimas Notícias. 2018. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10670-jericoacoara-atinge-o-topo-do-turismo-nacional.html>. Acesso em: 08 mar. 2018.

MTUR. **Relatório de categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro**. 2018b. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/RelatorioCategorizacao_2018.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

NEHER, Clarissa. **Aos poucos, Europa está se cansando do turismo**. G1. Turismo e Viagem, fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/aos-poucos-europa-esta-se-cansando-do-turismo.ghtml>. Acesso em: 13 ago 2018.

NICOLODI, João Luiz; PETERMANN, Rafael Mueller. Mudanças Climáticas e a vulnerabilidade da zona costeira do Brasil: aspectos ambientais, sociais e tecnológicos. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, [s.l.], v. 10, n. 02, p. 151-177, jun. 2010.

NOGUEIRA, Adriano. **Lixo. Jijoca de Jericoacoara não tem plano para gestão dos resíduos sólidos**. OPOVO. Publicado em 29 jul. 2017. Disponível em <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/07/lixo-jijoca-de-jericoacoara-nao-tem-plano-para-gestao-dos-residuos-so.html>. Acesso em: 30 mar. 2018.

NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira; BÓGUS, Claudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 3, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, Denize Cristina. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm.**, UERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008.

OLIVEIRA, Mariana. **Brasil avança no ranking de competitividade em turismo do Fórum Econômico Mundial**. Últimas notícias. Publicado em: 06 abr. 2017. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7673-brasil-avan%C3%A7a-no-ranking-de-competitividade-em-turismo-do-f%C3%B3rum-econ%C3%B4mico-mundial.html>. Acesso em: 13 jul 2018.

OMT. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OPOVO online. **Jericoacoara é eleita a quarta melhor praia do mundo por jornal americano**. Publicado em: 16 ago. 2014. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/ceara/jijocadejericoacoara/2014/08/16/notjijocadejericoacoara,3299411/jericoacoara-e-eleita-a-quarta-melhor-praia-do-mundo-por-jornal-america.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2018.

OPOVO online. **Turismo em Jeri: o histórico desafio do desenvolvimento sustentável em Jericoacoara**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/07/turismo-em-jeri-o-historico-desafio-do-desenvolvimento-sustentavel-em.html> Acesso em: 17 nov. 2017.

OPOVO online. **Taxa de permanência em Jericoacoara passa a ser cobrada a partir desta quinta-feira**. Preservação Ambiental. Ceará. 21 set. 2017. Disponível

em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/jjocadejericoacoara/2017/09/taxa-de-permanencia-em-gericoacoara-passa-a-ser-cobrada-a-partir-desta.html>. Acesso em: 15 dez. 2017.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

PAIVA, Ricardo Alexandre. O turismo e as práticas socioespaciais. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, [s.l.], n. 17/18, 2012.

PANIZZA, Andrea de Castro; PEREIRA, Alexandre de Queiroz. Residências secundárias e estruturação sócio-espacial da zona costeira cearense, Brasil. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

PANROTAS. **Turismo responde por 8,1% do PIB Brasil**; veja dados globais. Mercado. Economia e Política. Publicado em: 06 mar. 2019. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2019/03/turismo-responde-por-81-do-pib-brasil-veja-dados-globais_162774.html Acesso em: 23 abr. 2019.

PASSOS, Viviane. **Barreirinhas terá controle digital do turismo em março**. O Imparcial, São Luis, 11 jan. 2018. Negócios. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/negocios/2018/01/barreirinhas-tera-controle-digital-do-turismo-em-marco/>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PBMC. **Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas**: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. MARENGO, José A., SCARANO, F. R. (Ed.). Rio de Janeiro: PBMC, COPPE – UFRJ, 2016. 184 p. ISBN: 978-85-285-0345-6.

PEETERS, P. et al. **Research for TRAN Committee - Overtourism: impact and possible policy responses**. Brussels: European Parliament; Policy Department for Structural and Cohesion Policies, 2018.

PEIXOTO, Marcus. **Ministério público quer regularização de 100 imóveis de Jericoacoara**. Diário do Nordeste, Região, 07 out. 2017. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/ministerio-publico-quer-regularizacao-de-100-imoveis-de-gericoacoara-1.1832112>. Acesso em: 21 jan. 2019.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia**: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização no Nordeste do Brasil. 2012. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia), UFC, Fortaleza, 2012.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; GOMES, Iara Rafaela. **Lazer na praia**: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2016.

PEREIRA, Sidney. **Voucher digital contribui para desenvolvimento do turismo nos Lençóis Maranhenses**. G1 Maranhão. TV Mirante. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/01/04/voucher-digital-contribui-para-desenvolvimento-do-turismo-nos-lencois-maranhenses.ghtml>. Acesso em: 04 fev. 2019.

RABELO, Josinês Barbosa. Governança e impactos ambientais na instalação de empreendimentos urbanos. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Pré-Alas Brasil, XV, 2012, Teresina. **Anais [...]** Teresina, 2012.

RIZZO, Marcel. **Turismo de luxo muda Jericoacoara, encarece a vila e expulsa moradores**. Folha de São Paulo. Folha Verão, publicado em 09 fev. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/turismo-de-luxo-muda-gericoacoara-encarece-a-vila-e-expulsa-moradores.shtml>. Acesso em: 05 abr. 2019.

ROCHA, Ronaldo. **Parque dos Lençóis Maranhenses pode ser privatizado**. Política. O Estado. 27 abr. 2019. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/04/27/bancada-maranhense-quer-discussao-ampla-sobre-privatizacao-dos-lencois/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 2015. Ebook.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 148-165, nov. 2007.

SANTOS, Jorge Hamilton Souza dos. **Lençóis Maranhenses atuais e pretéritos: um tratamento espacial**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia), UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SALVATI, Sérgio Salazar. O Ecoturismo: conceitos e princípios. **Revista de Estudos Turísticos**, [s.l.], v. 2, 2005.

SAVILOLO, Simone; DELAMARO, Maurício; BARTHOLO, Roberto. Sustentabilidade, turismo, diálogo. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIN, Luciana (orgs). **Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SCHEYVENS, Regina. **Tourism for development: empowering communities**. Harlow: Pearson Education, 2002.

SCOTT, Noel; COOPER, Chris.; BAGGIO, R. Destination Networks: Four Australian Cases. **Annals of Tourism Research**, [s.l.], v. 35, n. 1, p.169-188, 2008.

SEBRAE. **Cadeia produtiva do turismo: cenários econômicos e estudos setoriais.** Recife: Sebrae, 2008.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 17, n. 1, 2015.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática socioespacial. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 2, maio/ago. 2012.

SILVA, David Leonardo Bouças da. **Turismo em unidades de conservação: contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque dos Lençóis Maranhenses.** 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, David Leonardo Bouças da; RIBEIRO, Ruan Tavares. Passado, presente e futuro: os desafios para o desenvolvimento turístico sustentável do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; COSTA, Helena Araújo (orgs.). **Turismo e sustentabilidade: verso e reverso.** Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SIQUEIRA, Deis. **A história social do turismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

SOUSA, Jefferson. **Inaugurado trecho que liga o povoado Sangue a Santo Amaro.** Jornal Pequeno, 30/06/2018. Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br/2018/06/30/inaugurado-trecho-que-liga-o-povoado-sangue-a-santo-amaro/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

SOUZA, Thiago do Val Simardi Beraldo; THAPA, Brijesh; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; IMORI, Denise. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015: Sumário Executivo.** Brasília: ICMBio, 2017.

STABLER, Mike J; PAPTODOROU, Andreas; SINCLAIR, M. Thea. **The economics of tourism.** 2 ed. London; New York: Routledge, 2010.

SWARBROOKE, John. **Sustainable tourism management.** Oxon, UK: Cabi, 2000.

TASSO, João Paulo Faria. **Turismo na encruzilhada: estudo sobre os fatores de inserção socioeconômica em destinos turísticos emergentes (Barreirinhas-MA).** 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, UnB, 2011.

TOMELIN, Carlos Alberto. **Mercado de agências de viagens e turismo: como competir diante de novas tecnologias.** São Paulo: Editora Aleph, 2001.

UNWTO. **Tourism Highlights.** Madri: UNWTO, 2018.

UNWTO; UNEP. **Climate change and tourism** – responding to global challenges. Madrid: UNWTO, 2008.

VANHOVE, Norbert. **The economics of tourism destinations: theory and practice**. New York: Routledge, 2017.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde**. Uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo, 2000.

VIEIRA, Aline Rodrigues Mendes. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Pólo São Luis – MA**. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). Universidade de Brasília, 2011.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Travel & Tourism Economic Impact 2018**. London: WTTC; Oxford Economics, 2018a.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Travel & Tourism Economic Impact 2018 Spain**. London: WTTC; Oxford Economics, 2018b.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Travel & Tourism Economic Impact 2018 Italy**. London: WTTC; Oxford Economics, 2018c.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE - PRODEMA

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para aplicação em campo junto aos **Gestores Públicos e Privados do Turismo e Gestores dos Parnas** dentro do Projeto de pesquisa intitulado **“MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS PROMOVIDAS PELO TURISMO LITORÂNEO EM COMUNIDADES QUE DÃO ACESSO À PARQUES NACIONAIS”** que tem como pesquisador principal, **THAYS REGINA RODRIGUES PINHO**.

Objetivo:

A proposta da pesquisa é analisar as comunidades de acesso aos Parques Nacionais de Jericoacoara e Lençóis Maranhenses, a partir de elementos que possam interferir em sua sustentabilidade social e ambiental, incluindo dois aspectos: o turismo e a gestão das áreas protegidas.

A - Aspectos sobre governança local:

1. Como é o processo de gestão do turismo na comunidade?
2. Quais políticas públicas de turismo são previstas para a região onde está inserida a comunidade? Existe uma articulação entre as políticas estaduais e municipais?
3. É possível identificar o turismo praticado no local como um turismo sustentável? Porquê? De que forma é possível garantir a sustentabilidade em todas as dimensões (econômica, turística, ambiental, social...) no local?
4. Quais estruturas turísticas ou projetos turísticos foram implantados na comunidade nos últimos 10 anos? E na gestão atual?
5. Para o senhor, existe ou não existe na comunidade um processo de turistificação dos espaços? Explique.

6. Como a comunidade se relaciona com os turistas? Existe uma relação de amistosidade e aproximação?
7. Existe alguma taxa para a entrada dos turistas na comunidade? Caso positivo, como esse recurso é gerenciado? Para que a governança municipal utiliza esse recurso (em que é investido)? Como esse recurso retorna para a comunidade?
8. Em sua opinião, o arrendamento para a iniciativa privada de determinadas áreas do parque é positiva ou negativa? Justifique.
9. O governo estadual ou municipal investiu em infraestruturas públicas na comunidade nos últimos 10 anos? Em quais?
10. O governo estadual ou municipal investiu em infraestruturas turísticas na comunidade nos últimos 10 anos? Em quais?
11. Como a comunidade local utiliza estas infraestruturas?
12. Como a sociedade (comunidade local, turistas e empreendedores locais) convive com as regras de conservação impostas pelo Parque Nacional? Existem conflitos no cumprimento das regras?
13. Já foi possível avaliar se o Aeroporto Regional ampliou o fluxo de turistas para a comunidade? Saberá dizer em que porcentagem ou números?

B - Questões sobre possíveis mudanças socioambientais:

14. Em sua opinião, existem outros fatores naturais ou que sejam provocados pelos homens (antrópicos) que podem promover mudanças sociais e ambientais na comunidade ou parque nacional, como acontece com o turismo? Quais seriam estes fatores?
15. Quais seriam as consequências destas mudanças para a biodiversidade e a gestão da área?
16. Quais seriam as consequências destas mudanças para as comunidades localizadas ao redor do parque nacional e para o turismo na área?
17. Qual o seu entendimento sobre mudanças climáticas? Em sua opinião, as mudanças climáticas podem afetar a comunidade de alguma forma?
18. O principal fator de atratividade da área é o turismo litorâneo e a prática de atividades correlatas. Como você imagina que as mudanças climáticas podem impactar nestas atividades? Quais alternativas podem ser tomadas para manter a atratividade local?

C - Questões sobre comunidade e mudanças socioambientais:

19. Como as atividades no parque nacional contribuem para o bem-estar da comunidade?
20. Como a comunidade se relaciona com os residentes e empreendedores locais exógenos?
21. Como descreveria a relação entre a comunidade e os gestores do parque nacional?
22. A comunidade entende a importância do parque nacional? Qual a percepção que têm em relação a este espaço protegido?
23. Como a comunidade percebe o turismo, como um elemento positivo ou negativo?
24. Quais os procedimentos que os gestores do turismo e do parque nacional utilizam para interagir com a comunidade local? Existem mecanismos de consulta, participação e comunicação com a comunidade? Como esses mecanismos funcionam?
25. Existe alguma interação entre os gestores do parque e os gestores do turismo?
26. Como descreveria o nível de engajamento da comunidade com as ações do parque nacional? Como o parque incentiva ou promove a participação local?
27. Saberria dizer se membros da comunidade possuem empregos formais no parque ou realizam trabalho voluntário?
28. Como descreveria a relação entre a comunidade e os gestores do parque? O(a) senhor(a) percebe algum conflito?
29. A comunidade apoia o turismo e as ações dos gestores de turismo?
30. Em sua opinião, como o turismo modifica o desenvolvimento e a vida da comunidade? De que forma?
31. Em sua opinião, quais são os maiores desafios para alcançar a sustentabilidade turística na comunidade e garantir a conservação ambiental dos espaços naturais? Como o turismo pode ser fator de risco para a conservação?

APÊNDICE B – RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS, PERGUNTAS FORMULADAS, VARIÁVEIS OBSERVADAS E PRECEITOS TEÓRICOS

Objetivo Específico	Questões	Variável observada	Autores Consultados
Analisar as mudanças socioambientais percebidas, nas comunidades que dão acesso aos parques, imputadas pela prática do turismo litorâneo e pela gestão das áreas protegidas	Questões do bloco C	Relação entre turistas e comunidade; Mudanças na forma de vida das comunidades; Turistificação dos Espaços; Massificação; Reconfigurações socioespaciais.	Archer e Cooper (1998); Gabriel (2017); Vanhove (2017); Krippendorf (2001); Milano (2017); Lefebvre (2000); Cooper (2001); Hall e Lew (2009); Davis (1964); Fratucci (2007, 2014); Knafou (1999); Meethan (2001); Minohara, Dazzi e Santos (2016); Molina (2007 e 2011); Eagles, Bowman e Tao (2001); Eagles e McCool (2010).
Analisar os fatores que geram impactos (positivos e negativos) na gestão sustentável dos Parnas e das comunidades de acesso	Questões do bloco B	Fatores antrópicos que promovem mudanças socioambientais; Fatores naturais que promovem mudanças socioambientais.	Swarbrooke (2000); Silva (2008); Salvati (2005); Saviolo, Delamaro e Bartholo (2005); Ruschmann (2015); Sachs (2002).
Analisar a gestão turismo litorâneo intenso e predatório nas comunidades e nos espaços protegidos	Questões do bloco A	Gestão do Turismo; Políticas Públicas; Governança Municipal	Krippendorf (2001); Swarbrooke (2000); Scott, Cooper e Baggio (2008); Butler (1980); Cruz (2001); Barretto (2014); Dantas (2002, 2009, 2013, 2014); Panizza e Pereira (2009); Pereira (2012); Pereira, Dantas e Gomes (2016); Beni (2007).

ANEXO A – SITE DO ICMBIO COM INCENTIVO À VISITAÇÃO PÚBLICA AOS PARNAS



The screenshot shows the ICMBio website's 'Visite os Parques' page. The header includes the ICMBio logo, the text 'Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade' and 'MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE', a search bar, and navigation links like 'Simplifique!', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. The main content area features a large banner with the text 'Visite os Parques' and 'PARQUES NACIONAIS' above an illustration of a national park landscape. Below the banner are two buttons: 'ACESSE GUIA DO TURISTA' and 'COMPARTILHE SUA FOTO'. A left sidebar contains a menu with items like 'Quem é quem', 'Planos de Manejo', 'Geoprocessamento', and 'Painel dinâmico'.



The screenshot shows the ICMBio website's page for 'Parque Nacional de Jericoacoara'. The header is identical to the previous page. The main content area features a banner with the text 'UNIDADES ABERTAS A VISITAÇÃO' and 'Parque Nacional de Jericoacoara' above a photograph of a sunset over a beach. Below the banner is a text block describing the park: 'O Parque Nacional (Parna) de Jericoacoara, no estado do Ceará, foi criado em fevereiro de 2002, com área de 8.416 hectares, a partir da recategorização parcial da Área de Proteção Ambiental criada em 1984, e da redefinição de seus limites em junho de 2007. Foram ajustados os limites referentes à localização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Vila de Jericoacoara e os limites sul e oeste do parque, ampliando a área para 8.850 hectares, incluindo também uma faixa marítima com um quilômetro de largura, paralela à linha costeira.' Below the text is a small image of a sunset over a beach. A left sidebar contains a menu with items like 'Quem é quem', 'Planos de Manejo', 'Geoprocessamento', and 'Painel dinâmico'.

← → Não seguro | icmbio.gov.br/parnalencoismaranhenses/guia-do-visitante.html ☆ 📄 🔔 ⓘ



ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
NIMA

Parques
nacionais
do Brasil

PARQUE NACIONAL DOS
**LENÇÓIS
MARANHENSES**
ICMBio - NIMA

← QUANDO IR COMO CHEGAR INGRESSOS ATRATIVOS O QUE FAZER ORIENTAÇÕES

PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

[Click here to view the english version. Visitant Guide](#)

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é o destino perfeito para aqueles que buscam aventura e contemplação da natureza!! Caminhar sobre as areias brancas do maior campo de dunas do Brasil, se refrescar em lagoas de água cristalina e observar o pôr-do-sol são experiências únicas que você levará para o resto da vida. Tudo isso com a emoção de um passeio fora de estrada em veículos 4x4 credenciados especialmente adaptados para percorrer as lagoas, lagoas e lagoas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Para mais informações, consulte o site do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

ANEXO B – MAPA DA ROTA DAS EMOÇÕES

